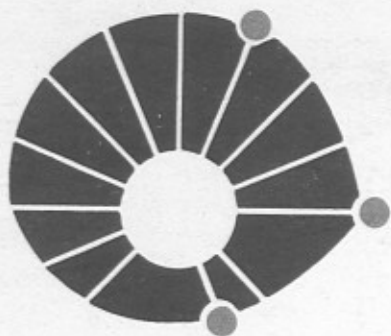




UNICAMP

JOSÉ IBARÊ COSTA DANTAS

AS POLÍTICAS DAS INTERVENTORIAS EM SERGIPE

(1930/45)

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

D235p

4480/BC

CAMPINAS

1982

AS POLÍTICAS DAS INTERVENTORIAS EM SERGIPE

1930/1945

1 - INTRODUÇÃO	I
2 - TENDÊNCIAS INOVADORAS	1
2.1 - Estrutura de Poder na Primeira República	1
2.2 - Tendências da Economia de Exportação	8
2.3 - Os Governos Provisórios Efêmeros	34
2.4 - Interventoria e Classe Dominante	39
2.5 - Manifestações da Classe Dominante	70
2.6 - Interventoria e Trabalhadores Urbanos	96
3 - REAÇÃO CONSERVADORA NO INTERREGNO CONSTITUCIONAL-LIBERAL	134
3.1 - Estado e Classe Dominante	134
3.2 - Estado e Trabalhadores Urbanos	163
4 - O CONTROLE ESTABELECIDO	187
4.1 - O Controle Repressivo - Eronides de Carvalho	187
4.2 - O Controle Integrativo - Milton Azevedo	206
4.3 - O Controle Corporativo - Maynard Gomes	216
5 - CONCLUSÕES	236
6 - FONTES E BIBLIOGRAFIA	241

INTRODUÇÃO

Pretendemos neste trabalho descrever e analisar as práticas políticas das interventorias em Sergipe, no período 1930/45, tentando identificar nessas práticas interesses de classe.

Na configuração da ordem social pós 1930, o papel dos governantes estaduais se torna relevante para se avaliar as modificações políticas que se teriam operado no Estado.

Dentro da formação social brasileira, subordinada ao sistema capitalista mundial, o Estado Nacional pouco tem se transformado. Sem a presença de uma burguesia industrial com projeto definido de afirmação das instituições liberal-democráticas, desenvolveu-se então a paradoxal convivência do liberalismo com as oligarquias que manipulam o Estado da Primeira República. No processo histórico de dominação burguesa nacional, a formalização do estatuto de cidadania carece de realização efetiva, na medida em que consegue cercear a participação político-social das classes subalternas.

Mas, o regime oligárquico também vai esgotando suas potencialidades econômicas e perdendo legitimidade, defrontando-se com movimentos que propunham mudanças, dentre os quais o tenentismo assumia papel expressivo.

O resultado dessa crise foi a Revolução de 1930, cujo significado passa pelas mais controversas interpretações: algumas a consideram Revolução no pleno sentido do termo, outras a caracterizam como golpe contra-revolucionário. Em meio a esses pontos de vista discrepantes, concordamos em considerá-la como *"movimento político militar conduzido por uma coalizão heterogênea contra o bloco hegemônico"*, coalizão essa

composta de oligarcas dissidentes, parte da classe média e militares (Saes, 1967:7). A partir dessa qualificação, vemos o Estado pós 1930 como um Estado de compromisso. Com a perda da hegemonia do setor agro-exportador teria se configurado uma composição política composta de oligarcas rurais, a burguesia industrial nascente, envolvendo também determinados grupos ligados ao aparelho de Estado.

Embora essas modificações não tenham alterado fundamentalmente a estrutura do Estado e muito menos o sistema de propriedade, obrigaram as oligarquias a empreenderem recomposições e a realizarem concessões dantes inimaginadas.

Mas, se a nível nacional essa caracterização geral parece-nos a mais fundamentada, a nível estadual não existe nem a controvérsia em face da carência de estudos. Em 1976, Campelo de Souza afirmava: *É rara a bibliografia histórica que trata das interventorias e inexistentes estudos sistemáticos sobre elas*" (Souza; 1976:45). Realmente, decorridos cinco anos dessa afirmação, a situação pouco se modificou. Além das contribuições dos brasilianistas que têm enfocado alguns aspectos das políticas dos interventores em Estados tais como Minas Gerais (Wirt; 1975), Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte (Levine, 1975 e 1980), pouco se tem estudado. Algumas monografias produzidas em São Paulo têm explorado o período, mas a publicação que mais se preocupou com as políticas dos interventores foi o trabalho coordenado por Castro Gomes (1980). Mesmo assim, centrado em grandes Estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo) além do "Norte" visto sobretudo através de Pernambuco e sempre restrito ao período 1930/35.

Em face dessa carência bibliográfica, pouco se conhece sobre as práticas dos tenentes na direção do poder político, especialmente em Estados pequenos.

Tendo sido Sergipe palco de revoltas na década de 1920, como parte do movimento tenentista, o qual aliás já tivemos oportunidade de estudar no âmbito estadual (Dantas, 1974),

em sua primeira fase (1924/30), retomamos aqui o tema propondo-nos a analisar não apenas o que se refere ao tenentismo em si, mas sobretudo enfocar as políticas dos governantes que se sucederam nos quinze anos pós 1930, tentando detectar práticas de classe.

Essa preocupação central nos conduzirá a verificar quais as rearticulações que se processaram entre o Estado e as classes sociais.

O universo da pesquisa abrangendo quinze anos se explica pela tentativa de observar as principais mutações que marcam o período 1930/45. Sendo a Revolução de 1930, a nível nacional, geralmente avaliada por esse tempo de realização, é comum qualificá-la pelo legado apresentado em 1945, quando se fecha o primeiro ciclo de Vargas. No fundo, essas análises parecem permeadas pela idéia de que os fatos que ocorrem até 1945 estavam previstos, senão dados em 1930. Aqui partimos de outro pressuposto. Consideramos que o *movimento de outubro* proporcionou um mínimo de espaço político que apesar de efêmero, por durar apenas cinco anos, facultou grande participação da sociedade civil. Embora o desenvolvimento do aparato coercitivo do Estado e do exacerbamento das práticas autoritárias tenham debilitado as organizações das classes subalternas, isso porém não nos parece que estivesse inteiramente contido em 1930. A batalha, ainda que nitidamente desigual, foi sendo definida nos desdobramentos das lutas de classes, no jogo de composição e recomposição de forças. Foi pensando portanto em recuperar esses desdobramentos, envolvendo todo processo de conquistas e de perdas entre 1930 e 1945, que optamos por estudar o período em seu conjunto num pequeno Estado do Nordeste, oferecendo como ilustração aos que pensam o quadro nacional levando em conta não apenas o exemplo dos Estados centrais de maior importância política, mas também os outros.

O fato de eleger as políticas dos governantes como objeto de análise não significa considerar o Estado como principal agente histórico, mas antes como *locus* privilegiado onde

se refletem as manifestações dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, a estratégia de estudo visa contemplar tanto o Estado quanto a sociedade, estudando-os através do ponto de intersecção, qual seja das relações do Estado com as classes.

A divisão dessa monografia conserva a periodização institucional vigente no quadro nacional, tendo em vista os traços que ela estabelece até em Estados nordestinos. O mais discutível talvez seria a preservação do interregno 1935/37 como período próprio, em vez de incluí-lo junto ao Estado Novo como apenas uma subfase específica. Contudo, a experiência liberal-constitucional apresentou características tão peculiares, entre as quais a estratégia dos conservadores num momento de transição de regime liberal para o ditatorial, que justificou sua identidade própria. O trabalho ficou então constituído de três partes.

Na primeira, *Tendências Inovadoras*, traçamos em linhas gerais o quadro político da Primeira República, em seguida apresentamos sumariamente as tendências de economia estadual, para então tratar das políticas dos governantes que se sucederam até 1935, analisando em três itens as práticas das interventórias e suas relações com a classe dominante e com os trabalhadores urbanos.

Na segunda parte, denominada *Reação Conservadora* (1935/37), observamos as realizações fundamentais do grupo político que ocupou o governo do Estado, suas dificuldades no exercício da hegemonia e as mudanças que se operam entre a sociedade política, *stricto sensu* e os trabalhadores urbanos.

A terceira e última parte, *O Controle Estabelecido* (1937/45), analisa o jogo de influência das frações dominantes num Estado forte e centralizado, assim como as tendências autoritárias que enquadram as classes subalternas em rígido sistema de controle, de forma repressiva, integrativa ou corporativa, conforme a postura do respectivo interventor e dos condicionamentos que ele vivenciou.

Essas três fases parecem configurar uma transição que marca a passagem do Estado oligárquico patrimonialista (pré

1930) ao Estado populista. O período 1930/45 teria então representado em seu conjunto, em meio a contradições, uma certa atualização das instituições democráticas que tiveram impulso entre 1888/91, mas que encontraram dificuldades de realização, especialmente nas regiões onde a influência da estrutura agrária tradicional havia contribuído para a formação de poderosas oligarquias.

Novembro/1981

AGRADECIMENTOS

No percurso da construção desta monografia tornei-me gratificado pela contribuição de numerosas pessoas.

Em reconhecimento agradeço à CAPES e à UFS responsáveis pelo financiamento do projeto de pesquisa; à estagiária, Elma Maria Trindade Freitas, que me auxiliou na coleta de material; aos entrevistados relacionados nas fontes que em variadas proporções dispensaram-me atenções; às professoras da UNICAMP, Sônia Draibe e Maria Hermínia Tavares de Almeida que participaram do seminário de tese e apresentaram sugestões relevantes; aos amigos Antonio Vieira da Costa, José Maria de Oliveira Silva, José Silvério Leite Fontes e Josué Modesto dos Passos Sobrinho pela leitura dos originais seguida de importantes críticas; ao meu irmão, Francisco José Costa Dantas pelas observações valiosas sobre o aspecto formal; ao meu orientador, Décio Azevedo Marques Saes, pela solicitude e estímulo que me foram dispensados durante o mestrado, pela ajuda na definição dos marcos da dissertação, e pela análise perspicaz encetada neste trabalho quando de seu retorno ao Brasil.

Dedico essa dissertação aos meus pais, David e Mirada, acompanhantes abnegados dos meus passos; aos meus filhos, Ibarê Júnior e Sílvia pelos sacrifícios impostos na jornada campineira e a minha esposa, Beatriz, pela presença pertinaz ajudando-me a velejar em ventos nem sempre favoráveis.

2 - TENDÊNCIAS INOVADORAS

2.1. A Estrutura de Poder da Primeira República

A estrutura de poder da Primeira República em Sergipe inscreve-se com seus traços mais característicos e peculiaridades dentro do quadro do Estado oligárquico nacional.

Nesse sistema oligárquico excludente, o desempenho da classe dominante em Sergipe, apesar de apresentar caracteres comuns aos dos demais Estados da federação, nem por isso deixou de constituir sua especificidade.

Como Estado agro-exportador, entre as frações dominantes se destacavam os produtores de açúcar que contribuíam em torno de 50% para a renda total de exportação. Num segundo plano, situavam-se os agricultores que plantavam algodão, arroz, coco etc., muitos dos quais, simultaneamente, criando gado destinado em grande parte ao mercado interno.

Ao lado desse patronato rural, já sem a força de trabalho escravo, mas ainda, não raro, conservando métodos tradicionais de trabalho (como o sistema de parceria) e formas de dominação pessoal, ia-se impondo no meio urbano a reduzida burguesia industrial e comercial. Entre a industrial se des-

tacavam os proprietários de fábricas têxteis que na segunda década participavam, através dos tecidos, com um montante correspondente à segunda maior taxa de exportação, atingindo, no último triênio dos anos vinte, a média de 25%. Enquanto em 1900 havia apenas 2 fábricas de tecidos, em 1930 já existiam 11, distribuídas através de 7 municípios do Estado¹.

Apesar da pequena representatividade dos estabelecimentos locais, passaram de 41 (1907) para 237 (1920)².

Ao lado dessas frações de classe, vinha-se desenvolvendo a burguesia comercial, ao ponto de, no início dos anos trinta, o número de casas comerciais de vários ramos ser de 987, sem incluir os estabelecimentos da burguesia financeira ainda incipiente³. Entre as diversas frações da classe dominante, os proprietários de estabelecimentos açucareiros ocupavam posição hegemônica fortalecida pelas suas amplas bases econômicas e tradições de mando, dispondo, nas agências produtoras de ideologia (Imprensa, Escola, Igreja), de intelectuais que contribuíam para proporcionar-lhes a direção moral e cultural da sociedade.

É certo que na primeira década que se seguiu à proclamação da República o governo do Estado foi marcado por certa instabilidade política, constituída por mudanças frequentes de governadores, o que, aliás, não diferiu muito do resto do país. Era uma crise de representação, constituída sobretudo pelas disputas entre frações integrantes da própria classe dominante. Mas, também, como ocorreu em outras plagas, com o estabelecimento da *Política dos Governadores* por Campos Sales, a situação se estabilizou em virtude da formação de oligarquias que tinham o apoio do Poder Central, enquanto a nível municipal eram sustentadas pelos coronéis que dispunham de votos e sobretudo de milícias particulares para impor sua força. Solidificada a estrutura de dominação, as crises de representação rarearam, e os grupos de oposição enfraqueceram-se.

Entre 1900 e 1930, pelo menos três oligarquias podem ser destacadas no Estado na esfera governamental.

A primeira surge em 1899 e tem por principal figura o Monsenhor Olympio Campos que, embora tenha sido assassinado em 1906, seu grupo político permanece controlando o aparelho de Estado até 1911.⁴

Após o interregno situacionista, representado na política local pelo governo do General José Siqueira de Menezes (1911/14), marcado de autoritarismo, estrutura-se nova oligarquia com a ascensão ao poder do General Oliveira Valadão (1914/18). A este, associou-se o grupo do Coronel Pereira Lobo que o substituiu no governo do Estado (1918/22), enquanto aquele o substituiu no Senado, havendo semelhante permuta de cargos com Graccho Cardoso, que o sucede na Presidência do Estado (1922/26).

Por fim, a partir de 1927, nova oligarquia se reestruturava sob a direção do coronel usineiro Manoel Correa Dantas e que seria apeada do governo pela Revolução de 1930.

Os grupos oligárquicos que se sucediam no poder, sob a chefia de religiosos, civis e militares, enquadravam-se na ideologia e nos interesses materiais da classe dominante, organizando-a sob a hegemonia da fração ligada ao açúcar.

A distinção entre uma e outra oligarquia parece bastante tênue e perde significado quando se sabe que, por mais que se vinculasse a essa ou àquela facção, todas repousavam no apoio dos grandes proprietários rurais, coronéis aglutinados em torno do *Partido Republicano de Sergipe*, a agremiação oficial que formalizava e legitimava as decisões da cúpula política. No fundo, as três oligarquias referidas não passavam de nuances específicas do mesmo sistema oligárquico, predominante na Primeira República, embora de forma subalterna em face das frações hegemônicas nacionais.

Um traço que imprime certa peculiaridade à política sergipana, diferindo da de estados como Pernambuco e Alagoas, por exemplo, é o baixo índice de representação política direta dos senhores do açúcar junto à Presidência do Estado. Embora haja presença efetiva durante a primeira década republicana, no

período de 1900 a 1930, encontramos apenas dois filhos de senhor de engenho na primeira oligarquia (monsieur Olympio Campos e seu irmão, o desembargador Guilherme de Campos) e um usineiro, (Mandel Correa Dantas - 1927/30) no crepúsculo da velha ordem.

Deve ter concorrido para essa representatividade relativamente baixa, a nível do governo do Estado, a interferência freqüente do Poder Central na indicação dos candidatos ao governo do Estado e até, por vezes, na área do Legislativo Federal. Sendo Sergipe um Estado de pequena expressividade em termos políticos e econômicos, a intromissão da Presidência da República se fez sentir nas crises político-institucionais e quando as oligarquias se manifestavam vacilantes na indicação dos candidatos, de conformidade com os resultados dos contatos com as facções políticas. Afora essa regra geral, houve o caso extremo do parlamentar maranhense, Lopes Gonçalves, que foi indicado por Artur Bernardes e eleito deputado federal sem o mínimo vínculo com Sergipe.⁵

Cabe observar, porém, que essa interferência do Poder Central sofria alguns limites. Basta notar que, salvo raros casos ainda não perfeitamente esclarecidos, em geral essas indicações de candidatos se processavam depois de líderes políticos locais serem ouvidos. Mesmo Lopes Gonçalves, a contragosto ou não, recebeu a anuência de Graccho Cardoso e não deixou de ser legitimado pelo voto, por mais insignificante que fosse a participação popular.

A presença de militares no governo de Sergipe em três períodos consecutivos não autoriza a afirmar que houvesse desgaste político dos senhores do açúcar ou de qualquer outra fração da classe dominante.

Primeiro, esses militares foram indicados em vista de seu prestígio pessoal, inclusive junto às forças dominantes locais, e das suas influências junto a figuras políticas nacionais, tais como Hermes da Fonseca que indicou Siqueira de Menezes, e Pinheiro Machado que contribuiu decisivamente para a indicação de Oliveira Valadão para governo do Estado.

Segundo, não se deve esquecer que todos os três militares (Menezes, Valadão e Lobo), já possuíam ramificações na política interna do Estado desde a primeira década do período republicano. Principalmente os dois últimos fizeram da política uma atividade permanente, envolvendo-se inclusive em célebres questões no início da República.

Além disso, cabe-nos lembrar que todos ou quase todos eles provinham de famílias tradicionais e, o que é mais importante, sempre estiveram inteiramente sintonizados com os interesses da classe dominante a quem sempre serviram com desvelo e tenacidade.

Na verdade, para contrapor aos interesses e à ideologia da classe dominante não vamos encontrar agentes entre os governantes, mas entre as classes populares que apesar de apresentarem débeis níveis de organização, vão paulatinamente ganhando espaço e elaborando uma contra-ideologia com definições cada vez mais nítidas e difusão menos restrita.

Durante a primeira década do período republicano, embora se processassem numerosos conflitos, estes se situaram no interior da classe dominante através das disputas pelo poder entre facções. Com a estruturação da primeira oligarquia, desenvolveu-se forte movimento contra a dominação do grupo liderado pelo Monsenhor Olympio Campos, resultando na Revolta de 1906 e nas mortes do parlamentar Fausto Cardoso, líder dos revoltosos, e do citado Monsenhor, assassinado meses depois no Rio de Janeiro.

Tendo sido um movimento que aglutinou vastas parcelas das massas urbanas, envolvendo inclusive grande parte da intelectualidade sergipana, em meio ao seu caráter muito pessoal, contribuiu para operar alguma recomposição de forças a nível de representação, embora não tenha chegado a abalar a estrutura de dominação.

Parece-nos que os primeiros sinais mais perceptíveis do nascimento de contra-ideologia, no sentido de oposição ao sistema ideológico reinante e de formação de nova concepção

de mundo, vão surgir dentro da imprensa "*operária*". Ensaia-se de forma restrita em 1896 e posteriormente vai reaparecendo tenuemente pelos anos dez até atingir seu ápice em 1920/22, prosseguindo até 1930, se bem que de forma enfraquecida.

Apesar de essa imprensa contar com a participação de intelectualidade local vinculada às camadas médias, é a partir de 1918 com a fundação do *Centro Socialista Sergipano*, de duração efêmera, que começam a tomar corpo entre essas camadas algumas tendências reformistas que se foram desenvolvendo na medida em que participavam das campanhas pela candidatura de Rui Barbosa (1918), pela do *Voto Secreto*, pela *Reação Republicana*, etc., por contraditório que fosse seu conteúdo.

De forma que, quando o movimento tenentista se reflete em Sergipe com a Revolta de 1924, que resulta na ocupação do aparelho de Estado pelos tenentes por dezenove dias, a receptividade popular foi relativamente favorável. Depois veio a frustrada revolta de 1926, e por ocasião da campanha da *Aliança Liberal* já se podiam observar entre as massas urbanas sinais de inquietação, indicando alguma predisposição à mudança.

É justamente neste momento (1929) que rebenta cisão entre as forças políticas mais representativas da classe dominante, nas disputas pela sucessão.

Apesar da divisão que se operou no bloco político dominante, consideramos prematuro deduzir por esses eventos (o crescimento das inquietações populares e a cisão dentro da representação política da classe dominante) que a hegemonia⁷ da classe dominante estivesse seriamente ameaçada. Afinal, a crise que se esboçava carecia de maior significação, na medida em que na sombra dela não se desenvolvia nenhuma classe com suporte suficiente para fazer frente ao poderio da classe dominante sob a predominância da fração açucareira. Isso, porém, não descarta a possibilidade de alguma modificação no aparelho de Estado, a partir de cima, (em face da dependência do Poder Central) obrigando-a a concessões dantes inimagináveis.

Notas

1. Armando Barreto (org) - *Cadastro Industrial, Comercial e Informativo de Sergipe*, Aracaju, Artes Gráficas da Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe, 1933, pp. 101/108.
2. Censo de 1920.
3. José Ibarê Costa Dantas - *O Tenentismo em Sergipe*, Petrópolis RJ, Editora Vozes, 1974.
4. O termo *aparelho de Estado* é empregado aqui como "o pessoal do Estado, os quadros da administração, da burocracia, do exército, etc." cf. Nicos Poulanzas, *Poder Político e Classes Sociais*, Porto, Portucalense Editora, 1971, p. 136.
5. Maiores dados sobre a interferência do Poder Central na política interna de Sergipe ver José Ibarê Costa Dantas, ob. cit., pp. 28/29.
6. O termo dominação, apesar de ser largamente empregado, raramente é precisado conceitualmente. Gramsci empregou-o num sentido semelhante a ditadura para definir situações onde há predominância da coerção. Embora em grande parte aceitemos a terminologia gramsciana, julgamos que tal acepção de dominação não favorece a operacionalização, já que situações de ditadura quer autoritária, quer totalitária podem ser melhor caracterizadas a partir da contribuição de Juan Linz, não obstante seu formalismo. Em face disso optamos pelo emprego usual de dominação que comumente se aproxima da definição "probabilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo entre pessoas dadas" Max Weber - *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura, 1974, I vol. p 43.
7. Hegemonia será utilizado compreendendo a direção política, econômica, ideológica e cultural de uma classe ou fração de classe sobre determinada sociedade, através da predominância do consentimento, conforme interpretação livre de Antônio Gramsci - *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Edt. Civilização Brasileira, 1976.

2.2. Tendências da Economia de Exportação

Antes de analisar especificamente as políticas das interventorias, pretendemos apreciar sumariamente o quadro econômico do Estado com o fim de fornecer visão globalizante das tendências que marcam o período 1930/45.

Quando se examinam as mudanças operadas pela Revolução de 1930 num pequeno Estado nordestino como Sergipe, a questão da inserção de sua economia no quadro geral suscita problemas complexos e ainda não equacionados.

A nível nacional, caracterização muito aceita é a de que *"os anos 1929/32 marcam a passagem do capitalismo a uma nova fase de desenvolvimento. Rompe-se o modo de acumulação exportador-capitalista, que prevalecera desde fins do século passado, ao mesmo tempo em que se perfazem as condições indispensáveis para que, em 1933, se inicie a Industrialização Restringida"*¹. Mas, pergunta-se, até que ponto o Nordeste participa dessa mudança do quadro econômico?

Sem nos interessar aqui investigar como a economia sergipana se situa dentro das novas formas de acumulação que comandam a economia nacional (uma vez que foge ao escopo do nosso trabalho), desejamos simplesmente sugerir que no quadro estadual há tendência de continuidade do setor agro-exportador. Ou seja, se a nível nacional o complexo exportador cafeeiro encontra nesse momento o termo de seu predomínio, no âmbito da estrutura econômica do Estado de Sergipe, os setores fundamentais continuam com as mesmas tendências que se vinham desenvolvendo na Primeira República. Sergipe continuava sendo um Estado predominantemente exportador, apesar da ocorrência de modificações no desempenho de alguns produtos.

O declínio que se observa na participação do imposto de exportação na receita do Estado, de 28,57% para 23,70%, correspondente às médias dos períodos 1927/29 e de 1934/35, respectivamente,² não foi suficiente para afetar a predomi-

nância do setor exportador nesse primeiro momento.

Com a proibição pela carta de 1937 (artº 25) de impostos interestaduais, o tributo proveniente das exportações tendeu a desaparecer ³.

Entre os produtos de exportação, o açúcar continuava em primeiro plano; pelo menos até 1936 (quando dispomos de dados), sua participação no valor total do imposto de exportações apresentou a média de 48,42%. O perfil dos derradeiros anos da década de 1920 continua pelos anos trinta, conforme se pode ver pelo quadro abaixo:

QUADRO I
PARTICIPAÇÃO DO AÇÚCAR NO IMPOSTO
DE EXPORTAÇÃO

ANOS	PERCENTUAL(%)
1926	51,38
1927	39,86
1928	53,40
1929	56,98
1930	43,91
1931	58,23
1932	36,42
1933	49,14
1934	43,72
1935	51,26
1936	48,36

Fonte: Cálculos efetuados pelo autor a partir de dados constantes in

a) *O Estado de Sergipe em 1935*, Aracaju, Gráfica Editora, 1937, p. 103.

b) Eronides F. de Carvalho, *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 7.9.37, Aracaju, Imprensa Oficial, 1937, anexos.

Embora não se possa conhecer a importância do açú-

car depois de 1937 pela substituição progressiva do imposto de exportação, visto que esse imposto passa a ser cobrado apenas em remessas para o estrangeiro (a essa altura, insignificante), os dados referentes à produção e à área cultivada no período 1931/45 permitem avaliar o desempenho do produto nesse período.

QUADRO II
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE CANA E ÁREA CULTIVADA

ANOS	PRODUÇÃO EM SACOS DE 60 KG	ÁREA CULTIVADA (Ha)
1931	778.350	11.810
1932	645.416	12.340
1933	362.000	5.520
1934	319.400	4.800
1935	867.600	12.410
1936	811.677	17.390
1937	607.448	13.100
1938	493.140	10.000
1939	678.277	18.068
1940	920.975	15.671
1941	945.328	16.126
1942	687.017	15.003
1943	879.943	8.406
1944	901.898	13.845
1945	784.334	15.510

Fonte: *Sergipe Econômico e Financeiro*, IBGE, Departamento Estadual de Estatística, Aracaju, 1953, pp. 187/8.

As produções referentes aos anos de 1933 e 1934 revelam acentuada baixa resultante da seca de 1932 que assolou o Nordeste. Além dessa crise, há notícia de outra, desta vez do preço, entre os anos de 1929/31. Enquanto na safra de 1928/29 o preço teria variado entre 52 a 60\$000 por saco, de 1929 a 1931 teria oscilado de 12 a 24\$000.⁴

Não obstante as sensíveis repercussões dessas crises no setor, elas não foram suficientes para provocar a ruína ou mesmo o declínio evidente dos usineiros, conforme indicam a recuperação da produção a partir de 1935 e, até certo ponto, a evolução dos centros de produção do Estado.

QUADRO III
CENTROS DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

ANOS	ENGENHOS BANGUÊS	USINAS	
1903	643	14	1
1917	329	54	2
1930	-	85	3
1934	201	86	4
1935	161	91	5
1940	53	65	6

Fontes: 1) Josino Menezes - *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 7.9.1903, Aracaju, typ. d'O Estado de Sergipe, 1903, pp. 44/45.

2) Manoel P. de Oliveira Valadão - *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 7.9.1917, Aracaju, Imprensa Oficial, 1917, p. 27

3) Armando Barreto(org) *Cadastro de Sergipe*, Aracaju, 1933, pp. 141/2.

4) Luiz Rolemberg, in *Anuário açucareiro*, transcrito pelo *O Estado de Sergipe em 1934*, pp. 141/42.

5) *O Estado de Sergipe em 1935*, IBGE, Aracaju, 1937, p. 71.

6) Censo de 1940, Série Regional, Parte XI, IBGE, 1952, p. 318/19.

Apesar de alguns dados nos parecerem questionáveis, como por exemplo, o número de engenhos banguês constantes dos levantamentos de 1935 e de 1940, por considerarmos inferiores

ao real, o quadro acima fornece elementos que suscitam algumas considerações.

Primeiramente, a queda dos engenhos banguês é bastante sugestiva enquanto indica a transformação que se foi operando nos centros de produção do Estado. Mas a diminuição dos engenhos não é atributo do início dos anos 30. Antes, fazia parte da tendência que se vinha manifestando desde o início do século como parte do processo de transição para as usinas que, por menores que fossem, eram dotadas de tecnologia mais aprimorada. Entretanto, mesmo dentro dessa tendência geral, surgem outras questões. Por exemplo, qual a repercussão econômico-social dessa transição dos engenhos para as usinas, representada pela concentração dos centros de produção? É possível aventar que se tratava de processo natural de concentração de capital. Mas, quais as principais atividades sucedâneas dos senhores proprietários que colocavam seu engenho de *fogo morto*, ou seja, inativo? Quantos teriam optado pela pecuária, pelo algodão ou simplesmente continuaram plantando cana, passando a fornecedores das usinas? Se bem que pretendemos retomar essas questões em outras oportunidades, cabe-nos desde logo observar que, apesar das crises de preço e de seca, não há evidências de mudanças abruptas provocadas no setor açucareiro como decorrência da Revolução de 1930, conforme se pode observar pelo desempenho nos anos trinta. Essa resistência dos usineiros às crises talvez se explique em parte pelos altos preços no pós-guerra até mais ou menos 1929. Mas, se as pequenas transformações obedeceram a uma tendência que provinha da Primeira República, deve-se notar que o crescimento do número de usinas ocorre até aproximadamente 1935. A partir de então, os dados existentes atestam declínio da quantidade, de clínio esse que tende a continuar até mesmo no pós 1945.

Dessa forma o fenômeno que vai ocorrer nos anos quarenta apresenta inovações. Já não são apenas os engenhos banguês que diminuem, mas também as usinas. Estaria havendo concentração entre os próprios usineiros? Talvez sim. Entretanto, o perfil da área cultivada do quadro II permite extrair a ilação da substituição da cultura canavieira por outra ativi-

dade qualquer, com possíveis reflexos na influência política da fração açucareira.

Num contexto mais amplo, situando Sergipe dentro de sua região, não se pode negar que estivesse havendo perda de posição do Nordeste em face das expansões da produção do Rio de Janeiro e principalmente de São Paulo ⁵ Contavam esses Estados do Sudeste com técnicas mais aperfeiçoadas e, sobretudo, com grandes mercados consumidores mais próximos, fato bem significativo quando se sabe que quase toda a produção estava voltada para o mercado interno, implicando em problemas de distribuição e refletindo nos preços. Daí se explica a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em junho de 1933, que expressava, entre suas finalidades, *assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo do açúcar, mediante aplicação de uma quantidade de matéria prima, a determinar, ao fabrico do álcool.*⁶

Em Sergipe, a notícia da criação do IAA se apresentou alvissareira para os usineiros. Não obstante alguns descontentamentos no momento de fixação de taxa de cotas do Estado, foi considerada como *uma das grandes realizações do governo Getúlio Vargas*, conforme assinalou um usineiro ensaísta.⁷

Indubitavelmente, o que não se percebia era o que demonstraria mais tarde Francisco de Oliveira, ou seja, que o IAA *que se havia revelado como um eficaz mecanismo para a defesa, para a não desapareição da economia açucareira do Nordeste, revela-se ineficaz como mecanismo para a expansão.*⁸

Se a ação do Estado concorria para preservar o arcaísmo da indústria açucareira do Nordeste, tornando-o desse modo vulnerável à expansão de São Paulo, há quem considere que o declínio teria sido provavelmente mais rápido se o IAA não tivesse existido.⁹

De qualquer forma, na conjuntura dos anos trinta, a criação do IAA significou segurança e estímulo para a continuidade da existência e da influência dos usineiros.

Ainda no setor rural, em segundo plano podem ser lembradas a produção de algodão e arroz e a criação de gado. Se não tanto pelas suas participações na exportação, mas principalmente por se constituir no suporte material do patronato agrário ligado à grande propriedade, além de sua importância dentro do mercado interno.

O algodão além de se constituir em matéria prima para as fábricas têxteis existentes no Estado, era exportado tanto em forma de pluma como através de subprodutos tais como o farelo de caroço de óleo. Como produto de exportação e consumo interno foi duramente afetado pelas crises no início dos anos trinta, mas já em 1934 retomava um patamar que permitia alto nível de exportação, superando os encontrados na segunda metade da década de 1920.

A partir de 1931 o desempenho apresentou o seguinte perfil:

QUADRO IV

PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO E ÁREA CULTIVADA

ANOS	PRODUÇÃO (t)	ÁREA CULTIVADA(ha)
1931	13.750	30.937
1932	5.966	15.299
1933	20.613	50.000
1934	20.723	34.539
1935	16.667	30.300
1936	18.827	34.220
1937	19.583	39.696
1938	16.667	34.013
1939	14.156	29.291
1940	12.255	25.710
1941	11.837	24.155
1942	11.667	23.333
1943	13.333	25.860
1944	8.900	16.251
1945	6.218	12.393

Fonte: *Sergipe Econômico e Financeiro*, Aracaju, IBGE, 1953 p.153, baseado em dados do Serviço de Estatística de Produção do Ministério da Agricultura.

Representando o segundo produto agrícola na contri
buição à Receita do Estado, vê-se que também o algodão foi bas
tante afetado pela seca de 1932, atingindo grande produção
nos dois anos subsequentes, produção essa até hoje não suplan
tada em Sergipe.

A exemplo do que ocorreu com a cana de açúcar, após a geada de 1919 e a crise de 1929 que atingiram o café, a necessidade de diversificação levou São Paulo a intensificar o cultivo de algodão, tendo consequências nefastas para o Norte e Nordeste. A produção de algodão destas regiões representa
va até 1930 mais de 70% do total nacional. Em 1938 somente São Paulo já fornecia 59,9% dessa produção, ficando o Nordes
te com a pouco expressiva cifra de 24,3%.¹⁰ E a tendência foi continuar diminuindo, especialmente depois de 1945. Sem a existência de uma autarquia, a exemplo do IAA, que controlasse a produção e a distribuição em face da concorrência interregi
onal, e sobretudo diante das especulações das empresas estran
geiras, a produção, não somente nordestina como também a na
cional, tenderão a declinar.

Em São Paulo ainda há notícias de movimentos aglut
nadores como os congressos algodoeiros, que tinham inclusive como preocupação a organização de entidade de classe, que resultou na *União dos Lavradores de Algodão do Estado de São Pau*
lo (ULA) criada em inícios de 1939.¹¹

No Nordeste, e particularmente em Sergipe, não encontramos nenhum movimento similar, o que demonstra a debilidade dos agricultores plantadores de algodão. O mais que con
seguiram foram algumas medidas protecionistas que analisaremos oportunamente.

Cultivado no Estado principalmente por pequenos agricultores, a ponto de ser considerado *cultura de pobre*, su
jeito à adversidade de condições climáticas e de pragas como a lagarta rōsea, além do jogo de influências dos comerciantes, seu índice de vulnerabilidade se apresentava bastante elevado.

Como se isso não bastasse, em novembro de 1937 o go

verno estabeleceu o serviço de classificação do algodão, impondo tributação elevada a espécies aclimatadas em proveito de outras consideradas de melhor fibra, mas de precária adaptação à região, resultando em desestímulos aos agricultores.

Entre os demais produtos agrícolas, aquele que apresentava contribuição significativa na receita do Estado era o arroz.

Cultivado, sobretudo às margens do rio São Francisco, provavelmente, grande proporção em sistema de parceria, seu desempenho pode ser avaliado a partir dos seguintes dados:

QUADRO V
PRODUÇÃO, ÁREA CULTIVADA E EXPORTAÇÃO DE ARROZ

ANOS	PRODUÇÃO (1) SACO 60 Kg	ÁREA CULTIVADA (2) (Ha)	EXPORTAÇÃO (3) TONELADAS
1926	-	-	1.344
1927	-	-	2.806
1928	-	-	4.788
1929	-	-	2.479
1930	-	-	2.534
1931	96.200	4.710	1.854
1932	90.000	4.910	3.016
1933	146.920	7.350	3.518
1934	120.000	6.670	3.107
1935	50.000	3.530	1.679
1936	88.000	5.900	-
1937	90.000	6.200	-
1938	90.000	6.140	-
1939	143.177	4.773	-
1940	146.300	4.874	-
1941	220.949	7.045	-
1942	241.100	7.193	-
1943	204.083	5.366	-
1944	153.392	4.496	-
1945	142.640	6.955	-

Fontes: (1) *Sergipe Econômico e Financeiro*, Aracaju, IBGE, 1953, p. 187.

(2) Idem.

(3) *O Estado de Sergipe em 1935*, Aracaju, IBGE, 1937, p. 104.

Enquanto o movimento de exportação revela continuidade do período pós trinta em relação ao quinquênio anterior, a produção que esteve oscilante nos anos trinta mantém proporção relativamente elevada nos anos quarenta. De todos os produtos agrícolas, certamente foi o arroz o menos sensível à seca de 1932, o que talvez se explique pela dependência das enchentes do Rio São Francisco que nem sempre coincidem com as condições pluviométricas do Estado.

Além desses produtos agrícolas, outros podem ser citados tais como a mandioca e o milho. Embora não se destinasse ao mercado externo, desempenhavam destacado papel na economia do Estado. Basta observar que o espaço ocupado superava praticamente todos os produtos agrícolas. Enquanto a cana, por exemplo, raramente chegava a 18.000 hectares, a mandioca variava de 20 a 30.000 hectares.¹² Enquanto isso a importância da mandioca chegou ao ponto de ser considerada de 1943 a 1945 como o produto agrícola que, em termos globais, ocupava o maior valor da produção.¹³ Mas, ressaltava o autor do Relatório citado, *queremos acreditar que os dados estatísticos relativos à produção de mandioca, como os dos demais produtos agrícolas, estejam distanciados da realidade, podendo os seus resultados acusar, em alguns casos, grandes diferenças para mais ou para menos.*¹⁴

Realmente a veracidade dos dados estatísticos constitui problema dos mais sérios para quem os utiliza com o objetivo de conhecer a realidade. Há casos, por exemplo, em que se encontram indícios de determinadas tendências, mas que não têm registro nos dados estatísticos. É o que ocorre no nosso caso com a pecuária, conforme revela o seguinte quadro:

QUADRO VI
POPULAÇÃO PECUÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE
(GADO MAIOR)
1912/40

ESPÉCIE	QUANTIDADE			
	1912 (1)	1920 (2)	1935 (3)	1940 (4)
Bovinos	268.770	311.239	330.000	261.944
Equinos	83.090	47.724	60.000	36.737
Asininos e muares	35.350	12.995	42.000	16.819
Ovinos	148.960	123.708	163.000	100.017
Caprinos	202.240	132.294	156.000	60.418

Fontes: 1) Censo de 1912
2) Censo de 1920
3) Inquérito da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura junto às Prefeituras Municipais.
Conforme *Quadros Estatísticos de Sergipe*, Aracaju, IBGE, Imprensa Oficial, 1938, p.16
4) Censo de 1940.

Por esse quadro, mesmo desconsiderando o inquérito de 1935, fica patente o declínio da população pecuária de 1920 para 1940.

Sem ter a pretensão de revisar dados tradicionalmente aceitos, somos levados a questionar a veracidade dos Censos de 1920 e/ou 1940 por várias razões. Primeiramente porque é em torno dos anos quarenta que o açúcar e sobretudo o algodão sofrem declínio, inclusive da área cultivada, conforme já foi visto em quadros anteriores. Mas não foram somente o açúcar e o algodão os únicos afetados. Segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil, apresentados no Relatório já citado, a área cultivada das principais culturas agrícolas do Estado foi avaliada da seguinte forma:

QUADRO VII

ÁREA CULTIVADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS
AGRICOLAS DO ESTADO
(1931 - 1944)

ANOS	ÁREA CULTIVADA (Ha)
1931	101.142
1932	94.542
1933	180.416
1934	179.899
1935	165.158
1936	184.916
1937	187.486
1938	177.632
1939	107.421
1940	103.213
1941	110.624
1942	114.005
1943	117.659
1944	110.002

Fonte: *Proposta Orçamentária para 1948*,
vol III, Secretaria da Fazenda,
Produção e Obras Públicas, Araca-
ju, 1947, (datilografado) p. 53.

Se, portanto, estava verificando-se, sobretudo a par-
tir de 1939, contração da área cultivada na agricultura, que
alternativas se ofereciam para os agricultores?

Sabendo-se, inclusive através de vários depoimentos,
que já nos anos trinta o gado, especialmente o bovino, vai en-
contrando maior valor comercial, tornando-se cada vez mais co-
mum os proprietários rurais comprarem boiadas em outros Esta-
dos, (Bahia e em Minas Gerais) a fim de engordar e revenderem
geralmente para Estados do Nordeste, tudo leva a crer que a
pecuária adquire importância crescente a partir dos anos trin-
ta, tornando-se o principal sucedâneo das culturas que naque-

la conjuntura encontravam menores compensações financeiras. Não é por acaso que as referências em documentos oficiais relativas à pecuária se amiam, indicando atenção ao setor, bem como as reivindicações dos interessados.¹⁵

Embora ainda sem elementos suficientes, levantamos a hipótese de que, apesar da valorização do produto não ser suficiente para afetar significativamente as posições desfrutadas pelo açúcar ou até pelo algodão, é provável ter havido melhoria de preços no comércio do gado ao ponto de representar alternativa de investimento viável. No relatório de 1947 seu autor afirmava: *Realmente chegamos a uma situação tal que passou a pecuária a ser entre nós, em determinadas circunstâncias, uma atividade muito mais lucrativa do que a agricultura.*¹⁶

Por certo a transição não se processou depois de 1945.

Francisco de Oliveira afirmou que a oligarquia açucareira do Nordeste foi suplantada pela ascensão da oligarquia-algodoeira-pecuária no pós 1930.¹⁷ Em Sergipe tal fenômeno não nos parece ter ocorrido, pelo menos até 1945. Sendo o plantio do algodão atividade à qual se dedicavam diversos estratos rurais e de maneira muitas vezes intermitente, não visualizamos suficiente unidade e consistência com força para dominar o grupo açucareiro. É certo que comerciantes de algodão tiveram maior influência, mas desconhecemos pacto com o setor ligado à pecuária com vistas a sobrepor-se ao setor do açúcar.

Talvez seja mais apropriado considerar a década subsequente a 1935, como período decisivo de gestação da importância dos pecuaristas de forma a possibilitar essa fração de classe¹⁸ a exercer a hegemonia no pós 1945.

Ao passarmos ao mundo urbano, também não encontramos mudanças significativas.

Do ponto de vista populacional, o índice de urbanização

zação permanecia reconhecidamente baixo. Em 1940, o Censo registraria 69% da população estabelecida no campo. O centro mais populoso do Estado continuava sendo de longe a capital que de 1920 para 1940 passara de 37.440 para 59.031 habitantes, enquanto no Estado, no mesmo período, a população cresceria de 477.064 para 542.326 habitantes.¹⁹

O setor secundário onde melhor se refletem as transformações econômicas também não apresenta mudanças substanciais.

Se computarmos o número de estabelecimentos industriais, excluídos usinas e engenhos, já apreciados quando tratamos do açúcar, encontramos o seguinte quadro:

QUADRO VIII
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS-SERGIPE
1907/40

ESTABELECIMENTOS	1907 (1)	1920 (2)	1930 (3)	1935 (4)	1940(5)
Unidades em Geral	41	237	-	492	749
-Operários	1.742	5.386	-	-	11.438
Fábricas Têxteis	4	7	11	11	12
-Operários	-	-	-	5.696	5.683

Fontes: 1) Censo de 1907.

2) Censo de 1920.

3) Armando Barreto (org) - *Cadastro de Sergipe*, Aracaju, 1935, pp/101/107.

4) *O Estado de Sergipe em 1935*, Aracaju, IBGE, 1937, pp.69 e 74.

5) Censo de 1940.

Embora o número de unidades industriais tenha crescido bastante, estas não possuíam poder germinativo. Eram, em sua esmagadora maioria, pequenos estabelecimentos de transformação elementar com reduzido número de empregados. As mais significativas pela quantidade de pessoal empregado eram as têxteis que em 1934 possuíam contingente de operários de 147 a 1042 pessoas.²⁰

Dispersas através de sete municípios, apresentando reduzido sentido de integração com outras indústrias, ou mesmo entre si, embora seu número fosse acrescido de apenas uma unidade, no período 1931/45 sua produção tendeu a aumentar:

QUADRO IX
PRODUÇÃO DE TECIDOS DE ALGODÃO

ANOS	QUANTIDADE 1.000 m	VALOR Cr\$ 1.000,00
1926	29.235 (1)	-
1927	31.283 (1)	-
1928	29.069 (1)	-
1929	29.306 (1)	-
1930	29.200 (1)	-
1931	39.665 (1)	-
1932	34.340 (1)	-
1933	28.204 (1)	-
1934	31.630 (1)	-
1935	28.350 (1)	-
1936	35.031 (2)	31.794 (2)
1937	38.150 (2)	35.724 (2)
1938	41.692 (2)	33.687 (2)
1939	42.730 (2)	33.945 (2)
1940	38.536 (2)	32.869 (2)
1941	40.916 (2)	40.934 (2)
1942	56.569 (2)	84.850 (2)
1943	56.354 (2)	114.169 (2)
1944	49.693 (2)	123.013 (2)
1945	46.549 (2)	132.860 (2)

Fontes: 1) *Quadros Estatísticos de Sergipe*, IBGE, Aracaju/Imprensa Oficial, 1938, p. 18

2) *Sergipe Econômico e Financeiro*, Aracaju, IBGE, 1953, p. 191.

Como se vê, se no decênio 1926/35 a produção se manifestou relativamente estacionária, a partir de 1936 tende a aumentar, acentuando-se nos anos quarenta, como efeito da Se-

gunda Guerra. A elevação dos preços, embora parcialmente impulsionada pela inflação, não deixava de se constituir em poderoso estímulo no sentido de preencher a capacidade ociosa.

Como dizia o autor do Relatório já citado, *o período da última guerra, atingiu a sua produção o máximo desenvolvimento apesar da precariedade das suas instalações considera*das *quase obsoletas.*²¹

Não obstante, Sergipe ocupava o sexto lugar entre os produtores nacionais, conforme poderá se verificar pelo quadro seguinte:

QUADRO X
Indústrias de Tecidos de Algodão no Brasil
1945

ESTADOS	Produção (m)	Nº de Fá bricas	Nº de Ope rários	Teares	Fusos
1. São Paulo	320.200.318	223	85.494	29.811	1.102.288
2. Minas Gerais	180.423.360	60	25.785	11.768	348.707
3. Pernambuco	136.899.999	17	28.907	8.425	205.134
4. D. Federal	112.824.378	15	24.748	14.180	560.176
5. Rio de Janeiro	95.263.397	24	16.696	8.342	289.163
6. SERGIPE	46.549.571	12	9.145	3.290	100.652
7. Alagoas	43.566.183	9	8.941	3.391	111.132
8. Bahia	32.655.103	8	5.323	4.545	98.468
9. Maranhão	17.504.750	8	3.584	2.133	80.820
10. Ceará	12.209.670	11	3.352	987	37.704
11. Santa Catarina	11.352.300	21	6.264	1.383	41.480
12. Paraíba	7.803.811	5	10.987	3.000	57.988
13. Rio Grande do Sul	3.689.880	2	1.026	607	24.172
14. Espírito Santo	2.421.751	1	351	161	3.986
15. Pará	1.952.999	1	316	281	7.804
16. Piauí	1.067.973	1	350	166	4.712
17. Paraná	92.150	1	28	30	-

Nota: Os dados referentes a Sergipe foram colhidos no Comunicado nº 8 do D. E.E. e os dos demais Estados, no Anuário Brasileiro de Estatística, ano IV e VII.

Fonte: Proposta Orçamentária para 1948, Aracaju, Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas, 1947, p. 48.

Apesar dessa situação de relativo destaque em 1945, o quadro pouco havia se alterado em relação aos anos 1920, no que se refere ao número de estabelecimentos. Efetivou-se nos anos quarenta aumento da produção por razões já citadas. De qualquer forma a produção de tecidos representava a principal atividade econômica do Estado fora do setor rural.

No comércio os dados são menos explícitos. Levantamento efetuado por volta de 1932/33 dava conta de 987 estabelecimentos, mas não há notícias da quantidade de empregados ²². O Censo de 1940 registrou 2.023 estabelecimentos comerciais contando com pessoal ocupado na ordem de 3.576 indivíduos ²³. Apesar dessa larga diferenciação, torna-se difícil estabelecer exatamente o grau de transformação, não apenas pela falta de confiabilidade dos dados, como também por não estabelecer critérios de distinção quanto ao tamanho dos estabelecimentos.

Contudo, por mais que relativizemos a proporção das mudanças, não se pode negar a existência de algum crescimento dentro das tendências que se vinham operando dos anos vinte.

Outro recurso de tentar avaliar o volume global do movimento comercial do Estado poderá ser realizado tomando por base a arrecadação do imposto sobre vendas e consignações, conforme é apresentado pelo relatório de 1947:

QUADRO XI
GIRO COMERCIAL DO ESTADO - 1936/45

ANOS	RECEITA DO IMPOSTO DE VENDAS E CONSIG- NAÇÕES	TAXAÇÃO	GIRO COMERCIAL ($\frac{b \times 100}{e}$)
1936	1.403.625,00	1,25%	112.290.000,00
1937	1.762.338,00		140.987.040,00
1938	3.012.999,00		241.039.920,00
1939	3.680.358,00		294.428.640,00
1940	3.636.216,00		290.897.280,00
1941	4.216.796,00	1,40%	337.343.680,00
1942	5.189.832,00		431.186.560,00
1943	6.983.325,00		498.808.928,00
1944	9.020.629,00		644.330.642,00
1945	10.038.486,00		717.034.714,00

Fonte: *Proposta Orçamentária para 1948*, Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas, Aracaju, 1947, Vol. III (Dat), p.53

Apesar do aumento do custo de vida do decênio 1936/45 ter sido avaliado em torno de 295% ²⁴ e da elevação da taxa de 1,25% para 1,40%, houve aumento substancial do giro comercial, especialmente nos anos quarenta.

Aí, apesar da crise de escoamento dos anos quarenta, deveria pesar bastante o volume de negócios representado pelo comércio interestadual, especialmente com as praças do Rio de Janeiro e Salvador, para onde se destinava a grande parte das exportações do Estado.

Aliás é interessante observar que até o destino dos produtos de exportação quase não se modificou, conforme se pode ver pelo quadro abaixo:

QUADRO XII
DESTINO DAS EXPORTAÇÕES

POSIÇÃO	1900(1)	1919(2)	1934(3)	1935(4)	1941(5)
1º Lugar	RJ	RJ	RJ	RJ	RJ
2º Lugar	BA	SP	BA	BA	BA
3º Lugar	PE	BA	SP	RS	SP

- Fontes:** 1) Mons. Olympio Campos, *Mensagem à Assembléia Legislativa de Sergipe*, 7.9.1901, Aracaju, Typografia d'O Estado de Sergipe, 1901 (recapitulação do quadro II).
- 2) J.J. Pereira Lobo, *Mensagem à Assembléia Legislativa de Sergipe*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1920.
- 3) *O Estado de Sergipe em 1934*, Aracaju, Artes Gráficas de Artífices, Diretoria de Estatística, 1936, p.218
- 4) *O Estado de Sergipe em 1935*, Aracaju, Gráfica Editora, Depto Estadual de Estatística, 1937, p.102.
- 5) *Exportação de Sergipe (1940/41)*, Aracaju, IBGE, Departamento Estadual de Estatística - Sergipe, 1942, p. 6.

Como se vê, Rio de Janeiro continuou com a mesma posição assegurada na Primeira República, seguindo-se a Bahia que baixava em 1919, embora continuasse com participação significativa ocupando o terceiro lugar, perdendo por pequena diferença de São Paulo. Enquanto isso, o mercado interestadual em relação ao externo continuava com absoluta predominância: 99% em 1900, 91% em 1935, 98,5% em 1940, 98% em 1941 ²⁵ permanecendo índice semelhante ao da República Velha.

Quanto ao movimento de embarcações, dividindo-se a fase de 1927/45 em quatro períodos, encontram-se as seguintes médias anuais:

QUADRO XIII
FLUXO DE EMBARCAÇÕES NO PORTO DE ARACAJU
MÉDIA ANUAL

PERÍODOS	EMBARCAÇÕES A VAPOR	EMBARCAÇÕES A VELA
1927/29	132	201 (1)
1930/35	155	224 (2)
1936/39	230	249 (3)
1940/45	125	165 (4)

Fontes: 1) Manoel Correa Dantas, *Mensagem à Assembléia Legislativa em 7.2.28*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1928 p 11; Idem, ib. 1929, p 97; Idem, ib. 1930, p. 11.
2,3,4 - *Sergipe Econômico e Financeiro*, IBGE, Aracaju, 1938, p. 193.

Em relação ao período anterior a 1930, registrou-se aumento até 1939. Com a eclosão da Guerra, verifica-se violento declínio que jamais seria recuperado, em face das transformações no sistema de transportes no período pós 1945.

Além do escoamento das mercadorias pela Barra do Rio Sergipe, correspondente ao porto de Aracaju, havia também movimento através das barras dos rios Piauí e São Francisco, sobre as quais não foram computados dados por não terem sido encontrados.

Outro aspecto que ilustra o crescimento comercial é o movimento bancário visto através do volume de depósitos e empréstimos:

QUADRO XIV
MOVIMENTO BANCÁRIO EM SERGIPE

ANOS	DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS
1928	17.420	16.400 (1)
1931	22.170	18.000 (1)
1934	31.626	... (1)
1935	25.068	26.300 (1)
1939	44.311	51.857 (2)
1940	54.015	66.283 (2)
1942	68.616	74.190 (2)
1943	109.971	113.384 (2)
1944	175.229	209.027 (2)
1945	199.522	283.551 (2)

Obs - Até 1935 em contos de réis, de 1939 em diante em mil cruzeiros.

Fontes: 1) *Quadros Estatísticos de Sergipe*, Aracaju, 1938, p.30.

2) *Sergipe Econômico e Financeiro*, Aracaju, IBGE, 1953, p.195/6.

Embora o movimento financeiro apresentasse crescimento relativamente diminuto entre fins dos anos vinte e meados dos anos trinta, já no fim desta década alcançava maior elevação, continuando a crescer pelos anos quarenta. Esse crescimento pode ainda ser ilustrado pelo aumento do número de estabelecimentos. As fontes sobre a quantidade de bancos no início da década de 1930 são escassas. Temos informações da existência apenas de um estabelecimento particular, o Banco Mercantil Sergipense, do Cel. Gonçalo Rolemberg do Prado, além do Banco do Brasil.²⁶

Em 1940 o censo já registrava 4 empresas e 7 estabelecimentos,²⁷ enquanto que em 1946 já há notícias de 20 esta

belecimentos, sendo 9 na capital e 11 no interior.²⁶

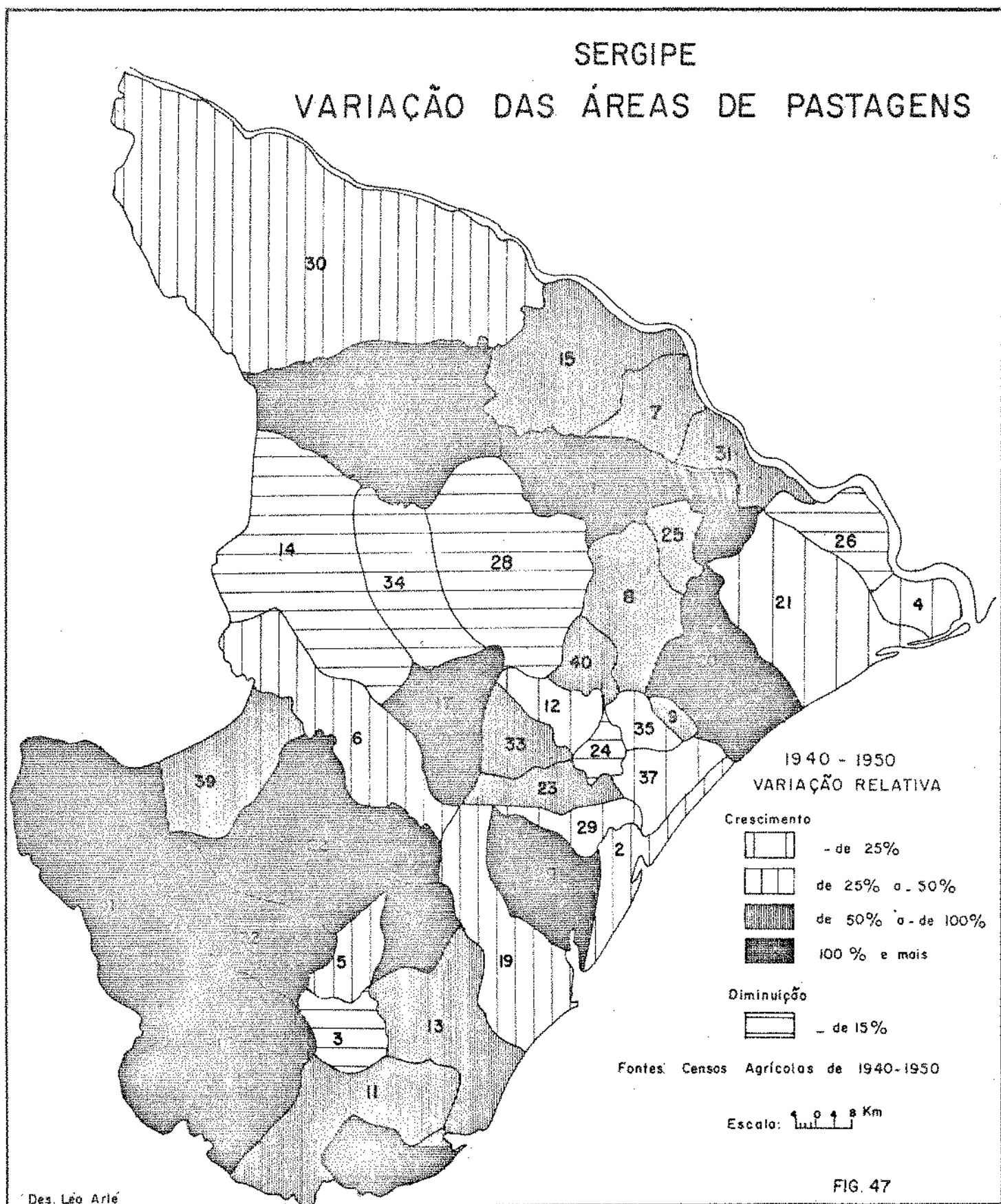
Mesmo diante da precariedade dos dados, pode-se admitir considerável crescimento do setor, como que reflexo das pequenas mudanças que se operam na economia estadual. E o aparecimento de novos bancos não deixa de se constituir num dos elementos mais expressivos dessa mudança, indicando a diversificação dos investimentos, partindo de grupos que até então se haviam concentrado na indústria açucareira, como era o caso dos Prado Franco.

Portanto, embora o perfil da economia de exportação se mantenha de uma década a outra, configurando segura continuidade, a diversificação dos investimentos revela perda relativa do setor exportador.

Foi visto que apesar das crises de preços (1930/31) e de produção (1932) na economia de exportação, houve rápida recuperação em face de conjuntura favorável, do ponto de vista climático e de preço, engendrando relativa prosperidade que se preserva mais ou menos até 1937. A partir daí embora a economia continuasse preponderantemente de exportação, tendo no açúcar seu produto fundamental, algumas pequenas alterações merecem consideração.

A primeira talvez seja o declínio do algodão que se acentua pelos anos quarenta. Quanto ao açúcar, os preços pouco compensadores e os problemas de escoamento na conjuntura de guerra tendem a afetar o setor. Embora o nível da produção se mantenha pelos anos seguintes, os centros produtores, especialmente as usinas começam a se reduzir em número. É nesse período (1939/45) que aparecem novos bancos, enquanto a produção de tecidos alcança patamar inédito estimulada pela crescente demanda revestida de altos preços. Se bem que a prosperidade da indústria têxtil irá revelar-se efêmera, a ascensão da pecuária manifestar-se-á duradoura e progressiva, expandindo-se pelos anos quarenta, conforme atesta o mapa 1.

São essas as modificações mais significativas que se observam na economia de Sergipe. Substancialmente o quadro



Fonte: *Aracaju e sua Região* - Subsídios ao planejamento da área nordestina, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1971.

praticamente não se alterava e nem parecia gestar-se nenhum fenômeno que apontasse para alguma ruptura de modo a abalar a estrutura de dominação. Quando muito, poder-se-ia dizer que o declínio do algodão, a ascensão da pecuária, a perda de posição do açúcar e a paulatina diversificação da economia se constituíram em mudanças secundárias, mas que eram suficientes para afetar a correlação de forças, especialmente entre os setores da classe dominante.

Notas

1. Liana Maria Lafayete Aureliano da Silva - *No Limiar da Industrialização* - Estado e Acumulação de Capital, 1919-37, Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976 p.1.
Ver também Maria Conceição Torres - *Dados* nº 1, Rio de Janeiro, 1966, p.117.
2. Manoel Correa Dantas - *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa* em 7.9.1928, Aracaju, Imprensa Oficial, 1928.
Idem, idem 7.9.1929, idem 1929.
Idem, idem 7.9.1930, idem 1930.
O Estado de Sergipe em 1935, Departamento Estadual de Estatística, Publicidade e Difusão Cultural, Aracaju, Gráfica Editora, 1937, p. 145.
3. Enquanto em 1937 era arrecadada em imposto de exportação a importância de Cr\$ 4.380.641,00, em 1945 não passava da cifra insignificante de Cr\$ 750,00. *Proposta Orçamentária para 1948*, Vol. III, (Relatório apresentado pela seção de estudos econômicos e financeiros ao presidente da comissão de orçamento), Aracaju, 1947 (datilografado) p.92.
4. Conf. *Relatórios contas e pareceres do conselho fiscal da Associação Comercial de Sergipe*, triênio 1929/31, Aracaju, 1932, Gráfica Editora de Sergipe, 1932, p. 44.
5. Para se ter uma idéia da expansão do açúcar em São Paulo, basta observar que enquanto a produção do Estado de Pernambuco aumentava de 4.603.127 sacos em 1929 para 5.200.000 sacos em 1946 e a de Sergipe permanecia mais ou menos estacionada em torno de 500.000 sacos, São Paulo passava de 1.113.417 em 1929 para 4.000.000 em 1946. Conf. Edgard Carone - *O Estado Novo*, São Paulo, Difel, 1976, p. 39.

6. Edgard Carone - *A Segunda República*, São Paulo, Difel , 1973, p.157.
7. Orlando Dantas, *O Problema Açucareiro de Sergipe*, Aracaju, Livraria Regina Ltda, 1944, p. 28.
8. Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.61.
9. Tomãs Szmrecsanyi, *Agroindústria Canavieira, Avaliação do Planejamento no Brasil*, S. Paulo, Brasiliense, 1977 , p.29.
10. Edgard Carone, Ob. cit. 1976, p. 50/51.
11. Idem, Ibidem, p.53.
12. *O Estado de Sergipe em 1934*, Diretoria de Estatística, Aracaju, Artes Gráficas Escola de Artífices, 1936, p139
13. *Proposta Orçamentária para 1948*, p. 33.
14. Idem, ibidem, p.33.
15. Ver Augusto Maynard Gomes, *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República*, Dr. Getúlio Vargas, referente às atividades da administração sergipana, durante o ano de 1942, Aracaju, Imprensa Oficial, 1943, p. 21. Segundo o citado relatório "*a pecuária sergipana tem sido objeto de especiais cuidados do governo sergipano*".
Ver também, *Revista de Aracaju*, Ano II, nº 2, Aracaju, 1944, p. 248.
16. *Proposta Orçamentária para 1948*, p. 30.
17. Francisco de Oliveira, ob. cit. p.35/37.
18. O termo *fração de classe* é empregado aqui em sentido amplo, qual seja, de parcela de classe que apresenta caracteres comuns, relacionados sobretudo com a posição em face do sistema produtivo, definindo interesses específicos.

19. Censos de 1920 e 1940
20. *O Estado de Sergipe em 1934*, pp. 166/7
21. *Proposta Orçamentária para 1948*, p.46
22. Armando Barreto (org) - *Cadastro Industrial e Comercial e Informativo de Sergipe*, Aracaju, Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, 1933, p.456.
23. Censo de 1940.
24. Conf. *Movimento*, 17.7.78, p. 12.
25. Mons. Olympio Campos, *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa* em 7/9/1901, Aracaju, Typografia d'O Estado de Sergipe, 1901.
O Estado de Sergipe em 1935, p.102
Exportação de Sergipe (1940/41), p. 6
26. Armando Barreto (org) - ob. cit. p.181
27. Censo de 1940 - p.392.
28. *Proposta Orçamentária para 1948*, p.51.

2.3. Os Governos Provisórios Efêmeros

Não obstante ter sido Sergipe palco de revoltas tenentistas em 1924 e 1926, o processo de acomodação política que foi ocorrendo a partir de 1927, entre revoltosos e situacionistas, contribuiu para diminuir a polarização política interna. Isso não significa que a oposição ao governo estadual tenha diminuído. Pode-se constatar até certo crescimento em face da atuação dos grupos revoltosos que não se acomodaram ao esquema do governo e de outros grupos, provenientes principalmente das camadas médias urbanas. De qualquer forma, a polarização existente à época da Revolução não foi suficiente para provocar, de imediato, ações que ameaçassem a segurança e os interesses econômicos fundamentais da classe dominante.

Em contrapartida, os governantes que num primeiro momento assumiram a direção do Estado, em geral, nem sequer demonstraram pretensões de modificar a antiga ordem oligárquica nos seus traços mais essenciais.

Depois que um avião, na manhã do dia 16.10.30, distribuiu em Aracaju manifestos dando conta do avanço das forças revolucionárias, provenientes do Norte, em direção à capital, o Presidente do Estado fugiu e o capitão Aristides Prado, de acordo com Juarez Távora, empossava o tenente-médico Eronides de Carvalho como Governador Provisório do Estado de Sergipe.¹

Em sua oração de posse o primeiro governante da nova ordem dizia *"assumir por delegação dos companheiros revolucionários, o Governo Militar do Estado (...) tendo por objetivo o respeito aos direitos individuais, o direito da propriedade e, sobretudo, o respeito à família Sergipana"*. Outra promessa anunciada era quanto aos *"serviços públicos"* marcharem sem interrupção.²

Além de preocupar-se com a continuidade da ordem, o novo governante declarou-se conciliador, dizendo-se sem adversários, ter em cada sergipano um amigo dedicado e que até os

que se julgassem adversários poderiam contar com o apoio do governo.³

Apesar do tenente Eronides de Carvalho não ter participado do movimento tenentista local, antes colocando-se numa posição legalista, nem por isso deixou de acomodar-se à nova conjuntura, nomeando, para seus auxiliares, elementos que haviam se destacado na campanha aliancista, tais como o professor Artur Fortes para Secretário Particular do governo, e o Almirante Amintas Jorge para a Intendência da capital.

Mas, pouco adiantou seu senso de oportunismo. Entre a noite do dia 18 e a madrugada do dia 19.10.30 chegavam a Sergipe alguns corpos das tropas revolucionárias, transformando-se Aracaju num Quartel General das Forças em Operações no Norte do país, por um curto período. Na manhã do dia 20, já o General Juarez Távora, comandante e Chefe das tropas do Norte, comparecia ao Palácio e empossava o General José Calazans para o Governo Provisório do Estado, sendo-lhe transmitido o cargo em nome do sr. dr. José Américo de Almeida, chefe do Governo Provisório do Norte do Brasil.⁴

O "general" Távora apresentou ao povo o novo chefe do governo e pediu que todos encarassem a nobre causa em que o Brasil se empenhava naquele momento, sem rancores e sem vinditas.⁵

O general José Calazans era oficial há muito reformado, gozando da aura de homem sério e honesto, zeloso dos bens públicos. Simpatizante do movimento tenentista, fora acusado de conselheiro dos oficiais revoltosos em 1924 e, apesar de não ter aceito assumir o governo do Estado naquele momento, foi preso e respondeu a processo.⁶

Ao chegar ao governo, o General José Calazans encontrava o Estado com a dívida de aproximadamente 14.435 contos correspondente à receita de quase 2 anos⁷ e como seu predecessor, também mostrar-se-ia conciliador com políticos da administração passada. Quando um grupo de pessoas, integrado sobretudo por estudantes, realizou um enterro simbólico do ex

presidente do Estado, Manoel Dantas, o *Diário Oficial* noticiou que tal fato ocorreu "*à revelia das autoridades*" (e) "*trouxe profunda amargura ao governo, por considerá-lo real atentado as promessas de segurança e respeito contidas no programa revolucionário*".⁸

Parece-nos, contudo, que a principal preocupação do General José Calazans em sua curta administração foi a contenção financeira, tendo para isso elaborado um plano de supressão de cargos, opção por vencimentos menores, (inclusive os seus) etc., prevendo uma economia de 272 : 072\$000 por ano, ⁹ (correspondente a cerca de 3,5% da Receita anual) como se esse fosse o meio mais adequado para sanar as finanças.

Mas, já em 5 de novembro, ou seja, quinze dias após sua posse, o *Diário Oficial* noticiava sua renúncia e sua substituição pelo Major Marcelino José Jorge. Este era também militar reformado, identificado com os momentos liberais da Campanha Prô Rui Barbosa até a *Aliança Liberal*. No Governo, Marcelino José Jorge prosseguiu o plano de contenção financeira de seu antecessor, continuando a expedir decretos de exoneração, e tendo ainda dissolvido a Assembléia Legislativa, cinco dias antes do decreto presidencial de 11.11.1930, que institucionalizava o Governo Provisório da República!¹⁰

Cassados, os intendentes eram substituídos por outros nomeados pelo novo governo, para "*exercer aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente*".¹¹

Ao interventor, que seria nomeado pelo Governo Provisório, caberia, entre outras coisas, exercer em toda plenitude não só o Poder Executivo, como também o Legislativo. Quanto ao Poder Judiciário, prescrevia-se que "*continuará a ser exercido de conformidade com as leis em vigor, com as modificações que viessem a ser adotadas*".... e mantinha-se o *habeas corpus* "*em favor dos réus ou acusados em processos de crimes comuns, salvo os funcionários e os de competência de tribunais especiais*".¹²

Entretanto, poucos dias após a renúncia do General José Calazans, chega a Sergipe Juarez Távora, acompanhado do tenente Augusto Maynard Gomes, que provinha de missão revolucionária no Estado de Minas Gerais. Uma vez em Aracaju, o *Vice-Rei-do-Norte* conferenciou com o General José Calazans e persuadiu-o a retornar ao governo.¹³

Reassumindo as funções de governo provisório, o General José Calazans exonerou o professor Artur Fortes, que ocupava o cargo de Secretário Geral do Estado, suspendendo tal cargo por medida de economia. Por esse tempo, nomeou alguns intendentess e entregou a direção do Estado ao tenente Augusto Maynard Gomes, a figura que mais se destacava no movimento tenentista em Sergipe. A partir de então, o Estado passaria a ter uma administração mais duradoura e contínua, que está a exigir uma análise mais longa.

Numa visão do conjunto desses governos provisórios efêmeros, podemos afirmar que, por iniciativa própria, pouco fizeram que fosse de encontro aos interesses reais da classe dominante. O fato mais significativo a assinalar, enquanto atingia o sistema de representação política da classe dominante, foi a dissolução da Assembléia Legislativa e, em menor escala, a nomeação dos intendentess de conformidade, muitas vezes, com interesses de facções dominantes locais.

Contudo, a interferência ostensiva de Juarez Távora, como força incontestada do Norte, indicando e empossando governos e impondo sua orientação sem consultar as lideranças da classe dominante local, era algo indesejável e não deixava de provocar apreensões.

Restaria saber até que ponto as políticas das interventorias iriam representar interesses de classes e, em contrapartida, quais as reações das classes em relação a tais políticas.

Notas

1. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, 10.10.30, p. 22.283. A partir de então Diário Oficial do Estado de Sergipe será indicado simplesmente como *Diário Oficial*.
2. Idem, 18.10.30.
3. Idem, 18.10.30.
4. Idem, 21.10.30.
5. Idem, 21.10.30.
6. José Ibarê Costa Dantas - ob. cit. p. 97 e seguintes.
7. *Diário Oficial*, 17.10.31.
8. *Diário Oficial*, 26.10.30.
9. Ver Demonstrativo da economia feita para os cofres do Estado, a partir de 28.10.30, com supressões de cargos, opções de vencimentos, etc., Acervo Geral, 976 - APES.
10. Cf. *Diário Oficial*, 7.10.30.
11. Edgar Carone - *A Segunda República*, SP., Difel, 1973 p. 20.
12. Edgar Carone - ob. cit. p. 18/19.
13. *Diário Oficial*, 9.11.30.

2.4. Interventoria e Classe Dominante (1930/35)

Com a deflagração do *movimento de outubro*, pelo menos numa primeira fase (1930/34), o sistema oligárquico, que havia predominado durante a República Velha, recebe impacto considerável, a nível político.

Quando tratamos dos governos provisórios efêmeros vimos que, não obstante suas práticas cautelosas em não ferir interesses da classe dominante, o próprio quadro nacional com interferências ostensivas na política interna trazia apreensões, senão insegurança. Com a posse do tenente Augusto Maynard Gomes, em 16.11.1930, assumindo o cargo de governador provisório e, em 19.12.1930, passando a interventor do Estado, a situação tendeu a desagradar à classe dominante, especialmente a algumas de suas frações mais poderosas, na medida em que estas se sentiam menos vinculadas ao poder.

Recorde-se que o tenente Maynard era a figura *revolucionária* de maior destaque em Sergipe. Tendo tomado parte nas revoltas de 1904 (Rio de Janeiro), 1906 (Sergipe), 1922 (Rio de Janeiro), 1924 e 1926 (Sergipe), acabava de participar da vitória de 1930, desempenhando missão em Minas Gerais, coroando com sucesso seu passado de rebeldia ¹.

Embora proviesse de família de senhor de engenho do município de Rosário do Catete (Sergipe), tinha, por outro lado, longa vivência e identificação com a geração dos tenentes revoltosos, o que aliás era suficiente para inspirar reduzida confiança às frações da classe dominante.

Chegando ao poder sem o beneplácito ou a chancela dessas frações desconfiadas e arredias, na constituição do próprio aparelho de Estado ele não parece contemplar todas elas. Uma amostragem do pessoal que vai desempenhar importantes cargos públicos, ou que vai influir de outras formas nas políticas da interventoria, indica a presença de três grupos de indivíduos.

O primeiro era representado pelos militares mais ou menos egressos do movimento tenentista dos anos vinte em Sergipe. Eram, em sua maioria, elementos originários das camadas médias, podendo ser lembrados os seguintes nomes.

Capitão Eurípedes Esteves de Lima, participante da Revolta de 1924, sendo inclusive um dos integrantes dos quatro nomes da Junta que governou o Estado por 21 dias naquele ano. Depois da *Revolução de Outubro* deixou Salvador, onde havia atuado, e veio para Sergipe ocupar o cargo de Chefe de Polícia, chegando posteriormente a comandar o 28º BC.

Outro membro da Junta Governativa foi o tenente Manuel Messias de Mendonça, que se tornou Diretor de Finanças, cargo que deixou logo em julho de 1931, a fim de continuar estudos em Salvador.

Um terceiro nome a ser destacado é o do tenente Damião de Medonça, que se manifestou ideólogo entusiasta da nova ordem, defendendo-a ardorosamente em vários momentos, inclusive através da imprensa, chegando a reunir alguns de seus artigos em livro publicado em 1932². Ocupando o cargo de Oficial de Gabinete de 1931 a 1933, mostrou-se simpático aos trabalhadores, estimulando a ira de frações dominantes. Tornou-se também secretário da *Legião de Outubro*, de que falaremos oportunamente.

Ao lado desses, outros militares ocuparam cargos ou influíram de forma diversa nos rumos da administração, pela vinculação que mantinham com o grupo que ocupava o aparelho de Estado. Como exemplo, podemos citar o Major Rodemarque Mendonça, o Tenente Odilon Siqueira, o 2º tenente Bhetoven Marques da Silva, entre vários outros.

O segundo grupo era composto por uma gama mais variada de indivíduos. Estes remanescentes do movimento tenentista da década de 1920, ou ainda, simples aderentes da nova ordem, de origem social mais diversificada, alguns provinham de tradicionais famílias da sociedade sergipana, outros das

camadas baixas. A maioria deles se constituía na inteligência progressista do regime, e todos revelaram, em maior ou menor proporções, identificação com o ideário da Revolução enquanto tentativa de promover uma certa reforma social. Embora mal definida, ela se opunha ao liberalismo oligárquico da Primeira República, enquanto propugnava pelo aperfeiçoamento do sistema representativo.

Nesse grupo incluía-se João Maynard³. Homem de longa vivência nos cargos públicos da Primeira República, sua indicação para ocupar a Secretaria Geral - que somente deixaria em abril de 1933, quando faleceu - se deveu basicamente a dois motivos: o parentesco que o ligava ao interventor, na qualidade de tio, e sua larga experiência sobretudo no âmbito jurídico do Estado. Embora se constituísse numa das personalidades menos renovadoras do novo quadro governante, deve ter proporcionado à interventoria segurança, tornando suas práticas menos vulneráveis às investidas da classe dominante.

Outro intelectual com bastante ascendência sobre a interventoria foi Carvalho Neto (Antonio Manoel de). Filho de família com vasta tradição de mando no Estado, bacharelou-se em Direito e exerceu os mandatos de deputado estadual (1912/13) e de deputado federal (1921/23 e 1924/26). Tornou-se nessa última legislatura, membro da comissão de legislação social e um dos principais propugnadores pela reforma constitucional que atribuiu ao Congresso o direito de legislar sobre o trabalho⁴. Em 1926 tentou ser indicado para a Presidência do Estado, mas terminou preterido, acusado de ser uma *candidatura vermelha*.⁵ Voltando a Sergipe, dedicou-se à advocacia, tornando-se um dos principais responsáveis pela soltura do então tenente Maynard entre 1927/8.

Indicado para o Conselho Consultivo em 1931, integrou a comissão legislativa encarregada de dar nova organização judiciária ao Estado, organizou o Congresso das Municípios e, posteriormente, exerceu o cargo de Consultor Jurídico do Estado. Mais importante, porém, do que esses cargos em si, foi a influência que desempenhou junto à interventoria,

podendo ser considerado, após a morte de João Maynard, o principal intelectual do governo.

Outro conselheiro que havia se empenhado muito pelo estabelecimento de uma legislação trabalhista favorável à condição dos trabalhadores foi Deodato Maia ⁶. Permaneceu no Rio no início dos anos trinta, sem perder de vista a evolução do quadro político sergipano, mantendo com o interventor correspondência bastante amigável, enquanto desempenhava importantes papéis junto ao Ministério do Trabalho. Gozava de tanta confiança junto ao interventor que se tornou Delegado efetivo da Interventoria Federal, junto ao *Club 3 de Outubro* no Rio de Janeiro ⁷. Em 1934 voltou a Sergipe, dirigiu o jornal situacionista *Diário da Tarde*, ao tempo em que se candidatava à Câmara Federal.

Além desses três intelectuais de maior projeção no governo, outros nomes mais vinculados às camadas médias pela origem social e estilo de vida podem ser citados: Álvaro Fontes Silva foi tipógrafo e conseguiu bacharelar-se em 1912. No governo de Maynard, foi Censor da imprensa oposicionista e, posteriormente Diretor das Finanças e ainda Diretor da Penitenciária, em outra oportunidade. Dã-nos a impressão de um técnico afeito a cargos de chefia que costumava exercer com habilidade. Antonio Gervásio de São Barreto, simpatizante do movimento tenentista, foi Diretor do Diário Oficial nos anos trinta. Nicanor Ribeiro Nunes substituiu João Maynard na Secretaria Geral, como técnico moderado e burocrata eficiente. O poeta Freire Ribeiro desempenhou durante algum tempo a secretaria particular do governo. Edison de Oliveira Ribeiro, advogado e jornalista, figura histórica do tenentismo da década de 1920, quando fora preso e processado. Na década de 1930 foi censor na imprensa local, Procurador Geral do Estado, elevado a desembargador, tendo posteriormente se incompatibilizado com o interventor. Alceu Dantas Maciel, jovem advogado, chegou a chefe de Polícia do Estado, identificado com a causa dos trabalhadores urbanos. Entre vários outros, merecem menção ainda dois pequenos comerciantes, fiéis simpatizantes do movimento tenentista dos anos vinte. São eles Hormindo Menezes e Cami-

lo Calazans. O primeiro mantinha uma farmácia, foi preso e processado na década de 1920, envolvido na revolta de 1924. Do segundo, desconhecemos qual sua participação, embora saibamos de sua simpatia à causa dos tenentes. Hormindo Menezes permaneceu sempre ligado à interventoria, embora ocupando cargos relativamente modestos, tais como membro da diretoria da *Legião de Outubro*. Quanto a Camilo Calazans, foi indicado para prefeito da capital, cargo que ocupou até outubro de 1933.

Como se vê, os remanescentes do movimento *tenentista*¹² década de 1920 estavam representados junto à interventoria tanto através de civis, como por meio dos militares. Além da esmagadora maioria proceder das camadas médias, todos apresentavam alguma identificação com o movimento de renovação que se pretendia estabelecer na sociedade, movimento esse que não coincidia com os interesses de toda a classe dominante, embora algumas frações dessa classe estivessem também representadas, junto à interventoria, formando o último dos três grupos que tiveram influência marcante nas políticas implementadas.

Entre os participantes desse terceiro grupo podem ser citados o comerciante Afonso Quintiliano da Fonseca, o industrial Manuel R. da Cruz, e os fazendeiros ligados à agropecuária, Francisco de Araujo Macedo e o coronel Acrísio d'Ávila Garcez, todos eles membros do Conselho Consultivo.

Este Conselho, criado pelo decreto-lei de 29.8.31, do Governo Provisório, substituiu os órgãos legislativos nos níveis federal, estadual e municipal. Formado por cidadãos brasileiros considerados *de reputação ilibada, notoriamente idôneos*, ao interventor cabia nomear os cinco conselheiros da área estadual e, pelo menos, um dos três da área municipal.

A competência de tais conselhos era de certo modo restrita, uma vez que esses se limitavam a pouco mais do que *emitir parecer escrito sobre consultas do interventor ou do prefeito, e sugerir providências que julgassem necessárias ou convenientes à boa marcha da administração pública*.⁸

Apesar disso, a nomeação de conselheiro indicava de

ferência da interventoria com relação a frações da classe dominante ali representadas e integradas na administração, por mais formal e reduzida que se apresentasse de fato.

Contudo, parece-nos lícito afirmar que o aparelho de Estado em relação ao período pré-1930 sofreu mudanças, não apenas pela troca de nomes em si, mas também pela origem social de seus membros, e sobretudo pela atuação política de seus participantes menos vinculada à classe dominante, não obstante houvesse a representação de algumas frações dessa classe, dentro do próprio aparelho. Além disso, houve modificações nos próprios órgãos integrantes do aparelho de Estado. Alguns foram extintos, como a Assembléia e as Câmaras Municipais, outros criados, como os Conselhos Consultivos, outros enfraquecidos, como o Judiciário. Enquanto isso, fortalecia-se o Executivo.

Apesar dessas mudanças, todas, ou quase todas as frações dominantes, conseguiram representar-se junto ao aparelho de Estado, salvo talvez a fração açucareira, da qual não conseguimos detectar nenhum representante direto, nem indireto.

Tal fato, apesar de extremamente significativo, enquanto expressava desgaste em sua influência no poder do Estado, não evidencia que o Estado tenha optado por outra alternativa econômica, buscando privilegiar outros setores. Longe disso. A sociedade política continuou favorecendo as diversas frações que controlavam a produção dos principais produtos, inclusive a açucareira, embora seja possível encontrar modificações no relacionamento com tais frações.

Uma análise geral dos discursos e das práticas da interventoria revela que as preocupações do Estado continuavam no sentido de incentivar os setores fundamentais da economia, não apenas mantendo o sistema de propriedade privada dos meios de produção e as relações de produção, mas também estimulando a acumulação de capital, inclusive com medidas protecionistas.

Começando pelo setor açucareiro, encontramos já no a

no de 1931 o decreto de 5 de maio, estabelecendo a taxa por saco de açúcar, para garantia de contratos de financiamento referentes a safra 1931/32.⁹ Ainda em 1931, o interventor telegrafa ao Chefe do governo Provisório rogando *autorizar ao Banco do Brasil conceder warrantagem* ao açúcar, semelhante ao que vinha fazendo com os usineiros de Campos.¹⁰ Em julho de 1933 a interventoria dispõe sobre a realização de empréstimos em dinheiro aos produtores de açúcar do Estado.¹¹ Em julho de 1934 novo decreto de disposição semelhante beneficia o mesmo setor.¹²

Ao lado desses financiamentos que vinham se processando desde, pelo menos, a Primeira República, merece ser lembrado o empenho desenvolvido pelo interventor junto ao aparelho de Estado a nível federal, tanto pelo aumento da taxa de financiamento, quanto pela elevação da margem de cotas reservadas para Sergipe, na ocasião da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

De início, a comissão de usineiros do Estado, atendendo solicitação do Ministro da Agricultura, Juarez Távora, apresentou algumas sugestões ao anteprojeto, principalmente no que se refere ao aumento de taxas.¹³

Não obstante esse começo promissor, especialmente dois itens desagradaram aos usineiros, que tiveram na interventoria decidida defensora e porta voz dos seus interesses.

O primeiro referia-se ao preço da taxa de financiamento. Ficando estabelecido para Sergipe 6\$000, o secretário do interventor, Nicanor Nunes, pleiteou junto ao presidente do IAA, Leonardo Truda, no sentido de aumentar a taxa para 8\$000, como foi estabelecido para Pernambuco. Mas não foi atendido, alegando o presidente do IAA que a situação privilegiada de Pernambuco devia-se a circunstâncias excepcionais de qualidade do produto, e à necessidade de solucionar divergências entre fabricantes e plantadores locais.¹⁴

Maior divergência entre o presidente do IAA e a in-

terventoria de Sergipe iria ocorrer com relação ao limite da produção de cada Estado.

Em meado de março de 1934, o interventor telegrafa a Teodoro Nascimento, delegado de Sergipe junto ao IAA, instruindo-o a fim de defender o limite de cotas do Estado para um milhão de sacos anuais, e ao Presidente do IAA, justificando sua reivindicação.¹⁵ Ante a falta de comunicação sobre o limite determinado, o Cel Maynard Gomes voltou a telegrafar, desta vez para o próprio ministro Juarez Távora, interpelando-o sobre a veracidade da notícia divulgada pela imprensa de que o critério para todos os Estados seria a média de produção no último quinquênio, tenha sido normal ou não. Lembrava então o interventor ao Ministro a ocorrência da *mais prolongada e calamitosa estiagem de que há memória no Estado, chegando mesmo, em consequência do flagelo a sofrer uma redução de produção maior de dois terços nas safras respectivas*. Assim, achando que a resolução do IAA estava desobedecendo regulamento do Decreto 22.981, apresentava seu veemente protesto.¹⁶ Em decorrência desses telegramas, o Presidente do IAA enviou ao Ministério da Agricultura relatório justificando o limite de Sergipe na casa dos quinhentos mil sacos. Inconformado com os argumentos do relatório do qual Juarez Távora lhe enviara cópia, Maynard recorreu ao próprio Presidente da República numa longa correspondência, onde procurou demonstrar que a resolução do IAA era arbitrária por ferir o artigo 28 do decreto de sua criação, considerando que a produção do último quinquênio não havia sido normal. Lembrava também que embora todos os proprietários de usinas fossem plantadores de canas, havia ainda os simples plantadores, *os que apenas lavram em suas terras os produtos que destinam a usinas de outrem*, os quais inevitavelmente ficariam com as safras de todo prejudicadas por que os usineiros teriam plantações próprias que alcançam facilmente esse limite. Além disso, chamava atenção para os encargos pesadíssimos que os usineiros assumiam com empréstimos, replicava que não se tratava de questão regional como o presidente do IAA procurou acoiar e concluía: *defender os interesses da lavoura açucareira de Sergipe, dentro de um limite le-*

*gal e justo, é, sim, colocar esses mesmos interesses dentro do quadro geral brasileiro, que não comporta exclusões ou injustiças.*¹⁷

O ardor com que o Estado, através de seu interventor, assume e defende a causa dos usineiros, embora indique a elevada importância do setor açucareiro como elemento fundamental da economia estadual, não evidencia a inexistência de subordinação do aparelho de Estado a essa fração da classe dominante. Antes pode ter resultado numa tendência inversa, pois com a criação do IAA, com os sucessivos financiamentos das safras regulamentados pelo governo local, e diante do empenho da interventoria barganhando vantagens para o setor, tudo indica que a situação mudara,¹⁸ enquanto os senhores do açúcar iam se tornando mais dependentes do Estado. Em contrapartida, esse Estado, cõscio da cobertura que proporcionava ao setor, poderia em determinados momentos cobrar seu preço, implementando políticas que poderiam não coincidir com reivindicações da fração açucareira. E isso foi o que ocorreu em 1933, no ensejo da eleição do representante sergipano junto ao IAA. Tendo o interventor manifestado preferência por um nome, os usineiros simplesmente apresentaram uma lista tríplice sem incluir o nome mencionado pelo interventor, o que o levou a anular a eleição, alegando irregularidades e indicando o seu preferido. Os senhores do açúcar protestaram de várias maneiras, até ao ponto de enviarem um emissário, na pessoa do senador Augusto Leite, ao Presidente da República, a quem teria exposto *o caso nas suas minúcias*,¹⁹ mas não conseguiram modificar a resolução do interventor. Este, por sua vez, em explicações ao Presidente da República, assinalava: *se, de um lado, são os usineiros interessados imediatos no assunto, também de outro, deve-se compreender que o Estado tem na produção açucareira a base fundamental de sua economia daí a sua igual faculdade de proferir dentro dos seis nomes constantes da ata o que lhe parece mais próprio para o desempenho da função.*²⁰

Tal posição do Estado, revelando alguma autonomia em relação ao setor açucareiro, parece-nos substancialmente no

va e somente pode ser suficientemente compreendida através da análise das lutas políticas que se desenvolvem no primeiro quinquênio do período após 1930, o que faremos mais adiante.

Com relação ao setor algodoeiro, deve-se notar de início que já havia uma tradição protecionista bastante considerável, manifestada de variadas formas: criação do serviços de inspeção, instituição de prêmios, distribuição de sementes, serviço de combate a pragas, instalação de um Departamento Estadual do Algodão, estabelecimento de Descaroçador Modelo em Aracaju,²¹ etc.

Seguindo essa tendência, manifestada sobretudo pelos governos da Primeira República, a administração sob a direção do major Maynard Gomes adquire uma prensa hidráulica de alta compressão, assim como cria e instala um entreposto oficial como o primeiro armazém geral do Estado.²²

Esse elenco de medidas, por mais reduzido que fosse, não deixava de aumentar os vínculos do setor com o Estado, especialmente com a federalização do antigo Departamento Estadual de Algodão, na medida em que transferia para esfera federal resoluções que pouco ou nada dependiam de pressões locais.

É certo que o peso da burguesia algodoeira era relativamente diminuto em relação à açucareira, daí o menor significado que as medidas da interventoria alcançaram em termos de alterações nas relações de forças dentro da classe dominante.

Quanto à relação do Estado com os demais setores, não encontramos medidas específicas dignas de registro. Com isso, estamos longe de sugerir que o Estado fosse uma instituição ausente na existência desses setores em pauta, ou que se limitasse a manter a ordem vigente e contribuir para a reprodução das relações de produção.

No que se refere aos setores industrial e comercial, por exemplo, na medida em que o Estado ia se impondo como in-

intermediário nas relações entre capital e trabalho, por força da nova legislação que ia surgindo do Poder Central, mais importantes se tornavam as influências junto ao aparelho do Estado.²³

A interventoria favorecia os setores fundamentais da economia, empenhada em contribuir para o crescimento econômico. Dentro dessa tendência, o Estado saía fortalecido, inclusive pela ampliação de sua área de influência, ao tempo em que contemplava a classe dominante através de medidas protecionistas que beneficiavam aqueles setores fundamentais. Essa postura da interventoria diante das frações dominantes, inclusive a açucareira, indica que não se visualizava nem se pretendia nenhum modelo econômico alternativo, embora do ponto de vista político seja possível observar algumas tendências a modificações na estrutura de poder. Não apenas pelo quadro de representação no aparelho de Estado, que de certo modo alijou as frações da classe dominante, mas também pelo próprio processo de articulações e alianças políticas, não obstante alguns discursos do interventor tendessem a negá-las.

Aliás, parece ter sido tendência bastante significativa entre os tenentes explicar as mazelas da República Velha como inerentes à política, especialmente à política partidária.²⁴

Em Sergipe, essa tendência aparece bem representada não apenas em vários pronunciamentos públicos do interventor, como também no próprio ideário que se fazia questão de divulgar como sinal de renovação dos costumes políticos.

Já em janeiro de 1931 eram publicadas, em negrito, no *Diário Oficial*, as normas gerais que definem como que a filosofia da administração da interventoria, afirmando:

"O Sr. Interventor Federal do Estado faz sentir à população seus atos pelas seguintes regras que são as do programa da República: Respeitará, o mais completamente a liberdade e a propriedade, excluindo o caráter partidário" ²⁵

A melhor explicitação do seu pensamento encontra-se, no entanto, em algumas entrevistas. Na de 29.03.1931, já por nós referida, dizia:

"A política não me preocupa e nem me dificulta a ação administrativa. Tanto na capital como nos municípios procuro cercar-me de homens de merecimento absoluto, sem cogitar de suas preferências partidárias. Aliás a política partidária desapareceu de Sergipe. Na família sergipana, só há cidadãos da Segunda República. Quando algum me procura para conversar sobre política, fulmino logo com a afirmação de que só estou aqui para administrar o Estado. E não lhe dou atenção. Principalmente nas administrações municipais, não transijo com a politicagem. Consegui e emancipar os municípios do faccionismo, inaugurando em todo Estado um programa administrativo honesto, justo e progressista".²⁶

Em outras oportunidades voltaria a se manifestar contra os "políticos profissionais que se assenhoravam das posições e tornavam-se negociata da causa pública, no mais vil do mercado"²⁷ ou para condenar a política falaciosa da Velha República.²⁸ Ainda em fins de 1933, continuaria com semelhante discurso. Em entrevista a um jornal baiano afirmaria:

"Vou dizer-lhe uma coisa que lhe há de surpreender, talvez: no meu Estado não há política, no sentido comum do termo. O que se faz ali é uma seleção de valores. De valores reais, bem entendido. O meu governo aceita a colaboração de quantos, dentro dos postulados revolucionários, queiram trabalhar pela grandeza de Sergipe. E aceita-os sem cogitar das suas opiniões políticas".²⁹

A concepção de política longe estava, portanto, de ser considerada como "toda atividade da comunidade e de seus cidadãos"³⁰ ou mesmo participação no poder, ou a luta para influir na sua distribuição.³¹

Aqui a política era apenas a prática espúria de intrigas e mentira. Especialmente a política partidária que "*teria desaparecido de Sergipe*", era simplesmente inaceitável.

Não obstante o empenho em aparecer como administrador "*neutro*", acima da política e sobretudo averso às questões partidárias, suas práticas demonstram outra realidade.

Chegando ao poder sem a manifestação do voto popular e sem o apoio da classe dominante, deve ter percebido, desde cedo, junto com o grupo que o cercava, a necessidade de contatos e alianças, visando apoio e legitimidade.

Além da aproximação dos setores subalternos, da qual trataremos oportunamente, mostrou-se interessado em aproximação com a classe dominante, dentro da qual considerável parcela lhe continuava arredia. E um de seus primeiros passos com vista a esse objetivo foi a viagem empreendida entre fins de fevereiro e inícios de março de 1931, pelo interior do Estado. Iniciou-a percorrendo alguns municípios situados ao norte da capital, entre os quais Itabaiana. Visita também a Usina Central Riachuelo do Cel. Antonio Franco ³². Em seguida, vai a outros municípios do sul, tais como Salgado, Lagarto e Simão Dias, podendo avaliar pela receptividade encontrada a popularidade de que gozava.

Entre os coronéis que vão aderir à nova ordem, aqueles mais entusiasmados se destacam desde o início, Acrísio Garcez, de Lagarto, e a partir de 1933, Hercílio Brito, de Propriá, justamente os que tiveram questões mais sérias com o governo de Manoel Dantas, (1927/30).

Nessa viagem com sua comitiva pelo interior, Maynard teve a oportunidade de hospedar-se com tradicionais coronéis, e uma das maiores recepções foi realizada pelo coronel Acrísio Garcez que, aliás, vai ser um dos escolhidos para o Conselho Consultivo do Estado, meses depois.

É verdade que o coronelismo aí já não se revestia daquela arrogância aguerrida que o marcou na Primeira Repúbli

ca. Agora, para verem preservado seu prestígio, os coronéis se apresentavam flexíveis, aceitando com mais obediência as políticas dos interventores, se acomodando à centralização administrativa, desprovidos daquele espírito de autonomia de outrora. E será justamente essa flexibilidade que lhes permite atravessar os períodos mais autoritários, conservando influência. Antes os anéis aos dedos...

Por outro lado, conseguia assim a interventoria montar seu sistema de alianças junto à classe dominante, contribuindo para preservar a ordem social, especialmente no meio rural.

Aliás, numa entrevista concedida a um enviado especial do *Diário de Notícias* (RJ), ainda em março de 1931³³, não deixa de ser reveladora a predisposição de Maynard para alianças. Ao declarar-se desinteressado pela política, no fundo sugere uma abertura senão o interesse de manter contatos com todos, incluindo assim as diversas frações da classe dominante, algumas das quais renitentemente refratárias.

O empenho de estruturar uma base de apoio às políticas da interventoria fica mais nítido com a criação da *Legião de Outubro*. Não pela idéia em si, uma vez que não surge em Sergipe, mas pelo entusiasmo com que foi incorporada e assumida dentro do quadro local.

Nascida da preocupação de "dar à revolução o que ela claramente não tinha: conteúdo, organização e um sentimento unificado de objetivos", segundo o juízo de Peter Flinn, a *Legião* "representava um amálgama em sua maior parte, de objetivos tenentistas, dos programas do Partido Democrático de São Paulo e da Aliança Liberal, acrescidas de noções mais novas tomadas de empréstimos do fascismo europeu".³⁴

Tendo surgido em vários Estados da federação, senão em todos eles, tomou no entanto rumos diversos.

Em Sergipe, a idéia encontra grande receptividade por parte da interventoria. Em resposta ao apelo que lhe fez

a comissão, encarregada dos trabalhos preparatórios para sua criação, o Coronel Maynard transmitiu seu apoio ao Ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, afirmando que "*a criação da Legião de Outubro nos moldes delineados merecia aplausos entusiásticos*" ³⁵. Asseverava ainda em seu telegrama: " *pessoalmente e como governo tudo farei realização idéia patriótica que virá ainda mais alicerçar nossa obra conquista um Brasil Novo*" ³⁶.

Tal adesão não se limitou a palavras. Providências são tomadas no sentido de colher adesões junto a personalidades influentes do interior e em março de 1931, por ocasião da fundação, daquela entidade foram lançados dois manifestos ambos assinados pelo próprio Maynard. Um, na qualidade de interventor, convidando os sergipanos a ingressar nas fileiras da *Legião* e mostrando a necessidade de reunir as ações esparsas e dispersas em torno da obra revolucionária "*batendo-se pela moralização dos costumes, pelo cumprimento integral da lei, pela mais rigorosa proibição administrativa [...] e) o concurso à renovação da nossa nacionalidade*". O segundo, em que assinava como Delegado Estadual do Conselho Superior no Rio de Janeiro fazia longo comentário do que seria a *Legião* explicando seus objetivos e definindo-a "*como organização defensiva da obra revolucionária ...*" ³⁷

Em meio à retórica voltada para a exaltação da obra que a *Legião* deveria desempenhar, considerá-la na defensiva não corresponderia aos fatos. Após os manifestos de março, realizou-se um congresso em abril com a presença dos delegados da *Legião de Outubro*, vindos quase todos os municípios do Estado, além da representação das "*classes civis e militares, do Centro Operário e (de) outras associações*". Aí o interventor discursou e "*foi alvo de manifestações de apreço*" ³⁸.

Em junho, o *Diário Oficial* publicava as relações dos adeptos da *Legião* de vários municípios, por vezes entregues solenemente pelo delegado da respectiva cidade ³⁹.

Por mais formais que fossem essas adesões, contribu

tiavam para aumentar a base política da interventoria, na medida em que esta conseguia o apoio de considerável parcela da classe dominante. Mas, outra parte continuaria afastada e não deveria ver com bons olhos esse movimento que fortalecia a interventoria. Muito embora o interventor em um dos seus manifestos afirmasse que a *Legião* não era um partido político e que não tinha fins eleitorais, isso não era suficiente para tranquilizar as frações dominantes de fora do governo.

Não deve ter sido por acaso que um dos delegados da *Legião*, Godofredo Diniz, rompeu com a entidade com estardalhaço, endereçando carta a Maynard, afirmando que a *Legião* "*tirou a máscara que a ocultava intitulado-se política*", motivo pelo qual pedia dispensa "*por não desejar pertencer a política de partidos*" ⁴⁰.

Maynard em resposta diz que a *Legião* nunca teve máscara e reafirma seus objetivos. Mais tarde (1933) vai ser Godofredo Diniz um dos fundadores e principais mentores da *União Republicana de Sergipe*, partido dos usineiros, que vai se opor tenazmente às políticas da interventoria...

Seu rompimento com a *Legião*, em abril de 1931, por certo não se deveu a sua "*aversão*" à política dos partidos, mas certamente por representar uma tendência mais conservadora que não conseguia predominar. Enquanto isso, a corrente menos comprometida com a classe dominante foi ganhando terreno a ponto de, em junho de 1932, transformar sua denominação para *Club 3 de Outubro*.

Em fevereiro de 1932, o interventor, atendendo convite no sentido de converter a *Legião* em filial do *Club 3 de Outubro*, presidiu sessão daquela organização, quando ressaltou suas "*restrições pessoais quanto à natureza partidária de qualquer agremiação*"... Falou em seguida, Damião de Mendonça, um dos principais representantes da ala "*jacobina*" do governo, defendendo a transferência, quando acentuou que o programa do *Club 3 de Outubro* "*podia e devia ser aceito pela Legião de Sergipe*" ⁴¹.

Tendo prevalecido a idéia da transformação, foi marcada uma nova assembleia, sob a direção do interventor. Processou-se então a aprovação da mudança e foi eleita nova diretoria que ficou composta em sua quase totalidade por figuras históricas do movimento tenentista local.⁴²

Em comentário à última reunião, um jornal conservador dizia que a extinta *Legião Sergipana* havia sido ultimamente transformada em partido político, apesar do sr. interventor, Major Augusto Maynard, ter sido contrário a sua transformação...⁴³

Apesar do interventor não assumir publicamente seus propósitos organizatórios, a *Legião* incomodava a setores dos mais representativos da classe dominante, e sua transformação em *Club 3 de Outubro* significava uma decidida solidariedade à política dessa entidade a nível nacional, num momento em que as pressões se acumulavam contra sua influência.

O *Club 3 de Outubro* "constituído em fevereiro de 1931 com a finalidade de reinvidicar promoções, cargos e reformas",⁴⁴, alcançou o ápice de sua influência junto ao Poder Central, em fevereiro de 1932.⁴⁵

Após alguns acontecimentos que vinham contribuindo para enfraquecer a entidade, (entre os quais se destaca o ataque contra o *Diário Carioca*), o *Club* "a partir de março vinha criando representações nas capitais estaduais, com o objetivo de fortalecer sua posição frente aos partidos tradicionais".⁴⁶

É nesse contexto que surge a transformação da *Legião Sergipana* em *Club 3 de Outubro*, mostrando identidade com a corrente do tenentismo nacionalista, representada pelos tenentes históricos, empenhada em transformações, conforme a publicação do *Club* (nacional) intitulada "*Esboço de um Programa Revolucionário para a Reconstrução Política e Social do Brasil*", de fevereiro de 1932.

Mesmo considerando o declínio inexorável que sofreria o *Club 3 de Outubro* a nível nacional, até sua dissolução

em abril de 1935, em Sergipe tanto a *Legião* como o *Club* representaram papel aglutinador dos "revolucionários" da década de 1920, contribuindo para dar continuidade às tendências reformistas e proporcionar um mínimo de organicidade ao grupo remanescente, no sentido de enfrentar as frações dominantes mais audaciosas, e realizar políticas que nem sempre combinavam com seus interesses.

Outro exemplo, embora mais tímido, da preocupação da interventoria em conseguir base de apoio político e imprimir uma diretriz a sua administração foi a organização do *Congresso das Municipalidades*.

De 21 a 25 de outubro de 1931, transcorreu em Aracaju o *Congresso das Municipalidades*, que tinha como participantes, intendentess municipais, representantes da indústria e da agropecuária, diretores de repartições federais e estaduais, presidentes de associações de classe, entre as quais da *Associação Comercial*, da *Associação dos Empregados no Comércio*, presidente do *Centro Operário Sergipano*, entre outras autoridades. Dividido em oito comissões, os integrantes discutiram quarenta e cinco teses anunciadas com antecedência.

Tendo como objetivo declarado o estabelecimento de normas de ação conjunta e harmônica do Estado e dos municípios, para a solução dos problemas de administração destes e daqueles,⁴⁷ o *Congresso* foi organizado por Carvalho Neto, que o presidiu. Apesar das críticas, de certo modo procedentes da falta de tempo para discutir suficientemente as numerosas teses, a interventoria colhia vários frutos. Primeiro, aproximava diferentes setores da sociedade à administração estadual, cooptando-os ou, de qualquer forma, atrelando-os às reformas, na medida em que aprovavam, de bom grado ou não, sugestões a serem encaminhadas à interventoria.⁴⁸

Além disso, servia para sentir a receptividade e as reações às tendências reformistas do governo.

Enfim, para quem naquele momento alimentava propósitos organizatórios, o *Congresso das Municipalidades* ficava

como indicador de referência ilustrativa.

Contudo, o que mais se contrapõe ao seu declarado apoliticismo é a carta que endereçou a Getúlio Vargas, em de zembro de 1932, na qual dizia:

"Logo que daí regressei, e em conformidade com o en tendimento que tivemos, entrei a ter contato com e lementos de real prestígio na política sergipana, concertando a fundação de um grande e pugnante par-tido revolucionário, em condições de anular as pos síveis arremetidas de agremiações reacionárias que aqui se venham a constituir.

"A obra vai a bom caminho e conforta-me registrar se rem unânimes as adesões recebidas de quantos políti cos são me tenho aproximado.

"Estou cogitando de convocar, dentro em breves dias, os prefeitos das diversas municipalidades, para em reunião coletiva, expor-lhes o meu desígnio, encare cendo, ao mesmo passo e com franqueza, aos que, por compromissos acaso assumidos com facções adversas ou motivos de outra qualquer ordem, se encontrem im possibilitados de prestar-me colaboração, a necessi dade de, lealmente, oferecerem a renúncia de seus cargos.

"O mesmo já tive ensejo de fazer com relação aos auxiliares do governo, de todos obtendo expressões de aplauso e afirmação de apoio entusiástico".

"Por que, em verdade, os altos interesses de nossa causa não devem tolerar que a frente de departamen-tos da pública administração estejam elementos hos tis, que se possam valer, inescrupulosamente do pres tígio e recursos de autoridade de que se acham in vestidos, para fazê-la periclitar".

A seguir, pedia o afastamento do chefe da Delegacia

Fiscal, Trancredo Mesquita de Lima, por ser da facção do ex-presidente Pereira Lobo, ao tempo em que sugeria a sua substituição por Afonso Ramos Gomes, seu "*amigo particular*".⁴⁹

Como se vê, a citada correspondência define com clareza sua posição política diante das questões partidárias. Ao contrário de declarações públicas várias, que tentavam demonstrar aversão à política de partidos, aqui diz estar estabelecendo contatos visando a fundação de "*um grande e pujante partido revolucionário*". É discutível se se pretendia realmente partido revolucionário, mas de qualquer modo, o simples fato de pretender neutralizar "*possíveis arremetidas de agremiações reacionárias*" mostra consciência da polarização que então existia e, também, que suas declarações públicas de que em Sergipe só existia cidadãos da Segunda República, careciam de crédito. Pois, crer na emergência de agremiações reacionárias, evidencia a existência de um outro pólo que se autodefinia revolucionário.

Além disso, sua declaração de aversão à política partidária perde qualquer sentido quando se defronta com seu trabalho, aliás, nunca revelado publicamente, de arregimentação de autoridades, inclusive funcionários para formação de partido. A disposição em afastar da administração aqueles renitentes à cooptação indica tal empenho no trabalho de organização partidária que chegava a subestimar não apenas princípios democráticos, mas também liberais. No afã de fazer frente à corrente adversária, escolhia como alternativa privilegiar os amigos, afastando os representantes de políticos da República Velha. A finalidade organizatória se tornava assim tão premente que a escolha dos meios se tornou irrelevante. Enfim, os objetivos políticos visados poderiam atender a outros interesses, mas os métodos para atingi-los pouco diferiam dos usados pelos oligarcas a quem se opunha.

Outra demonstração de que a interventoria não se encontrava desinteressada em ampliar sua área de influência foi a atenção despendida no setor de divulgação e propaganda. Além do *Diário Oficial*, que proporcionava ampla cobertura aos atos

oficiais e justificava as políticas empreendidas, contou a interventoria com a propaganda entusiasta de sucessivos ôrgãos de imprensa, sob a direção de pessoas que de alguma forma participavam do governo. Primeiramente foi o *Jornal de Notícias*, sob a direção do jornalista Deolindo Nascimento, tendo por proprietário, o pecuarista Francisco de Araújo Macedo que confessaria ser "*admirador de Maynard até o fanatismo*" ⁵⁰. Mas, o *Jornal de Notícias* teve vida curta e ao fim do semestre deixou de circular. Em julho de 1932, o mesmo Macedo surge com outra folha, dessa vez intitulada, *13 de Julho*, em homenagem à data em que eclodiu a Revolta de 1924, em Sergipe. Tendo na direção o jornalista Virgílio Santana, que na Primeira Repūblica havia sofrido perseguições, o novo jornal perduraria até janeiro de 1933. Entretanto, já em abril do mesmo ano, outro ôrgão era criado de apoio ao governo, dessa vez revelando empreendimento mais ambicioso pela matéria mais diversificada e pela maior consistência doutrinária. Era o *Diário da Tarde* em cuja direção aparecia o Dr. Deodato Maia, procurador geral do Departamento Nacional do Trabalho, que deixava o Rio de Janeiro por algum tempo para vir a Sergipe orientar a campanha da Constituinte, visando a vitória da interventoria, inclusive sua própria candidatura. A Deodato Maia substituiu Deolindo Nascimento, mas nos momentos mais difíceis, o jornal ficaria sob a direção de Carvalho Neto.

Ao contrário dos ôrgãos anteriores que tiveram existência efêmera, o *Diário da Tarde* dá cobertura a todo período restante do governo de Maynard.

Com a subida de um novo interventor, o *Diário da Tarde* permanecia solidário com o governo passado, defendendo-o das acusações, ao tempo em que empreendia tenaz oposição à nova administração.

Enfim, a interventoria, através de contatos de viagem, da organização da *Legião de Outubro*, da realização do *Congresso das Municipalidades*, do uso do poder em arregimentação partidária e da utilização da imprensa como veículo de divulgação e propaganda, revelou propósitos organizacionais bem

configurados, de forma a fornecer-lhe suporte político a fim de facilitar a implantação de reformas. Neste trabalho de proselitismo conseguia atingir não apenas as classes subalternas, mas até parcelas de classe dominante, inclusive da esfera do coronelismo.

Formando um grupo de apoio às suas práticas reformistas, devemos salientar que essas práticas, por mais timidas que houvessem se processado, encontraram forte condicionamento na influência do Poder Central. Nesse ponto, como em vários outros, não se pode desvincular o processo histórico de Sergipe do quadro político nacional.

Vimos, quando tratamos da *Legião de Outubro* e do *Club 3 de Outubro*, como o movimento tenentista ressoou em Sergipe, na década de 1920, e no primeiro quinqüênio dos anos trinta. Com os tenentes no poder, seus seguidores continuavam atentos às tendências que se desenvolviam no sul do país, ao tempo em que procuravam se organizar, visando aprofundar o processo de reformas sociais.

Na verdade, não era só a inspiração que provinha do sul. Do Rio de Janeiro, então o centro mais importante do país, do ponto de vista político, vinha também o respaldo que tanto preocupava a classe dominante. E com o respaldo vinha muitas vezes as próprias diretrizes administrativas a serem implementadas.

O papel dos governos estaduais se tornava então de suma importância, pois a forma como cumpriam as orientações do Centro poderia variar desde a literal sabotagem, à aplicação entusiasta.

Os governos estaduais desempenhavam assim papel decisivo como mediadores da orientação política nacional por mais contraditória que fosse tal política.

Em Sergipe, se observarmos as recomendações emanadas do Poder Central, podemos constatar que de modo geral a interventoria se esforça num cumprimento diligente e até cer

to ponto fiel.

Uma análise ligeira e superficial dos decretos emitidos pela interventoria de 1931, até o fim de 1934, mostra o peso da influência do Poder Central, peso este que se manifesta principalmente no primeiro ano, quando algumas medidas patenteiam uma nítida diferenciação das práticas da República Velha.

No que se refere à instrução, parece haver um certo propósito de renovação. Há recomendações do Centro de que a reforma de ensino deve se pautar pelo exemplo de São Paulo. Sergipe manda um profissional àquele Estado. Por esse tempo o professor José Augusto da Rocha Lima em entrevista fez um balanço do desenvolvimento do ensino em Sergipe na Primeira República, mostrando a existência de um retrocesso a partir de 1909, ao tempo em que condenava a politicagem dentro da escola como elemento destruidor e desorganizador ⁵¹.

Dentro das tendências de modernização administrativa, outras reformas podem ser lembradas.

Na área da Justiça, depois que Juarez Távora reconsiderou resolução que autorizava aposentar desembargadores sem vencimentos, recomendando a concessão de metade dos proventos por medida de humanidade até que o Tribunal Revolucionário decidisse ⁵², um desembargador e um juiz foram colocados em disponibilidade, enquanto outro juiz era aposentado por incapacidade física, gerando prolongada questão nos meios judiciais do Estado. Enquanto isso, a interventoria criava comissão Legislativa, composta por três membros, encarregada de elaborar os projetos de reforma da legislação processual e de organização judiciária ⁵³. Tal empreendimento, que contou com a participação destacada de Carvalho Neto, como elemento da interventoria, chegou a seu termo ainda em 1931 ⁵⁴.

Além da reforma no setor judiciário, merecem ser citados a instituição da *Diretoria de Estatística de Sergipe*, a criação do *Departamento Estadual de Saúde Pública*, a divisão do Estado em distritos sanitários, etc. ⁵⁵. Por esse tempo, o

Estado comprava os *Serviços de Água e Esgoto*, até então em mãos de sociedade comercial, bem como assumia o controle acionário da Empresa de Energia Elétrica, antes em mãos de estrangeiros ⁵⁶.

Até atos aparentemente desvinculados de diretriz global, tais como abatimento de aluguéis, ⁵⁷, supressão, gratificações e adicionais de juizes e funcionários do Estado ⁵⁸, a abertura de crédito suplementar para construção de *Jardim de Infância* na capital ⁵⁹, poderão ser enquadrados dentro das tendências nacionais de caráter populista que começavam a germinar no país.

O certo é que esse elenco de medidas revela de um lado a presença do Poder Central, inclusive pela conformidade com sugestões apresentadas por Juarez Távora em relatório a Getúlio Vargas sobre a situação dos Estados do Norte ⁶⁰. Por outro lado, mostra também a ampliação da ação do Estado a nível estadual, até na área de serviços.

O ano de 1931 manifestou-se dos mais fecundos em inovações, por mais tímidas que hoje possam ser consideradas. Nos anos seguintes o Estado tende a absorver-se mais com seus problemas internos, tais como a seca de 1932, a questão do banditismo, representado pelo grupo de Lampião, etc. .

É possível também que no curso dos anos 1933/34, a administração tenha assumido caráter mais de rotina do que de inovação. Visa-se mais aperfeiçoar as inovações precedentes, do que criar projetos de impacto social. Isso não significa que a importância do Poder Central houvesse diminuído, pois mesmo no ataque a sérios problemas (como a seca) ou de obras de porte, tais como a Ponte de Pedra Branca e abertura do canal Santa Maria, é ao governo federal que se recorre.

Aliás, tais realizações, embora atestem prestígio da interventoria junto à administração federal, não nos permitem induzir que tal prestígio alcançasse elevada capacidade de influências, pois quando envolveu o poder de barganha de Esta

dos maiores, Sergipe saiu perdendo. Na questão de limites com a Bahia, por exemplo, uma área há muito reivindicada com farta documentação, não obstante o empenho da interventoria, foi entregue a decisão federal e terminou sendo preterida.

Na maioria dos casos, no entanto, a voz da interventoria era bastante ouvida, sobretudo nos freqüentes pedidos de empregos ou transferências de indivíduos, chegando até a levar o Governo Central a reconsiderar nomeações de pessoas tidas como adversárias políticas ⁶¹.

De outra vez, Maynard chegou ao ponto de falar pelo Norte, quando, protestando contra as frentes únicas constituídas por políticos do sul, que tentavam impor a Getúlio Vargas as pastas da Justiça e Agricultura, sugeria a nomeação de *"um seu filho Ministro da Agricultura de cujas finalidades tanto depende viscerais interesses sua vida econômica"*. ⁶².

Em seu despacho, Vargas assinalava que não aceitaria imposição, mas simples colaboração ⁶³, advertência que poder-se-ia interpretar como aplicável a ambos os lados.

Neste, como nos demais casos, o que predominava era a postura de franco acatamento das diretrizes provindas do Centro. Este, é bem verdade, reservava determinado espaço onde os governos estaduais, conforme seu poder de barganha, poderiam atuar, influir e até decidir em questões menores de âmbito interno. Mas nos problemas maiores, e até em alguns menores como nomeações, tudo vinha do Governo Central, uma presença constante em nível superior aos tempos da República Velha. Tal presença muitas vezes favoreceu a classe dominante, sobretudo em medidas de caráter econômico, mas em outros campos trouxe-lhe descontentamentos. E nenhum meio mais natural de manifestar sua inconformidade do que investir contra a interventoria...

Notas

1. José Ibarê Costa Dantas, ob. cit.
2. Ver Damião de Mendonça - *Fatos e Coisas de Revolução*, Aracaju/Imprensa Oficial, 1932.
3. Nascido em 1878 no Engenho Saco, município de Rosário do Catete (SE) bacharelou-se em Direito no Rio e ocupou diversos cargos em seu Estado, entre os quais o de Diretor do Banco de Sergipe (1906-08), chefe de Polícia (1905 e 1908/11), além de juiz e desembargador, do qual havia se aposentado quando eclodiu a Revolução de 1930. Cf. Manuel Armindo Cordeiro Guaranã - *Dicionário Bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti e Cia, 1925 p. 141.
4. Paulo de Carvalho Neto - *Um Precursor do Direito Trabalhista Brasileiro*, Belo Horizonte/MG, Edições Revista Brasileira de Estudos Políticos, Faculdade de Direito da UFMG, 1964, pp. 40/47.
5. Idem, ibidem, pp. 64/65
6. Nascido em Maroim (SE), em 1876, bacharelou-se em Direito em 1901, no Rio, e desenvolveu intensa atividade intelectual voltada muitas vezes para questões sociais, inclusive na imprensa de seu Estado. Foi Chefe de Polícia do Governo do Estado de Sergipe (1915/17). Cf. Armindo Guaranã, ob. cit. p. 61.
7. 13 de julho, 4.11.32
8. Decreto Lei da União, 20.348 de 29.8.31
9. Decretos Leis do Estado de Sergipe, 1931, nº 46
10. Augusto Maynard Gomes, telegrama a Getúlio Vargas, 29.9.31 pasta 4, maço 4, in AN.
11. Decreto Lei do Estado de Sergipe, nº 108 de 19.7.33.
12. Idem nº 215 de 2.6.1934.

13. *Diário Oficial*, 25.3.33.
14. Idem, 1.8.33.
15. A reivindicação de Sergipe foi considerada a mais ambiciosa e até ridicularizada. Ver Gileni Di Carli - *História Contemporânea do Açúcar no Brasil*, RJ., Edições IAA, 1940 p. 57.
De fato mais tarde a cota foi elevada para 1.212.983 sacos, mas nos anos 40 continuava produzindo pouco mais da metade. Ver *Proposta Orçamentária para 1948*, p. 43.
16. Conf. Idem. 5.4.34.
17. Ofício nº 43 de 16.5.34, GL. 208, in APES.
18. É sintomático que um usineiro tenha afirmado: "*Os senhores de engenho continuaram durante muito tempo presos às gavetas das casas comissárias e exportadoras e só recentemente, com o apoio do IAA, a Cooperativa dos Usineiros e a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil a situação se modificaria sensivelmente*" - Orlando Vieira Dantas, *O Problema Açucareiro de Sergipe*, Aracaju/SE, Livraria Regina Ltda, 1944 p. 21.
19. *O Estado de Sergipe*, 2.12.1937.
20. Ofício nº 96 de 10.10.1933, p. 9 in APES.
21. Diana Maria de Faro Leal Diniz - Nota Sobre a História do Algodão em Sergipe, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju/Se, nº 27, pp. 41/55.
22. Ver Decretos-Leis de Sergipe, 185 de 27.11.33. 257 de 19.10.34 e 262 de 7.12.1934.
23. Ver relatórios das Fábricas de Tecidos do Estado in *Diário Oficial*, 28.2.32, 12.3.32, 27.11.32, etc.
24. Ver Maria do Carmo Campello de Souza - *Estado e Partidos Políticos no Brasil*, S. Paulo/Alfa Omega, 1976, p. 67.

25. *Diário Oficial*, janeiro de 1931.
26. *Vida Laranjeirense*, 29.3.31
27. *Diário Oficial*, 20.10.31.
28. Idem, 13.7.31.
29. *Diário da Tarde*, 7.11.33, transcrito de A Era Nova, 26.10.1933.
30. Segundo Platão, conf. Franz Neumann, *Estado Democrático e Estado Autoritário*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p. 14.
31. Segundo Max Weber - *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, s/d, p. 98.
32. O Coronel Antonio Franco era um usineiro inquieto e loquaz. Conta-se que em 1930 havia solicitado armas ao Presidente do Estado, Manoel Correa Dantas, com o fim de organizar um *Batalhão Patriótico* contra a Revolução e não sendo atendido, pediu-as ao Major Pinto Guedes que também lhe negou. Posteriormente (1931), foi ao Rio, avistou-se com Bernardes, deu entrevistas e tentou estabelecer laços deste com Maynard (*A Tribuna*, 17.6.31). Mas o interventor repeliu alegando: *não lhe interessa saber o que pensa a seu respeito o Sr. Bernardes* (*Jornal de Notícias*, 8.6.31).
33. Transcrição de *Vida Laranjeirense*, 29.3.31.
34. Peter Flyn - A Legião Revolucionária e a Revolução de 30, in Eurico de Lima Figueiredo (org) - *Os Militares e a Revolução de 30*, RJ, Paz e Terra, 1979, p. 91.
35. *Diário Oficial*, 25.11.30.
36. Idem, 25.11.30.
37. *Jornal de Notícias*, 14.3.31.
38. *Diário Oficial*, 22.4.31.

39. Idem, junho 1931.

40. Idem, 30.4.1931.

41. Idem, 25.5.1932.

42. Idem, 7.6.1932.

Eis a composição do diretório:

Presidente - Major Augusto Maynard Gomes

Vice-Presidente - Dr. Brás Coelho

Secretário Geral - Tenente Damião de Mendonça

1º Secretário - Tenente Odilon Siqueira

2º Secretário - Major Rodomarque Mendonça

Tesoureiro - Hormindo Menezes

Conselho Deliberativo

Cel. Theodoretto Nascimento

Major Eurípedes Esteves de Lima

José Ribeiro de Franca

Comissão de Sindicância

Francisco Bessa

Camilo de Calazans

Tenente Milton Azevedo

Fonte: *Sergipe Jornal*, 6.6.1932

43. *Sergipe Jornal*, 6.6.1932

44. Michael L. Cannif - Os Tenentes no Poder: Uma Nova Perspectiva da Revolução de 30 in Eurico de Lima Figueiredo (org), ob. cit. p.135.

45. Idem, ibidem, p 141.

46. Idem, ibidem, p 148.

47. *Diário Oficial*, 18.10.1931.

48. Ver *Diário Oficial*, 18.10.31, 20.10.31; *Sergipe Jornal*, 20.10.31 e 22.10.31; *A Tribuna*, 23.10.31, 22.10.31 e 26.10.31.

49. Augusto Maynard Gomes carta a Getúlio Vargas, 12.12.32, A cervo Geral - J. Garcez, Caixa 1, vol. 4 in APES.
50. *Diário da Tarde*, 3.2.34.
51. *Folha da Manhã*, 10.4.31 e *Diário Oficial*, 22.4.31.
52. *Diário Oficial*, 16.12.30.
53. Ver *Diário Oficial*, 13.7.31 e Decreto-Lei-Se nº 76, 3.9.31
54. Decreto-Lei-Se nº 76 de 3.9.31.
55. Conf. Decretos-Leis-Se nº 48 de 16.5.31, nº 58 de 27.6.31 e nº 85 de 23.11.31.
56. Ver Armando Barreto, (org) - ob. cit.pp.84 e 146.
57. Decreto-Lei-Se nº 21 de 8.1.31.
58. Idem, nº 45 de 30.4.31.
59. Idem, nº 70 de 20.8.31.

A preocupação com a infância parecia difundida na época. Em Sergipe chegam recomendações de dar apoio à criança, não apenas de uma certa Cruzada Prô-Infância(Ver carta de 16.9.31, sugerindo como comemoração do primeiro ano da República Nova a construção de monumento à criança (Pacote 976 de setembro/31 - APES). Também do próprio Vargas chega telegrama, em fins de 1932, apelando para dispensar maior atenção e proteção à saúde da infância. Ver Pacote 979, 1932, APES.

Antecipando-se a todas essas recomendações e mostrando se sintonizado com essas tendências, em abril de 1931, já o interventor enviava correspondência ao Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, dando conta das insignifican-
te quantia arrecadada na Campanha *Cruzada do Mil Réis* *Ouro* ao tempo em que solicitava que tal quantia fosse aplicada na construção do Jardim de Infância,cf./Ofº. 98 de 10.4.31 - Gl. 264 in APES.

60. Major Juarez Távora - *Atualidades do Norte*. Relatório Apresentado ao Sr. Chefe do Governo Provisório sobre a situação atual dos Estados do Norte, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1932, Caixa 13 - APES.
61. A reconsideração ocorreu com as nomeações do engenheiro Armando César Leite e da Senhora Luíza Guaranã Bittencourt. Diante do protesto da interventoria, Vargas despachou mandando examinar assunto e solicitando indicação de pessoas para os cargos a que se referiu. Augusto Maynard - Telegrama a Getúlio Vargas, 2.7.33, pasta 4, maço 4 - A.N.
62. Augusto Maynard - Telegrama a Getúlio Vargas, 22.6.32- pasta 4, maço 4 - A.N.
63. O despacho consta inclusive no próprio telegrama citado.

2.5 - Manifestações da Classe Dominante

Virgílio Santa Rosa, em estudo clássico, ao constatar a ausência de oposição à implantação do tenentismo nos Estados do Norte, atribuiu o fato à *"fraquíssima estrutura econômica desses Estados (...) que não permitira nunca a consolidação e enriquecimento das oligarquias partidárias"*. A seguir assinalava: *"Elas pareciam existir somente como agremiações regionais insignificantes, gravitando em torno dos caudilhos locais amparados pelo bafejo do Presidente da República"*.¹

É admissível concordar com esse autor que as organizações partidárias das oligarquias deixavam muito a desejar. Ocorre que, para manter seu domínio sobre as classes subalternas, as oligarquias não necessitavam desenvolver aprimoradas e coesas organizações partidárias. Na verdade, durante a República Velha não havia desafios que justificassem o estreitamento de laços de solidariedade entre os diversos grupos dominantes. A natureza das manifestações de oposições apresentadas pelas classes dominadas simplesmente não exigia mudanças nos mecanismos de dominação articulados pela ideologia reinante. Em contrapartida emergiam facções dentro da classe dominante, facções essas que muitas vezes se hostilizavam entre si, expressando rivalidades pessoais que nem sempre encontram explicações no campo puramente econômico. A própria história da Primeira República está repleta de conflitos intergrupais que se realizam sob a chefia de elementos representativos do coronelismo, envolvendo vastos segmentos das camadas subalternas.

Não seria portanto a Revolução de 1930 que, por mais que viesse a afetar os interesses da classe dominante, iria uni-la de um momento para outro.

É aceitando a existência de tais facções que melhor se compreendem as diversas manifestações da classe dominante em relação à nova República.

Em Sergipe, já em inícios de 1931, era possível observar as reações da classe dominante através de pelo menos dois grupos. De um lado se encontram os *decaídos*, representados pelo ex-presidente do Estado, Manoel Correa Dantas, deposto pela Revolução, todo o pessoal que ocupava o aparelho de Estado, entre os quais se destacavam seu sobrinho Humberto Dantas, Deputado Estadual; seu irmão Teófilo Dantas, Prefeito da Capital; Leandro Maciel, seu secretário de obras e eminência parda de sua administração, e numerosos outros. Participavam desse grupo, também, além do candidato a Presidente do Estado eleito em 1930, Francisco de Souza Porto, que não chegou a tomar posse, e os correligionários da cidade e do campo, embora nesse momento já bastante diminuídos. De qualquer forma, eram atingidos, entre os ligados a esse grupo, tanto usineiros e senhores de engenho, como proprietários rurais de modo geral e setores ligados ao comércio e à indústria. Enfim, parte do patronato urbano e rural.

O segundo grupo que se opunha à nova ordem era representado pelos ex-presidentes do Estado, José Joaquim Pereira Lobo (1918-22) e Maurício Graccho Cardoso (1922-26), contando com influência entre os proprietários rurais e urbanos.

Esses dois ex-presidentes, antes representando facções rivais (1924-29), uniram-se em abril de 1930 em face de discordâncias com a administração Manoel Dantas e formaram então uma aliança denominada pomposamente de "*Coligação Sergipana*",² sem no entanto deixar de apoiar a situação na esfera nacional.

Com a Revolução de 1930, as duas facções que antes formavam a "*Coligação Sergipana*" continuariam mais ou menos identificadas, agora opondo-se à nova ordem, se bem que agindo em órgãos diferentes.

A facção de Pereira Lobo atuava através do *Sergipe Jornal*, embora evitando comentários aos atos da administração local, salvo alguma ou outra referência crítica à influência de Leandro Maciel junto à interventoria.

A facção de Graccho Cardoso consegue manifestar-se sobretudo a partir de janeiro de 1932 com a fundação de *A República*, órgão vinculado à duas das famílias mais tradicionais do Estado, os Leite e os Rolemberg.

Aliás, *A República* que circularia até dezembro de 1934 representava a folha de conteúdo doutrinário mais elaborado e até certo ponto coerente, professando liberalismo conservador esclarecido.

Dirigido inicialmente pelo jovem advogado Gonçalo Rolemberg Leite, bate-se "*pela ordem, pela justiça, pelo direito e pela lei*", conforme asseverava em seu primeiro editorial ³.

Dedica-se, essencialmente, à campanha de constitucionalização do país que se iniciava no sul e consegue aglutinar elementos representativos dos grupos médios, inclusive alguns que tiveram atuação destacada na campanha da *Aliança Liberal* e nos primeiros dias da Revolução, entre os quais estavam Artur Fortes, Marcelino José Jorge.

Tanto o *Sergipe Jornal* como *A República* se opunham decididamente ao pessoal do governo deposto, sobretudo a Leandro Maciel.

Mas antes das críticas que os *decaídos* recebiam do grupo de Pereira Lobo mais Graccho Cardoso, foram alvos de referências desabonadoras do jornal *Boletim Liberal*.

Esta pequena folha que circulou inicialmente no dia 16.11.30, data da posse de Maynard, voltou a sair por mais uns quatro números e, em janeiro, encerrou sua efêmera atividade. O grupo que a compunha era representado por intelectuais ligados às camadas médias, simpatizantes da Revolução de 1930, alguns participantes do movimento tenentista ⁴.

Fundam um "*comitê dos moços liberais de Sergipe*", conseguem do Prefeito a mudança de nome da rua Japarutuba para João Pessoa, publicam poesias, dizem defender os oprimi

dos, o operariado, louvam a limpeza na justiça que se anuncia e fazem críticas ao governo deposto e a seu ex-auxiliar Leandro Maciel ⁵.

Mas, cedo há cisão do grupo, e os que permanecem se confessam desiludidos com os rumos da administração sergipana, em parte pela demissão abrupta de um funcionário que participava do movimento tenentista e pela ligação de Maynard com Leandro Maciel ⁶.

Críticas mais contundentes e pertinazes os *decaídos* recebiam por parte dos irmãos Getirana (Jacques e João). Estes provinham de Propriã onde eram ligados a Francisco Porfírio de Brito, um dos mais poderosos coronéis da Primeira República. Tendo-se incompatibilizado com o Governo Manoel Dantas, alguns dos seus seguidores mais exaltados, entre os quais os irmãos Getirana, sofreriam sérias consequências. Em contrapartida, quando a situação política se modificou, os irmãos Getirana fundaram o jornal *O Tempo* e, no decorrer do ano de 1931, tiveram oportunidade de denunciar abertamente a administração passada, inclusive atos de violência que diziam ter sofrido. Revelaram então que tiveram o jornal *O Norte* empastelado, o material de uma Mútua rebentado (camas, máquinas de costura, etc.), tendo sido João Getirana "*preso cinco vezes, a última das quais passando seis meses incomunicáveis até com a própria família e sofrendo horrores ordenados pelo Sr. Manoel Dantas*" ⁷.

Diante das crescentes manifestações contra os *decaídos*, quer através da imprensa quer por meios outros de pressão, inclusive de correspondências a autoridades locais ou nacionais, o grupo criou o jornal *A Tribuna* a fim de enfrentar as múltiplas ações desencadeadas contra ele.

A direção foi entregue a Humberto Dantas, jornalista e político experiente, com militância nos anos vinte e vinculado à administração e à família de Manoel Dantas.

Dentro do grupo, foi-se destacando Leandro Maciel pe

la audácia e energia com que defendia os acusados da administração do período 1927/30:

Logo no primeiro número assinava artigo intitulado "*em defesa de um amigo*" onde tentava isentar de culpa um médico acusado de desviar medicamentos quando diretor da Penitenciária. Outro dia vinha na defesa de um engenheiro que também fora acusado. Da defensiva foi passando à ofensiva, contestando revelações de responsáveis por trabalhos nas sindicâncias e assim por diante ⁸.

Atesta mais ainda sua desenvoltura dentro da nova ordem algumas das denúncias veiculadas pela imprensa. Ganhou concorrência municipal para um aterro antes mesmo que se encerrasse a sindicância que apurava suas ações no Departamento de Obras no governo desposto ⁹.

Além disso, ganhou o concurso da planta para a construção do Jardim de Infância; ¹⁰ foi acusado de influir na indicação do Juiz substituto, Álvaro Andrade, dando motivos a protestos, etc. ¹¹

Atos como esses não deixam de demonstrar sua influência junto ao interventor, Maynard Gomes, seu primo, em primeiro grau, motivos de defecções de participantes do movimento tenentista e simpatizantes da Revolução de 1930 em geral. Até onde ia tal influência, é-nos difícil precisar. Sálvio Oliveira confessou-nos em entrevista que certa vez o próprio Maynard referiu-se ao primo como um "*um homem perigoso*" ¹². É bem provável que houvesse consciência tanto por parte de Maynard como por parte do restante do pessoal que compunha o aparelho de Estado que se tratava de um homem hábil e com desempenho político penetrante, sabendo perseguir objetivos. E não resta dúvida que com astúcia soube aproximar-se do primo e tirar o máximo proveito, sem com isso significar qualquer compromisso com a administração de seu parente.

Tanto assim que, quando rebentou a Revolta Constitucionalista de 1932 em São Paulo, "*num palacete da Rua de Es*

tância", em Aracaju, estiveram *"reunidos numa dependência do porão"* o chefe do Partido Republicano de Sergipe, Manoel Dantas com Leandro Maciel; Heribaldo Vieira, chefe de polícia do governo deposto; Coronel Francisco de Souza Porto, Presidente do Estado que não chegou a tomar posse; Orlando Dantas e Nestor Dantas, filhos de Manoel Dantas; Renato Machado, Humberto Dantas deputado estadual e sobrinho de Manoel Dantas... Era a fina flor dos *decaídos* que de um momento para outro passavam a sonhar com a restauração do seu poderio.

Leandro Maciel falou então que havia regressado do Rio deixando as forças em luta mais ou menos equilibradas, sentindo entretanto que o ambiente era inteiramente favorável a São Paulo. Sua exposição visava, então, informar os presentes dos acontecimentos, ao tempo em que sugeria que se *"estudasse um meio de levar até a interventoria do Estado um homem que pudesse, não só satisfazer aos interesses do partido, mas de Sergipe, com a possível vitória de São Paulo"* ¹³.

Após o debate em torno dos nomes, decidiu-se enviar emissário a Salvador para entender-se pessoalmente com o ex-presidente Rodrigues Dória que, aliás, não se manifestou muito entusiasmado com a oferta. Entretanto a evolução dos fatos encarregou-se de sepultar os sonhos dos *decaídos*, levando-os à busca de outras estratégias.

Uma vez debelada a Revolta, o Governo Central adquiriria forças e com ele todos os interventores que o apoiaram, inclusive o de Sergipe. Mas a fixação de data para eleição da constituinte trazia preocupações, uma vez que as forças governistas temiam não conseguir maioria no parlamento.

Em Sergipe, um jornal da oposição afirmou que em uma de suas viagens à capital federal Maynard teria recebido recomendações *"do Ministro da Justiça e de outros poderes da Revolução no sentido de organizar um partido político para concorrer às eleições da constituinte, para solidificar a obra revolucionária"* ¹⁴... E esse mesmo órgão acrescentava que, seguindo ponderações de seu conselheiro, Carvalho Neto, custava

formar um partido, embora houvesse no Estado uma corrente, a apoiada pelo interventor, que trabalhava com fins eleitorais¹⁵.

Era apontado como principal representante dessa corrente, Leandro Maciel, que segundo dizia, *agia politicamente à* *sombra do prestígio interventorial* ¹⁶.

É possível que o interventor vacilasse sobre a natureza de sua participação pública oficial no pleito que se aproximava. O certo é que enquanto o Diário Oficial teimava em afirmar que a interventoria preferia colocar *o governo acima e alheio das competições partidárias*,¹⁷ Leandro Maciel trabalhava às escâncaras montando sua máquina eleitoral, não apenas na capital, mas também pelo interior, conseguindo envolver inclusive funcionários do Estado e outras autoridades ligadas à interventoria¹⁸.

Por fim consegue o apoio do próprio Maynard, atraindo-o para uma reunião em casa dele (Leandro), onde estiveram presentes inclusive dois representantes do *Partido Republicano de Sergipe (PRS)*. Ali fora estabelecida a chapa que teria o apoio da interventoria à Constituinte, chapa essa encabeçada por Leandro Maciel e da qual também participavam José Rodrigues da Costa Dória, Ex-Presidente do Estado, (1908/11) , Deodato Maia e o Bacharel Edson Nobre de Lacerda ¹⁹.

Convém recordar que a essa altura (fins de abril) já não atuava junto ao interventor seu tio João Maynard, pois havia falecido em início do mês. É implicante também a ausência, na chapa, de Carvalho Neto que tanta influência até então havia tido junto à interventoria.

Com essa coalizão com Leandro Maciel a interventoria se fortalecia, a fim de alcançar a vitoria do pleito, mas, por outro lado, não deixava de impor uma derrota à correntere apresentada por aqueles que cobravam distanciamento das figuras mais comprometidas com a velha ordem.

Tentando justificar sua posição, o interventor lançaria ainda em fins de abril manifesto intitulado *Aos Meus Pa*

trícios, onde afirmava: *fiéis aos ideais que constituíram o evangelho da Revolução, não tolerarei a menor intervenção oficial, em qualquer fase da eleição, a não ser para imprimir ao pleito o cunho da perfeita moralidade.* Em seguida explicava:

Esta atitude, entretanto, não colide com o dever cívico que me cabe na qualidade de colaborador da República e um dos responsáveis pela transição política que se processa na hora presente, de interessar-me pelos destinos da obra revolucionária que não considero consumada e extinta com o triunfo de outubro de 1930, por isso que os nossos objetivos de renovação, saneamento moral e engrandecimento da Pátria devem ser contínuos e infinitos através das gerações.

Por fim recomendava a chapa *Liberdade e Civismo*, com a composição acima mencionada.²⁰

Sem dúvida era uma justificativa pouco convincente aos seus correligionários históricos menos transigentes, pois a coalizão não deixava de representar concessão na busca de adesão de novas frações da classe cominante, apesar de Leandro Maciel não trazer para a interventoria o apoio de todo o grupo dos *decaídos*. Pois na verdade algumas de suas principais figuras, mais coerentes com seu passado político e sem a ambição política de Leandro Maciel, dele se afastaram. Manoel Dantas, chefe do velho *Partido Republicano de Sergipe* rompia com seu correligionário²¹. Com efeito, o velho partido extinguiu-se e até o jornal *A Tribuna* chegava ao fim. Nascido com a finalidade de defender os *decaídos*, agora com um dos seus mais eminentes membros apoiando a interventoria, encerra suas atividades dando por cumprida sua missão,²² enquanto o grupo tenderia a dispersar-se. Alguns deles, mais tarde, iriam fazer parte do aparelho de Estado, ainda na gestão de Maynard.²³

Na verdade o grupo dos *decaídos* representado pelo pessoal da administração Manoel Dantas, de muito vinha enfraquecido. Governando no final de uma ordem decadente (1927/30), como representante da política oficial, tornou-se um governante marcadamente impopular²⁴. Embora Leandro Maciel tenha corrido para acomodar alguns participantes das revoltas tenen

tistas no aparelho de Estado, nem por isso o governo Manoel Dantas deixou de incompatibilizar-se com amplas parcelas tanto das camadas médias, inclusive integrantes da *Aliança Liberal*, quanto da classe dominante, envolvendo aí juizes, desembargadores, coronéis de prestígio, ex-presidentes de Estado, provocando cisão no quadro de representação política.

Com a vitória do *movimento de outubro*, os grupos atingidos pela administração passada passaram a hostilizá-la, enquanto muitos dos seus correligionários de ontem a abandonavam ou por conveniência do momento, ou simplesmente por não verem no grupo dos *decaídos* suficiente capacidade no sentido de aglutinar a classe dominante descontente, a fim de fazer frente à política da interventoria.

Pode-se dizer então que a classe dominante através de suas frações mais significativas em Sergipe, no período que vai de outubro de 1930 até março de 1933, teria passado por certa crise de representação pela ausência de um partido que unisse seus principais setores. Dentro desse espaço, nascia o partido dos usineiros.

Não obstante sua emergência se dê em março de 1933, de muito vinham-se processando articulações, conforme revelou o médico Augusto César Leite, um dos principais intelectuais organizadores da fração açucareira. Sobre a criação de um novo partido, dizia ele, *estava já a idéia em movimento antes de findar o ano de 1931. E explicava: Convinha portanto aos nossos instruídos [sic], congregar o que melhor e mais representativo houvesse em Sergipe, dentro dos círculos profissionais como nas letras, na lavoura, como no comércio e na indústria. Reclamamos do mesmo a solidariedade e cooperação de sergipanos ilustres residentes fora do Estado* ²⁵.

A cerimônia da reunião referente à criação da nova agremiação ocorreu na sede da Usina Pedras, Município de Maroim, de propriedade do Coronel Gonçalo do Prado, onde se ofereceu aos presentes um *laudo banquete de mais de cem talheres* ²⁶, regado a champanha e vinhos finos de várias qualida-

des e com a presença de orquestra.²⁷

A direção dos trabalhos coube ao anfitrião Coronel Gonçalo Rolemberg do Prado, fazendo-se acompanhar do General Francisco José de Melo e Godofredo Diniz. Este havia deixado o Clube 3 de Outubro alegando que não desejava pertencer a política de partidos ²⁸ e agora, como secretário da *União Republicana de Sergipe*, seria um dos ideólogos do novo partido. Ao Dr. Augusto Leite coube ler a engenhosa minuta do programa a ser adotado pelo partido, a qual, uma vez discutida, foi aprovada unanimemente.²⁹

Seu conteúdo ideológico não se afastava muito dos demais partidos. Embora apresentasse a plataforma de maneira esquemática, era suficientemente explícito na ordem econômico-social com relação aos problemas do campo, em torno das reivindicações da lavoura. No fundo postulava um liberalismo *intervencionista*, mas apenas para protegê-la, através de créditos, etc.³⁰

Aliás, sua finalidade estava melhor expressa no noticiário do *Estado de Sergipe*, órgão criado cerca de quatro dias antes para defender os interesses do novo grupo organizado. Ali se dizia *a nova agremiação surgiu no coração da lavoura de Sergipe; no campo, para onde temos de voltar as nossas vistas, a fim de se ter uma Nação economicamente poderosa, e portanto próspera civilização.*

Quem nos dirá que a volta ao campo não seja, amanhã, uma bandeira do governo, tendo em vista os males financeiros da errônea política econômica em que vive o país ³¹ ? Por outro lado, o Dr. Augusto Leite mais tar-

de confessaria: *Tinha a U.R.S. (União Republicana de Sergipe) na lavoura canavieira seus maiores sustentáculos.*³² De fato, mesmo na história de Sergipe, dominada secularmente pelos senhores do açúcar, não é fácil encontrar uma agremiação que viesse congregar com tanta clareza a fração mais representativa da classe dominante sergipana, a oligarquia açucareira.

Não deixa de ser significativo que do pessoal que assinou a ata da fundação do novo partido, somente usineiros, com usina registrada em seu próprio nome, conseguimos identificar quinze deles. É esse número poderá crescer se algum especialista na *aristocracia açucareira* de Sergipe conseguir identificar aqueles membros das companhias que se ocultavam na razão social das empresas ³³.

É certo que em face das 91 unidades de produção registradas parece um número baixo, mas tendo em vista as vinculações pessoais dos presentes com os demais, laços de parentesco e solidariedade e, tratando-se apenas de contingentes sem tradição de mobilização política que aderiu à primeira ordem, não deixa de ser uma quantidade expressiva. Com o decorrer dos dias, no trabalho da campanha, somos levados a supor que as forças mais representativas do mundo rural, especialmente os usineiros, manifestaram apoio à nova agremiação.

Para o pleito de maio de 1933, a URS apresentou como candidato quatro profissionais liberais: Augusto César Leite (médico), Eronides Ferreira de Carvalho (médico e oficial do exército), Moacir Rabelo Leite (médico) e Lourival Fontes que apresentara idéias socialistas na década de 1910, à frente de um jornal, *O Operário*, e agora vivia no Rio de Janeiro como funcionário da Prefeitura.

É sintomático que nenhum dos usineiros se apresentou diretamente. A tarefa foi entregue a intelectuais versáteis que seriam capazes de defender com maior habilidade os interesses da fração dominante.

Além das legendas *Liberdade e Civismo* (apoiada pela interventoria) e da *União Republicana de Sergipe*, (dos usineiros), formou-se uma terceira com a denominação de *Partido Social Progressista*, representando os remanescentes da *coligação Sergipana* que aglutinava os ex-presidentes do Estado, Pereira Lobo e Graccho Cardoso, ao lado de membros destacados da *Aliança Liberal* e do Jornal *A República*. Como o ex-Presidente Pereira Lobo havia falecido em fevereiro de 1933, fica

ria representado na chapa do novo partido por Batista Bittencourt, acompanhado de Maurício Graccho Cardoso, Gentil Tavares, Luís Rolemberg, Almirante Amintas Jorge e Artur Fortes.

Uniam-se assim figuras da velha República ao lado de elementos que se bateram pela sua transformação através de apoio ao candidato Getúlio Vargas nos idos de 1929 e 1930. Em seu programa longo e detalhado destacaram os aspectos político, administrativo, judiciário, econômico, agrícola, financeiro, industrial, comercial, social, escolar e religioso onde propuseram uma democracia com progresso social, mas no fundo não passava de uma tímida democracia liberal com participação social mais formal do que efetiva³⁴.

Durante a campanha eleitoral, um dos acontecimentos expressivos foi a manifestação da Igreja Católica, que se pronunciou oficialmente através do bispo Diocesano, D. José Tomaz, e do representante regional da *Liga Eleitoral Católica - LEC*, Sr. Guilherme Nabuco Maciel, lançando manifesto recomendando *só sufrágio dos eleitores católicos todos os candidatos inscritos na chapa da União Republicana de Sergipe e, também, os candidatos inscritos na chapa do Partido Social Progressista, com exclusão do nome do ilustre intelectual patricio, professor Artur Fortes*³⁵.

Além do veto explícito ao professor Artur Fortes, certamente por não ser um católico confesso, vinha a proibição de votar na chapa apoiada pela interventoria, denotando assim a orientação conservadora das autoridades eclesiásticas locais.

Mas apesar das recomendações da Igreja em contrário, a chapa *Liberdade e Civismo* elegia três dos seus membros. A *União Republicana de Sergipe* conseguia eleger apenas Augusto Leite, enquanto no *Partido Social Progressista* nenhum dos seus candidatos conseguia sair vitorioso.

A máquina governista, reforçada através do trabalho pertinaz de Leandro Maciel com sua rede de cabos eleitorais,

funcionava a contento para grande decepção da classe dominante que, apesar dos reveses, não ficara de todo ausente na Constituinte.

A vitória da interventoria, com o apoio de Leandro Maciel sobre a agremiação dos usineiros, representava apenas uma fase do confronto. A partir daí, a polarização entre os dois grupos tenderia a crescer. *O Estado de Sergipe*, órgão dos usineiros, tendeu a aumentar sua agressividade de oposicionista bem respaldado, e não media as palavras em seus ataques, fazendo nascer sucessivas polêmicas. Assim, quando o *Estado de Sergipe* insinuou que o governo teria desviado verba destinada em orçamento para o serviço de juro de apôlice, o *Diário Oficial* procurou desmentir com dados a afirmação do órgão oposicionista e comentou:

O Estado de Sergipe não se corrige. Digno representante de uma época e de uma mentalidade insusceptíveis de evolução, saturadas de orgulho da casta, insulados na nostalgia dos braços, o Estado e sua entourage (?) [entourage] permanecerão fora do nosso tempo, calçados sempre das botas e esporas fidalgos das antigas fazendas e usando a linguagem insolente dos senhores feudais da velha Cotinguiba³⁶.

Ia assim o grupo do *Estado de Sergipe* sendo pixado de retrógrado, representante da corrente reacionária de Sergipe.

É justamente por essa época, fins de 1933, que se dá a anulação da eleição dos representantes dos usineiros junto ao IAA, questão que tanto enervou essa fração dominante.

Enquanto isso, o interventor abria processo contra os proprietários do Jornal *Estado de Sergipe*, (posteriormente, aplicar-lhe-ia a censura), tudo concorrendo para enfurecê-los.

Quando os trabalhos da Constituinte ainda estavam em plena execução, Leandro Macial, liderando um grupo de amigos, criava novo partido político, denominando-o de *Partido*

Social Democrático de Sergipe, atraindo além de seus fiéis a deptos, vários elementos do extinto *Partido Republicano* da República Velha, entre os quais alguns dos *decaídos* que haviam rompido com ele quando fizera acordo com Maynard.

Estiveram presentes também à cerimônia de fundação algumas autoridades ligadas à interventoria como Costafilho, o qual propôs que *o partido aplaudiria, sem discrepância, a idéia revolucionária compreendida e adotada por S. Excia., como também a agremiação recém fundada impetrasse o valioso apoio do seu governo* ³⁷.

Apesar de aprovadas essas propostas, a tendência predominante foi o afastamento da interventoria, uma vez que neste momento Leandro Maciel já arriscaria prescindir do seu apoio. Com agremiação própria, nome firmado entre o eleitorado e máquina montada, representava uma força política nada desprezível. Pragmático e calculista, estudou a direção dos ventos e terminou cedendo às tentativas de uma coalizão com a *União Republicana de Sergipe* que teria no seu secretário geral, Godofredo Diniz Gonçalves, a figura de intermediação das propostas ³⁸.

Em inícios de outubro, saía enfim o manifesto anunciando a congregação dos dois partidos *voltados para os altos interesses políticos e econômicos do Estado*, segundo afirmavam, lançando para governador de Sergipe o capitão médico Eronides Ferreira de Carvalho, enquanto para senador aparecia o nome de Leandro Maynard Maciel, seguindo-se os numerosos candidatos a deputado federal e estadual pelos dois partidos ³⁹.

Uma vez desprovido do apoio de seu primo, Leandro Maciel, o interventor encontrou correligionários mais fiéis que, reunidos na casa de Carvalho Neto, combinaram a organização de um partido com o objetivo de *impulsionar e defender na nova ordem constitucional em expectativa, os interesses vitais de Sergipe, assegurando a continuidade da obra administrativa do atual governo, de evidentes melhoramentos materiais, probidade e respeito às leis*, conforme diziam ⁴⁰.

Menos de um mês depois, ou seja, 13.7.34, dez anos após a Revolta de 1924, era fundada, festivamente, no cinema Rio Branco, a nova agremiação que recebia o nome de *Partido Republicano de Sergipe*, contando com o apoio de parcelas do patronato rural, inclusive prestigiosos coronéis como Hercílio Brito, Acrísio Garcez entre outros, bem como parte da burguesia urbana, além de membros das camadas médias urbanas.

Apesar dessa diversidade de estratos sociais apoiando o partido ligado à interventoria, seu programa trazia por finalidade alguns itens que dificilmente seriam subscritos pelos usineiros. Vale salientar que, ao lado das referências à legislação trabalhista, havia um artigo que propunha "*a realização das reformas legais compatíveis com a nova Constituição Brasileira, e de modo a fortalecer a ação do Estado como mediadora dos interesses coletivos*".⁴²

Sem dúvida era uma proposição bem discrepante da que pretendia o setor açucareiro, mas nem por isso deixava de levar a reboque as frações que apoiavam o programa da interventoria.

Formavam-se, então, em Sergipe, dois blocos partidários para o confronto no pleito de 1934. De um lado, o *Partido Social Democrático de Sergipe*, sob a liderança de Leandro Maciel, coligado com a *União Republicana de Sergipe*, agremiação dos usineiros. Do outro, o *Partido Republicano de Sergipe*, do interventor e seus adeptos mais fiéis, coligado com o *Partido Social Progressista* sob a liderança do Ex-Presidente Graccho Cardoso, e com a *Aliança Proletária de Sergipe*, órgão dos trabalhadores.

Defrontavam-se dois militares ao governo do Estado. De um lado, o capitão-médico Eronides de Carvalho, de outro, Maynard Gomes.

Em termos ideológicos, a composição de forças que apoiava os dois blocos estava menos heterogênea do que no pleito de 1933. Mesmo assim, o bloco que apoiava o interventor apresentava maior diversidade na medida em que englobava "*operários*", classe média e setores da classe dominante, sobretu

do proprietários rurais.

A campanha, como seria de esperar, foi movimentadíssima, cheia de ocorrências diversas: tiroteios, prisões, arbitrariedades e violências de várias espécies.

O interventor passou o governo ao seu auxiliar imediato, mas apesar disso, os adversários pleitearam intervenção federal e terminaram obtendo-a, fato que os beneficiou bastante.

Ab-sorvido com suas atividades de interventor, Maynard havia-se distanciado dos colegas de farda, distanciamento reforçado pela ação do seu adversário político, o capitão-médico Eronides de Carvalho, que jeitosamente ia conquistando a simpatia dos colegas oficiais. Com a intervenção federal, caminhões com oficiais e soldados estiveram em Laranjeiras, Riachuelo e Maroim provocando correrias, abstenção eleitoral e prejudicando de modo especial a coligação partidária apoiada pela interventoria.⁴³ Favoreceu também o grupo dos usineiros, a ação da Igreja Católica através da Liga Eleitoral Católica. Apenas dessa vez ela utilizou método diferente. Em lugar de declarar publicamente os nomes dos candidatos nos quais os eleitores católicos não deveriam votar, distribuiu comunicado alertando os fiéis contra a indiferença em matéria de voto e lembrando que cometia falta gravíssima quem não votasse em nome recomendado pelas autoridades eclesiásticas. Ficava a cargo dos sacerdotes comunicar pessoalmente aos fiéis os nomes dos candidatos apoiados pela Igreja.⁴⁴

Associados muitas vezes a autoridades da Igreja os integralistas em ascensão em Sergipe, também atuavam contra a coligação apoiada pela interventoria.

Apesar de todo esse apoio da franja conservadora, o confronto foi disputadíssimo. Afinal a mobilização da coligação apoiada pela interventoria foi bastante ampla, envolvendo grupos de trabalhadores, das camadas médias, que aliás estiveram bem ativas, e da classe dominante.

Decorrido o pleito a oposição elegeu 16 deputados e a situação 14 que na Assembléia Constituinte Estadual escolheriam os candidatos ao governo do Estado e ao Senado.

Restou a eleição de um município, Nossa Senhora da Glória, que fora anulada e, procedido novo peito, reforçou a vitória da oposição que foi reconhecida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Maynard, inconformado, sem aceitar a idêia de entregar o governo aos adversários, rearticula-se, lançando mão de variados meios. Aumenta o contingente policial,⁴⁵ reúne-se com correligionários, escreve a vários amigos e autoridades que ocupavam elevados cargos administrativos.

A Vicente Rao, Ministro da Justiça, denuncia Augusto Leite e Leandro Maciel de exercerem *franca atividade reacionária no Estado*, advertia que receava *pela ordem pública de Sergipe, com tais expoentes na direção política e acrescentava: o meu aviso é e tem sido sempre o de um revolucionário , provado na luta e no sofrimento, que está sentindo a ameaça iminente de se voltar a um estado de coisas verdadeiramente abominável.*⁴⁶

Com Getúlio Vargas, mostrou-se mais moderado. Dizendo fazer um apelo último à sua autoridade decisiva contra *aqueles que mais encarniçadamente combateram a revolução e hoje tramam contra o governo de V. Excia, punha em suas mãos a solução pacífica e honrosa do caso sergipano.*⁴⁷

Enquanto isso, em discursos e entrevistas, ameaça. Em uma oportunidade insinua a revolta dizendo que *a gente de pé no chão sabe morrer cantando e sorrindo*⁴⁸, referindo-se ao apoio dos trabalhadores urbanos. *O Diário da Tarde*, por sua vez, acirrava os ânimos afirmando que o interventor não cruzaria os braços e *defenderia os brios de Sergipe até o fim.*⁴⁹

E, assim, a questão foi crescendo de proporção dentro e atê fora do Estado, chegando a envolver alguns interventores que escrevem a Vargas pronunciando-se sobre o caso.

Lima Cavalcanti, de Pernambuco, por exemplo, em longa carta a Vargas, depois de afirmar que não tinha o direito de intervir na política de qualquer Estado, pedia permissão para ponderar a situação política de Sergipe. Considerava a vitória da oposição *não definitiva*, inclusive pela reduzida diferença dos vencedores e lembrava a existência em Sergipe de elementos afastados das paixões políticas, dentro dos quais poderia ser escolhido o Governador do Estado, em vez de deixá-lo *cair em mãos de velhos reacionários, que tudo fizeram contra a Revolução*.⁵⁰

Juracy Magalhães, interventor da Bahia, também tratou com Vargas da questão de Sergipe e em várias correspondências, revelando dubiedade em seu posicionamento. Sem demonstrar simpatia pelos líderes oposicionistas, que foram a Salvador solicitar sua intermediação, diz ao Presidente que os achou intolerantes, mas se confessava apreensivo com a *situação delicadíssima* porque, dizia o citado interventor: *Maynard pretende reagir, para isso se aparelhando, e o governo ficaria mal não garantindo decisão Tribunal*. Por fim sugeria chamar urgente Maynard ao Rio a fim de *evitar consequências lamentáveis* que poderiam ocorrer.⁵¹

O certo é que Maynard terminou indo ao Rio, mas a sua gestão de um *tertius* não interessava à cúpula oposicionista que se manifestou irredutível.⁵² Enquanto isso, o interventor de Sergipe prosseguia insinuando que apelaria para a força. Ainda no Rio, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, teria declarado que embora não desejasse perturbação *as classes conservadoras, (!) notadamente os proletários de todos os matizes, (!) poderão não se resignar diante do desfecho que os surpreenda e decepcione(sic)*.⁵³

Regressando a Sergipe, em meio a grande manifestação popular, em discurso proferido teria afirmado: *Ficai certos que desta sacada ainda ouvireis soar o clarim da liberdade*,⁵⁴ e segundo declarações de um entrevistado teria havido providências no sentido de distribuir armas aos trabalhadores urbanos.⁵⁵

Contudo, a oposição depois de combater de várias formas a aproximação da interventoria com os "operários", acusando-a de insuflá-los, empenhou-se em denunciar o clima de apreensão, falando em greve de caráter comunista, pregações extremistas feitas por caravaneiros do partido interventorial, sobre divisão de terras, queimas de canaviais, tudo fazendo parte de movimento marxista, do qual a interventoria parecia conivente⁵⁴.

Ao lado disso, o grupo da URS continuou denunciando as ameaças de impedimento da posse do seu candidato e terminou realizando seus intentos.

Foi concedido *habeas corpus* aos 16 deputados da Assembleia Constituinte e posteriormente o Tribunal Superior requisitou força federal para garantir os *habeas corpus* concedidos⁵⁵. Assim, os planos de rearticulação do interventor desmoronaram-se. O Comandante de Polícia não correspondeu ao exigido, operários não chegaram a receber armas e a presença de força federal tornava inviáveis as reações.

Inteiramente derrotado, só lhe restou a renúncia. Vencia a classe dominante sob a predominância da fração açucareira.

Se bem que as práticas reformistas da interventoria não chegassem a operar mudanças profundas, seguiram orientações emanadas do Poder Central, implementando transformações na área administrativa, equipando o Estado em condições de ampliar seus serviços junto à sociedade, ao tempo em que se esvaziava a representação da fração açucareira no aparelho de Estado.

Dentro dessa orientação, as práticas da interventoria se apresentaram contrárias aos interesses da classe dominante, especialmente da burguesia açucareira que paulatinamente foi manifestando sinais de descontentamento. A princípio, tímidos e dispersos para se intensificarem a partir do pleito de 1933, adquirindo organicidade e encaminhando-se para enfrentamento crescente com o grupo que envolvia a intervento-

ria, até quando consegue derrotá-lo.

Entre as principais causas desses descontentamentos e da polarização crescente destacava-se a política social do governo, sobretudo as relações da interventoria com os trabalhadores urbanos.

Notas

1. Virgílio Santa Rosa - *Que foi o Tenentismo?*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963, p.56/57.
2. Ver José Ibarê Costa Dantas, ob. cit. p.202.
3. *A República*, 1.1.32.
4. Ver *Boletim Liberal*, 16.11.30 a 4.1.31.
5. Idem, 16.11.30, 23.11.30, 14.12.30.
6. Eram do grupo, os poetas José Maria Fontes e José Freire Ribeiro, J. M. Tavares, Thales Vieira Silva, Arquimedes Paes Barreto, Lourival Fonseca, entre outros. Com a cisão saíram Freire Ribeiro e J. M. Tavares. Ver *Boletim Liberal*, 16.11.30, 23.11.30, 30.11.30, 14.12.30, 24.12.30 e 4.1.31.
7. *O Tempo*, 4.9.31.
8. *A Tribuna*, 30.3.31, 18.6.31.
9. *Sergipe Jornal*, 6.7.31 e *Diário Oficial* 22.10.31.
10. *A Tribuna*, 6.5.31.
11. *A República*, 12.2.32.
12. Sálvio Oliveira, entrevista ao autor, 8.6.74.
13. *A Tribuna*, 22.4.33.
14. *O Estado de Sergipe*, 28.3.33.
15. Ver *O Estado de Sergipe*, 28.3.33.
16. *O Estado de Sergipe*, 28.3.33.
17. *Diário Oficial*, 26.3.33.
18. Ver *O Estado de Sergipe*, 28.3.33.

19. *A Tribuna*, 25.4.33.
20. *Diário da Tarde*, 29.4.33.
21. Ver *A Tribuna*, 2.5.38.
22. *A Tribuna*, 6.5.33.
23. No processo de luta contra a fração açucareira se verificou permanente tendência de recomposição de forças, configurada até através de alianças com os vencidos, ou seja *os decaídos*, haja vista algumas de suas figuras de projeção terem participado da interventoria ocupando alguns cargos. Por exemplo, o jornalista Humberto Olegário Dantas tornou-se Diretor da Imprensa Oficial (a partir de agosto de 1934), Teófilo Dantas e Francisco de Souza Porto foram prefeitos da capital. Este último em outubro de 1933 e o outro, irmão do ex-Presidente do Estado, Manoel Dantas, em agosto de 1934. No fundo o que ocorria era a conciliação da interventoria com alguns grupos da classe dominante mais flexíveis, visando criar forças para enfrentar outros grupos classificados pelo próprio interventor de reacionários.
24. Mesmo antes de assumir a Presidência do Estado já pesavam acusações contra Manoel Dantas como a do Jornal do Povo que o qualifica de *mandão do município de Maroim*. A seguir noticiava que haviam sido "*espancados em dias sucessivos três trabalhadores pelo destacamento da força pública*". Um fora amarrado a cordas e enviado para Usina Vassouras de sua propriedade. Ver Jornal do Povo 13.02.1923. Não obstante seu governo ter sido marcado por arbitrariedades, dissolvendo comícios da *Aliança Liberal*, prendendo inclusive aliancistas, tais como Pêricles de Azevedo, seu filho Orlando Dantas que o considera um predestinado, atribui as violências contra os aliancistas como de responsabilidade da Polícia contrariando determinações suas. Ver Folhetim sobre centenário de Manoel Dantas, Aracaju, Dezembro/1974, pp.14/15.

Sálvio Oliveira, não concorda com a versão do filho de Manuel Dantas. Conf. entrevista ao autor, 8.6.74.

25. *O Estado de Sergipe*, 2.12.37.
26. *A Tribuna*, 6.3.33.
27. *O Estado de Sergipe*, 7.3.33.
28. Ver *O Estado de Sergipe*, março de 1933, e *Diário Oficial* 3.4.31.
29. *O Estado de Sergipe*, 7.3.33.
30. Idem, ibidem.
31. Idem, ibidem.
32. *O Estado de Sergipe*, 2.12.37.
33. Ver *O Estado de Sergipe*, 7.3.33, onde constam os nomes dos que aprovaram a ata de fundação. Vide também *O Estado de Sergipe em 1934*, pp 162/63, onde consta a relação das usinas, proprietários, municípios, etc., da dos valiosos para a conforntação.
34. Ver *Sergipe Jornal*, 4.4.33.
35. *A República*, 29.4.33.
36. *Diário Oficial*, 1.6.33.
37. Ofício de 7.2.34, do PSD de Sergipe ao Interventor - Acervo Geral, 981 - APES.
38. Ver, *Correio de Aracaju*, 13.7.37.
39. *O Estado de Sergipe*, 7.10.34.
40. *Diário Oficial*, 16.9.34 p 1848.
41. *Diário da Tarde*, 19.7.34.
42. *Programa e Estatuto do Partido Republicano de Sergipe*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1934.

43. *Diário da Tarde*, 16.10.34, João Teles de Menezes, entrevista ao autor em 28.1.78. Ver também carta de Maynard a Astholpho de Rezende de 5.1.35, na qual enviava documentos que diziam: *juntos (certificados do comando do 289 BC) que atestam haverem os oficiais João Teles de Menezes, João Pires de Mendonça e João Menezes de Aquino comandando pelotões em seções eleitorais no interior do Estado em 14 de outubro, onde se portaram com reprovável parcialidade, perturbando a liberdade do pleito, tendo sido por tal motivo transferidos*. In Acervo José Garcez, APES.

Outras correspondências do Interventor a diversas autoridades, inclusive ao General Góis Monteiro, a quem pedia remoção do comandante do 289 BC., mostram a existência de tentativas de eliminar do Batalhão influências consideradas perturbadoras. Várias transferências ainda chegaram a ocorrer.

44. Ver comunicado da Liga Eleitoral Católica - Junta Estadual de Sergipe, in *O Estado de Sergipe*, 17.7.1934.
45. *O Estado de Sergipe*, 8.1.35.
46. Augusto Maynard Gomes - Carta a Vicente Rao, 19.2.1935
O interventor escreve também a várias outras pessoas, inclusive, Graccho Cardoso, Deodato Maia, onde se pode ver o esforço despendido a fim de não entregar o poder aos adversários. Ver - Acervo Geral J. Garcez, Caixa 1, vol. 4 in APES.
47. Idem a Getúlio Vargas, 23.2.35 in CPDOC.
48. *O Estado de Sergipe*, 6.12.34.
49. *Diário da Tarde*, 2.3.35.
50. Carlos de Lima Cavalcanti a Getúlio Vargas, 28.2.35 in CPDOC.
51. Juracy Magalhães, Telegrama a Getúlio Vargas, 10.3.35 in CPDOC. No mesmo dia envia outro telegrama ao Presi-

dente dando conta de que teria conversado com o Chefe de Polícia de Sergipe e que Maynard nada faria contra decisão da justiça ou o que fosse acertado com o próprio Vargas. Enfim mudara de opinião.

idem, idem 10.3.35 - in CPDOC.

52. Ver: a) Juracy Magalhães, telegrama cifrado dirigido ao Sr. Presidente, por intermédio do Ministro da Viação, 10.3.35, CPDOC/FGV.

b) Polêmica entre o *Correio de Aracaju* e *O Estado de Sergipe* em julho de 1937 sobre a candidatura Ernandes de Carvalho e a respeito do acordo entre o PSD com a URS.

53. *O Estado de Sergipe*, 16.3.35.

54. Idem, 21.3.35.

55. Entrevista José Nunes da Silva em 6.10.74.

56. *O Estado de Sergipe*, 3.11.34 e 28.11.34.

Eis um trecho de um editorial do Estado de Sergipe, intitulado *É preciso tranquilizar a família sergipana*.

A cidade tem vivido estes últimos dias debaixo de uma muito justa apreensão. Corre, com grande insistência, notícias que, no dia 1º de novembro, estourará, uma greve de caráter comunista, cujas consequências danosas são incalculáveis para a organização social em que vivemos, quer no domínio espiritual, quer na esfera dos bens patrimoniais, quer também no âmbito dos direitos políticos dos cidadãos, eis que se anuncia ser o Tribunal Regional um dos pontos visados, a fim de serem inutilizados as urnas e documentos referentes a última batalha eleitoral.

... Sergipe ouviu pregações extremistas feitas por muitos caravaneiros do partido interventorial quando da preparação do pleito de

14 do mês a findar. Dividir as terras, queimar os canaviais e outros estribilhos semelhantes foram conclamados pelos corifeus do Sr. Maynard Gomes, a despeito de vivermos num regime burguês e de latifundiário, senhor de engenho e bruguês autêntico ser o chefe desses desavisados pregadores.

... Fica o povo a indagar se o poder público está pró ou contra o movimento marxista de que dão conta os boatos.

Pelos telegramas que divulgamos hoje, e a imprensa vespertina publicou ontem, vê-se que se trata de um movimento articulado, para explodir em diversos pontos do País e que devido a atuação da polícia, abortou em São Paulo e no Rio .
O Estado de Sergipe, 30.10.34 .

57. Idem, fevereiro e março/35 .

58. Idem, 15.3.35 e 26.3.35 .

2.6 - Interventoria e Trabalhadores Urbanos

As relações entre a interventoria e os trabalhadores urbanos podem ser melhor avaliadas quando se tem notícias do nível de organização dos trabalhadores na Primeira República. Em face disso, tentaremos apresentar alguns breves traços do movimento dos trabalhadores antes da Revolução de 1930.¹

As primeiras informações mais concretas que encontramos sobre organizações "operárias" em Sergipe datam de 1896, quando o gráfico João Ferro cria, com alguns companheiros, o jornal *O Operário*, que tem a duração de 14 números. A essa época, falava-se da existência de sociedades de socorros mútuos e beneficentes, mantendo postura reverencial com o patronato e instituições dominantes. Apesar do caráter embrionário das organizações, a folha batia-se pela conscientização dos trabalhadores, reivindicava direitos e pregava o socialismo².

Posteriormente, a notícia mais expressiva sobre o movimento dos trabalhadores urbanos em Sergipe vamos encontrar em 1910, quando começa a editar-se outro jornal com o mesmo título. Com certa interrupção, a folha segue até 1911, quando se funda o *Centro Operário Sergipano* que teria a função de congregar os trabalhadores urbanos até 1964³. Anos depois da fundação do *Centro*, ou seja, em 1915/16, reedita-se novamente o jornal, que sai por cerca de 43 números. Embora esses órgãos contassem com a presença de elementos vinculados às camadas médias, especialmente de jornalistas, sua postura com relação ao patronato tendeu para a independência. No último, então, já se encontram várias denúncias de arbitrariedades, de acidentados de trabalho em abandono, pressões, prisões, espancamentos, etc.

Apesar disso, está muito aquém do órgão que surge em 1920 com a denominação de *Voz do Operário*, pelo empenho com que este representava os interesses dos trabalhadores, lutando pela sua conscientização, pela união e organização. Com ideolo

gia socialista mais definida, *Voz do Operário* atingiu o ápice do movimento em Sergipe na Primeira República, entre 1920/22. Em 1921 foi realizada a primeira greve de que temos notícia em Sergipe, em prol das oito horas de trabalho, conseguindo para lisar quase totalmente duas fábricas, terminando por conseguir parte de suas reivindicações.

Depois desse movimento, o patronato enfurecido bus cou pretexto para esvaziar a mobilização em torno do *Centro O perário*, até que o espancamento de um contramestre levou a uma reação enérgica dos patrões que passaram a proibir seus empre gados de participarem do *Centro*.

Com seu órgão semi-esvaziado, o movimento dos tra balhadores urbanos arrastou-se com dificuldade até o fim dos anos vinte, sem aquela centralização aglutinadora que conhe ce ra no início da década. Os trabalhadores passaram então a se organizar por categoria profissional sem unidade.

Essa carência de organicidade, que marca o movi- mento a partir de 1922, afeta sua capacidade de pressão, mas nem por isso pode -se considerar os trabalhadores uma força sem importância.

Hã indícios de que, a partir da fundação do *Cen- tro Operário Sergipano*, o Estado passou a atuar levando em con ta a existência dos trabalhadores. Eram sinais discretos como de um senhor distraído que mal dá conta da presença de um ser vidor solícito. E paternalisticamente cede o salão do Paço Mu nicipal para a criação da associação. Posteriormente (1916), o Chefe de Polícia Deodato Maia é alvo de homenagens dos traba lhadores. Na administração seguinte, ou seja, no governo de Pe reira Lobo, (1918/22), começam os trabalhadores a receber re ferências nas Mensagens Presidenciais.

Na primeira, 1919, o governante sergipano profes sa preocupação com os problemas da classe, mas já na seguinte manifestava descontentamento com as lideranças que com "*um so cialismo mal orientado (iam) desviando das verdadeiras nor mas*". ⁴ Mais tarde serviria de intermediário na greve e depois, aliado aos patrões, contribuiria para reprimir os trabalhadores.⁵

Quanto a Craccho Cardoso, (1922/26), não obstante sua atuação como deputado federal apresentando projeto do Código do Trabalho, (1917), quando governante do Estado, apesar de sua dinâmica administração, não deixou registrada nenhuma obra relevante em favor dos trabalhadores.

Manoel Dantas, (1927/30), elaborou quatro mensagens. Nelas encontramos apenas uma referência aos trabalhadores, em 1927, no item dedicado à ordem pública. Ao tratar da greve dos ferroviários, afirma que ela não resultou em incidentes graves a lamentar-se além dos efeitos danosos para o comércio e para a indústria...⁶. As prisões de líderes grevistas, por quais quer que tenham sido os motivos, não mereciam nem lamentos...

Apesar, no entanto, desse descaso para com os trabalhadores por parte dos governantes, por ocasião das campanhas eleitorais não deixavam de ser invocados para legitimar candidatos nascidos dos interesses da classe dominante.

Por ocasião da campanha presidencial de Washington Luiz e Vital Soares, a invocação se tornou mais grave. O governo do Estado, através de elementos vinculados ao aparelho de Estado, penetrou no *Centro Operário* e usou-o, fazendo editar um número do seu jornal com papel acetinado, bem diferente dos números anteriores e fez do *Centro* um órgão de apoio das candidaturas oficiais, não obstante a ausência quase total dos seus membros ⁷.

Diante desse quadro, pode-se perceber que, não obstante a existência do movimento tenentista que vinha de certo modo representando descontentamentos mais ou menos generalizados no meio urbano, desde 1920, (sendo continuado pela Aliança Liberal), em termos de unidade, estruturação e mobilização, o movimento dos trabalhadores urbanos se revelava incipiente.

Com o patronato associado ao Estado, empenhado em cercear suas atividades organizatórias, o próprio apoio de pequenas parcelas das camadas médias se apresentava difícil e extremamente limitado pela própria falta de autonomia dessas camadras. Diante de tal situação, a dispersão e a pequena repre

sentatividade da força de trabalho urbano acentuavam as dificuldades.

Em 1920, da população registrada pelo Censo (477.064 habitantes), o contingente "*operários*" representava pouco mais de 0,01%, com o total de 5.386 empregados ocupados em 237 estabelecimentos industriais. Destes somente as fábricas de tecidos possuíam mais de 100 operários cada uma ⁸, conforme se pode ver quadro abaixo:

QUADRO I
DISTRIBUIÇÃO DE MÃO DE OBRA (1920)

Indústrias (exceto usinas açucareiras)

Número de indústrias		Número de Operários
105	-	até 4
114	-	entre 5 e 19
7	-	entre 20 e 49
4	-	entre 50 e 99
7	-	mais de 100

Fonte - Censo 1920

Se somarmos aos "*operários*" o contingente que trabalhava manualmente em serviços urbanos, a quantidade não seria capaz de duplicar o montante das indústrias.

Embora os trabalhadores têxteis se apresentassem como os mais numerosos, viviam dispersos em sete municípios do Estado, conforme poderá ser comprovado pelo seguinte quadro:

...

QUADRO II
DISTRIBUIÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE TECIDOS EM SERGIPE
(1934)

MUNICÍPIOS	Nº DE FÁBRICAS	Nº DE EMPREGADOS
Aracaju	2	1.708
Estância	3	1.192
Maroim	1	180
Propriã	1	450
São Cristóvão	1	751
Vila Nova (hoje Neopôlis)	2	1.108
Total	10	5.669

Fonte: *O Estado de Sergipe em 1934*, p. 166/7.

Com a eclosão da Revolução de outubro, mesmo esse pequeno contingente de trabalhadores dispersos tenderá a desenvolver suas organizações, em face da nova legislação trabalhista que vai surgindo e da ação da interventoria no sentido de que as leis fossem sendo cumpridas.

Com o decreto-lei 19.770 de março de 1931, emitido pelo governo Central, tem início o movimento pela sindicalização. Os primeiros passos se processam com os trabalhadores assumindo uma postura reverencial, se não submissa em relação ao patronato e ao Estado.

O interventor comparece pessoalmente ao *Centro Operário* nas comemorações do dia 1º de maio de 1931 e, dias depois, recebe dos empregados da Fábrica de Tecidos *Sergipe Industrial* abaixo-assinado agradecendo homenagem prestada ao querido chefe Thales Ferraz (patrão) ⁹.

Por ocasião da organização do primeiro sindicato operário de Aracaju, em junho de 1931, alguns auxiliares do governo se fazem presentes, inclusive representando o interventor. Nesta solenidade, "*Manuel Cruz, participa da mesa na qua*

lidade de bom patrão" ¹⁰.

A sessão foi presidida pelo "consultor jurídico dos Operários" o dr. Costafilho que depois escreve a Maynard, e este responde nos seguintes termos, conforme seriam divulgados pela Imprensa local:

"Acuso com especial agrado, o recebimento de sua carta apresentando moção de apoio e solidariedade ao meu governo, votada pelos operários desta capital, que ora promovem a organização do 1º sindicato sergipano, nos moldes de Dec. 19.770 de 19 de março, expedido pelo Governo Provisório da República.

"Peço-lhe significar aos dignos operários que firmam aquele documento, como aos companheiros de classe por ele representados, não só o quanto me sensibilizou essa manifestação de sua bondade como a disposição em que me encontro de prestar amparo oficial de que carecem para a realização do seu nobre desígnio.

"Diga-lhes igualmente que o bem estar do proletariado da minha terra constitui uma das minhas preocupações de governo. Como demonstração concreta dessa assertiva, queira anunciar-lhe que em breve prazo empreenderei a construção de um abrigo infantil à Av. Independência que é o centro da maior população o breira da capital.

"Essa instituição terá por objetivo prestar assistência a menores, filhos de operários, durante as horas de trabalho nas fábricas e nas oficinas, fornecendo-lhes alimentos e ministrando-lhes ali educação e instrução absolutamente gratuitas.

"Como esta outras obras de utilidade e proveito para o operariado pretendo realizar, desde que tanto permitam as possibilidades financeiras do Estado" ¹¹.

Apesar do tom paternal e da visão assistencialista,

a confessada preocupação pelo bem estar do proletariado, bem como a disposição de prestar amparo oficial, referindo-se às suas organizações já indica uma atenção aos trabalhadores que não encontra precedentes nos governos anteriores. Porém o que se foi tornando mais importante aos trabalhadores foi o respal do político em sua luta pelo cumprimento da legislação social, estimulando a organização. E o que fez a interventoria para que a legislação trabalhista não ficasse apenas no papel como letra morta?

Primeiramente, prestigiou sempre as cerimônias dos trabalhadores, quer com a presença do pessoal do próprio interventor, como ocorreu na festa de 1º de maio de 1931 no *Centro Operário* e na instalação do 3º sindicato dos operários, o da Fábrica Confiança, quer através de seus assessores que sempre discursavam assegurando seu apoio à causa dos trabalhadores.¹²

Na instalação deste sindicato, falaram três elementos ligados à interventoria, além de Maynard que teria "*concitado o operariado a promover sua própria felicidade dentro da Lei e da Ordem, que assim contariam incondiciionalmente com o prestígio do seu governo e com seus serviços pessoais cumprissem os operários o que acabaram de assegurar em seus discursos e teriam sempre o seu apoio*".¹³

Na instalação dos demais sindicatos, todas as cerimônias foram presididas por alguns dos assessores do quadro da interventoria: Eurípides Esteves de Lima, Chefe de Polícia; Camilo Calazans, Intendente da Capital; Damião de Mendonça, oficial do gabinete, entre outros.

Por ocasião do Congresso das Municipalidades, que contou com a direção de Carvalho Neto, no item referente à Legislação Trabalhista foram aprovadas várias sugestões concernentes à regulamentação do trabalho e à situação dos trabalhadores, entre as quais constavam: a criação de departamento estadual do trabalho; a fiel observância das leis da União e do Estado concernentes aos direitos e interesses dos trabalhadores residentes no território sergipano; o patrocínio ex-ofício,

como função do juízo dos direitos operários; a defesa gratuita; as medidas de assistência tendentes a assegurar a melhoria das condições de trabalho; o uso das cadernetas de trabalhadores, entre outras.¹⁴

Posteriormente, ou seja, em julho de 1934, o grupo que constituía a interventoria, agora aglutinado em torno do *Partido Republicano de Sergipe*, incluía em suas finalidades,

*"a instituição do Código do Trabalho, consolidando as disposições da legislação trabalhista existente e alargando a defesa dos direitos do operário, dos empregados no comércio, dos comerciários e dos trabalhadores em geral, de modo a lhes proporcionar as garantias indispensáveis a uma existência condigna".*¹⁵

Tanto em um como em outro documento pode ser identificada a influência, se não a autoria de Carvalho Neto que de muito vinha tentando estabelecer leis que regulassem as relações entre capital e trabalho e de alguma forma visando ampliar os direitos dos trabalhadores.

Embora a maioria das sugestões aprovadas no Congresso das Municipalidades não chegasse a ser concretizada, o fato de serem apoiadas por numerosas autoridades do Estado, mesmo ficando a nível de retórica, indicava inédita consideração aos trabalhadores urbanos de Sergipe.

Além do apoio da interventoria aos trabalhadores prestigiando suas cerimônias, estimulando o desenvolvimento de suas organizações, e do interesse manifestado na melhoria de sua condição, devem-se salientar as pressões manifestadas pela interventoria para que a legislação fosse cumprida. Primeiro, por intermédio de Costafilho que, aparecendo como assessor jurídico dos operários, contribuiu para orientá-los ao seu modo, sobretudo nos dois primeiros anos, amedrontando o patronato recalcitrante. Aliás, são várias as denúncias registradas pela imprensa "*operária*" sobre as reações dos patrões tentando impedir a sindicalização.¹⁶

Até na imprensa conservadora, como em *A Tribuna*, õr

gão dos *decaídos*, foi publicada a seguinte matéria chamando atenção para o artigo 13 do Decreto-lei 19.770, que prescrevia ser *"vedado aos patrões ou empresas despedir, suspender e rebaixar de categoria, de salário ou de ordenado o operário ou empregado, pelo fato de associar-se ao sindicato de sua classe, ou por ter no seio do mesmo sindicato, manifestado idéias ou assumido atitudes em divergências com seus patrões"*.¹⁷

Tal anúncio provavelmente promovido pela interventoria era mais uma forma de pressão dirigida a um patronato in satisfeito com a sindicalização.

Haja vista os relatórios publicados no *Diário Oficial*, provenientes das diretorias de diversas fábricas. Embora todos ou quase todos fizessem questão de frisar que o ambiente das empresas era de franca cordialidade nas relações entre patrões e empregados, quando tratam da sindicalização se referem a uma minoria com tendência subversiva, por vezes com alusões a Moscou ou explicitamente ao comunismo.¹⁸

Até a baixa da produção de 1933 teria tido *"como principal causa determinante a confusão estabelecida com a aplicação da nova legislação social"*, que *"mal compreendida em sua adaptação"* teria criado *"desinteligências entre empregadores e empregados, com prejuízos da produção, tornando-se sensível também nas transações da vida comercial"*.¹⁹

A resistência do patronato em aceitar a legislação¹⁹ - A chegou ao ponto de exigir a intervenção direta do governo, como ocorreu em maio de 1932.

Por ocasião da manifestação realizada pelos operários das fábricas de tecidos *Sergipe Industrial* e *Confiança* no sentido de ser cumprida a lei que regula o horário para o trabalho industrial, o *"interventor recebeu a multidão operária no salão das conferências"*, e, ouvida a exposição do seu advogado Costafilho, *"declarou que louvava a atitude dos reclamantes, apelando confiantemente para a ação da autoridade, ao pleitear os seus direitos, em vez de recorrerem a meios violentos e depredações que só podem trazer resultados ruinosos à boa ordem e harmonia necessárias à efi*

cácia do trabalho; e tomando na melhor consideração o apelo dos operários patrícios, assegurou-lhes que ia providenciar para que, tanto quanto se contivesse na lei, fossem os seus direitos respeitados".²⁰

Na tarde do mesmo dia, Maynard convidou os diretores dos respectivos estabelecimentos fabris a comparecerem a Palácio, onde ficou assentado que os tecelões daquelas fábricas trabalhariam normalmente oito horas por dia, a contar das sete da manhã às quatro da tarde, com interrupção de uma hora para almoço.

A manifestação dos operários surtia efeito imediato, deixando patente a autoridade da interventoria como meio eficaz para o cumprimento da legislação em vigor.

O empenho do interventor no sentido de que a legislação social se efetivasse de fato, vinha no entanto associado à proposta de conciliação entre capital e trabalho, conforme fica demonstrado em vários dos seus pronunciamentos.

Além daqueles já transcritos acima, há outros mais explícitos.

Por exemplo, em outubro de 1931, por ocasião de manifestações dos trabalhadores, que teriam contado com a participação de mais de mil operários, sob a orientação de Costafilho, pela passagem do primeiro aniversário da Revolução, o interventor em sua oração teria *"aconselhado aos operários seguirem a moderada orientação legal que lhes[estava] dando o dr. Costafilho dentro dos preceitos da ordem e da tranquilidade e do espírito de elaboração com o capital lícito".²¹*

Um pouco mais tarde, ou seja, por ocasião da Revolta Constitucionalista em São Paulo, em julho de 1932, nova manifestação foi promovida pelos trabalhadores de Aracaju ao interventor, a fim de assegurar-lhe *"solidariedade cívica"* naquele difícil momento da República. Depois que Costafilho *"falou lembrando a participação dos operários na Revolta de 1924 e que ali estavam para prestar solidariedade nesta hora agitada"*,

Maynard *"agradeceu a manifestação e fez apelo aos operários e patrões no sentido de uma melhor compreensão entre as partes"*. ²²

Embora, esses trechos se constituam resumos elaborados por jornalistas, sujeitos a alterações do pronunciamento real, o espírito predominante na postura do interventor parece-nos bem caracterizado a julgar com base em suas práticas no período de 1930/34. Após o pleito de 1934, a postura se transforma por razões que se esclarecerão adiante.

Não obstante essa proteção controlada, os trabalhadores iam encontrando motivos de se sentirem prestigiados. Nas manifestações ingressavam em Palácio turmas numerosas de proletários de várias categorias: *"eletricistas, tecelões, ferreiros, ajustadores, padeiros, magarefes, carroceiros, forneiros etc."*, tomando contato pessoal com seus salões reluzentes, suas decorações coloridas, criando um mínimo de intimidade com o ambiente e, por certo, sentindo-se menos distanciados do governo, não apenas por essas idas a Palácio, mas também pela participação em suas organizações de classe, em manifestações públicas e até em consulta *"acerca da atuação administrativa do interventor e da oportunidade da volta do país ao regime constitucional"*, sob a iniciativa do major Juarez Távora que visitou o Estado em março de 1932. ²³

Além dos *"operários"*, sabemos apenas de igual consulta aos comerciários. ²⁴

Em meio a essas ocorrências, os trabalhadores avançavam seu processo de sindicalização. Logo de início, estiveram comparados a São Paulo com apenas 2 sindicatos, ²⁵ mas em 1934 já havia 21 sindicatos (8 dos quais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho), além de um partido e o velho *Centro Operário*. ²⁶

QUADRO III
ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES EM SERGIPE
(1934)

O R G Ã O S

- 1 - Partido Aliança Proletária de Sergipe
 - 2 - Centro Operário Sergipano
 - 3 - Sindicato dos Operários Pedreiros
 - 4 - Sindicato dos Operários Tecelões
 - 5 - Sindicato dos Operários Sapateiros
 - 6 - Sindicato dos Operários Gráficos
 - 7 - Sindicato dos Operários Padeiros
 - 8 - Sindicato dos Operários Metalúrgicos
 - 9 - Sindicato dos Operários Barbeiros
 - 10 - Sindicato dos Operários Usina Eletricidade
 - 11 - Sindicato dos Empregados no Comércio
 - 12 - Sindicato dos Bancários de Sergipe
 - 13 - Sindicato dos Trabalhadores de Resistência e Trapiches
 - 14 - Sindicato dos Carroceiros e Doqueiros
 - 15 - Sindicato dos Estivadores de Sergipe
 - 16 - Sindicato dos Operários Marceneiros e Carpinteiros
 - 17 - Sindicato dos Operários Pintores
 - 18 - Sindicato dos Operários Tecelões de São Cristóvão
 - 19 - Sindicato dos Operários Tecelões de Estância
 - 20 - Sindicato dos Operários Tecelões de Vila Nova
 - 21 - Sindicato dos Operários Tecelões de Propriã
 - 22 - Sindicato dos Operários Marítimos
 - 23 - Sindicato dos Contadores e Guardalívros
-

Fonte: *A Luta*, 4.9.1934, p. 4.

Quando a luta pela sindicalização foi-se manifestando frutífera, paralelamente ia-se desenvolvendo a campanha pela formação de uma Federação que congregasse todas as organizações sindicais do Estado.

Já em fins de dezembro de 1931 se publicava "*Em Sergipe já existe o número de sindicatos exigidos pelo decreto 19.770, para a formação de Federação do Trabalho, grande e formidável impulso, esse que tomou o operariado sergipano no curto espaço que mede da vitória da Revolução até hoje... aí veio logo a lembrança de que indistintamente devia ser formada a Federação Sergipana dos Trabalhadores...*"

"*Todos os sindicatos agiriam em comum acordo, todas as associações se entenderiam e se protegeriam reciprocamente, enfim, se faria (e esta é a moda) a nossa FRENTE ÚNICA*".²⁷

É possível que o autor dessas linhas fosse o principal defensor da criação da federação, o líder José Nunes da Silva, que depois de escrever vários artigos defendendo a idéia e de promover reuniões para discutir o assunto, via seu desejo concretizado no dia 19 de maio de 1933.²⁸

Com a presença de Deodato Maia, então presidente do Conselho Nacional do Trabalho, era instalada solenemente a sonhada federação. Num artigo publicado no mesmo dia, José Nunes da Silva assinalava que a melhor comemoração daquele dia era lançar "*as bases de uma nova tática de luta, em prol da conquista de melhorias econômicas e sociais da classe trabalhadora em geral*".²⁹

A essa altura, o grau de mobilização dos trabalhadores já se encontrava relativamente elevado em relação ao período pré-1930. E nesse primeiro quinquênio dos anos trinta, um elemento que reflete o nível de atividade das lideranças e ao mesmo tempo contribui para organizar os trabalhadores são os jornais que surgem mais ligados aos interesses da classe.

Sem pretender apresentar um levantamento exaustivo,

citaremos apenas os órgãos encontrados no acervo da Biblioteca (Pública) Epifânio Dória do Estado de Sergipe.

Do ano de 1931 não foi encontrado nenhum jornal próprio. As notícias sobre o movimento dos trabalhadores são recolhidas através dos órgãos oficiais ou oficiosos do governo, ou então da classe dominante.

Mas a partir de 1932 o quadro é o seguinte:

QUADRO IV
Jornais Editados pelos Trabalhadores em Aracaju
(Acervo da Biblioteca Epifânio Dória)
1932/34

TÍTULO	PERÍODO	NÚMERO	PATROCINADOR
Voz do Operário	02/32 a 01/33	1 a 39 com falhas	Centro Operário Sergipano
Tribuna Proletária	03/32 a 12/32	1 a 41 com falhas	Sindicato dos Operários de Sergipe
O Trabalho	03/33 a 05/33	1 a 9	Centro Operário Sergipano e Sindicato dos Operários de Sergipe.
O Proletário	10/33 a 05/34	2 a 21 com falhas	Centro Operário Sergipano.
A Luta	04/34 a 09/34	1 a 14 com falhas	Partido Aliança Proletária de Sergipe.
O Gráfico	12/33 a 07/34	1 a 5	Os Gráficos

Não obstante a variedade de títulos, essas folhas apresentavam ideário semelhante com variações próprias em função da tendência predominante e da conjuntura. Embora vez por outra colaborasse alguma figura nova, nota-se a presença de um grupo que permanece atuante e presente em quase todos os órgãos.

O fato de em 1932 surgirem dois jornais reflete en-

tusiasmo do momento, ao ponto de acharem que o *Centro Operário* deveria continuar com seu jornal tradicional, enquanto que os sindicatos fundariam um órgão próprio sob a direção inicialmente de Antonio Oliveira Sobrinho. Nesta folha, *Tribuna Proletária*, a influência de Costa Filho parece-nos forte como foi nesse primeiro período de sindicalização, especialmente nos anos de 1931 a 1932.

A simultaneidade de *A Luta* e *O Proletário* pode ser vista pelo fato de o primeiro ter surgido explicitamente com o objetivo de participar especificamente da campanha eleitoral de 1934.

A partir de matérias publicadas nessas folhas vinculadas aos trabalhadores, de 1932 a 1934, podem-se avaliar até certo ponto as relações entre a interventoria e os trabalhadores, pelo menos enquanto representadas pelos seus redatores.

Entre todos os órgãos, aquele mais elogioso nas referências à interventoria era a *Tribuna Proletária*. Já no primeiro número, referindo-se ao interventor, agradecia "pela cooperação revolucionária que tem sabido, como chefe de estado prestar à política social da Revolução de outubro. Homem justo, bom e bravo que sempre teve no braço operário uma alavanca para acionar o motor dos seus nobres ideais, tem sabido corresponder a expectativa operária".³⁰

Meses depois, o mesmo jornal publica uma coluna explicando: "Porque estamos solidários com o interventor Maynard".

"Com as respostas abaixo impressas satisfazemos as tendenciosas perguntas anônimas que nos têm sido endereçadas frequentemente, com uma irritante e maliciosa insistência."

"O operariado consciente e livre de Sergipe está solidário moral, política e materialmente, com o Major Augusto Maynard Comes nesta perigosa hora brasileira

pelas seguintes razões:

1ª - Porque ele, esse bravo confessor e martir da fê revolucionária, nunca, em situação alguma da vida agitada de idealista liberal, renegou o seu princípio de combatente audaz em favor dos pequenos, dos oprimidos e dos fracos.

2ª - Porque tem feito cumprir, no seu proibidoso [isto] e utilíssimo Governo, as Leis Sociais que a Revolução tem sabiamente decretado em benefício das classes trabalhistas.

3ª - Porque as suas melhores e maiores idéias de cidadão soldado, coindicem com as nossas, socialistas radicais e revolucionários natos.

4ª - Porque tem durante a sua benemérita e honestísima administração respeitado os direitos de todos e distribuido Justiça com imparcial serenidade e sem distinção de pessoas ou classes.

5ª - Porque não distingue, na hora de fazer Justiça, o patrão do operário, o estivador do capitalista.

6ª - Porque estamos convencidos, não se afastará, no Governo ou fora dele, da sua proverbial linha de conduta revolucionária.

7ª - Porque nós operários, que nascemos revolucionários, só podemos e devemos apoiar e aplaudir revolucionários sinceros.

Ficam assim, uma vez por todas, respondidas as insídias interrogações anônimas dos 'perrepistas, patronistas, radiopistas, boateiristas, paulistas e tuti quanti'.³¹

Por mais exagerada que fosse a resposta aos informados, não deixava de definir claramente sua posição ao lado do interventor.

Nessa mesma edição, publicava também elogio ao oficial de gabinete do interventor, Damião de Mendonça, pelo ensejo de seu aniversário, considerando-o "*um amigo sempre solícito e dedicando da classe operária*".³²

Essa deferência para com o interventor e o grupo que o cercava, entre os quais estavam Damião de Mendonça, Francisco Macedo, Deodato Maia, Carvalho Neto e outros, jamais parece ter cessado.

Embora a *Voz do Operário* fosse mais comedida, também teve ocasião de tecer considerações elogiosas.³³

Quanto aos demais jornais, há raras referências à interventoria,³⁴ salvo em *A Luta*, onde além de apelos para resolver determinadas questões, em alguns momentos fazem-se-lhe elogiosas referências, inclusive a observação de que no seu governo ditatorial "*em nosso Estado foi quando imperou a liberdade e a fraternidade*".³⁵

Fica, no entanto, difícil julgar a espontaneidade das manifestações do operariado de Sergipe com relação ao interventor, inclusive os elogios da *Tribuna Proletária*, prestação de solidariedade em Palácio por ocasião da Revolta de Julho de 1932 em São Paulo e a própria formação do batalhão de operários para lutar nos campos de São Paulo, em face da presença constante do então Delegado do Trabalho, o Bacharel Luiz José Costafilho. Filho de um operário ferreiro,³⁶ Costafilho, desde pelo menos 1910, esteve preocupado com a questão operária quando teve oportunidade de escrever alguns artigos radicais contra os patrões no pequeno órgão *O Operário*. Posteriormente seu nome deixa de aparecer em movimentos operários, até quando a Revolução de 1930 se torna vitoriosa, e ele surge como o "*consultor jurídico orientador dos operários*". Promove reuniões de apoio ao governo, faz conferências e está presente em todas as manifestações dos trabalhadores. Até o interventor, como já vimos atrás, aconselha-os a seguirem sua moderada orientação.³⁷

Em 1932 ele é apresentado como advogado dos traba-

lhadores, consultor jurídico do Sindicato da Fábrica *Senhor do Bonfim* ³⁸ e, na organização e legalização dos novos sindicatos, desempenha papel de maior destaque.

Em janeiro de 1932, eclode uma greve em Vila Nova, distante cerca de 120 Km da capital e alguns operários se deslocam a pé para Aracaju, numa marcha dura beirando a praia à busca de solução. Maynard manda como enviado especial o tenente Manuel Messias de Mendonça, que fala das represálias dos proprietários deixando desempregados cerca de 50 operários.³⁹

O motivo alegado para a greve teria sido, entre outros, o rebaixamento de salários em 20%.⁴⁰

Em maio de 1932 estoura outra greve, desta feita nas Fábricas de Tecidos Confiança e Sergipe Industrial, as duas fábricas têxteis de Aracaju, motivada por questão de horário de trabalho. Costafilho teria defendido os operários e Carvalho Neto, considerado por muitos como amigo dos operários, teria defendido os "interesses dos patrões. A questão foi parar nas mãos do interventor que solucionou o caso".⁴¹

Em junho de 1932, nova greve rebenta, agora nas fábricas de tecidos da cidade de Estância, motivada, segundo foi publicado, pela oposição patronal contra a organização dos sindicatos. Mais uma vez, Costafilho se apresentou como defensor dos operários e após a "atividade infatigável e a vigilante ponderação do advogado e consultor jurídico Costafilho, conseguiram se encaminhar para as combinações das partes".⁴²

É possível que não fosse aludindo ao dr. Costafilho, mas já em fevereiro de 1932 o juiz dos Direitos do Operário Olympio Mendonça, endereça carta ao jornal *Voz do Operário* alertando os operários: "É preciso, no entanto, não confiar demasiadamente na ação de terceiros para a solução de tão alto problema, pois a deficiência da legislação, e sobretudo, o preconceito social e o egoísmo dos homens, muito entravam a evolução das classes trabalhadoras no domínio do direito".⁴³

O certo é que em 1933 já não goza o dr. Costafilho do mesmo acatamento no seio dos trabalhadores. Antes pelo contrário. Como uma necessidade, a idéia de o *operário* marchar sozinho foi ganhando adeptos, ao ponto de um jornal chamar a atenção para uma tese apresentada no Paraná defendendo tal ponto de vista.⁴⁴

Mais tarde, um artigo da primeira página manifesta-se *"contra a efetivação no cargo fiscal do trabalho no distrito de Sergipe de um cavalheiro que diz não precisar de nós operários, o mesmo que pôs impecilhos no Rio de Janeiro, para que os camaradas que formam a delegação sergipana não pudesse eleger o nosso representante de classe, jogando com o nome de nosso mui querido interventor."*⁴⁵

Observe-se que por essa época o dr. Costafilho havia sido nomeado Delegado do Trabalho em Sergipe. Em outra oportunidade foi publicada a seguinte nota: *"Um protesto- Estiveram em Palácio tratando de interesses das classes operárias vários companheiros que tiveram oportunidade de conferenciar com S. Excia. Os companheiros representantes dos sindicatos de Pintores, Padeiros, Usina Elétrica, Estivadores, Tecelões, Metalúrgicos, Resistência, Sapateiros, Centro Operário, Comitê pró-federação, Pedreiros, Marceneiros, etc., que com palavras sinceras levaram o seu protestos solene contra o bacharel Luiz José da Costafilho, na qualidade de fiscal do trabalho"*.⁴⁶

Como se vê, era uma indisposição que abrangia as lideranças mais variadas dos trabalhadores sergipanos, prosseguindo a insatisfação como se fosse bastante duradoura, conforme se observa pelos comentários que se vão seguindo.⁴⁷

Um dos comentários mais expressivos da caracterização geral do que ocorreu dizia: *"A verdade é que os sindicatos proletários já vão saindo da fase embrionária em que se achavam logo após a revolução de 1930."*

Já os trabalhadores, não se limitam a queixas platônicas, nem se deixam tapear pelos líderes cujas gargantas de ouro silenciam com alguns favores pessoais".⁴⁸

Realmente, os trabalhadores que no início da sindicalização demonstravam postura reverencial, se não submissa em relação ao patronato e à interventoria, foram paulatinamente, no processo de organização, revelando maior altivez e autonomia, não apenas diante dos patrões mas também em face do Delegado Sindical pela forma com que foram dispensando as "orientações" de Costafilho.

Sobretudo a partir de inícios de 1933, passaram a reagir contra a influência de terceiros, ao tempo em que as decisões dos trabalhadores assumiram caráter mais genuíno, tornando-se inclusive o movimento mais forte, apesar de rarearem as greves. Destas, um dos poucos casos a merecer registro foi a dos sindicatos dos Operários da Resistência, em abril de 1934, contando com a solidariedade dos carroceiros e outras categorias ameaçando também o trânsito. Algumas casas comerciais fecharam as portas em protesto contra a greve, enquanto uma comissão da Associação Comercial do Estado ia a Palácio solicitar ao interventor a sua mediação para resolver a questão. No mesmo dia, Maynard recebeu "os presidentes dos aludidos sindicatos, aos quais fez sentir a inoportunidade do movimento," que vinha ferir um contrato recentemente firmado,⁴⁹ há menos de um ano, o que afetava a estabilidade dos compromissos e, em consequência, a confiança que lhe serve de base. Sem nenhuma relutância, diz a nota, concordes com a sugestão de S. Excia., os presidentes dos sindicatos resolveram imediatamente voltar ao trabalho normal, sob o propósito de ser "combinada uma alteração na tarifa nos transportes em julho próximo".⁵⁰

A versão dos operários diz que o interventor "acertou ficar para resolver o que pediam os grevistas, no dia 4 de julho próximo vindouro em virtude de uma tabela de preços convencionada a menos de um ano, entre patrões e operários"...⁵¹

As coincidentes versões mostram que o interventor a parece mais como mediador do que como protetor, e ciente dessa sua posição foi que os *operários* passaram a cobrar-lhe a solução, desde meados de maio, até quando o caso foi resolvido.

Assim, outras categorias de empregados, especialmente de serviços públicos, continuaram apelando para o chefe maior, o interventor, para resolver as questões pleiteadas.

De uma vez são os do *Sindicato dos Operários e Empregados da Usina de Eletricidade de Aracaju* que, em vista da suspensão da concessão de férias e a demora das carteiras profissionais, pedem que os Diretores da Empresa dispensem "*a apresentação das carteiras até a chegada destas, a fim de que os operários sindicalizados gozem os direitos do decreto nº 23.768*".⁵³

Doutra feita, o mesmo sindicato pede aumento de salários.⁵⁴

Outra vez *operários* da mesma empresa pedem ao interventor interceder para a obrigatoriedade da sindicalização.⁵⁵

As respostas geralmente vinham de maneira formal, após consultas ou estudos.

Não obstante, em todo o seu governo, o interventor ter contado com o apoio mais ou menos firme dos *operários*, pelo menos através de suas lideranças, até aqui não encontramos evidências de pronunciamentos bombásticos, comuns aos líderes populistas. Pode-se achar antes, de alguns dos indivíduos que os cercavam, tais como o Auxiliar de Gabinete, ten. Damião de Mendonça, e sobretudo do membro do Conselho Consultivo do Estado, o pecuarista Francisco de Araujo Macedo, que já nessa época ensaiava suas tiradas sensacionalistas, como o telegrama que enviou por ocasião da instalação de três sindicatos, quando, desculpando-se de não ter podido comparecer à reunião, afirmava: "*aproveito o ensejo para, por intermédio do imposito amigo (Costafilho), defensor do operariado, ofe-*

*recer aos operários sergipanos o meu apoio moral e material, dizendo aos mesmos que nossas propriedades Macedina e Glória de braços abertos recebem tantos quantos ali aportarem escurraçados pelos patrões burgueses, necessitados de pão ou justiça".*⁵⁶

Voltando às formas organizatórias dos trabalhadores no período 1931/35, temos a observar que, além da mobilização pela criação dos sindicatos e da federação, do trabalho desenvolvido através de uma imprensa própria e da deflagração de greves com e sem influência de terceiros, tiveram uma participação nos pleitos ocorridos em 1933 e 1934.

Na eleição de 1933, a participação foi discreta. Até na imprensa dos trabalhadores pouco se tratou do assunto. Encontramos apenas dois artigos no órgão *O Trabalho*. O primeiro conclamado os eleitores a alistarem-se, mostrando a força do operário ainda que apenas vinte por cento votassem e argumentava, inclusive, que era necessário ser eleitor para que as leis sociais não fossem derrubadas pelos inimigos das classes trabalhistas.⁵⁷

O segundo artigo tem o objetivo principal de alertar os operários para o significado das próximas eleições, mostrando então que representavam uma oportunidade para os oportunistas. Era necessário, portanto, cautela para não se deixar enrovalhar, outra vez, pelos políticos profissionais perrepis-tas.⁵⁸

Já no pleito de 1934, a participação foi muito mais intensa. Foi criado um partido próprio, *Aliança Proletária de Sergipe*, que lançou uma lista de candidatos operários. O *Jornal O Proletário* fez alguns apelos aos operários, visando o apoio à *Aliança Proletária*, mesmo daqueles comprometidos com partido político capitalista, e escreveu-se artigo explicando o que era um partido político.⁵⁹ Elaboraram programa político como plataforma de luta, criaram jornal específico para a campanha e aliaram-se ao *Partido Republicano de Sergipe*, do grupo da interventoria, participando dos comícios na capital e no in

terior. Lançaram dez candidatos a deputado estadual e em animadas caravanas percorreram vários municípios, inclusive da zona açucareira, pronunciando inflamados discursos até em sede de usina, como ocorreu na Central Riachuelo, onde ter-se-ia prometido até a divisão das terras em caso de vitória.⁶⁰

Antes da campanha, haviam lançado manifesto explicando oficialmente a posição, inclusive a aliança com o PRS:

"Manifesto aos operários de Sergipe

"...Estudando os programas dos partidos políticos em nossa terra, verificamos que o Partido Republicano de Sergipe é o que melhor vem ao encontro das necessidades proletárias, podendo proporcionar a realização de uma legislação social que, pelo menos em parte, concorra para o melhoramento da vida das classes operárias, ainda que, noutros pontos de ordem doutrinária, possa haver divergências com a nossa ideologia socialista".

"O fato incontestável é que essa organização partidária em suas linhas gerais oferece oportunidade para uma colaboração proveitosa em favor nosso. Por outro lado, a obra revolucionária foi que nos deu, positivamente a Legislação Trabalhista, de algum benefício para nós".

"Por estas justas razões foi que com toda decisão e confiança entramos em entendimento com o diretório do PR de Sergipe a fim de contribuirmos com elementos de nossas classes na chapa recomendada pelo mesmo partido".⁶¹

Por mais que tal coligação representasse uma séria concessão aos grupos burgueses, poder-se-ia encontrar mais justificativas do que no pleito de 1933, quando o próprio interventor apoiava Leandro Maciel, considerado um dos representantes mais expressivos da política decaída da Primeira República. Além do mais, o confronto com os usineiros apoiados por Lean-

dro Maciel, a parte conservadora e oficial da Igreja, levando consigo setores da classe média que se organizavam através da *Ação Integralista*, não deixavam de exigir fortes aliados. É verdade que também vinha-se juntar ao *Partido Republicano de Sergipe*, ao grupo da interventoria, o *Partido Social Progressista*, que tinha em Graccho Cardoso ex-Presidente do Estado, a sua figura mais representativa.

Todavia, apesar da longa folha de serviços desse político prestados à classe dominante de Sergipe, naquele momento (1934), estava cercado e apoiado por um grupo que poderia estar mais próximo de pequenos-burgueses, com alguma abertura para reformas sociais, do que identificado com a fração dominante aglutinada em torno do *PRS* e da *URS*.

Essa coalizão do grupo da interventoria com os trabalhadores aproximou-os ainda mais, no combate a um adversário comum.

Após a derrota eleitoral, o interventor, pretendendo resistir à entrega do governo, parece incluir os trabalhadores como decidido aliado em suas articulações.

Além dos discursos que buscavam mobilizar a classe contra seus adversários, há informações de que teria havido atitudes providências no sentido de fornecer-lhes armas.

E no momento mais crítico que levaria o interventor à renúncia é dos trabalhadores que surgem manifestações de solidariedade expressivas.

Apesar dessas vinculações estabelecidas com a interventoria, o discurso predominante na imprensa dos trabalhadores revelava propostas diferentes.⁶²

Desde o início da década de 1920 que o discurso propagado na imprensa operária de Sergipe era francamente socialista, no sentido em que foi implementado pela *URS*. Mesmo nos períodos nos quais os jornais apresentavam certa carência de redatores e de receptividade, jamais deixaram de manifestar

sua propaganda socialista. Desse modo, os órgãos que surgem no período de 1932/34, denominados de operários, sob ação de terceiros ou não, permaneceram apegados ao credo socialista. Algumas vezes, certamente por questões táticas, apresentavam-no discretamente; na maioria das oportunidades, no entanto, as idéias eram expostas sem meias palavras. Assim, em torno do socialismo vários temas eram propostos, como por exemplo, a socialização das classes,⁶³ pela sindicalização e pela esquerda revolucionária,⁶⁴ pela socialização das terras e indústrias⁶⁵ sobre a consciência de classe,⁶⁶ sobre a decadência do capitalismo⁶⁷ pela República Socialista no Brasil;⁶⁸ pelo regime francamente socialista;⁶⁹ pelo estabelecimento do socialismo integral no país.⁷⁰ Cuba e o socialismo;⁷¹ Política de retaguarda contra a política burguesa, acreditando na vitória, afirmando *a ditadura operária tem que vir, queiram ou não queiram os oposicionistas.*⁷²

No pleito de 1934, vimos que se declaram adeptos da ideologia socialista. Mas no programa apresentado, a proposta se revelava mais reformista:

PROGRAMA

O Partido Aliança Proletária de Sergipe tem as seguintes finalidades:

- 1ª - Representação política nas câmaras Federal, Estadual e Municipal com igualdade de direitos.
- 2ª - Pleitear a proteção da infância desvalida e aos inválidos da classe operária que não pertencem a alguma caixa de aposentadoria de acordo com a legislação vigente.
- 3ª - Pleitear dos poderes públicos a educação dos seus filiados e dos operários em geral, com criação de escolas e institutos profissionais para seus filhos.
- 4ª - Pleitear dos poderes legislativos a extinção len

ta e progressiva dos latifúndios e tributação ao capital imobilizado.

5ª - *Liberdade ampla da imprensa e da palavra em público.*

6ª - *Zelar e fiscalizar o cumprimento das leis sociais atualmente em vigor e as que por ventura venham a ser criadas em benefícios da classe trabalhadora.*⁷³

Convenhamos que para um partido socialista era um programa excessivamente moderado, mesmo diante da linguagem e da propaganda desenvolvida nos jornais dos trabalhadores desde o início da década de 1920. Ocorre, no entanto, que a matéria veiculada nos órgãos referidos representa o pensamento das lideranças muito mais politizadas do que a massa que vai apreciar o programa, aprová-lo e apoiá-lo. Essa desproporção entre o que pensam as lideranças e a massa, não pode ser subestimada para efeito mesmo de análise. Daí, talvez, uma das razões desse programa tão pálido em reivindicações e propostas. Pois a simples formação de um partido não foi uma idéia prontamente aceita. Basta ver, por exemplo, a Ata de Reunião de 11 de março de 1934, na qual se tratou do assunto, encontrando a resistência de diversos operários.⁷⁴

Tratando-se de um Estado ainda predominantemente rural, com um índice de urbanização e industrialização muito baixo, mal saído de um regime em que os proprietários rurais e patrões, de modo geral, consideravam a sua autoridade como absoluta, permeado de valores tradicionais, entre os quais o paternalismo exacerbado, de respeito aos elementos considerados fundamentais: a família, a propriedade, a religião, quaisquer mudanças nesse sistema de crenças haveria de encontrar resistência por todos os lados. Acima de tudo isso havia o temor dos patrões, pois a faculdade que gozavam de despedir e contratar quem bem lhes aprouvesse, continuava representando arma poderosa. Haja vista as numerosas despedidas depois das greves mal sucedidas no ano de 1932, que talvez tiveram o efeito mais

de armar os patrões do que trazer propriamente benefícios aos operários. Pois enquanto as lideranças publicavam que o partido seria socialista, nada de social democrático; nas bases, as preocupações talvez fossem outras.

Um líder que em 1934 visitou Estância, centro que contava naquela data com três fábricas de tecidos, colhia uma impressão bastante desanimadora. Dizia ele: *Com respeito ao socialismo, tenho a dizer pois que a situação é lastimável, pois os operários fogem ao sindicalismo, como de uma cólera morbu, com medo de serem despedidos da casa que trabalham, e o que precisa para completar a obra perfeita, em Estância é homem dinâmico que auxilie os operários, abrindo sessões sindicais, explicando o que é o socialismo, qual o dever do patrão e qual o do operário, evitando assim as greves muitas vezes infrutíferas. Lembro-me de que os operários ali residentes disseram-me alguns o motivo do receio, ou diga-se do terror ali existente a respeito do Sindicato quem implantou foi a greve dos tecelões que por sua causa ainda existem 35 ou 36 operários desempregados e alguns ainda que há nove longos meses esperam ser deferidos os seus papéis pelo Ministério do Trabalho.*⁷⁵

Aí se tem outra face da realidade. É então diante das duas faces que se torna exequível avaliar o legado da primeira interventoria para o movimento dos trabalhadores em Sergipe.

Partindo de um período de refluxo, a Revolução de 1930 vem permitir o desenvolvimento das organizações num nível até então desconhecido. Embora tenha-se iniciado com uma postura extremamente reverencial e sob a ação de terceiros com propósitos ambíguos, os trabalhadores vão ganhando terreno. O patronato reage tentando protelar o cumprimento da legislação ao ponto de identificar sindicalização com comunização. Mas a ação da interventoria, mesmo com propósitos tutelares e conciliatórios serve de suporte para que os trabalhadores possam a-

tuar e se organizar.

Assim, através de seus sindicatos e de sua federação, dos seus jornais e do seu partido vão conquistando mais espaço e condições de impor respeito aos seus direitos, dispensando paulatinamente a *ajuda* de terceiros, buscando seus próprios caminhos.

Ou seja, construindo seu próprio projeto político voltado para o socialismo, por mais distante que dele se encontrasse. Dentro desse projeto começam as mensagens dirigidas aos trabalhadores rurais.

Nesse contexto, até o patronato rural encontrava motivos para inquietar-se e aumentar seu descontentamento com o processo político.

Apesar de não atingir o meio rural a legislação dos anos trinta, esbarrando nas cancelas das fazendas, conforme já se disse, a efervescência urbana preocupava, sobretudo diante das manifestações que reclamavam a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais. E nos próprios jornais *operários* não são raras as matérias reclamando a extensão das leis sociais ao campo,⁷⁶ convidando os trabalhadores rurais a sindicalizar-se,⁷⁷ denunciando o mau tratamento nas usinas,⁷⁸ ou denominando a condição do homem rural de escravidão,⁷⁹ ou chamando-a de *imperialismo feudal*,⁸⁰ incluindo-se aí engenhos e usinas, etc.

A ação do interventor com relação aos trabalhadores rurais é ambígua, dependendo dos interesses em voga. Com relação, por exemplo, à Aldeia de Água Azeda, aceita reclamações dos caboclos descendentes de índios e parece evitar que suas casas fossem invadidas antes de deixar o governo.⁸¹ Enquanto isso, no que se refere aos Xocô da ilha S. Pedro, teria permitido que a polícia fosse dispersá-los, sendo então suas terras invadidas pelos Brito que o apoiavam politicamente.⁸² No fundo a ordem rural permaneceu intocável.

O papel reformista do Estado impunha limites bem de

terminados, mas se apresentava contraditório. Ao tempo em que conciliava e controlava o movimento dos trabalhadores urbanos, estimulou-o decisivamente. Se compararmos com o período de refluxo do final dos anos vinte, constataremos que o nível organizacional atingido em inícios de 1935, fim da primeira interventoria, revela um progresso que supera os resultados das lutas da Primeira República.

R E S U M O I

Não obstante o controle hegemônico da classe dominante na Primeira República sob a predominância da fração açucareira, o grau de consentimento foi diminuindo no curso dos anos vinte. Embora os movimentos oposicionistas que iam surgindo no âmbito local não fossem suficientes para ameaçar fundamentalmente os grupos dominantes, a emergência da Revolução de 1930, levando ao aparelho de Estado militares como delegados do Poder Central, tende a alterar o sistema de forças do quadro político estadual.

Os governos provisórios efêmeros, se bem que sintonizados com a classe dominante, nem por isso deixaram de golpear o sistema de representação política quando é fechado o Legislativo e, em certa medida, quando nomeiam pessoalmente autoridades municipais.

Durante o primeiro quinquênio da República Nova, não se verificaram, a nível local, substanciais modificações no quadro econômico sergipano, mas o papel do Estado tendeu a se alterar. A representação da classe dominante no aparelho de Estado declinou sensivelmente com a emergência pronunciada de participantes do movimento tenentista, mais vinculados, pela origem social e pela atuação política, às camadas subalternas.

Enquanto a nível local o setor açucareiro se enfraquecia junto ao aparelho de Estado, no plano nacional com a criação de IAA se tornava mais dependente em relação ao Estado. A interventoria continuava brigando por seus interesses econô-

micos, peça fundamental da economia estadual, mas subordina às diretrizes do Estado suas práticas. Nesse ponto a eleição do representante do setor junto ao IAA trouxe desdobramentos bastante ilustrativos.

Enquanto isso, a interventoria busca composições não apenas em parcelas da burguesia urbana, mas também entre senhores rurais, inclusive em setores tradicionais do coronelismo, num rearranjo contínuo de forças. Nessa procura de legitimidade aproxima-se dos trabalhadores e até certo ponto de parcelas das camadas médias urbanas mais progressistas. Sem esconder sua visão assistencialista voltada ao paternalismo, bem como seus propósitos conciliadores e controladores, pressiona o patronato a cumprir a legislação social que ia surgindo, ao tempo em que estimula a organização dos trabalhadores na medida em que assegura a sindicalização e o espaço de liberdade de manifestação.

Na procura de composições os discursos do interventor tentavam dissimular seus propósitos reais. Sua estratégia em relação às frações dominantes consistia em anunciar desarmamento de espírito, apoliticismo, abertura a todos os segmentos da sociedade, quando suas articulações dentro dos bastidores revelavam nítido sentido organizacional, com vista a ampliar as bases de apoio.

Mas o esforço de construir bases de sustentação não resultou em grande sucesso. O sistema de alianças não assegurava o exercício da hegemonia por um novo grupo social. Embora tentasse aglutinar grupos de diversas camadas da sociedade, ampliando as bases sociais do Estado até junto a grupos vinculados aos trabalhadores urbanos, tais bases se revelam insuficientes para assegurar o poder diante das articulações da fração açucareira com outros setores da grande propriedade rural, da Igreja e dos grupos conservadores urbanos. Nesta situação de crise de hegemonia, a oligarquia açucareira empenha-se pelo controle do aparelho de Estado.

Por ocasião do pleito de 1933, a *União Republicana*

de Sergipe não obteve êxito, mas em 1934, associada com o *Partido Social Democrático*, conseguiram vencer a coalizão que apoiava a interventoria, elegendo a maioria do quadro de representação política do Estado e assegurando a maioria dos deputados que definiria a escolha do governador em 1935.

Se bem que a derrota da interventoria não estivesse determinada no pleito de 1934, conforme mostra a pequena margem por que perdeu, as forças que a sustentavam talvez fossem impotentes para fazer frente aos conservadores que avançavam.

Num Estado em que os trabalhadores urbanos ainda eram relativamente pouco numerosos, bem como as parcelas das camadas médias que em grande parte apoiavam a interventoria, o controle do aparelho de Estado ia se revelando cada vez mais difícil, especialmente na conjuntura 1934/35, quando a explicitação do projeto político das classes subalternas propondo substanciais mudanças na estrutura de dominação impelia a classe dominante a golpear, através do Estado Nacional, as organizações que tentavam aprofundar o processo de democratização.

Notas

1. Em trabalho ainda inédito tivemos a oportunidade de estudar a imprensa *operária* em Sergipe (1890/35), a partir do qual apresentamos parte desse capítulo. Optamos pelo termo *trabalhadores* em vez de *operários* que implica em conotação classista mais rigorosa, o que não se aplica a Sergipe.
2. *O Operário*, 1896.
3. Em 1964 o Centro foi invadido, ocupado e em 1975 o prédio onde funcionava desabou.
4. José Joaquim Pereira Lobo, *Mensagem à Assembléia Legislativa em 7.9.1919*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1919 p 89.
5. Idem, ibidem, 7.9.22, p. 9.
6. Manoel Correa Dantas, *Mensagem à Assembléia Legislativa em 7.9.1927*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1927, p. 4.
7. Ver *Voz do Operário*, 31.8.1929, nº 75.
8. Censo de 1920.
9. *Diário Oficial*, 3.5.1931 e 16.5.1931.
10. *A Tribuna*, 16.6.1931.
11. *A Tribuna*, 16.6.1931.
12. *Diário Oficial*, 3.5.1931 e *A Tribuna*, 16.11.1931.
13. *A Tribuna*, 16.11.1931.
14. *Programa e Estatuto do Partido Republicano de Sergipe*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1934.
15. *Diário Oficial*, 6.12.1931.
16. *Voz do Operário*, 21.2.1932, 13.3.1932, 27.11.1932; *O Trabalho*, 4.3.33 e 1.5.33; *O Proletário*, 17.5.33 e 30.5.33.

17. *A Tribuna*, 7.9.31.

18. *Diário Oficial*, 9.3.32 e 13.2.32.

19. *Idem*, 24.11.35.

19.a Os principais decretos que constituíram a nova legislação social são os seguintes:

1. Dec. 19.433 - 26.11.30 - Cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
2. Dec. 19.842 - 12.12.30 - Lei dos 2/3 - limita imigração de 3ª classe e fixa proporção de Trabalhadores nacionais nas empresas.
3. Dec. 19.497 - 17.12.30 - cria caixas de Aposentadorias e Pensões para pessoal dos serviços de força, luz, bondes, telefones, telegrafia e radiotelegrafia, nas empresas públicas e particulares.
4. Dec. 19.770 - 19.03.31 - Sindicalização das classes patronais e operárias.
5. Dec. 19.808 - 28.03.31 - Estabelece nova modalidade de concessão de férias a operários e empregados. Pelo Dec. 23.768 de 18.01.34 - o direito às férias nos estabelecimentos industriais é restrito aos trabalhadores sindicalizados.
6. Dec. 20.459 - 30.09.31 - atribui às Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP) o pagamento dos inativos por causas várias.
7. Dec. 20.465 - 1.10.31 - Garante estabilidade no emprego para trabalhadores em transportes urbanos, luz e força, telefone, telégrafo, portos, águas e esgotos.
8. Dec. 21.175 - 21.03.32 - Institui a carteira profissional.
9. Dec. 21.186 - 22.03.32 - regula jornada de trabalho de 10 horas no comércio.

10. Dec. 21.364 - 04.05.32 - Fixa jornada de trabalho de 9 horas para indústria. Logo a seguir diferentes decretos estabelecem a jornada de trabalho de 8 horas para diversas categorias profissionais da indústria, comércio, transporte e comunicação.
11. Dec. 21.396 - 12.05.32 - Cria Comissões Mistas de Conciliação substituídas pelas juntas de Conciliação e Julgamento (Dec. 22.133 - 25.11.32) às quais só poderiam recorrer os empregados sindicalizados.
12. Dec. 21.417-A - 17.05.52 - Regula condição do trabalho feminino na indústria e comércio.
13. Dec. 21.580 - 29.06.32 - Cria Inspetorias regionais do MTIC nos estados para supervisionar aplicação da legislação social.
14. Dec. 21.761 - 23.08.32 - Estabelece as convenções ou contratos coletivos de trabalho.
15. Dec. 22.042 - 03.11.32 - Estabelece condições de trabalho dos menores na indústria.
16. Dec. 22.564 - 21.03.32 - Cria Departamento Nacional do Trabalho para se ocupar dos assuntos relativos à Sindicalização.
17. Dec. 22.696 - 11.05.32 - Cria representação das classes profissionais na Assembléia Constituinte.

Cf. Maria Herminia Tavares de Almeida - *Estado e Classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978 (mimeografada) pp.173/74.

Wilson Cano e Luis Carlos Cintra - *Algumas Medidas de política econômica relacionadas à Industrialização brasileira (1874-1940)*. Campinas, IFCH-DEPE, 1975 (mimeografado), pp.135 a 144.

21. *Vida Laranjeirense*, 01.11.31.

22. *13 de Julho*, 18.7.32.

23. *Diário Oficial*, 5.4.32.

24. *Idem*, 6.4.32.

Sobre o assunto conta Juarez Távora que conseguiu resulta dos de 65 associações de classes dos Estados do Norte so bre as seguintes questões:

- a) julga estar o atual interventor nesse Estado se desin cumbindo satisfatoriamente da missão administrativa que lhe foi confiada?
- b) julga que a coletividade desse Estado tem motivos para esperar, de tal Governo Discricionário, novos benefí cios?
- c) ou julga que essa mesma coletividade teria mais a lu crar com a volta imediata do País ao regime constitu cional?

Segundo o mesmo autor 78,5% responderam afirmativamente os itens **a** e **b**. Quanto ao **c**, 61% teria sido favorável a vol ta ao regime constitucional, mas sem precipitação.

Ver - Juarez Távora - *Atualidades do Norte*, Relatório a presentado ao Sr. Chefe do Governo Provisório sobre a situação atual dos Estados do Norte, Rio de Janei ro, Imprensa Oficial, 1932, p 72.

Não conseguimos encontrar em separado os resultados con cernentes a Sergipe.

25. Annez Andraus Troyano - *Estado e Sindicalismo*, S. Paulo , Edições Símbolo, 1978, p.35.

26. *A Luta*, 4.9.34, p 4 e Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra , 1976, p.145.

27. *Jornal de Notícias*, 31.12.31.

28. Ver *Voz do Operário*, 2.10.32; *O Trabalho*, 4.3.33, 25.3.33, 15.4.33 e 1.5.33.
29. *O Trabalho*, 1.5.33.
30. *Tribuna Proletária*, 19.3.32.
31. Idem, 27.8.32.
32. Idem, ibidem.
33. Em março de 1932, por exemplo, diz que Maynard se interessa de algum modo pelos operários, dá-lhes liberdade de se defenderem das garras dos industriais e já mandou pagar subvenção para manutenção da Escola Horácio Hora, órgão do Centro Operário Sergipano - *Voz do Operário*, 27.3.32.
34. *O Proletário*, 8.10.33 e 14.10.33.
35. *A Luta*, 5.8.34.
36. *Tribuna Proletária*, 30.7.32.
37. *Vida Laranjeirense*, 1.11.31.
38. Ver *Voz do Operário*, 10.7.32 e 13 de Julho 20.12.32.
39. Carta de 16.1.32, Pacote 979 - APES.
40. Ver *Tribuna Proletária*, 18.6.32.
41. *Tribuna Proletária*, 4.6.32.
42. Idem, 2.7.32.
43. *Voz do Operário*, 21.2.32.
44. *O Trabalho*, 1.4.33.
45. *O Proletário*, 8.10.33.
46. Idem, 25.11.33.
47. Idem, 16/23.12.33, 3.1.34, 30.5.34; *A Luta*, 25.4.34. e *Diário da Assembléia*, 24.11.35, p. 276.

48. *O Proletário*, 16.12.33.
49. O contrato aludido refere-se ao estabelecimento de salários através de acordo entre patrões e empregados com duração determinada (1 ano) - Ver *o Proletário*, 16.4.34.
50. *Diário Oficial*, 12.4.34.
51. *O Proletário*, 16.4.34.
52. Idem, 17.5.34.
53. Ofício de 19.7.34 - pacote 981 in APES.
54. Ofício de 31.7.34 - pacote 981 in APES.
55. Pacote 981 in APES.
56. *Tribuna Proletária*, 16.7.32.
57. *O Trabalho*, 11.3.33.
58. Idem, 18.3.33.
59. Ver *O Proletário*, 16.4.34, 1.5.34 e 30.5.34.
60. *Diário da Tarde*, 6.10.34, relação dos candidatos. - A interventoria reservou até carro oficial para as lideranças dos trabalhadores, segundo José Nunes da Silva, em entrevista ao autor em 11.11.80.
61. *A Luta*, 4.9.34.
62. Entrevista com José Nunes da Silva, ao autor, 6.10.74.
63. *Tribuna Proletária*, 10.9.32.
64. Idem, 24.9.32.
65. Idem, 10.12.32.
66. *Voz do Operário*, 28.2.32.
67. Idem, 10.7.32.

68. Idem, 27.10.32.
69. *O Trabalho*, 1.5.33.
70. *Voz do Operário*, 1.1.33.
71. *O Proletário*, 14.10.33.
72. *A Luta*, 25.4.34.
73. *Diário Oficial*, 6.4.34.
74. Idem, idem.
75. *O Proletário*, 17.5.34.
76. *O Trabalho*, 1.5.33.
77. *O Proletário*, 16.12.33, 23.12.33 e 3.1.34.
78. *O Trabalho*, 1.5.33.
79. Idem, 1.5.33.
80. Idem, 4.3.33.
81. *Diário Oficial*, 20.9.34 e *Diário da Tarde*, 4.7.35.
82. Beatriz Góis Dantas e Dalmo de Abreu Dallari, *Terra dos Índios Xocó*, S. Paulo, Comissão Pró-Índio, 1980, p 173.

3. REAÇÃO CONSERVADORA NO INTERREGNO CONSTITUCIONAL

3.1 - Estado e Classe Dominante

A ascensão do capitão Eronides Ferreira de Carvalho ao governo de Sergipe, eleito pela Assembleia Legislativa em 2.4.35¹, marca o início do predomínio no poder do Estado de um grupo político que tenderia a alterar a orientação política se guida pela Interventoria de Maynard.

As modificações que se operam então no aparelho de Estado com a realização de novo pacto de dominação, à primeira vista lembram o quadro da Primeira República em face das vinculações e compromissos das forças políticas governantes com o setor rural. A começar pela própria figura do governador. Proveniente de família de proprietário rural, Eronides de Carvalho nasceu em 1895, estudou em Maceió e Salvador, onde se for mou em Medicina (1917) e retornou a Sergipe, onde ocuparia vários cargos públicos. Por esse tempo, aprovado no concurso de mêdico para o Corpo de Saúde do Exército, foi nomeado segundo tenente e classificado para Mato Grosso em fevereiro de 1923, mas em abril do mesmo ano era transferido para o 28º BC com se de em Aracaju.²

A essa altura o movimento tenentista já começava a germinar em Sergipe, inclusive no Quartel do 28º BC, mas não sensibiliza o jovem oficial médico que permanece fiel às forças legais durante as revoltas de 1924 e 1926 e por toda a dêcada de vinte. Com a eclosão da Revolução de 1930, vimos que

se tornou o primeiro dos governantes provisórios numa curta passagem, onde ficou patenteado seu apego à ordem e à reverência às forças dominantes.

Durante a interventoria de Maynard (1930-35), permaneceu prestando serviços profissionais no 289 BC, ao tempo em que manifestava sua discordância com a orientação política vigente, aglutinando os descontentes e impondo-se como alternativa viável em termos de liderança.

Para que tal se concretizasse, participou das negociações com vista à formação de novo partido político, aproximou-se mais dos usineiros e, no dia da fundação da *União Republicana de Sergipe* tomou parte no banquete da Usina Pedras. Foi dos poucos a usar da palavra e teve seu pai incluído entre os membros do Conselho Consultivo da nova agremiação. Inserido no processo de organização política da classe dominante, sob o predomínio do setor açucareiro, prosseguiu seus trabalhos como membro destacado. Embora fosse o Coronel Gonçalo Rollemberg do Prado, proprietário da Usina Pedras, um dos mais influentes chefes com poder decisório e até certo ponto aglutinante dos seus pares, as atribuições de direção e coordenação da *União Republicana* cabiam principalmente a quatro intelectuais. O médico Augusto César Leite, filho do já falecido Francisco Leite, que fora proprietário da Usina Espírito Santo do município de Riachuelo. Ao lado de Augusto Leite estava seu irmão, Júlio César Leite, que por sua vez era genro de Gonçalo das Pedras, como era mais conhecido aquele coronel. O terceiro nome era justamente Eronides de Carvalho com influência na área rural, inclusive através do pai, o coronel Antonio Ferreira de Carvalho, próspero fazendeiro. Além disso há a assinalar sua posição de oficial do exército com reconhecida influência dentro da corporação, o que significava um trunfo nada desprezível, em face do respaldo em potencial nas crises políticas e pelas maiores possibilidades de enfrentamento com outro militar no governo.³ Um quarto nome que pode figurar entre os principais delegados do partido é o de Godofredo Diniz, ex-participante da *Legião de Outubro* e sobre o qual já nos referimos na primeira parte deste trabalho. Muito ligado a Júlio Leite, aproximou-se do grupo dos usineiros e tornou-se elemento de confi

ança, ao ponto de ser eleito Secretário Geral do partido em sua criação.

Nas negociações, para que os dois partidos - a *União Republicana de Sergipe (URS)* do setor açucareiro e o *Partido Social Democrático (PSD)*, do grupo que obedecia à orientação de Leandro Maciel - lançassem um único candidato, Godofredo Diniz revelou-se emissário hábil e conveniente pelas relações que mantinha com os chefes dos dois grupos oposicionistas. Foi com sua participação que o *PSD* e a *URS* decidiram apresentar o nome de Eronides de Carvalho ao governo do Estado.

Em suma, ao lado desses três companheiros, Augusto Leite, Júlio Leite e Godofredo Diniz, tornou-se o jovem oficial uma das figuras preeminentes do partido dos usineiros.

Na eleição para a Constituinte (1933), candidatou-se ao lado de Augusto Leite e, embora não tenha saído vitorioso, ampliou suas bases políticas preparando terreno para empreitada futura. Com sua vitória apertada de 16 x 14 na Assembleia Legislativa (1935), pode-se dizer que um dos principais fatores que permitiram vencer a resistência imposta por Maynard foi seu respaldo junto ao 289 BC. Mesmo com tal suporte, sua ascensão ao governo reconduziu os usineiros ao controle do aparelho de Estado, já que o domínio econômico destes jamais esteve ameaçado ou cerceado.

Professou-se então o remanejamento no seio do aparelho de Estado com a demissão do pessoal ligado a Maynard. Os representantes do grupo dos usineiros (*URS*) e da corrente de Leandro Maciel (*PSD*) dividiam entre si os aparelhos da máquina estatal. Junto ao governo estadual, o secretariado foi preenchido em sua maioria por elementos da *URS*.⁴

No interior, ao tempo em que eram exonerados prefeitos, membros de Conselhos Consultivos, integrantes de comissões de ensino, delegados, subdelegados e adjuntos de promotoria, eram logo em início de abril divulgados seus substitutos de conformidade com os termos do pacto de dominação firmado entre os dois grupos.⁵

Estavam os usineiros de posse do aparelho de Estado. A Usina Pedras do Coronel Gonçalo Rolemberg, em Maroim, tornava-se um dos principais centros de decisão política do Estado, especialmente para o grupo situacionista.

Ter-se-ia processado a restauração da dominação vigente no período pré 1930? À primeira vista podem-se vislumbrar grandes semelhanças, mas exame mais acurado da estrutura político-institucional pode revelar a existência de outro quadro político.

Começando pelo aparelho de Estado, realmente encontra-se preenchido por delegados dos interesses do açúcar tão numerosos e fiéis quantos havia na década de vinte. Apenas vale a pena notar que a máquina burocrática foi ampliada. Novos serviços foram atribuídos ao Estado, inclusive na área da saúde, educação, transporte, etc. Com a criação do Departamento de Estatística, construía o Estado condições no sentido de inteirar-se melhor de sua realidade. Enquanto isso, os órgãos repressivos ligados ao judiciário pareciam mais agilizados. Enfim, as instituições que compunham o aparelho de Estado proporcionavam-lhe condição de melhor equipamento, tornando sua ação mais importante como presença implementadora de políticas públicas. Concomitantemente seu controle crescia de importância, sobretudo com a melhoria das condições financeiras com a receita arrecadada praticamente duplicada entre 1933 e 1937, facultado inclusive pela reforma fiscal.⁶

Até aqui, na hipótese de ter havido restauração, esta assumiria maior importância do que a dominação da República Velha, pela maior dimensão do papel do Estado.

Se bem que as práticas do governo, enquanto reveladas através dos decretos e das obras públicas, nem sempre indicam o caráter classista do grupo ou grupos que ocupavam o poder, pois realizações tais como construção de estradas, de hospital infantil e escolas, combate ao banditismo, redução do número de desembargadores e outras práticas desse tipo poderiam ser levadas a efeito por governos de diferentes matizes político-ideológicos. Por outro lado, também não se encontram regis

trados em decretos atos que revelem, à primeira vista, favoritismo ao setor açucareiro, como tal. Afinal a estrutura econômico-social secularmente montada dispensava tais expedientes. Com a criação do IAA, os meios de beneficiar os produtores de açúcar tornavam-se regulamentados pela área federal. No âmbito interno, o que certamente mais sensibilizava aos usineiros, pelo que correspondia aos seus interesses, era deter a mobilização popular e conter as reformas sociais quando muito no meio urbano.

Neste sentido, torna-se bem representativo da obra e do pensamento do governo o discurso pronunciado no segundo aniversário de sua posse, no banquete que a *União Republicana* lhe ofereceu. Nesse pronunciamento, referindo-se à Ordem Política e Social, tenta mostrar os seus feitos contrastando com a situação anterior.

"Na campanha eleitoral que precedeu ao pleito de Outubro de 1934, e, até mesmo após o conhecimento de nossa vitória, os poderes públicos de então fomentaram a luta de classe em Sergipe, atraindo, com mentiras grosseiras, a odiosidade da classe trabalhista à União Republicana! Neste propósito, em comícios assistidos pelas próprias autoridades, incitava-se a queima dos canaviais e prometia-se aos pobres, as riquezas dos ricos do lado de cá. Ao mesmo tempo, afirmava-se que o nosso predomínio importaria no dia de 12 horas de trabalho e no regime da chibata!

Esta campanha produziu sérios e danosos resultados que, felizmente, foram passageiros.

O próprio trabalhador constatou a criminosa aleivosia dos seus explorados, pois que não há dias de 12 horas, nem jamais se registrou nenhum constrangimento à sua integridade física e liberdade individual.

Nem mesmo aqueles que, assalariados se fizeram arautos de semelhantes infâmias, passaram pela provação do que anunciavam tão peremptoriamente.

Nesse sentido, o que vimos fazendo é consentâneo com os interesses de classe. Respeito absoluto às leis sociais, que temos como meio de conciliar interesses de empregados e empregadores e não elemento de discórdia entre as forças propulsoras da riqueza.

Graças a essa nossa política, e à compreensão dos nossos operários, cessaram as greves contínuas que se vinham registrando, e hoje há uma orientação uniforme nos sindicatos existentes no Estado.

Certamente, a indústria não é indiferente a este benefício que lhe foi feito".⁷

Entre o clima de "incitamento" anterior e a conciliação dos interesses de classe levada a efeito por seu governo, ficava qualificada e configurada a grande realização em favor da classe dominante. Embora seja possível relativizar a veracidade das duas situações descritas, não deixa de haver empenho do governo em desmobilizar as classes dominadas, conforme será demonstrado adiante.

O êxito de sua tarefa, no entanto, somente permite ser avaliado quando se tem em vista as dificuldades que existiam para o exercício da hegemonia da fração de classe que retornava ao poder. É aí que se radica uma das principais diferenças em relação ao período pré-1930.

Se bem que o grupo dos usineiros voltasse a controlar o aparelho de Estado como o fazia anteriormente, encontrava-se em meio a uma sociedade civil que já não se mostrava disposta a aceitar as formas de dominação predominantes na República Velha.

Os cinco anos do novo regime trouxeram algumas modificações institucionais que não comportavam recuos,⁸ bastando lembrar os direitos adquiridos através da nova legislação social.

Associado a essas modificações, o lustro de 1930/35 operou na sociedade um processo de mobilização⁹ e de organização sem precedentes nos grandes centros urbanos nacionais.

A crise de hegemonia que se manifesta a nível nacional com a queda do setor agro-exportador, desencadeia acirrada disputa pelo controle da direção político-ideológica do Estado. O debate se torna exacerbado com a participação inclusive de intelectuais que teorizam alternativas com acentuada tendência pelo autoritarismo.

A efervescência que rebentara em 1922 (Semana da Arte Moderna, revolta tenentista, fundação do Partido Comunista) será continuada pelos anos vinte com os movimentos de natureza variada tais como o dos tenentes, a constituição do Bloco Operário Camponês (1927). Tais movimentos expressavam a diversidade de inquietação social permeando vários segmentos da população urbana. Com a campanha aliancista, a mobilização se acentua, desembocando na Revolução de 1930 que no bojo de suas realizações contraditórias concorria para alimentar expectativas, manter acesos os debates em torno da situação nacional. As inovações na legislação social, as práticas dos tenentes, a reação de São Paulo em 1932, o pleito de 1933, as discussões em torno da Constituinte, a eleição de 1934, tudo isso concorria para acirrar a luta de classes levando a nível elevado de polarização, acentuando-se ainda mais com os fortalecimentos dos partidos de direita e esquerda que se digladiam na arena política, atingindo em 1935 nível exacerbado de luta.

Essa participação das massas na política não se constituía privilégio apenas dos grandes centros urbanos do Sudeste do país. Já vimos que as expectativas despertadas pelo movimento tenentista na década de 1920 em Sergipe no sentido de transformação política, embora não tenham sido suficientes para aqueles que cobravam mudanças substanciais na estrutura de dominação, nem por isso as políticas da interventoria deixavam de impor reveses a influentes frações da classe dominante. Nesse ínterim, os trabalhadores urbanos conquistaram alguns direitos civis e políticos, tornando-se mais organizados. Ampliaram seus direitos de cidadania e em 1934 já podiam demonstrar razoável participação política.

É compreensível que frações dominantes acostumadas a imperar inquestionavelmente e ditar naturalmente suas nor-

mas e seus valores tenham-se arregimentado no sentido de recobrar parte da influência perdida. Se bem que tenham conseguido vencer no pleito de 1934, a campanha eleitoral foi sintomática quanto à mudança da sociedade civil em relação ao período pré-1930. De retorno ao poder, os usineiros voltavam não apenas a dominar, mas também a governar.

Contudo, a conjuntura indicava algumas alterações. Embora o sistema de propriedade permanecesse inalterado, percebia-se claramente que a situação política já não era a mesma de outrora. Especialmente no que se refere ao exercício da hegemonia, surgiam dificuldades que partiam não apenas da postura insubmissa de parcelas das massas urbanas, mas até da carência de consenso que afetava a própria classe dominante no sentido da realização de suas práticas de dominação.

Como geralmente ocorre em numerosas sociedades, a classe dominante muitas vezes é afetada por rivalidades internas que nem sempre são explicadas com base em interesses puramente econômicos. Em Sergipe tal classe também tem sua história de lutas intestinas, resultando em acomodações ou simples predomínio de determinados grupos. Já foi visto que durante a República, por exemplo, a primeira década é bastante rica em disputas dentro da elite influente.

As vésperas da Revolução de 1930 voltou a ocorrer cisão entre a oligarquia dominante que persiste mais ou menos fragmentada no início dos anos trinta. Fortalece-se politicamente com a coalizão composta do *PSD* e *URS*, (1934) ou seja, com a composição do grupo liderado por Leandro Maciel com o dos usineiros. Mas essa união foi-se manifestando difícil se não precária. Leandro Maciel, sabendo que a *União Republicana* como agremiação isolada era impotente para derrotar o interventor com sua máquina oficial, estabeleceu preço alto para apoiar o candidato ao governo do Estado, Eronides de Carvalho. Entre as condições da aceitação do citado nome reivindicava entre outros itens para seu partido: a Presidência da Assembléia Estadual, o Senado Federal por 8 anos, a distribuição em situação de igualdade dos cargos de confiança da administração estadual, etc.¹⁰

Tais exigências levaram a seguidas reuniões entre as cúpulas dos dois partidos, resultando na predominância das reivindicações do PSD.¹¹

Uma vez vitoriosa a frente oposicionista, novos problemas surgiram, inclusive na escolha dos auxiliares. Entre os vários cargos, Leandro Maciel reivindicou a Diretoria de Finanças para a qual já havia sido convidado Clóvis Fontes Cardoso, que afinal foi remanejado para auxiliar de gabinete.¹²

Na divisão dos aparelhos no âmbito municipal, as disputas se acentuaram. A crer-se na versão apresentada pelo órgão do PSD, *"caberia à prefeitura de município ao partido que ali obtivesse maior número de legendas e ao que obtivesse maior número caberiam os cargos policiais"*. Em muitos municípios cumpriu-se o pacto, mas em outros, tais como Maroim, *"justificados como coisas do Gonzalo"* houve desobediência.¹³

Na escolha do candidato para concorrer a uma vaga de deputado federal em agosto de 1935, a URS não aceitou o nome de Heribaldo Vieira, lançando em seu lugar um candidato de suas hostes, Barreto Filho.¹⁴ Romperam-se então os derradeiros fios do pacto que de muito vinha-se enfraquecendo.

A partir de então a hegemonia da fração açucareira se tornava mais problemática.

A perda do apoio do PSD pode ser vista como evento significativo no processo político sergipano.

Por trás dessas divergências tão peculiares nos pactos de dominação, encontravam-se razões mais profundas, interesses maiores.

Leandro Maciel, embora proviesse de família ligada ao açúcar e se destacasse politicamente como auxiliar de um governante usineiro em plena República Velha, representava a figura do político pragmático, aberto às inovações da sociedade, extrapolando o universo costumeiro das tradições da aristocracia açucareira. Extremamente sagaz e envolvente, sabia sempre tirar proveito e influir nas situações mais adversas. Já foi visto co

mo representando em 1931 um dos principais símbolos dos *decaístas*; mesmo atacado por várias facções dominantes reconstruiu e desenvolveu sua máquina política que tinha como principal característica a capacidade de aglutinar adeptos fiéis nos mais diversos estratos da sociedade.

Com a mobilização popular desencadeada pela intervenção de Maynard, Leandro Maciel se apresentava como liderança sensível às mudanças que se vinham operando na sociedade, a começar pelas alterações no perfil da fração açucareira.

O setor rural vinha passando por um estágio de sensível redução dos seus centros de produção de açúcar. O número de engenhos que em 1917 era da ordem de 329, em 1935 havia baixado para 161; enquanto isso o número de usinas teria ascendido de 54 para 91 no mesmo período.¹⁵ Embora essas transformações possam até ser explicadas como naturais dentro de um processo de modernização dos centros produtores, (não se configurando como crise propriamente dita), é provável que o número de fornecedores de cana aos centros produtores continuasse crescendo. Se bem que não disponhamos de dados sobre o aumento dessa categoria, torna-se problemático aceitar que a entrada de *fogo morto* de numerosos engenhos banguês tenha resultado de imediato na substituição do produto cultivado.

De qualquer forma a relação fornecedor X produtor criava situação de mercado que tendia a resultar em relações de oposição, enfraquecendo assim os habituais laços de solidariedade que costumavam marcar os proprietários de centros de produção. Ademais, para uma fração extremamente tradicional como os senhores do açúcar, que compunham a aristocracia da sociedade sergipana, o simples fato de deixar de produzir para fornecer a grandes centros de produção, significava perda de *status* com prováveis alterações no relacionamento.

Com isso reafirma-se a hipótese de que estava havendo modificações no perfil da fração açucareira, com prejuízo para sua unidade e força como fração dominante.

Mas alterações de maior significado se processavam

entre as classes subalternas, especialmente os trabalhadores urbanos que ampliaram seu estatuto de cidadania, se tornaram mais organizados e mais conscientes de seus interesses. Além desses avanços conseguidos no bojo da legislação social, a instituição do voto secreto e da justiça eleitoral proporcionavam maior significado ao eleitorado que crescia, indicando maior participação eleitoral. Basta observar que no período de 1930 a 1935, de uma eleição para Presidente de Estado a outra para uma única vaga na Câmara Federal, verificou-se aumento de cerca de 71%.¹⁶ Diante desse aumento dos eleitores e da maior autonomia do eleitorado em face das novas condições asseguradas pela legislação, era natural que as massas, sobretudo as urbanas, cobrassem posturas políticas mais comunicativas e maiores atenções a seus problemas.

Diante desse novo quadro psico-social, as perspectivas do PSD tendiam a apresentar vantagens em relação à URS.

Enquanto o grupo dos usineiros reiterava o estilo de dominação que pouco diferia dos tempos da República Velha, os liderados por Leandro Maciel demonstravam maior poder de penetração, não apenas com as massas urbanas e rurais (reforçando e valorizando a figura do cabo eleitoral, negligenciando as diferenças de classe e disfarçando conflitos latentes), mas também envolvendo com habilidade e força de seu carisma pessoal vários setores da classe dominante.

Ia-se delineando a configuração de dominação burguesa com mais propriedade, à medida que não correspondia apenas aos interesses do setor açucareiro, mas abarcava também os emergentes senhores proprietários do agreste e do sertão, pecuaristas e agricultores plantadores de algodão ou de arroz, assim como os comerciantes mais ligados ao setor urbano. É dessa classe dominante heterogênea nas origens e nos interesses que o PSD se anuncia como núcleo organizador. Embora no decorrer do ano 1935 tivesse consciência de sua pequena expressividade como força eleitoral em face do seu estágio iniciante, preferiu ganhar espaço na oposição a desgastar-se no poder.

Nessa altura, agosto de 1935, os maiores adversários do governo continuavam sendo representados por alguns adeptos pertinazes do Capitão Maynard Gomes. Esse grupo empreendia sua campanha oposicionista na Assembléia Legislativa, na Imprensa e nas ruas. Na eleição de abril de 1935 para Governador do Estado, o ex-interventor Maynard Gomes, como vimos, contou com 14 (quatorze) deputados de um total de trinta. Com o decorrer dos trabalhos nem todos permaneceram batalhando na oposição. Alguns pouco afeitos ao espírito partidário preferiram prestar sua contribuição durante os trabalhos de elaboração da Constituição Estadual, sem dar muita importância à rivalidade entre os partidos. Outros, no entanto, foram-se aproximando do governo, e terminaram sendo cooptados com algum favor proveniente da máquina oficial, tais como nomeação para o cargo de professor da Escola Normal, etc.¹⁷ A maioria, no entanto, permaneceu seguindo a orientação do partido, evitando concessões.

Já na inauguração dos trabalhos legislativos três opositoristas sistematicamente se recusaram a participar da mesa, não se integrando na direção dos trabalhos, alegando a intervenção federal, presente através das tropas em frente à Assembléia.¹⁸

Além de sua ação oposicionista na Assembléia, contavam os adeptos do ex-interventor Maynard com o jornal *Diário da Tarde*, representando não apenas a defesa da administração passada, mas sobretudo a voz crítica ao governo vigente. Através desse vespertino eram denunciadas as perseguições sistemáticas, não raro arbitrariedades configuradas até em atos de violência em numerosas cidades do interior, tais como Campo do Brito, Rosário, Vila Nova, Laranjeiras, Estância, Nossa Senhora das Dores, Divina Pastora, Santa Rosa, Aquidabã etc. Além disso, acompanhava as relações do executivo com o judiciário propalando que o governo desrespeitava a justiça de várias formas: mandando emissários à casa dos juizes falar sobre o julgamento dos feitos; fazendo propostas de remoções e promessas de melhoria; não correspondendo às comunicações da justiça; solidarizando-se com um assassino em Nossa Senhora das Dores; reduzindo o prazo de aposentadorias compulsórias; exonerando desembargadores vitalícios.¹⁹ Nesta campanha, tanto na Assembléia quanto no jornalismo, se destacava a figura de Carvalho Neto.²⁰

Além do governador, as principais figuras de maior influência decisória que ocupavam o governo frequentemente eram atingidas com as notas do *Diário da Tarde*.

Enquanto isso, o governo usa de muitos meios para atingir os adversários. O acirramento da campanha eleitoral e as dificuldades que se anunciam para a tomada de posse se constituíram num clima de animosidades que não comportavam conciliações. Uma vez no poder o grupo dos usineiros consciente da polarização existente tentou cooptar os cooptáveis com favores pessoais. Aos demais o tratamento dado era a repressão. Ao lado disso parecia que o principal propósito da administração do governo Eronides de Carvalho, pelo menos no seu primeiro ano (1935), foi investir contra a interventoria passada. Dos 34 decretos sancionados pelo executivo de abril a dez/35, cerca de 50% têm como objetivo claro atingir o governo passado, quer anulando decretos, quer abolindo regulamentos elaborados de 1930 a 1935 (março), quer ainda exonerando servidores e suprimindo seus cargos, alegando medidas de economia.²¹

Nesse ambiente de vinditas, tornando os adversários mais ressentidos, surge o rompimento da coalizão *URS + PSD*, resultando inicialmente em pedidos de demissões do Diretor de Instrução, de alguns prefeitos e delegados de polícia do grupo de Leandro Maciel. Pouco depois, o deputado Luiz Garcia, líder do *PSD* na Assembléia, declarava oficialmente a retirada do apoio de sua bancada ao governo.²² Na Câmara Federal o deputado Melchisedek Monte, antes defensor da administração Eronides de Carvalho, passava a denunciá-lo sobretudo quando feria interesses dos seus correligionários, liderados por Leandro Maciel. Este, por sua vez, no Senado, deixou marcada sua crítica ao governo de Sergipe. Somente num discurso do seu adversário Augusto Leite apartou-o cerca de 75 vezes, contestando e discutindo suas afirmações.²³

Ia, assim, desgastando-se a imagem do governo, não apenas na sociedade local mas também nos foros nacionais.

Se maiores não eram as dificuldades do governo, isso se devia à falta de unidade dos principais grupos oposicionistas. O rompimento do *PSD* com o governo não o levou a unir-se com os

adeptos de Maynard do *Partido Republicano de Sergipe*. No pleito de agosto de 1935, para preencher uma vaga de deputado federal, enquanto a *URS* estruturada, tendo à disposição os aparelhos do Estado, lançava a candidatura de José Barreto Filho, o *PSD* não lançava ninguém. O único candidato que surgia na área dos grupos oposicionistas era representado pelo ex-presidente do Estado, Graccho Cardoso, do *PSP (Partido Social Progressista)*. Este havia apoiado Maynard no pleito de 1934, participando da coalizão com o grupo da interventoria, mas tal apoio sempre careceu de maior entusiasmo em razão das rivalidades da década de 1920. Maiores diferenças guardava com Graccho Cardoso o grupo do *PSD*, em face também de divergências passadas. Como, porém, o nome de Graccho Cardoso aparecia agora como único candidato da oposição, todos os grupos que se opunham à situação o apoiaram, mas sem grande vigor, de forma insuficiente para derrotar o candidato oficial que terminou vitorioso com 50% dos votos. Graccho Cardoso ainda obteve 48%, e Wolney Loureiro Tavares, candidato dos integralistas, ficou com os 2% restantes. Na capital, o maior centro urbano do Estado, o candidato do governo saiu fragorosamente derrotado, conseguindo apenas 33% dos votos, enquanto o integralista obtinha 6%, e o do *Partido Social Progressista* conseguia 61%.²⁴

Inconformado, o candidato do *PSD* recorre e, apesar de não ter conseguido ganho de causa, serviu para expor em público o envolvimento do governador no pleito. O próprio relator do processo, o ministro João Cabral, considerou abundantes as provas do recorrente, especialmente no que se refere à interferência do governo com a participação de elementos do aparelho do Estado na defesa do candidato oficial. Alguns daqueles que se mostraram relutantes em participar de tal campanha foram removidos, e outros, colocados em disponibilidade. Além disso, houve provas de coação e fraude.²⁵

De qualquer forma, conseguia a *URS* ficar com dois representantes na Câmara Federal, contra dois outros dos partidos que lhe faziam oposição (Deodato Maia pelo *PRS* e Melksedeck Monte pelo *PSD*), mas na Assembleia Estadual a situação era cada vez mais difícil. Embora com algum custo a Assembleia conse

guisse aprovar o projeto final da Constituição Estadual em 16.07.35, portanto antes do rompimento da aliança com o PSD, obteve a assinatura de apenas 18 deputados entre os trinta e leitos nessa primeira legislatura.²⁶ A partir de agosto pas sou a encontrar dificuldade para obter maioria.

Em inícios de setembro, Leandro Maciel em entrevista dizia que dos trinta deputados da Assembléia, a oposição contava com 17 membros.²⁷ A eleição dos deputados classistas, em agosto 35, não foi suficiente para proporcionar-lhe a maioria. Em novembro, o *Diário da Tarde* estampava que faltava 29 dias para o encerramento da sessão legislativa, e o governo não logrou número para iniciar, sequer, o exame da lei orçamentária.²⁸ No âmbito municipal as circunstâncias também não eram alvissareiras; embora vitorioso em vários municípios, na capital ficou em situação desfavorável.

A partir de outubro/35, intensificam-se as críticas do legislativo a propósito das eleições municipais. Os ânimos tornaram-se mais acirrados quando ainda em outubro a polícia postou-se em frente à Assembléia e passou a revistar as pessoas que saíam. O caso repercutiu na Câmara, no Ministério da Justiça e na própria Presidência da República. Em telegrama o governador tenta justificar-se a Getúlio Vargas alegando que a medida objetivava "*prevenir possibilidade de qualquer desordem*" não visando "*poder legislativo, tanto que não atingiu nenhum dos senhores deputados*".²⁹

No dia seguinte, em novo telegrama, afirmava que a Assembléia Legislativa havia votado solidariedade ao seu governo,³⁰ deixando, contudo, de informar quantos votaram...

Enquanto isso, os órgãos de oposição não perdiam de vista que o governo representava os interesses dos usineiros. Mencionavam os principais "*mandões*", falavam do ambiente das usinas e vez por outra referiam-se a Júlio Leite, considerado o principal estrategista da política situacionista sendo uma das figuras mais visadas.³¹

Em meio de boatos e intrigas, o governador distri

buiu nota em junho, afirmando que Júlio Leite continuava a merecer sua confiança e o seu reconhecimento.³²

Mas tal solidariedade não impediu que quatro meses depois ele deixasse a secretaria geral.³³

Enfim, quando emergiam questões cada vez mais desgastantes, eclode o movimento de novembro de 1935 que ficaria conhecido por Intentona Comunista e lhe proporciona condições de recompor-se.

A crescente participação política das massas urbanas não apenas por ocasião dos pleitos, mas sobretudo nos debates político-ideológicos e nas organizações partidárias, acentuando a polarização direita-esquerda, criava demandas que o sistema só poderia atender afetando a estrutura de dominação. Como as forças populares, especialmente os trabalhadores urbanos, ainda não eram suficientemente fortes para operar modificações no bloco dominante que controlava o poder político nacional, os aparelhos coercitivos do Estado, influenciados em grande parte pelos grupos de direita, especialmente pelo integralismo, passaram a ganhar espaço e cercear progressivamente os movimentos das forças populares, compostos principalmente de trabalhadores e estratos médios urbanos.

Dentro deste processo de repressão que se acentua com a aprovação da Lei de Segurança Nacional em abril de 1935, se desencadeiam as ordens do Ministério da Justiça.

Em junho chega o telegrama sugerindo o fechamento de todos os núcleos da *Aliança Nacional Libertadora (ANL)* o que é feito no mês seguinte.³⁴

Pouco depois vinha a ordem para impedir o funcionamento da *União Feminina do Brasil* pelo período de seis meses, considerando que vinha desenvolvendo "*atividade subversiva da ordem política e social*".³⁵

Da mesma forma era reprimida a *Frente Única Antifascista e Antiguerreira de Sergipe*.³⁶

O interesse do governador em coibir era tanto que chegava a anteciper-se, tentando persuadir a Presidência da República da necessidade de repressão, conforme demonstra a carta de 2.7.35 onde dizia:

*"Com os olhos fixados na orientação da política geral em relação ao problema (o comunismo), sinto que será indispensável adotar no Estado medidas sérias a fim de que não se consinta que a anarquia se instale definitivamente".*³⁷

Dentro desse processo, quando rebentaram os levantes de novembro/35, especialmente no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, o governo foi reforçado pelo fechamento político. Reagindo energicamente dentro do âmbito local, efetuou prisões, enquanto os grupos de oposição tenderiam a silenciar. O decreto 457 de 26.11.35 declarava Estado de Sítio.³⁸

No mesmo dia, publicava-se que *"tudo estava na mais perfeita ordem em Sergipe, graças às providências tomadas pelo Sr. governador do Estado e pelo Comandante do 28º BC".*³⁹

A partir de então a imprensa oposicionista deixava de circular por vários meses. A Assembléia entrou em recesso e as únicas notícias veiculadas provinham da imprensa situacionista representada pelo *O Estado de Sergipe* e pelo *Diário Oficial do Estado*. Afora isso germinavam os boatos.

Em sua própria explicação, *O Estado de Sergipe* afirmava que *"os jornais da oposição não foram suspensos"*. Eles é que *"não quiseram se comprometer em campanha ao comunismo e por isso deixaram de circular"*.⁴⁰

Dentro do novo clima, mobilizou-se Eronides de Carvalho para tirar o maior proveito da situação e investir contra seus adversários mais incômodos. Já em inícios de dezembro escreve a Getúlio Vargas.

Depois de renovar as congratulações pela *"vitória da ordem"*, comunica o resultado a que chegou nas *"diligências procedidas em relação ao movimento do mês passado:"*

"Cheguei à conclusão, exmo. Sr. Presidente, de que ao mesmo se acham ligados certos elementos que obedecem a orientação política do Major Augusto Mainar Gomes, que consentiu e estimulou a propaganda franca e aberta de idéias extremistas, por intermédio dos diários que lhe apoiavam, bem assim pelas caravanas que percorreram todo o interior do Estado".

Em seguida, depois de acusar nominalmente vários elementos supostamente ligados ao governo passado, inclusive operários, vinha a justificativa para atingir os adversários:

"Estes fatos eu os trago ao conhecimento do eminente chefe da Nação para que V. Excia. observe a situação delicada em que se acha o Governo de Sergipe, tendo de agir, na defesa do Governo, e do Brasil, contra alguns dos elementos que estão filiados ao sr. major Mainar Gomes. Graças a harmonia de vistas do meu Governo com o 28º BC não teve nenhuma repercussão nesta unidade a onda de desordem que se quis implantar no País. Entretanto se fez mister, e eu encareço a V. Excia., a transferência do Capitão Milton Azevedo e dos 2ºs sargos José Menezes e Beethoven Marques, por não merecerem a minha confiança."⁴¹

E por aí seguia o longo pedido, solicitando colocar à disposição do Estado, nomear e transferir alguns civis e militares. Por fim concluía:

"tomadas essas providências, que reputo indispensáveis, posso garantir a V. Excia que Sergipe nenhum motivo dará para preocupar o espírito do eminente Sr. Presidente da República no que tange à defesa da ordem".⁴²

Aproveitando-se do clima do momento, em si marcado de repressão, apressava-se o governador de Sergipe em conseguir o apoio do Presidente da República na punição dos adversários e todos⁴³ que não estivessem em suas graças, ao tempo em que solicitava promoção para os amigos. Era a condição apresentada e alegada para que Sergipe não se constituísse em preocupação...

Cinco dias depois, participava a Vargas haver transmitido à bancada de Sergipe no Congresso *"o desejo de V. Excia a referente reforma Lei de Segurança e emendas da Constituição, a fim preservar o Brasil da anarquia extremista"*.⁴³

A partir de então, no curso dos dois anos subsequentes (1936/37), o quadro permanece ameaçador. Quando a censura diminui, a oposição volta a manifestar-se, reações se intensificam até quando convergem para o golpe de 1937 que representa, em termos locais, a única alternativa viável para que o grupo político permanecesse no poder sem contestações sérias.

Antes de chegar lá, urge observar como as medidas coercitivas emergidas do Poder Central tornam-se extremamente favoráveis ao governo de Sergipe.

Depois de sofrer crescentes desgastes políticos dentro da vigência de alguma franquia de liberdades democráticas, agora com a Assembléia em recesso, sem imprensa oposicionista, com os órgãos de classe sem liberdade de manifestação, iria tentar construir a imagem de governo operoso e ordeiro. Para que tal se concretizasse, para que o trabalho de persuasão surtisse um mínimo de efeito era preciso atacar por duas frentes. De um lado utilizar os poderes discricionários que a legislação facultava a fim de desmobilizar as forças oposicionistas, dobrando-as com rigor. A outra frente era desenvolver sistematicamente campanha de publicidade no sentido de ganhar a sociedade civil, levando a efeito a propaganda anticomunista, visando tornar suspeitas todas as ações do adversário.

Apesar desta estratégia, que provinha do Poder Central, coincidir com os interesses do governo de um Estado como Sergipe, predominantemente rural que tinha a grande parcela da classe dominante fundamentada no campo, nem todas as frações burguesas aceitaram-na de bom grado. Antes, pelo contrário, as lideranças políticas dos partidos da oposição URS, PSD e PSP continuaram com maior ou menor dignidade, de forma mais ou menos restrita seu trabalho crítico e, se tal trabalho não se tornou mais incômodo, foi porque preferiram retirar seus jo-

naís de circulação a submeterem-se aos censores do dia. O *PSP* que tinha em Graccho Cardoso sua principal liderança era o mais discreto dos três, sem jornal próprio, com seu líder radicado no Rio de Janeiro, sua atuação restringia-se ao trabalho pessoal de seus principais correligionários que viviam em Sergipe. O *PRS* (*Partido Republicano de Sergipe*) tinha por líder principal a figura do ex-interventor Maynard que, fora do governo, vinha cavando, dentro da burocracia do exército, sua classificação para o comando do 28º BC, sediado em Aracaju. No ano de 1937 a designação chega a ser efetivada, mas após uma série de correspondência entre Eronides de Carvalho e Vargas tal designação é sustada, para frustração dos seus correligionários. Enquanto isso seus amigos iam-se defendendo e contra-atacando como podiam, quer na Assembléia Legislativa enquanto funcionou (de setembro até inícios de dezembro de 1937), quer no jornalismo, principalmente a partir de julho de 1937 quando o *Diário da Tarde* volta a circular. Na bancada federal o *PRS* contava apenas com o Deputado Deodato Maia, a quem preocupava mais a legislação social de âmbito nacional do que a política interna de Sergipe.

O grupo mais incômodo para o governo de Sergipe no biênio 1936/37 era o do *PSD* sob a liderança de Leandro Maciel que, na qualidade de senador, persistiu decididamente hostil. Concede entrevistas aos jornais da Bahia e do Rio de Janeiro, faz pronunciamentos no Senado nos períodos de funcionamento, trabalha junto à burocracia federal, enfim, fustiga de várias formas a administração de Eronides de Carvalho, irritando e provocando a ira do grupo situacionista. Não foi por acaso que no biênio 1936/37 tenham sido as figuras do *PSD* as mais visadas dentro da classe dominante.

Concomitante à ação de Leandro Maciel no Senado e Melksedek Monte na Câmara Federal se desenvolvia arduamente o trabalho dos seus correligionários no âmbito interno. Por questões táticas e de certo modo também por convicção, os próceres do *PSD* se apresentavam concordantes com a orientação política de Vargas, sobretudo diante do seu combate ao comunismo. Assim é que já em julho de 1935 o deputado Luiz Garcia propu

nha moção de solidariedade ao Presidente da República por ocasião das medidas repressoras, entre as quais se destacava o fechamento da *Aliança Nacional Libertadora*.⁴⁴ Apesar da declaração do Estado de Guerra, o *Correio de Aracaju* depois de cerca de 5 meses sem circular, reaparecia professando seu apoio a Vargas sem no entanto dar trégua ao governante local. A censura e a repressão foram então reforçadas. É preso o gerente do jornal Ulisses Santos.⁴⁵ Depois será o prefeito da cidade de Propriá que vem a Aracaju e é confinado algum tempo numa sala.⁴⁶

Em dezembro de 1936, era a vez de Carlos Garcia, irmão do líder do PSD na Assembléia, Luiz Garcia. Havendo o jovem acadêmico de Direito publicado artigo professando algumas vagas idéias de tendência socialista, passou mais de dois meses detido, alguns dias incomunicável e acusado de infringir a Lei de Segurança Nacional.⁴⁷

Era uma forma de atingir seus adversários, especialmente Luiz Garcia, que lhe movia campanha na imprensa e na Assembléia. Mas o governo não se intimidava com os protestos internos e externos (no Congresso Nacional). Quatro meses depois, ou seja, em abril de 1937 era preso uma das principais lideranças do PSD, Heribaldo Vieira, que nos tempos da aliança PSD+URS servira como Diretor da Instrução do Estado.⁴⁸

Além desses casos, Leandro Maciel em seus discursos no Senado citava perseguições também a seus correligionários do interior, em Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória e Espírito Santo.⁴⁹

Justificando as repressões, o governo contava com o deputado Amando Fontes na Câmara e Augusto Leite no Senado, fiéis seguidores da situação, como representantes da URS.

Ao lado dessas medidas repressivas consideradas saneadoras ou preventivas, os aparelhos ideológicos de muito vinham sendo acionados em benefício da ordem.

A imprensa situacionista tinha seu grande porta-voz em *O Estado de Sergipe* que com a declaração do Estado de Guerra ajuizava com ares de soberania: "Sergipe nunca viveu mais

tranquilo, mais calmo do que neste momento. O governador vai administrando com visão superior, distribuindo justiça equid⁵⁰samente...

Nesse tom empreendia todo o esforço para desfazer as críticas da oposição, especialmente as chegadas pelas entrevistas de Leandro Maciel, transcritas nos jornais locais.

Ao lado do trabalho da imprensa situacionista, esmerava-se o governo através de entrevistas e discursos em traçar seu arcabouço ideológico. Numa entrevista em março de 1936, o *Jornal da Bahia* assinalava que seu governo estava forte "apoiado pelas principais forças do Estado".⁵¹ Cerca de um mês depois, numa oração pela Hora do Brasil, saudando os sergipanos, via a "nacionalidade abalada pela irrupção de graves desequilíbrios" e atribuía aos companheiros da União Republicana o papel de congregar as forças do bem no Estado "contra os inimígos do Brasil e de Sergipe".⁵² Os adversários do governo eram assim qualificados implicitamente como forças do mal e inimigos da pátria.

Por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos, em setembro de 1936, mais comedido, quase se manteve nos agradecimentos formais e nos votos de confiança nos trabalhos daquela casa.⁵³ No entanto, aproveitando a oportunidade, tentou revelar a existência de renovação espiritual que vinha-se imprimindo na "nossa gente" dentro do seu governo. Essa obra de renovação espiritual e material é melhor explicitada em seu pronunciamento de abril de 1937 no banquete que a *União Repuplicana* lhe efereceu, pelo transcurso do segundo ano de administração. Aí, depois de mencionar os feitos no campo material e evocar o acirramento da luta de classes nos idos de 1934, considerava ter realizado a aproximação das classes.⁵⁴ O silêncio dos trabalhadores desmobilizados pela ação dos aparelhos ideológicos do Estado ou pela repressão era interpretado como sinal de aproximação com o capital.

Na verdade, nesse rústico arcabouço ideológico nada se encontra de original, sendo portanto a reprodução do espírito dos documentos oficiais provenientes do Poder Central.

Do Centro vinham também instruções de propaganda oficial contra o comunismo, o que se acentua no segundo semestre de 1937 com uma série de proibições.⁵⁵

Recomendações são feitas pelo governo às escolas, fábricas e outras instituições no sentido de ser realizada sistemática propaganda contra o comunismo.⁵⁶ Os professores são instruídos a fim de iniciarem suas aulas com preleção contra o regime russo.⁵⁷

Dentro dessas tendências o governo do Estado elaborou minuta de projeto instituindo "*o serviço de propaganda*" explicitando como finalidade "*fortalecer o espírito cívico nacional pela doutrinação impessoal do regime democrático*".... Seus dispositivos se dirigiam especialmente às escolas, sem distinção de "*entrâncias ou graus, públicas ou particulares*", sendo todas obrigadas a realizarem "*preleções sobre a democracia tal como a define a Constituição Federal*".⁵⁸

Apesar de toda a propaganda e repressão tentando esvaziar de sentido o movimento dos grupos de oposição, bastava surgir um mínimo de espaço para que eles voltassem a se manifestar destemidos. Abolida a censura prévia nos jornais em junho de 1937, retornavam os órgãos oposicionistas a combater a orientação da política no bojo da campanha para a Presidência da República. Contudo, na opção pelos candidatos a oposição se dividia. Enquanto o PRS, sob a chefia de Maynard, apoiava José Américo de Almeida, o PSD passava a se bater pelo nome de Armando Sales de Oliveira. Quanto ao partido situacionista, noticiou-se que depois de Eronides de Carvalho ter-se inclinado pelo candidato paulista, teria sido aconselhado por Lourival Fontes a acompanhar o candidato nordestino, passando então a propagá-lo.⁵⁹

Apesar dessa divisão dos grupos oposicionistas manifestando expectativas desencontradas no que se refere ao candidato ao Poder Central, internamente persistia a identificação contra o governo representante da fração açucareira. Quando se desenvolviam as críticas na Assembléia e quando as oposições, em maioria, planejavam apresentar o *impeachment* do governador,⁶⁰ eis que surge o golpe de novembro de 1937. Abria-se então a única

alternativa possível, no momento, no sentido da facção açucareira controlar o aparelho de Estado sem grandes contestações de grupos oposicionistas.

Mas se frações da classe dominante através dos setores da oposição foram fustigadas no curso do período de 1935/37, mais ainda o foram os trabalhadores urbanos.

Notas

1. Cf. *Diário Oficial*, 4.4.35.
O cargo foi-lhe transmitido por Aristides Napoleão de Carvalho, interventor substituto.
2. Cf. Armino Guaranã, ob. cit., p. 74.
3. Referindo-se à escolha de Eronides de Carvalho para governador do Estado assim justificava Augusto Leite:
"Unionista integral, gozando da integral confiança do seu partido, com vasto círculo de relações pessoais, não tendo incompatibilidade dentro do PSD e vestindo como seu competidor a farda do Exército - [grifo nosso] outro não devia ser senão ele o nosso candidato". O Estado de Sergipe, 2.12.37, p. 3.
4. Enquanto o grupo do PSD a muito custo conseguia indicar o primeiro escalão da Secretaria de Obras Públicas, os Diretores da Instituição e da Imprensa Oficial e o Segundo Delegado da capital, os demais ficavam com a URS.
Cf. Augusto Leite, *O Estado de Sergipe*, 2.12.37.
5. Cf. Augusto Leite - idem, 2.12.37.
6. Ver *Sergipe Econômico e Financeiro*, p. 199.
7. Eronides Ferreira de Carvalho, Discurso pronunciado em 2.4.37... Aracaju, Imprensa Oficial, 1939, p. 11/13.
8. Ver Legislação do período e Edgar Carone, ob. cit., 1976, p. 144/5.
9. Empregamos aqui mobilização social como o processo pelo qual grupos de pessoas quebram antigos compromissos e vinculações com a ordem social e política, tornando-se *disponíveis* para a aceitação de novas formas de comportamento. No caso de Sergipe não se trata tanto

de mobilização objetiva, definida como deslocamento físico, mas sobretudo a mobilização psicológica entendida como a disponibilidade psíquica de certos grupos sociais, o seu desvinculamento mental e afetivo de uma ordem sócio-política, seguido de propensão a aceitar novos valores, enfim, uma insubmissão a padrões tradicionais de mando.

Cf. Décio Saes - *O Desenvolvimento Político*, Unicamp, I.F.C.H. Apostilha mimeografada s/d, p. 2/3.

10. Augusto Leite, *O Estado de Sergipe*, 2.12.37, p. 1/3.
11. Idem, ibidem.
12. Idem, ibidem.
13. *Correio de Aracaju*, 29.8.35.
14. *Diário da Tarde*, 17.8.35.
15. Manuel Presselino Oliveira Valadão, *Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa em 7.9.17*, p. 27.
O Estado de Sergipe, em 1935, p. 71.
16. *Diário Oficial*, 30.7.30 e *Diário da Justiça*, 13.9.35.
17. *Diário da Assembléia*, 21.8.35.
18. *Diário Oficial*, 4.4.35.
19. *Diário da Tarde*, 13.9.35.
20. Segundo depoimento de seu filho biógrafo, ele comprou o jornal *A Tarde* e como proprietário absoluto daquele órgão, com parte das máquinas guardadas no porão da casa, passou a dirigi-lo em companhia do seu filho Antônio, recrudescendo seu combate agora com todo o peso da responsabilidade.
Paulo de Carvalho Neto, ob. cit., p. 128

21. Os Decretos foram os seguintes:

8, 21, 23, 24, 25, 29 - Anulando Decreto Lei(1930/35);
7 e 20 - anulando regulamentos;
5, 13, 26 e 27 - exonerando servidores e suprimindo os
seus cargos.

Ver Leis e Decretos do Estado de Sergipe em 1935. Ara
caju, Imprensa Oficial, 1936, pp.315/334.

22. *O Estado de Sergipe*, 17.8.35.

23. *O Estado de Sergipe*, 18.6.37.

24. *Diário da Justiça*, 13.9.35.

25. *Diário da Tarde*, 14.11.35.

Mas a versão de Eronides de Carvalho era outra: Em men
sagem de 7.9.35 afirmava que *não andaram listas de a*
desões pelas repartições públicas e o funcionalismo ,
como todos os cidadãos aqui domiciliados, exerceu li
vremente o seu direito de crítica, p. 6.

26. *Diário Oficial*, 18.7.35.

27. *Diário da Tarde*, 7.9.35.

28. Eronides Ferreira de Carvalho, *Mensagem à Assembléia Le*
gislativa, 7.9.35, Aracaju, Imprensa Oficial, 1935, p 5.
Diário da Tarde, 8.11.35.

29. Eronides Ferreira de Carvalho, telegrama a Getúlio Var
gas, em 20.10.35, AN (sem catalogação).

30. Eronides Ferreira de Carvalho, 21.10.35, AN (sem catalo
gação).

31. *Diário da Tarde*, 4.7.35.

Diário da Tarde, 24.4.35 e 6.8.35.

Correio de Aracaju, 21.9.35.

32. *Diário Oficial*, 26.6.35.

33. *Diário da Tarde*, 25.10.35.
34. "O pretexto para a promulgação da lei é o extremismo, porem a medida não se dirige contra a Ação Integralista Brasileira e sim contra o movimento operário".
Edgar Carone, *A República Nova*, SP., Difel, 1974, p. 334
35. *Diário Oficial*, 24.7.35.
36. *Diário da Tarde*, 24.7.35.
37. Eronides Ferreira de Carvalho, Carta a Getúlio Vargas, 2.7.35, AN (sem catalogação).
38. *Diário Oficial*, 27.11.35.
39. *Diário da Tarde*, 26.11.35.
40. *O Estado de Sergipe*, 26.01.36.
41. Eronides Ferreira de Carvalho, Carta a Getúlio Vargas (CPDOC/FGV - Rel. 35.12.05). Observe-se que os adversários de Maynard, inclusive Eronides de Carvalho, escreviam seu nome com a grafia *Mainar*.
42. Idem, ibidem.
43. Eronides Ferreira de Carvalho, telegrama a Getúlio Vargas, 10.12.35 (sem catalogação) AN.
44. Cf. *Diário da Assembléia*, 17.8.35.
45. Ver Augusto Leite, Discurso no Senado em 3.6.37, aparteado por Leandro Maciel in *O Estado de Sergipe*, 18 6 37 e Melchisedek Monte in *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. II, 1936, pp. 77/79.
46. Cf. Melchisedek Monte, *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. II, pp. 120/121.
47. Cf. *Correio de Aracaju*, 21.12.36.
48. Cf. *Correio de Aracaju*, 23.4.37.

49. Cf. *Correio de Aracaju*, 17.5.37.
50. *O Estado de Sergipe*, 29.1.36.
51. *O Estado de Sergipe*, 12.3.36.
52. *Diário Oficial*, 14.4.36.
53. *Idem*, 9.9.36.
54. Eronides Ferreira de Carvalho, *Discurso pronunciado em* 2.4.37, Aracaju, Imprensa Oficial, 1937.
55. Ver *Diário Oficial*, 17.10.37, telegrama do presidente da comissão do Estado de Guerra.
56. *Diário Oficial*, 21.10.37.
57. *O Estado de Sergipe*, 22.10.37.
58. G1 - 148 - APES.
59. Cf. *Correio de Aracaju*, referindo-se a ata de A Nação, 17.6.37.
60. A tentativa de *impeachment* foi-nos confirmada por vários entrevistados, entre os quais:
 - a) Fernando Porto, 23.1.81.
 - b) Luiz Garcia, 11.3.81.

3.2 Estado e Trabalhadores Urbanos

Quando a fração açucareira voltou a controlar o governo em abril de 1935, uma das principais modificações, senão a principal, que encontra na sociedade sergipana se radicava na situação dos trabalhadores urbanos. Ao lado dos direitos sociais adquiridos, tais como fixação de horário de trabalho, férias, aposentadoria, pensão, repouso semanal, regulamentação do trabalho de menores e outros mais, assegurados pela legislação pós-30, incluindo a Constituição de 1934, havia também os direitos à sindicalização, envolvendo aí até a autonomia sindical. O certo é que, como já foi visto, em 1934, somente em Aracaju dispunham os trabalhadores de dois jornais, um partido, um Centro, uma federação e 21 sindicatos¹.

Com a ascensão de Eronildes de Carvalho ao governo, apoiado sobretudo pelos senhores do açúcar, de imediato o movimento dos trabalhadores tendeu a arrefecer. Recorde-se que os trabalhadores urbanos, através da *Aliança Proletária de Sergipe*, haviam participado da coalisão ao lado dos partidos que apoiavam a interventoria na agitada campanha de 1934. Em seguida, não deixaram de envolver-se de alguma forma no movimento pela permanência de Maynard no governo, havendo até diretoria de sindicato, como a dos Estivadores, que hipotecou irrestrita solidariedade por ocasião de sua renúncia². Além disso, vimos também como o líder tenentista explorou tal apoio em suas relutâncias de não entregar o governo aos adversários.

Em face de tais precedentes, era natural que houvesse apreensão diante da ascensão de um governante que não apoiaram quando candidato, mas antes o hostilizaram. Assim é que, durante os dois primeiros meses da nova administração, estiveram os trabalhadores, através de suas lideranças, num compasso de espera, observando as definições e estratégias do novo governo. Como porém a legislação continuava em vigor facultando-lhes espaço, e as repressões iniciais do governo eram restritas àquelas figuras mais afoitas (como João Viei

ra de Aquino acusado de ameaçar com greve os serviços de água e luz) ³ as atividades logo prosseguiram no seu curso mais ou menos normal, aliás, sem sentimento de orfandade. O apoio que a interventoria passada dispensava aos trabalhadores e o controle a que os submetia não eram suficientes para que não pudessem prosseguir sozinhos. Antes pelo contrário, por mais controlados que os trabalhadores urbanos tenham vivido na administração anterior, ao fim dela, puderam demonstrar que poderiam francamente dispensar *protetores* para crescer. Bastaria que a legislação em vigor fosse cumprida. E, de fato, enquanto o ordenamento jurídico permaneceu mais ou menos obedecido, o movimento de atuação dos trabalhadores foi tendo continuidade ou mesmo se ampliando.

As reuniões do *Centro Operário* tiveram sequência como núcleo aglutinador e ponto de debates das principais questões político-sociais do momento nacional. O trabalho de sindicalização seguiu com a mesma participação contraditória do delegado do Trabalho, Costafilho. O jornal *Voz do Operário* voltou a circular em inícios de junho, depois de algum tempo de intervalo. A federação sergipana prosseguia tentando esta belecer práticas de ação apoiada pelos diversos sindicatos.

Quando surgiram novas oportunidades de extensão da ação política, empenhavam-se os trabalhadores em explorá-las, especialmente até novembro de 1935, quando a situação muda significativamente. Até lá (novembro/35), foram ocupando o espaço dentro de suas possibilidades, inclusive participando ativamente da luta ideológica que então se desenvolvia entre os que difundiam a propaganda socialista e aqueles que propagavam o *integralismo*. Aliás, essa é a questão mais envolvente e absorvente de todas. Nenhum tema ocupa tanto espaço em *Voz do Operário* quanto o combate ao *Integralismo* e, neste momento, contam os trabalhadores urbanos com o apoio de outros segmentos da sociedade, provenientes das camadas médias, inclusive funcionários públicos e estudantes com origem social vínculada tanto às camadas médias, como às classes dominantes. A criação da *Aliança Nacional Libertadora*, que surgiu com grande força aglutinadora, recebendo apoio dos mais variados seto

res interessados em alguma forma de mudança social, encontrou ampla receptividade no *Centro Operário* e foi se alastrando pelo interior do Estado, sob a ação dos seus militantes, em corridos comícios que atingiam até a região canavieira (Laranjeiras, Riachuelo, Maroim), dos quais participavam, inclusive, estudantes como Joel Silveira, Carlos Garcia, entre outros ⁴.

Ao lado da *Aliança Nacional Libertadora (ANL)* se desenvolveu a *Frente Única Anti-Facista e Anti-guerreira*, inspirada no exemplo de outros Estados onde também se desenrolavam movimentos de combate ao integralismo. Em Sergipe pode-se dizer que a *Liga Anti-Facista e Anti-guerreira* nasceu do *Centro Operário*, daí foi-se difundindo pelo interior do Estado, congregando setores mais ou menos afins aos que simpatizavam ou militavam na ANL.

Depois que tais movimentos foram proibidos (julho/35), surgiu a oportunidade de os trabalhadores urbanos participarem da Assembleia Legislativa com deputado classista, por força da legislação vigente. Decorrida a eleição entre os sindicatos, forças situacionistas intervieram no sentido de ser eleito candidato de sua confiança, embora dessa vez não obtivessem êxito ⁵. O candidato vitorioso foi Anunciato dos Santos, que não inspirava confiança ao governo.

No pleito de 1934, os trabalhadores conseguiram que dois dos seus líderes, José Nunes da Silva e João Vieira de A quino, chegassem a suplentes da Assembleia Constituinte, mas estes não tiveram oportunidade de assumir a titularidade ⁶. Em setembro de 1935, Anunciato dos Santos era recebido por Carvalho Neto, que o saudou situando historicamente a natureza da quela representação. Considerando o operário como a fonte primária de toda grandeza do nosso Estado, hipotecou-lhe solidariedade, acreditando na sua voz dizendo: "saberã diretamente, talvez melhor do que nós, por que são ele sente as próprias necessidades, defender os direitos de sua classe" ⁷.

E realmente foi sentindo os problemas da classe, que

Anunciato dos Santos marcou sua presença na Assembléia, expressando dificuldades dos trabalhadores de Sergipe. Com consciência clara das relações de oposição existentes entre as classes antagônicas, desde o início deixou explícito seu empenho na defesa dos trabalhadores, chegando ao ponto de concluir peremptoriamente, afirmando que não vinha "*aprender política e sim defender os operários*" de sua terra ⁸.

Apesar de suas dificuldades no domínio do vernáculo e de sua estranheza nas sutilezas do trato burguês, sem se intimidar diante de tais valores, tornou-se presença incômoda dentro de uma Assembléia de patrões letrados, que tiveram de escutar suas múltiplas denúncias. Tomando a defesa da guarda civil mal paga, reclamando os salários dos trabalhadores urbanos e rurais, denunciando o não cumprimento da lei, alegando desobediência de compromissos estabelecidos entre patrões e empregados, protestando contra as discrepâncias de salários entre as classes, defendendo os trabalhadores sindicalizados, criticando o desempenho do Delegado do Trabalho, refutando acusações de comunista em face de seu trabalho sindical, acusando os próprios pares de ausentarem-se das sessões, denunciando o movimento fascista de arbitrariedades dentro e fora do Estado, etc., por mais formal e restrito que fosse o recinto, projetou os problemas dos trabalhadores para a "*grande política*", contando algumas vezes com o apoio dos opositores do grupo de Maynard ⁹.

Nesse ínterim verificam-se, em outubro de 1935, eleições municipais para representantes das câmaras de vereadores e para prefeito dos municípios, exceto da capital. Os trabalhadores, mobilizados através da *Aliança Proletária de Sergipe*, lançaram chapa própria e conseguiram eleger dois candidatos para a Câmara de Aracaju, um para a de Estância e outro para a de Maroim ¹⁰. Apesar de ainda bem minoritários nesses centros de representação, sua presença significava ampliação do espaço político em níveis sem precedentes na história do Estado. E tal participação não se processa em detrimento de sua atuação sindical, antes pelo contrário, pode-se dizer que a presença de trabalhadores em órgãos eletivos de representa-

ção popular indicava o vigor com que ia se desenvolvendo o trabalho nas bases. Atestam isso dois movimentos grevistas ocorridos no Estado ¹¹. O primeiro aconteceu no início de novembro de 1935, considerado "*como um efeito do Primeiro Congresso Unitivo Sindical*" ¹² realizado na capital no qual todas associações de classe de Aracaju apresentaram teses de reivindicação"... A paralização dos alfaiates se juntaram Resistência, Construção Civil, Carroceiros, Padeiros, entre outras categorias. O "número dos que se constituíram em parede foi calculado em 3.000 operários". ¹³

A outra greve foi realizada na cidade de São Cristóvão, ex-capital do Estado, nos dias 11 e 12, tendo atingido a Empresa Industrial São Cristóvão, dirigida pelo deputado Pedro Amado. Em um ambiente que já vinha sendo trabalhado pelas lideranças sindicais, entre as quais figura o próprio deputado Anunciato dos Santos, a colocação de substâncias tóxicas na água pelo mestre geral da fábrica, que havia ingressado no *Integralismo*, foi o estopim. ¹⁴

A polícia interveio e, quando a questão rolava na justiça, eclodiu a Intentona, em consequência do que a maioria das conquistas que vinham sendo alcançadas a duras penas foram perdidas.

Afinal, a continuidade do processo de organização dependia da manutenção de um quadro político-institucional a nível nacional que assegurasse as manifestações dos trabalhadores urbanos. Aliás, com a liberdade de manifestação até então existente, as reações conservadoras vinham tentando a todo custo solapar ou mesmo impedir tais manifestações.

As aludidas reações conservadoras provinham tanto de setores da sociedade civil, como do aparelho de Estado. Dentro da sociedade civil, vários representantes da classe dominante ou simples servidores dela, comungando de seu ideário, de há muito vinham se expressando através da imprensa em propaganda anticomunista, onde o objetivo real era colocar em suspeição o movimento dos trabalhadores. E entre os jornais que mais se dedicavam a esse trabalho estavam *O Sergipe Jornal*, dos descendentes do ex-presidente Pereira Lobo, e *O Estado de Sergipe*, dos usineiros.

Além do trabalho desses intelectuais zelosos na manutenção da ordem e vinculados a grupos políticos específicos, se destacavam representantes da Igreja, desempenhando papel influente nessa cruzada anticomunista dos idos de 1935.

Depois que a Igreja foi despida de alguns privilégios, com o advento do regime republicano, embora houvesse quem pregasse novo trabalho de evangelização de "*baixo para cima*", como o Pe. Júlio Maria, na verdade isso pouco se realizou. Os religiosos permaneceram, em sua maioria, apegados aos valores e às posturas da classe dominante, reproduzindo as relações de dominação. Apesar dessa sintonia de ponto de vista com as forças dominantes, as relações da Igreja com o Estado não parecem ter sido das mais calorosas, inclusive em Sergipe. Pelo menos sua presença não é invocada com frequência, como seria mais tarde para referendar atos oficiais. Nas revoltas tenentistas, por exemplo, a ação da Igreja em Sergipe é discreta. Não desponta publicamente como força mediadora ¹⁵.

O trabalho desenvolvido por Dom Sebastião Leme de evangelição da classe média e união da Igreja com o Estado, a nível nacional, não parece ter encontrado imediatamente grande repercussão em Sergipe. Talvez o sinal mais visível do empenho da Igreja em ampliar sua influência tenha sido a fundação do jornal *A Cruzada*, em 1918, que circula até 1926. Com o movimento de 1930, já foi visto como a Igreja nos pleitos de 1933 e 1934 aparece atuante, desaconselhando candidatos publicamente (1933), ou de forma mais discreta (1934). Na verdade, tais interferências no processo eleitoral não passavam de reflexos de uma política ampla nacional, que obedecia a orientação da *Liga Eleitoral Católica (LEC)*, criada em 1932, que funcionava como grupo de pressão, influenciando diretamente junto ao eleitorado ¹⁶.

Dentro dessa orientação doutrinária, sob a direção de órgãos de âmbito nacional, contando com proeminentes figuras da "*inteligência*" brasileira de tendência conservadora, era natural que a grande maioria dos sacerdotes em Sergipe apoiasse a agremiação dos usineiros ¹⁷.

Com a criação da *Ação Católica Brasileira (ACB)*, 1935 a atuação da Igreja em Sergipe tenderia também a aumentar. Na crise ideológica em que se vivia, o movimento de organização dos trabalhadores, propagando o socialismo, atemorizava os católicos, alguns dos quais se empenharam em condenar o comunismo e apontar novas alternativas político-ideológicas.

Sem reconhecer, pelo menos com clareza, as relações de dominação e as situações de alienação que permeavam a sociedade, esses teóricos pregavam a "*caridade cristã universal*", subestimando a luta de classes e sem perceber que, ocultando a situação de exploração, estavam contradizendo a própria caridade que professavam. Diante da incapacidade de ver a prática cristã da caridade a partir de baixo, apegados a um espiritualismo desencarnado das condições sociais, em geral os católicos defensivamente se perfileram ao lado dos movimentos de direita, servindo aos setores mais conservadores.

Em Sergipe, ressurgia em fevereiro de 1935 o jornal *A Cruzada*, criado pela Diocese e posto sob a direção do padre João Moreira Lima. Conforme expressava no editorial do segundo número, suas preocupações básicas eram o operário e o ensino, este concebido como meio eficaz de doutrinação.

Junto aos trabalhadores, sua influência vai se exercer principalmente a partir de agosto de 1935, quando é criado o *Círculo Católico Operário de Sergipe*, sob a direção do mesmo sacerdote Moreira Lima, que estava à frente de *A Cruzada*.¹⁸ Entre as finalidades explícitas no estatuto, constava "*harmonizar, dentro da ordem e da justiça cristãs, as duas classes, empregados e empregadores*". Entre os deveres dos sócios, estava o de "*evitar o surgimento de movimento grevista e a participação em abandonos coletivos de trabalho sem anterior consentimento do Conselho Central*". Será "*suspenso por três meses o que fomentar greve*", assinalava o estatuto ao tempo em que prescrevia a pena de expulsão para:

"i) o que pregar idéias extremistas ou que sejam conhecidas como tal;

j) o que ingressar em qualquer seita ou sociedade

contrária à Igreja" 19.

Era portanto um movimento com objetivos voltados para o controle e desorganização dos trabalhadores, correspondendo em cheio aos interesses da classe dominante. Proibindo a greve, propondo a conciliação entre as classes, limitando o debate e coibindo a participação em organizações supostamente consideradas contrárias à Igreja, colocava seus associados numa camisa de força que significava retrocesso em face do nível organizatório em que os trabalhadores se encontravam.

Graças ao trabalho pertinz da Igreja, através de seus sacerdotes, ao apoio decidido do governo e aos serviços e auxílios que a instituição oferecia a um corpo de trabalhadores necessitados e marcados pelos valores religiosos de uma sociedade estruturada em tradições legitimadoras da ordem burguesa, o número de adeptos cresceu. Um ano depois, já se dizia que se congregavam "2.000 irmãos, orientados pelos sãos princípios de Fé e Patriotismo"; e o movimento adquiria repercussão pelo interior do Estado 20.

Quando rebentou a Intentona Comunista em novembro de 1935, a direção do *Círculo Católico Operário* enviou entusiástica moção de solidariedade ao governador, pela colaboração com os altos poderes da República 21.

E em sintonia com as autoridades constituídas, o dirigente desse órgão permanecerá em todos os momentos seguintes, chegando até a confessar confiança em melhores dias para o Brasil, por ocasião da promulgação da carta de 1937, precedida do golpe de Estado 22.

Era natural que, estando os representantes da Igreja tão identificados com o fechamento do regime e vendo-o como um recurso a mais no combate ao comunismo, mantivessem simpatias pelos integralistas em plena expansão.

Entre os participantes da Ação Católica, havia vários simpatizantes do integralismo, inclusive alguns sacerdotes.

No jornal *A Cruzada* há exemplos de colaboradores que não escondiam sua atração pelo movimento liderado por Plínio Salgado, justificando de forma direta ou indireta a adesão dos católicos. Conforme afirmava determinado articulista "*na esfera meramente política jamais a Ação Católica poderia combater o Integralismo*" ²³. Se não poderia combater, obviamente sō restariam duas opções: aderir, ou no máximo se colocar neutro, o que, por si sō, se constituía numa posição questionável.

Num momento em que trabalhadores avançavam em seu processo de organização o *Integralismo* vai representar eficaz partido de aglutinação das camadas mais conservadoras, senão reacionárias da sociedade. Trazendo em seu bojo um corpo de doutrina inspirado em valores supostamente religiosos, nacionalistas e autoritários, o *Integralismo* aparecia como ideologia adequada para se contrapor ao movimento socialista que pregava o universalismo, o igualitarismo, laicismo ou o ateísmo.

Apesar, no entanto, de atender aos interesses da classe dominante de modo geral, o *Integralismo* não parece ter encontrado grande entusiasmo entre os proprietários rurais. Cobrando envolvimento político atuante e aberto, sensibilizou mais as camadas médias do meio urbano, se estendendo um tanto entre os comerciantes descontentes com as leis sociais e a mobilização popular.

Não foi por acaso que o alvo mais visado pelos integralistas tenha sido justamente os órgãos dos trabalhadores urbanos. Destruíram duzentos números de uma edição de *Voz do Operário*, em plena via pública.²⁴ Jornais murais foram retirados e rasgados diante dos transeuntes. Como forças paramilitares, os integralistas agiam impunemente com a complacência ou mesmo conivência das autoridades policiais ²⁵. O próprio *Centro Operário* foi invadido algumas vezes por grupos integralistas que promoviam desordens, tumultuavam assembléias, provocavam os trabalhadores em seu próprio recinto privado de reunião. ²⁶

A diretoria do *Centro* ainda protestou junto ao go

vernador, enviando documento dizendo confiar na ação de S. Excia., mas este não parece tê-los detido em suas agressões²⁷. Às vésperas da chegada de Plínio Salgado a Aracaju, adeptos do *Integralismo* empenhados em evitar que o jornal *Voz do Operário* publicasse matéria criticando seu chefe, penetraram à noite nas oficinas do citado órgão, danificaram material, levaram uma máquina de impressão, dois braços e a platina, "peças de real importância para seu funcionamento"²⁸.

Mas ao lado dessas reações conservadoras, provenientes de alguns setores da sociedade civil, o que se tornava mais grave para os trabalhadores eram as práticas políticas do grupo que ocupava o aparelho de Estado.

Sem contar com o apoio popular dos centros urbanos, especialmente de Aracaju, o governo via o processo de organização dos trabalhadores como sério problema que necessitava ser superado, senão extirpado. Em carta enviada a Vargas, em início de julho de 1935, quatro meses após ter tomado posse, Eronildes de Carvalho, dizia:

"Outro problema sério que encontrei ao assumir o governo é o surto comunista, nascido de interesses políticos do momento, mas já agora perfeitamente definido, como um movimento que precisará experimentar uma enérgica repressão".

E adiante, na mesma carta afirmava: "O centro de agitação comunista é mascarado aqui com o rótulo Liga anti-fascista e anti-guerreira".²⁹

Compreende-se sua decisão de fechar tal frente por decreto, conforme teria afirmado a uma comissão em Palácio³⁰.

As conivências do governo com as tendências direitistas, inclusive com os integralistas, não se esgotavam nessa ocorrência. Quando do empastelamento do jornal *Voz do Operário*, segundo foi noticiado, o fato foi comunicado à Polícia na manhã de terça-feira e somente na quarta à tarde compareciam as autoridades policiais, a fim de formalmente registra-

rem o fato para abertura de inquérito ³¹.

Por ocasião da greve geral que afetou Aracaju entre 31 de outubro e 2 de novembro, a polícia interveio ao lado do patronato, quer substituindo trabalhadores em greve, quer reprimindo-os. Quando o movimento paredista se desenvolvia, o governador interveio, e os trabalhadores, já em dificuldades com a ação dos integralistas, não tiveram suas reivindicações satisfeitas.

Apesar de toda má vontade, ou mesmo hostilidade do governo em relação aos trabalhadores, vendo sua atuação como movimento extremista carente de ser extirpado, o espaço político deles na área institucional se ampliava, como demonstravam a presença de um representante na Assembléia e a eleição de membros da *Aliança Proletária* para as Câmaras Municipais, deixando inclusive as forças situacionistas em minoria na Câmara de Aracaju. A convivência do governo com os integralistas não arrefecia o ânimo das lideranças sindicais, que permaneciam animadas em seu trabalho de conscientização, mobilizando as massas. É possível que esse desempenho dos trabalhadores provocasse no governo, já acossado pela ação de diversas manifestações oposicionistas, uma certa sofreguidão no sentido de coibir o que considerava anarquia. O certo é que em novembro de 1935 as oportunidades de ação enérgica se ofereceram. Primeiro foi a greve em São Cristóvão, a qual *"foi debelada pela ação eficiente da polícia"*, segundo declarou Pedro Amado, diretor da fábrica afetada e deputado estadual. Na mesma entrevista, o citado industrial, quando indagado se estava satisfeito com a ação do governo, respondeu:

"satisfeitíssimo e penso mesmo que só agindo com a energia empregada agora poderá ele reprimir a onda de anarquia que nos ameaça, a restabelecer a harmonia entre o capital e o trabalho gravemente comprometida, pelos exploradores da massa operária" ³².

Discutindo com o mesmo industrial na Assembléia Legislativa, Anunciato dos Santos referia-se a 17 (dezessete)

vítimas, aludindo certamente ao número de presos.

Com a eclosão da Intentona logo em seguida, oportunidade especial surgiu ao governo no sentido de realizar seus intentos alimentados de há muito.

Ocorrendo a Intentona poucos dias depois da greve de São Cristóvão, quando os fatos ainda estavam em discussão, inclusive na justiça, concorreu também, para carregar seu significado, o fato de um sergipano adepto do comunismo, Agliberto Vieira Azevedo, ter sido acusado de ter assassinado outro sergipano, Misael Mendonça, dos quadros do Exército ³³, ao comandar o levante da Escola de Aviação. Além do mais, num momento de grande combatividade oposicionista, de um instante para outro Eronides de Carvalho, vendo reforçada sua autoridade com a decretação do Estado de Sítio e com o pretexto do perigo comunista, mandou prender algumas dezenas de pessoas, entre os mais atuantes adversários, especialmente no meio dos trabalhadores, onde as influências de famílias não seriam suficientemente fortes para acarretar-lhe futuras complicações.

Quantos trabalhadores teriam sido as vítimas, é difícil precisar exatamente.

Leandro Maciel, em discurso no Senado em junho de 1937, referiu-se a trinta pessoas e seu adversário Augusto Leite, com quem estava polemizando, não contestou ³⁴.

Paulo de Carvalho Neto, filho de Carvalho Neto, em estudo sobre o pai, assim se refere ao episódio:

"Certo dia uma notícia ecoou como bomba: O Governador fora capaz de mandar prender vinte adversários, de uma só vez. Amontou-os sob as grades, sumariamente e incomunicáveis.

"Imputação: 'comunistas'! Irrompeu o pânico nas pobres famílias daqueles desgraçados.

"Goçando a desesperação, a polícia catou como a cães

outros vinte adversários, nas feiras, nos lares, nos negócios, nos esconderijos, nos comícios, nas reuniões secretas... e prendeu-os no dia seguinte, com os anteriores. Alegria no xadrez, abraços, juramentos.

"Quarenta em total, em dois dias! Meu pai veio para a Justiça, como uma fera. Requereu Habeas Corpus e o justificou durante horas a fio aos olhos da judicatura vendida e acovardada. Cada qual tratou de tirar o corpo de fora. A Polícia provou que atuava por ordem da Justiça e esta declarou que seguia instruções do Governador. E o Governador? Mandou dizer a Carvalho Neto que obedecia diretrizes da Justiça Federal".³⁵

Era realmente uma justificativa que não convencia, muito menos a um advogado participante da oposição e conhecedor das tendências ideológicas e dos interesses do grupo que Eronides de Carvalho representava. E não obstante essa fuga à responsabilidade, todos ou quase todos participavam das representações sem constrangimentos. A polícia, chefiada por integralistas, exultava no cumprimento de ordens com rara dedicação. A justiça, sentinela da ordem e da propriedade, teorizava apontando para a gravidade do momento. O governador, enfim, esmerando-se em colaborador das instituições republicanas ameaçadas, aparecia como simples delegado ao tempo em que buscava colher os maiores proveitos políticos.

Em carta a Getúlio Vargas, a que já nos referimos, Eronides de Carvalho apresentava a sua versão dos fatos:

"... o deputado Anunciato Santos, filiado à corrente mainardista, nas vésperas do movimento, [a Inten^{ta}tona] sublevo^u os operários da fábrica de tecidos São Cristóvão, concitando-os à depredação e linchamento do seu gerente, além de, para manter em parede os proletários, fazer, em praça pública, comícios incitadores da anarquia. O mesmo deputado, an

teriormente, chefiou uma greve de caráter geral, nesta cidade, que, como a de São Cristóvão, não colimou os fins condenáveis que a motivaram, em virtude das providências enérgicas do Governo que garantiu, decididamente, a propriedade e a liberdade de trabalho. Conciente [sic] de sua responsabilidade no movimento de anar [sic] com que se procurou perder o Brasil, que teria percurtido [sic] em Sergipe se não fora a vigilância do seu Governo, tal ambiente extremista que me legou o meu substituído, o deputado mainardista Anunciato Santos desapareceu desta Capital, tanto que foi decretado o estado de Sítio."

"A organização e orientação dos extremistas em Aracaju deve-se ao chefe de Polícia do Major Mainard Gomes, bacharel Alceu Dantas Maciel..." ³⁶.

A essa altura, inícios de dezembro, já tendo tomado novas providências enérgicas com relação aos trabalhadores, restava, como grande objetivo do governo, desgastar a corrente liderada pelo ex-interventor Maynard, atribuindo a ele a responsabilidade do movimento, enquanto garantiu as suas ações organizatórias. É certo que alguns dos seus assessores, sobretudo Alceu Dantas Maciel, contribuíram realmente para mobilização dos proletários, mas não nas proporções que Eronides de Carvalho lhes quer imputar ³⁷.

Enquanto isso, nas prisões, as lideranças dos trabalhadores esperavam pela liberdade e nem sempre eram bem tratados ³⁸.

Os meses foram se sucedendo e nem todos conseguiam ser libertados, como prova o ofício do Diretor da Penitenciária Francisco Leite Neto, datado de 5 de junho de 1936, enviado ao Major chefe de Polícia, informando que se encontravam recolhidos dez cidadãos "todos por ordem e a disposição do Governador", sendo que somente seis deles tiveram situação legalizada através de ofício enviado ³⁹. Os demais continuavam sem ordem por escrito.

Com a Assembléia fechada, a imprensa restrita aos órgãos situacionistas e a Justiça enquadrada dentro dos interesses dominantes, a regularização jurídica da situação dos presos continuava irrelevante até cinco meses depois.

Entre os dez cidadãos presos, todos operários, se encontrava Anunciato José dos Santos, que teve seu mandato cassado. Para seu lugar foi eleito José Rodrigues Novais, funcionário da Imprensa Oficial, e "*pessoa indicada pelo governo*" ⁴⁰.

Com suas principais lideranças presas, os trabalhadores desarticulados e amedrontados não tiveram como reagir às pressões das forças situacionistas. Substituída a voz oposicionista dos trabalhadores na Assembléia, restava a Câmara de Vereadores da Capital, onde os situacionistas precisavam de adesões para eleger a presidência da Casa em 1936.

Foi a vez então dos estrategistas do governo entrarem em ação. Mandam soltar os dois vereadores, antes presos como comunistas. Por meio de pressões conseguem a adesão de um, João Claro dos Santos. O outro, Aurelino Menezes, resiste. Na eleição para a presidência da *Câmara Municipal*, em meio a ameaças, este compareceu àquela casa acompanhado pelo próprio Maynard, que permanece no prédio até o fim da votação ⁴¹. Mas, em outra ocasião, desacompanhado de qualquer autoridade de prestígio, é preso juntamente com seu suplente ⁴².

Em inícios de 1937, ainda sem contar com a maioria na Câmara, o governo autoriza a prisão de três trabalhadores. A oposição, além de ganhar a eleição, entra com pedido de *habeas corpus* e a Corte de Apelação concede. Mas os convites para depor prosseguem atingindo inclusive vereadores oposicionistas. O Presidente da Câmara comunica ao Ministro da Justiça estar sem reunir-se por falta de garantia. Contudo, isso de pouco adiantava. O próprio Ministério da Justiça, a essa altura, já estava informado pelo governador de que os trabalhadores que foram presos eram comunistas, fichados pela polícia ⁴³.

Fato semelhante ocorre com outro trabalhador da cidade de Propriã. Solto por *habeas-corpus*, quando um oficial do Exército ponderava o acatamento à determinação da Justiça, o governador ter-lhe-ia respondido: "*O juiz mandou soltar o preso... Já mandei prendê-lo como comunista!*".⁴⁴

Esses fatos mostram que, utilizando toda a máquina governamental num período de Estado de Sítio, prendendo e soltando trabalhadores a seu bel prazer, tentando cooptá-los de várias formas ⁴⁵, mesmo assim a subordinação das lideranças exigiu trabalho do governo, inclusive pelo apoio, por menor que tenha sido, de setores que não participavam do esquema situacionista ⁴⁶. O trabalho do governo não se tornou mais problemático porque contou com a adesão da hierarquia eclesiástica, que persuadindo os trabalhadores a se filiarem ao *Círculo Operário*, controlava-os e desorganizava-os. Firmava-se assim essa entidade com orientação religiosa como forte sucedâneo do movimento socialista até então conduzido pelo *Centro Operário*, sob influência de adeptos do comunismo.

Ainda no início de 1936, quando lideranças operárias amargavam a prisão, o *Círculo Católico* promovia uma semana operária e o governador comparecia acompanhado, inclusive dos deputados federais Barreto Filho e Amando Fontes, e pronunciava o discurso de encerramento.

Em sua oração o governador afirmou que o encerramento daquela semana dava-lhe "*oportunidade para se dirigir às classes trabalhadoras, definindo a posição exata do poder público em face das suas justas reivindicações*".

Eis o resumo de sua posição.

Reafirmou sua solidariedade "*com a reação levada a efeito no Brasil contra as idéias extremistas*" (...); considerou que "*a tentativa comunista, que recentemente pretendeu abalar as bases da nacionalidade, teve por efeito revigorar a tradição cristã brasileira e precipitar todas as reservas morais do país na salvaguarda de nossa civilização*";

qualificou aquele momento como propício para restabelecer as bases de uma organização social estável, julgando que se estava *"no início de uma nova era em que as classes trabalhadoras deverão ingressar com um espírito de confiança e de amor, e as classes dirigentes com a inteligência esclarecida e o coração purificado no propósito sincero de imprimir um novo rumo à vida brasileira"*.

Dentro desse contexto, o *Círculo Operário Católico de Sergipe* era visto como o iniciador dessa *"obra de largo alcance"*.⁴⁷

De forma clara ou dissimulada estavam aí alguns dos principais traços da ideologia oficial: o perigo das idéias extremistas (representadas apenas pelo comunismo); o momento propício à constituição da nova organização social, certamente a partir do autoritarismo em ascensão; a harmonia entre as classes, tão conveniente à manutenção da estrutura de dominação; o nacionalismo por oposição ao universalismo socialista e a doutrina cristã explorada como força moral contra a luta de classes.

Assim, para quem não se enquadrasse nessa orientação, as repressões se tornavam justificadas. Como guarda da civilização ameaçada, o governo não poderia tolerar minorias discordantes. A sociedade não comportava pluralismos. Qualquer manifestação divergente era interpretada como atentado ao Estado.

Dentro dessas tendências ideológicas que se tornavam predominantes, facilitadas pela irrupção e derrota da Intentona Comunista de novembro de 1935, o movimento dos trabalhadores, que caminhava em busca da autonomia foi reprimido e, não obstante alguma resistência, terminou subjugado.

No segundo semestre de 1937, quando algumas iniciativas voltaram a florescer no bojo das agitações em torno da campanha à presidência da República, veio o golpe de 11 de novembro e nasceu o Estado Novo. Resta saber para quem...

RESUMO II

Com a mudança de governo em abril de 1935 em Sergipe, a fração açucareira volta a controlar o aparelho de Estado. Mas, encontra embaraços no exercício de direção política. Já não há o consenso peculiar da Primeira República. Na conjuntura 1930/34, marcada de crise de hegemonia, enquanto o Estado se modernizava, a sociedade civil se tornava mais mobilizada politicamente, acentuando a polarização entre as classes. Dentro desse novo quadro, o exercício da hegemonia encontra consideráveis dificuldades. Até dentro do bloco governante surgem outros problemas, resultando no rompimento da coalizão, concretizado com o afastamento do grupo do PSD, que de aliado passa a reforçar o movimento oposicionista, que até então era representado sobretudo pelos adeptos de Maynard.

Enquanto isso, os trabalhadores que foram adversários políticos da *União Republicana* na campanha de 1934 prosseguem utilizando o espaço político possível, participando de campanhas de nível nacional (ANL) e ampliando sua influência política em instituições de representação popular (Assembléia e posteriormente Câmaras Municipais), ao tempo em que combatiam o *Integralismo*.

Num fogo cruzado de críticas dos grupos oposicionistas (da classe dominante, dos estratos médios ou das camadas dos trabalhadores urbanos), através da imprensa, dos discursos nos centros de representação, nos órgãos de classe e nas ruas, o governo representante da fração açucareira encontra nas tendências direitistas de âmbito nacional as justificativas ideológicas e as estratégias de ação. As repressões contra a *Aliança Nacional Libertadora* e a *Liga Fascista e Antiquerreira* representam os primeiros ensaios no sentido de deter os movimentos de organização popular. Mas quando tais operações se manifestam ineficientes, para conter inclusive os movimentos grevistas, rebenta a Intentona e proporciona aos governos nacional e local o pretexto singular de operar a desmobilização dos movimentos populares. Presas as principais li

deranças, empenham-se as forças dominantes em desenvolver, paralelamente ao movimento repressor, o trabalho de persuasão configurado através de sistemática campanha doutrinária, no sentido de conseguir maior legitimidade. Os movimentos populares parecem então ter caído em suspeição. Na busca de sucedâneo, a Igreja, tradicional aliada da fração açucareira, nos pleitos e nas campanhas doutrinárias aparece com o *Círculo Operário*, que desempenha eficaz papel controlador e desorganizador dos trabalhadores urbanos.

Apesar desse quadro favorável ao avanço ideológico das forças situacionistas, o sucesso é limitado. Assim que a censura é suspensa, despontam grupos oposicionistas, destemidamente explorando contradições insuperáveis, enquanto os principais líderes dos trabalhadores resistem com sacrifícios pessoais à cooptação. Dentro desse processo, quando as forças oposicionistas voltavam a trazer dificuldade ao grupo situacionista, veio o golpe de 1937 e liquidou com o que restou de novembro de 1935.

O interregno constitucional (1935/37) evidenciou as mudanças por que passaram o Estado e a Sociedade, no período anterior 1930/35. O arranjo anterior nas relações de dominação manifestou-se ineficaz. A fração açucareira revelou-se impotente para conseguir isoladamente um projeto político hegemônico. A diversificação social exigia a participação de novos parceiros nos pactos de dominação, parceiros mais receptivos às mudanças psico-sociais operadas pelo movimento de 1930.

Sem sucesso em absorvê-los num projeto político consensual, a fração açucareira, através de seus representantes, é levada a utilizar o aparelho de Estado, tentando como que reconquistar a hegemonia à medida que fosse neutralizando as lideranças oposicionistas pela repressão. Mas entre uma fresta e outra de liberalismo, retornam forças oposicionistas a questionar sua dominação coercitiva.

Dentro dessa postura, o regime autoritário em toda a sua plenitude foi aparecendo como a alternativa conveniente para recuperar a influência perdida.

Notas

1. Cf. *A Luta* , 4.9.34, p. 4.
2. *Diário Oficial* , 28.2.35.
3. *O Estado de Sergipe*, 30.3.35.
4. José Nunes da Silva, entrevista ao autor, 11.11.80.
Voz do Operário, 13.7.35.
 Ver também *Diário da Tarde*, 30.8.35 - O principal representante da ANL em Sergipe era Heráclito Rocha, funcionário público.
5. Segundo foi noticiado, no referido pleito houve cabala, dinheiro, interferência oficial, mas o candidato eleito não foi o recomendado - *Voz do Operário*, 4.8.35.
 Ver também, *Diário da Tarde* , 1.10.35.
6. Cf. José Nunes da Silva, entrevista ao autor, 15.1.78.
7. *Diário da Assembléia*, 9.10.35.
8. *Diário da Assembléia*, 2.10.35.
9. Cf. *Diário da Assembléia*, 2.10.35, 11.10.35, 10.11.35 , 30.11.35.
10. Cf. Antonio Camarão, *Côrrreo de Aracaju*, 29.7.37.
11. Há quem diga que esses movimentos grevistas tinham, entre seus objetivos, treinar os trabalhadores para a greve geral que se esperava com o movimento a ser deflagrado sob a iniciativa do PCB-Conf. José Nunes da Silva, entrevista ao autor, 11.10.80.
12. *Voz do Operário*, 2.11.35.
13. Idem, 9.11.35.
14. Cf. Pedro Amado, in *O Estado de Sergipe*, 20.11.35.

15. Ver José Ibarê Costa Dantas, ob. cit.
16. Cf. Ralph Della Cava - Igreja e Estado no Brasil do Século XX, in *Estudos Cebrap* 12, São Paulo, Edt. Brasileira de Ciências Ltda, 1975.
17. As relações da hierarquia da Igreja com a interventoria Maynard não foram das mais calorosas. Além de não recomendar ao eleitorado católico os candidatos do partido apoiado pela interventoria, outros incidentes revelaram certo distanciamento.
18. *A Cruzada*, agosto e setembro, 1935.
19. *A Cruzada*, 12.7.36.
20. Cf. Primeiro Manifesto do Circulo Operário de Sergipe ao Povo Sergipano in *O Estado de Sergipe*, 14.8.36.
21. *A Cruzada*, 15.12.35.
22. Idem, 14.11.37.
23. Idem, 7.7.35.
24. *Diário da Tarde*, 1.7.35.
25. Alguns membros do governo não escondiam suas simpatias pelo *integralismo* e o próprio Eronides Ferreira de Carvalho deve ter visto com agrado a ação dos integralistas, sobretudo por combater as forças populares que lhe faziam oposição.
26. *Voz do Operário*, 6.7.35.
27. Idem, 6.7.35.
28. Idem, 9.11.35.
29. Eronides Ferreira de Carvalho, carta a Getúlio Vargas, 2.7.35 já citada.
30. Segundo foi noticiado, o chefe de polícia mandou fechar

a Frente Única porque combatia o integralismo do qual um dos simpatizantes era o Chefe de Polícia, Abelardo Cardoso, *membro proeminente do Centro D. Vital*. Cercou apáratosamente o Centro Operário no dia 14 de julho às 15 horas, levando parte do Arquivo do Centro, depois de ter insultado os Presidentes dos Sindicatos de Classe que ali estavam reunidos, juntamente com membros da Aliança Proletária. Mandou prender Heráclito Rocha, presidente da Aliança Nacional Libertadora e líder de estima dos operários de Sergipe. *Diário da Tarde*, 1.8.35.

31. *Voz do Operário*, 9.11.35.
32. *O Estado de Sergipe*, 20.11.35.
33. Ver *Diário Oficial*, 21 a 30.11.35, onde consta a versão oficial do movimento e as providências tomadas etc.
34. *O Estado de Sergipe*, 18.6.37.
35. Paulo de Carvalho Neto - *Um Precursor do Direito do Trabalho*, Belo Horizonte/MG, Edições Brasileiras de Estudos Políticos, 1964, p 126/7.
36. Eronides Ferreira de Carvalho, carta a Getúlio Vargas, 5.12.35, CPDOC/FGV, ref. gv. 35.12.05.
37. Por ocasião da Intentona Alceu Dantas Maciel fugiu e posteriormente foi preso no Rio de Janeiro - Ver *O Estado de Sergipe*, 24.12.35.
38. A crer-se em declarações de uma das vítimas os presos passaram por vários padecimentos. Desde a alimentação ruim ou escassa, dormida no chão, chegando a sofrer torturas, tais como o enterramento até o pescoço para confessar; baionetas nas nádegas até sangrar, correr num pequeno quarto incessantemente até cair, ameaças de transportá-los para Fernando de Noronha, retirada da cela quando algum navio apitava para

um embarque que nunca ocorria, passeios pelo ma
to sob a mira de fuzis . O tratamento melhorou quan
do os presos passaram ao controle de Leite Neto, dire
tor da Penitenciária. Cf. José Nunes da Silva, entre-
vista ao autor em 15.1.1978.

39. Os cidadãos citados eram: José Anastácio, José Marques de Oliveira, Julio Bispo dos Santos, Anunciato José dos Santos, João Almeida, Manoel Mota, José Nunes, Venceslau Brabech, João Vieira de Aquino e Aquilino Massena SPI, 142 - APES.
40. *Correio de Aracaju*, 18.6.37.
41. Cf. Luiz Garcia, discurso reproduzido in *Correio de Aracaju*, 21.12.36; Ver também Augusto Leite - discurso respondendo a Leandro Maciel que por sua vez o aparteia, in *O Estado de Sergipe*, 18.6.37.
42. Cf. Leandro Maciel, discurso no Senado in *Correio de Aracaju*, 22.5.37.
43. Idem, ibidem.
44. Cf. Leandro Maciel, discurso no Senado in *Correio de Aracaju*, 17.6.37.
45. Nas tentativas de cooptação até José Nunes da Silva, des-
tacado líder dos trabalhadores, teria sido contatado
através do secretário geral, Julio Cesar Leite que lhe
teria oferecido emprego na Recebedoria para ele e adi-
reção do Grupo Escolar para a esposa, caso viesse a a-
derir a situação.
Cf. José Nunes da Silva, entrevista ao autor em 11.11.
1980.
46. Entre esses setores estavam grupos ligados aos partidos o-
posicionistas, funcionários públicos e estudantes que
participavam das reuniões do **Centro** e atuavam ao lado
dos trabalhadores, tornando-se também vítimas das re-
pressões, como ocorreu com os membros da Diretoria da

União Democrática Estudantil de Aracaju, detidos a man
do do governador, executor do Estado de Guerra em Ser
gipe.

Cd. Ofício de 23.10.37 de Eronides Ferreira de Carva-
lho ao Presidente da comissão incumbida de superinten-
der a Execução do Estado de Guerra no território na-
cional - Gl. 148 - APES.

47. *O Estado de Sergipe*, 21.1.36.

4. O CONTROLE ESTABELECIDO (1937/45)

4.1. O Controle Repressivo - Eronides de Carvalho (1937/41)

O golpe de Novembro de 37 representa como que o triunfo das idéias anti-liberais que vinham prosperando de muito, estimuladas inclusive pela ascensão dos regimes autoritários em vários países do Ocidente. Como assinalou Boris Fausto,

"o regime de 1937 deita raízes na crise de hegemonia que se abre com a crise mundial e a Revolução de 1930; Ele não é uma saída necessária - já contida de alguma forma nos acontecimentos - para esta conjuntura. Representa porém uma das respostas possíveis à grande instabilidade daqueles anos".¹

Pelo visto no capítulo anterior, pode-se concluir que em Sergipe o golpe, pelo menos de imediato, veio corresponder aos interesses da fração açucareira, embora os fatos revelassem novas faces, talvez inesperadas para seus representantes.

O período (1937/45) vai ser marcado pela sucessão de três interventores no governo do Estado. Eronides de Carvalho permanece até julho de 1941, o capitão Azevedo o substitue, dirigindo o Estado até março de 1942, quando se processa a volta de Maynard, que assiste à queda do regime ditatorial.

Poder-se-ia dizer que esses três interventores correspondem, em linhas gerais, a momentos diferentes do período autoritário. O primeiro vive como que o fastígio do regime, com a exacerbação doutrinária beirando as raías do totalitarismo.

O segundo representa o interregno que separa o fastígio do declínio mais ou menos evidente, vivido pela gestão de Maynard (1942/45).

Dos três interventores, nenhum demonstrou tanto entusiasmo com a nova ordem como Eronides de Carvalho. Sua adesão decidida ao golpe de Estado chegou a ser citada como exemplo nacional.² O ardor com a ordem autoritária foi demonstrado em várias ocasiões. Desde quando Negrão de Lima percorreu o Nordeste, consultando governadores sobre "*o plano de reforma constitucional*", Eronides de Carvalho deu a ele todo seu apoio.³ Apesar disso, o Presidente da República toma conhecimento de que Eronides de Carvalho teria avisado do golpe a Juracy Magalhães,⁴ fato que é veementemente negado pelo governante sergipano, em cartas a Vargas e a Lourival Fontes, e que parece não lhe ter trazido grande desgaste.⁵ Haja vista ter sido empossado interventor quatorze dias após o golpe, como recompensa a essa solidariedade à nova ordem legal.

O ocorrido por certo foi absorvido pela Presidência, mas contribuía para que o interventor de Sergipe, com mais razões, se esmerasse, a fim de demonstrar fidelidade à orientação política do Poder Central.⁶

Com a emissão do decreto-lei de 2/12/37, que dissolvia os partidos políticos, esse interventor aproveita do ensejo e, com o pretexto de comunicar a extinção do Partido União Republicana de Sergipe, reiterou a sua adesão:

"quero consignar minha perfeita identidade com o Estado Novo criado na carta de 10 de novembro que V. Excia. houve por bem outorgar ao Brasil". [...] "estou pronto a obedecer disciplinadamente as ordens que V. Excia. determina como chefe Nacional do Partido União que será uma instituição fundamental do Estado Forte criado pelo insigne presidente".⁷

Sem dúvida, poucos governadores devem ter recebido a notícia do golpe com mais agrado do que Eronides de Carvalho. Primeiro, porque estava identificado com as tendências mais autoritárias e repressivas que vinham se desenvolvendo no inter

regno liberal-constitucional, segundo, porque se encontrava acusado por grupos oposicionistas que na Assemblêia Legislativa preparavam o seu *impeachment*. Desse modo, quando a situação lhe parecia adversa, eis que surge a alternativa da "*nova ordem legal*". É compreensivo, portanto, o entusiasmo que o avassala a ponto de no primeiro aniversário do golpe afirmar:

*"nenhum Estado da Federação poderia ter sido melhor servido com o feliz golpe de 10 de novembro que Sergipe, onde as dissensões e os interesses de grupelhos pretendiam criar obstáculos intransponíveis aos altos interesses da pública administração."*⁸

Realmente, "o feliz golpe" veio remover "obstáculos intransponíveis", inclusive calar os "grupelhos" oposicionistas, em proveito da facção que o apoiava. De certo modo, era uma situação semelhante a 1935, após as insurreições comunistas de novembro. Contudo, dois anos depois o momento se apresentava muito mais favorável ao grupo que controlava o aparelho de Estado. Em 1935 o governador precisou solicitar, por carta ao Presidente da República, para transferir funcionários e nomear outros. Agora a legislação ampliava os poderes do chefe do executivo estadual, como o artigo 27, que tornava o prefeito de livre nomeação do governador do Estado. Baseado nesse dispositivo, o interventor nomeava, em fins de novembro/37, cerca de 25 prefeitos. Estavam incluídos entre estes os principais chefes políticos do setor açucareiro, tais como Gonçalves Kolemberg do Prado, proprietário da Usina Pedras, para Maruim; Ariovaldo Barreto, da Usina São José do Junco, para Capela; Aldebrando Franco de Menezes, da Usina Boa Luz, para Laranjeiras. Além desses, com a razão social da Usina em seu nome, havia outros de conhecidas famílias de usineiros, tais como José Sobral Garcez, para Itaporanga; Francisco Leite Filho, para Riachuelo; Otávio Acyoli Sobral, para Japaratuba.⁹ Os demais, (boa parte dos quais ligados à pecuária) eram integrantes ou conhecidos simpatizantes da *União Republicana de Sergipe*, que embora extinta com a emergência do Estado Novo, seus membros haviam alcançado a prefeitura sem a consulta popular.

Ao lado da nomeação dos prefeitos, em municípios onde os titulares não mereciam grande confiança, processou-se a renova

ção dos quadros do funcionalismo público. Aproveitando o disposto no artigo 177 da Constituição, que lhe dava poderes, dentro do prazo de 60 dias da sua outorgação, para aposentar ou reformar funcionários civis e militares, "*no interesse do serviço público ou por conveniência do regime*", o governo demitiu numerosos servidores em Sergipe, entre os quais agentes fiscais, juizes, guardas de mesa de renda, subinspetor da guarda civil, enquanto nomeava vários outros, inclusive escrivães e tabeliães.¹⁰

Com o Legislativo fechado, o Judiciário debilitado diante de uma legislação que armava o Executivo de poderes amplos, os partidos dissolvidos, os prefeitos nomeados, o quadro do funcionalismo depurado em função dos interesses da interventoria, a imprensa sob censura rígida e os grupos oposicionistas impotentes, o circuito do controle parecia inteiramente fechado. O único setor que não se submetia ao controle da interventoria era a guarnição do 289 BC, enquanto esteve sob o comando de Maynard, que permaneceu no posto até setembro de 1939.

Ademais, para quem dispunha de tanto controle sobre a sociedade, apoiado pela fração dominante mais representativa em termos econômicos e tendo em mãos amplos poderes coercitivos, o trabalho de persuasão se tornou proveitoso, sobretudo pelo aparato do sistema a nível nacional. A interventoria engajou-se então com todo ardor na campanha de doutrinação nacional, de onde provinham as orientações doutrinárias mais refinadas e desenvolvidas, justificadoras do regime autoritário.

A partir do golpe, abundam as matérias oficiais explicando as causas do Estado Novo e suas finalidades. A tônica mais comum expressa nos boletins do *Departamento Nacional de Propaganda* girava em torno da idéia de que o novo regime viera afastar da Pátria as ameaças que pesavam sobre a integridade do povo brasileiro. Com efeito, aludia à ineficácia das instituições liberais e enaltecia a missão do novo regime de organização da vida nacional, em todos seus aspectos. Ao lado da divulgação da filosofia do regime, foi se desenvolvendo também o trabalho apologético a Vargas, sempre qualificando sua personalidade e sua obra com abundantes adjetivos, ao tempo em que exigiam variadas homenagens. Já em agosto de 1938, o Departamento Nacional de Propaganda solicitava ao interventor a "*iniciativa*

de recomendar aos prefeitos municipais" a fim de "dar o nome do Presidente Getúlio Vargas a uma das principais avenidas ou ruas de todas as localidades do Estado".¹¹

Mas, interferências dessa natureza não eram atribuídas apenas ao *Departamento Nacional de Propaganda*, havia Ministério que também se esmerava em promover o nome de Vargas e do regime e, por vezes, descendo a detalhes mínimos.

Por ocasião das comemorações de 19 de maio de 1939, por exemplo, toda a programação para Sergipe cumprir foi estabelecida pelo *Ministro do Trabalho, Interior e Comércio*, Walde^umar Falcão, que especificou desde a hora do início quem deveria participar e como, até a forma do encerramento.¹²

Integrado nesse movimento nacional, o governo local empregava toda dedicação. Boletins oficiais se intensificam sobretudo a partir de fevereiro de 1939, com a criação do *Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe*, que em junho de 1941 era transformado em *Departamento de Imprensa e Propaganda* de conformidade com as orientações nacionais.

Além da profusão de notas oficiais publicadas pelos jornais de origem nacional e local, a propaganda ainda mais se intensificou com a concessão, feita pelo *Ministério de Viação e Obras Públicas*, de uma estação radiofusora em fins de 1939.¹³

Mas o trabalho de persuasão não se limitava a informações doutrinárias elaboradas pelos intelectuais vinculados aos órgãos de propaganda oficial. Ao lado desse aspecto, havia todo um trabalho de cooptação no sentido de envolver a sociedade civil nos movimentos promovidos pelo Estado. Já em dezembro de 1937, "teve efeito a passeata cívica promovida pelas classes trabalhistas e o povo de Aracaju em homenagem" a Vargas e ao interventor, conforme dizia a nota oficial, quando, segundo a mesma fonte, os participantes "proferiam entusiásticos vivas aos ilustres homenageados e ao Brasil".¹⁴

Ao lado de passeatas, se promoviam palestras, geralmente em torno de temas ligados a figuras das Forças Armadas

ou datas históricas, considerando-as como atos de civismo.

Nunca Sergipe assistiu a tanta exploração de civis mo como no Estado Novo. No mês de abril então era um verdadei ro festival: no dia 2 comemorava-se o aniversário da adminis tração do interventor, em seguida era lembrada a posse do pre feito, no dia 19 a data natalícia do Presidente da República, quando também se comemorava o dia da juventude e, no dia 25, o aniversário do interventor. Agosto, setembro e novembro eram também meses de várias comemorações cerimoniais. Como se es ses dias fossem insuficientes, criou-se de 27 de março a 19 de abril de 1939 a chamada *Semana Eronides Carvalho*, quando cerca de quinze oradores representantes de vários setores da socieda de apresentaram seus discursos ao microfone da PYD-2, Rádio Ape ripê. O Bacharel João de Araújo Monteiro explicou a doutrina do Estado Novo, o poeta J. Góis Duarte, "*penetrou no fundo da personalidade do interventor*", João Claro dos Santos, o "*operá* rio ordeiro e culto", falou pelos trabalhadores. E assim foram se sucedendo as personalidades de destaque até o encerramento realizado por Eronides de Carvalho, em banquete no Palácio.¹⁵

Faziam parte da programação dessas solenidades, por vezes, inaugurações de obras governamentais.

Embora o período do Estado Novo correspondesse a de clínio da produção algodoeira e relativa estagnação do setor açucareiro, as reformas tributárias efetuadas por volta de 1936, entre outros fatores, resultaram em crescimento da receita do Estado, conforme pode ser avaliado pelo quadro seguinte.

Quadro I

RECEITA ARRECADADA E DESPESA REALIZADA PELO ESTADO DE SERGIPE
(1930/45)

Anos	Receita Arrecadada (Cr\$)	Despesa Realizada (Cr\$)
1930	7.623.000	7.643.000
1931	8.444.000	8.109.000
1932	7.842.000	8.965.000
1933	7.722.000	8.465.000
1934	9.713.000	8.789.000
1935	12.734.000	11.820.000
1936	13.915.000	13.420.000
1937	15.319.000	15.572.000
1938	14.783.000	14.858.000
1939	16.823.000	17.511.000
1940	20.294.047	19.009.789
1941	20.049.357	18.642.406
1942	24.083.801	22.909.898
1943	30.969.985	30.383.000
1944	41.203.237	38.837.197
1945	41.634.940	49.122.398

FONTE: *Sergipe Econômico e Financeiro*, p. 199

Facultada pelo crescimento das rendas tributárias a interventoria pôde realizar várias obras, entre as quais se destacam as ligadas ao setor de saúde, como um centro a que foi denominado Palácio Serigi, Hospital Infantil, casa para psicopatas, e cercro para menores abandonados e delinquentes.¹⁶ Ao lado dessas, ampliou a rede de estradas, construiu escolas, reformou a Biblioteca Pública, para ficar nas realizações mais significativas, sem que justificassem os termos grandiloquentes da propaganda oficial, que considerava *"impressionante o surto progressista de Sergipe"*,¹⁷ e muito menos a qualificação de *"Renascença Sergipana"*.¹⁸

Dentro da órbita administrativa, um órgão que está a merecer consideração é o *Departamento Administrativo do Estado*, criado por Decreto-lei federal de abril de 1939. A literatura tem atribuído aos *"daspinhos"* papel de grande destaque. Já houve até quem afirmasse que *"o presidente do 'daspinho' era usualmente mais poderoso que o interventor"*.¹⁹

Embora sem conhecer a experiência dos demais Estados, somos levados a relativizar a importância política do *Departamento Administrativo em Sergipe*. Mesmo sem empreender estudo específico sobre o tema, tendemos a afirmar, baseado em alguns depoimentos,²⁰ que pelo menos até julho/41, seu papel restringiu-se quando muito a um trabalho precário de ordenamento da administração. Quanto às atribuições do *Departamento* junto ao interventor e prefeitos, embora o regimento interno do citado órgão estabelecesse competências relativamente amplas, não foi encontrado nenhum indício de que seu presidente teria disputado autoridade com o interventor, no âmbito estadual ou com os prefeitos na área municipal.

Tudo indica que seu papel executivo tendeu a permanecer em letra morta. O fato de seus membros serem nomeados pelo Presidente da República tinha pouco significado, quando se sabe que os nomes eram indicados pelo interventor entre o pessoal de sua confiança.

Da mesma forma, não se deve superestimar sua contribuição ao processo de autonomização do Estado em face da influ

ência da sociedade civil, especialmente diante da classe dominante. Aliás, nenhum setor se beneficiara tanto do Estado Novo, quanto a classe dominante. No ambiente de censura, sem que os setores dominados pudessem se manifestar, esta classe aproveitou-se convenientemente da situação, como soe ocorrer em todas as conjunturas semelhantes.

A fração açucareira que fora o sustentáculo da campanha eleitoral que levou Eronides de Carvalho ao governo em 1935 predominou em toda fase do interregno constitucional-liberal, sem no entanto recuperar a hegemonia que gozará antes de 1930.

Com o golpe de 1937, os representantes do setor açucareiro devem ter alimentado expectativas no sentido de reconquistarem o controle não apenas político e econômico, mas também ideológico. Pelo menos de início a situação se lhes manifestou favorável. Já foi visto como alguns dos seus próceres se tornaram prefeitos, aumentando assim sua influência sobre o interior. Mas com o decorrer do tempo, à medida que a interventoria participava do quadro mental do sistema, ou seja, da ideologia autoritária do Estado Novo, ia diminuindo a dependência com relação aos chefes da oligarquia açucareira. Um indício disso é o secretariado da interventoria, que vai se tornando menos vinculado aos chefes políticos da ex-*União Republicana de Sergipe*. É certo que não se observa nenhum rompimento com as forças políticas da agremiação que lançou sua candidatura, nem mesmo hostilidade com referência aos seus correligionários.²¹ Apenas as relações políticas da interventoria com diversas frações dominantes se tornam mais abertas, ou seja, menos partidárias (*URS*), atraindo alguns grupos representantes do coronelismo tradicional que apoiaram Maynard, como foi o caso dos Brito de Propriã, onde Hercílio Britto voltou a ser prefeito a partir de julho de 1939.²² Enquanto isso, o mais influente chefe político de Capela, o usineiro Ariovaldo Barreto, deixava a prefeitura em março de 1939.²³

Isso não significava que a interventoria deixasse de se empenhar pelos seus interesses. Longe disso. Se durante

a gestão do interventor Maynard, este jamais deixou de se bater pelo progresso do setor açucareiro (mesmo nos momentos de maior incompreensão entre as partes) com mais razão seria prestigiado por um governo correligionário. Desse modo, a interven-toria concede empréstimos aos produtores de açúcar,²⁴ partici-pa de memorial enviado à Presidência da República ao lado dos interventores de Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, visando estabilização dos preços²⁵ e assim por diante.

Apesar de tudo, não consegue que a fração açucarei-ra supere com facilidade sua crise. Luiz Dias Rolemberg, repre-sentante dos usineiros junto ao IAA²⁶, em meados de 1940 atri-buía a difícil situação que afetava os produtores aos seguintes motivos: altos custos proporcionados pelo salário m^ínimo, altos impostos, altos fretes, precariedade das máquinas e a baixa produtividade.²⁷

Certamente alguns desses elementos concorriam para reduzir o índice de acumulação, entre os quais os fretes, a qua-lidade da maquinaria e a baixa produtividade, mas realmente o governo local pouco poderia fazer. O setor se organiza em sindicato, solicita favores especiais ao Presidente,²⁸ cria coope-rativa, mas não consegue mais do que minorar os problemas. A situação ainda tenderia a se agravar com a crise de transportes a partir de 1939. Enquanto isso, a interventoria assiste impotente, mas também sem grandes pezares, às dificuldades de um setor que fora tão próspero e poderoso politicamente.

Caso semelhante vai ocorrer com o algodão. Diferente apenas por alguns agravantes. O declínio se processa com grande evidência e o governo é acusado de ter concorrido para tal, com a instituição do sistema de classificação das espécies, im-pondo altos tributos a tipos aclimatados e estimulando o plantio de fibras que não se adaptariam ao Estado.

Enquanto isso, a criação de gado bovino ia se impon-do como alternativa promissora, e o interventor se manifestando sensível aos pecuaristas não apenas pela quantidade dos seus representantes, como também até por corresponder a interesses da própria família.²⁹

Em referência às demais frações da classe dominante, entre as quais a dos comerciantes e a dos industriais, as relações de modo geral podem ser consideradas harmoniosas. A ausência de greve, ou qualquer movimento contestatório, a propaganda de conciliação entre as classes,³⁰ tema várias vezes reiterado, só poderiam proporcionar regozijos a todos os setores dominantes, embora individualmente haja casos de descontentamento, provenientes do tratamento diferenciado que o interventor dispensava a certos grupos mais ligados ao Estado.

Quanto ao relacionamento da interventoria com os extratos médios, não foi dos mais felizes. Logo após o golpe de 1937, foi possível receber congratulações entusiásticas, especialmente de seus correligionários de tendências direitistas, sobretudo integralistas ativistas. Mas com o levante frustrado em maio de 1938, a interventoria, diante de determinações oficiais provenientes do Centro, foi obrigada a mandar prender, constrangida ou não, diversos integralistas que apoiaram a *ex-União Republicana de Sergipe* em 1934/35, envolvendo aí, não apenas membros das camadas médias, mas até comerciantes e banqueiros.

Nessa ocasião, vários setores da sociedade acorreram ao Palácio a fim de apresentarem, por intermédio do interventor, manifestação de solidariedade ao Chefe da Nação pelo ocorrido. Entre esses setores, compareceram numerosos trabalhadores urbanos, tendo à frente o Delegado do Trabalho, Costa Filho. Em seu discurso de agradecimento, Eronides de Carvalho aproveitou o ensejo para condenar os extremistas "*verde e vermelho*".³¹ Flexível e pragmático, demonstrava inteira identificação com as diretrizes ideológicas do Estado Novo em todas suas trajetórias.

Depois, a campanha de doutrinação sistemática de louvação ao regime autoritário continua, e não deixa de encontrar simpatias de segmentos dos setores médios, inclusive intelectuais, mas tudo indica que numa abrangência mui limitada.

Mesmo dentre o funcionalismo, depurado pelo artigo 177 e submetido à camisa de força, era necessário convocar al

guns de seus membros para recepção do interventor:³² e ainda assim nem sempre todos compareciam, levando o Diretor do DEIPD a emitir portaria repreendendo os desobedientes.³³

De qualquer forma, sendo os estratos médios tradicionalmente acomodados e agora imersos numa ordem autoritária sem prever o seu término, é possível que com entusiasmo ou ceticismo tenham procurado conviver sem grandes demonstrações de heroísmo.

Embora sejam relativamente escassas as informações sobre as relações entre a interventoria de Eronides de Carvalho (1937/41) e os trabalhadores urbanos, os poucos dados existentes permitem com certa segurança extrair algumas relações substanciais.

Se durante a fase constitucional liberal 1935/37, ficou demonstrada a hostilidade do governo em relação às lideranças mais representativas dos trabalhadores, através da repressão, atingindo índice jamais encontrado em tão curto período, não seria o golpe do Estado Novo que iria modificar os ânimos das partes envolvidas.

Consciente então da impopularidade de que gozava no seio dos trabalhadores, a principal diretriz política seguida pela interventoria foi utilizar algumas lideranças cooptadas, ligadas aos sindicatos, engajando-as direta e formalmente nas cerimônias oficiais, a fim de "mostrar" que o regime possuía respaldo popular. Neste aspecto, a orientação cumpriu seu papel, contando sobretudo com a intermediação do Delegado do Trabalho Costafilho. Com a mesma desenvoltura que estimulara os trabalhadores a reivindicações trabalhistas no tempo de Maynard, agora tentava enquadrá-los no círculo fechado do Estado Novo. Apenas já não dispunha do número de seguidores de ontem.

Sem imprensa própria, com seus órgãos de classe abertos formalmente, tendo por "representantes" os confiáveis da interventoria, a movimentação reivindicatória dos trabalhadores cessou, restando apenas a participação em recepções de autoridades indicadas e nas passeatas rigorosamente prescritas

pelos setores do governo. Além disso, restava apenas o *Círculo Operário*, sob a direção do padre João Moreira Lima, com as mesmas práticas de controle e as tendências autoritárias direitistas da fundação. Para esse grupo, o Estado Novo era o regime sonhado desde o início de sua fundação. Pregando a conciliação das classes, o anticomunismo visceral e o autoritarismo elitista, sobreviveu às restrições ao *integralismo* e continuou vicejando pelo Estado Novo a fora.

Ainda em agosto de 1938, realizava congresso e informava-se que mais de 800 pessoas teriam participado do encontro.³⁴

Quanto às lideranças que até 1935 lutaram pela ampliação dos direitos dos trabalhadores, raras se deixaram cooptar. A grande maioria literalmente conseguiu sobreviver de perseguida a marginalizada, silenciosa, mergulhada no anonimato, mourejando em suas profissões ou emigrando.

Dessa forma, a interventoria se relacionou com os diversos grupos sociais. Em relação ao período constitucional-liberal, conseguiu diminuir laços de dependência da oligarquia açucareira, enquanto assimilava as diretrizes do sistema autoritário. Tornou-se menos partidária na medida em que absorveu influências de grupos políticos que não haviam participado da *ex-União Republicana*.

Admitindo que tenha diminuído a subordinação à fração açucareira, tudo indica que o interventor mais se aproximou de outras frações, sobretudo dos pecuaristas, ao tempo em que reforçava o aparelho de Estado através da concentração de poderes em mãos de sua autoridade pessoal. Não obstante tentar repetir a personificação do poder que se processava a nível nacional, com a figura de Vargas, tornou-se Eronides de Carvalho o principal alvo das manifestações oposicionistas do Estado.

Com os principais redutos oposicionistas extintos, partidos abolidos, Assembléia fechada e a imprensa censurada, a oposição coube descobrir ou criar canais adequados ao sistema autoritário.

No âmbito da imprensa, apenas dois jornais sobreviam sem compactuar de todo com a situação vigente, o *Correio de Aracaju* e o *Sergipe Jornal*. O primeiro, porta-voz do ex-PSD, era o menos disposto a concessões, representando como que o "de fensor das liberdades democráticas". Apesar de submetido a rígorosa censura, censura essa realizada até dentro do próprio Palácio do governo, tentou fugir ao figurino oficial, selecionando matérias que se contrapunham ao autoritarismo vigente e tentando divulga-las na medida do possível.

Já o pessoal do *Sergipe Jornal*, da facção dos herdeiros do ex-presidente Pereira Lobo, dedicou-se a ocupar seus espaços de primeira página com o desenvolvimento da guerra, como que ignorando a política interna, sem deixar de vez por outra sugerir discordância da orientação oficial.

Tudo indica, no entanto, que ambos os órgãos tiveram reduzida eficácia no seu trabalho de destruir a estrutura ideológica predominante, pelo limitadíssimo espaço que a situação lhe reservava.

Como os órgãos de intermediação entre o Estado e as classes perderam terreno, as denúncias diretas à Presidência da República passaram a encontrar ressonância. A esse expediente lançaram mãos várias figuras, entre as quais se destacavam Maynard e alguns de seus adeptos. Como seus signatários não abominavam o regime, podendo até ser considerados como inseridos no sistema, e documentavam suas acusações, passaram a ser ouvidos pela burocracia do Poder Central, que não raro interpelava a interventoria sobre a procedência de fatos revelados.

Como exemplos, podem ser citados pedido de informações do Ministro da Justiça sobre compra de fazenda; fornecimento de gado a matadouro de modo irregular; a utilização de terrenos de órgãos públicos para permanência de gado da família do interventor, sobre doações de passagens da Via Férrea, conforme constava em denúncia de Hormindo Menezes, procer do grupo *maynardismo*.³⁵

Outras revelações foram comunicadas ao Poder Central pelo próprio Maynard, tais como a participação da polícia em jogo no Estado, o desvio de vultosas importâncias depositadas no Banco do Brasil e provenientes da elevação de taxas de serviço de água e esgoto, para fins especiais, a venda clandestina de algodão, e assim sucessivamente.³⁶

Em face desses e outros fatos que chegavam ao conhecimento da Presidência da República, tudo indica que a imagem do interventor Eronides de Carvalho foi-se desgastando. Diante de seguidas acusações, o governo federal designou o dr. Carlos Mário Faveret como presidente de comissão Federal no Estado, com o fim de apurar os fatos. Em Sergipe, Faveret ouviu várias personalidades, entre os quais um funcionário do Tesouro do Estado, adepto de Maynard, que em seu relatório confirmou várias acusações, entre as quais a falsidade dos orçamentos, a falta de concorrência em obras públicas, o atraso a credores do Estado de até três anos, bem como o tratamento diferenciado com relação aos mesmos.³⁷

Não há dúvida de que o regime autoritário, desprovido de fiscalização efetiva, se tornava campo propício à corrupção e outros desmandos administrativos. Quando toda a crítica se tornava proibida, ficava a delação como único canal de informação às autoridades do Poder Central. Convencido de seu prestígio de governante dinâmico, identificado com o sistema, Eronides de Carvalho, a princípio parece não ter dado grande importância às interpelações que recebia. Quando foi nomeada a comissão de investigação de sua administração, tudo fez para neutralizá-la, mas a tolerância de Vargas com seus fiéis servidores foi-se esgotando. Além disso, pressionado certamente pelos compromissos com Maynard, nem mesmo a interferência do General Góis Monteiro, protetor de Eronides de Carvalho junto ao Poder Central, conseguiu mantê-lo no poder.

Pelo menos uma vez por ano, desde o golpe de 1937, o interventor viajava ao Rio de Janeiro, onde se avistava pessoalmente com o Presidente, dando conta de seus atos. Mas eram viagens que duravam quando muito um mês. A de 1941 sur

prendeu aos sergipanos pela sua duração. Saindo de Aracaju entre 10 (dez) ou 11 (onze) de março, somente retornava em fins de maio, tentando conseguir audiência com seu Presidente ou demover obstáculos à sua permanência.

Ao fim de sua estada no Pío, escrevia daí ao Presidente, referindo-se ao relatório da comissão especial. Depois de afirmar que havia facilitado ao exame da referida comissão tudo foi reclamado e solicitado, confessava satisfação de verificar que o relatório, *"nas suas conclusões, item a item, destruiu e pulverizava"* as acusações feitas ao seu governo. Em seguida, depunha o mandato nas mãos do Presidente da República. Aludia a amarguras sofridas no Governo e à compensação *"na paz da consciência e na tranquilidade de espírito de haver sempre servido a V. Excia. com lealdade, devotamento e dignidade"* ao tempo em que renovava os testemunhos de *"indefectível solidariedade"*.³⁸ Vargas, em cartas de junho, dizia que os motivos que o levaram à renúncia ainda mais recomendavam a seu apreço *"pelo patriótico despredimento que evidenciam da sua parte, depois de haver prestado a Sergipe e ao seu Governo meritório e reais serviços"*.³⁹

Estava consumada a queda de Eronides Ferreira de Carvalho da interventoria de Sergipe. No dia 30 de junho, a imprensa de Aracaju noticiava sua exoneração, bem como a nomeação do capitão Milton Pereira de Azevedo.⁴⁰

NOTAS

- 1) Bóris Fausto, *Ensaio sobre História da República* (1930/45) São Paulo, Cebrap, 1972, p. 83
- 2) Edgar Carone, ob. cit., 1976, p. 258.
- 3) Eronides de Carvalho, Carta a Getúlio Vargas, 12.11.37.
- 4) Juracy Magalhães, Depoimento em dez/77, C P D O C.
- 5) a) Eronides de Carvalho, carta a Getúlio Vargas em 12.11.37 C P D O C.
b) Eronides de Carvalho, carta a Lourival Fontes - 12.11.37 C P D O C.
c) Uma versão apresentada por alguns entrevistados dá conta de que Eronides de Carvalho teria escrito ao deputado Amando Fontes, comunicando a eclosão do golpe para 15 de novembro. O parlamentar sergipano teria comunicado a Jo sé Américo de Almeida que por sua vez teria entrado em entendimentos com o outro candidato à Presidência da Re pública, Armando Sales de Oliveira. Quando os dois candi datos se movimentavam visando sustar o golpe, este foi antecipado para dez de novembro.
Cf. Fernando Figueiredo Porto, entrevista ao autor in 23.1.81
Cf. José Silvério Leite Fontes, entrevista ao autor in 30.1.78.
- 6) *Diário Oficial*, 26.11.37.
- 7) *Correio de Aracaju*, 7.12.37.
- 8) *Diário Oficial*, 12.11.38.
- 9) *Diário da Tarde*, 27.11.37.

10) *Diário Oficial*, Janeiro/38

No primeiro Decreto-Lei do ano de 1938 a interventoria dis
punha sobre a competência de nomear, remover, aposentar e
demitir os funcionários públicos do Estado. (Dec.-lei nº 30
de 8.1.38).

Como que tentando isentar-se de responsabilidade da "renova
ção do quadro do funcionalismo", o interventor viaja ao Rio
deixando tudo pronto para seu substituto Manoel Carvalho
Barroso cumprir as determinações do titular.

11) G₁ 228 - APES12) *Correio de Aracaju*, 29.4.39.13) G₁ 288 - APES14) *Diário Oficial*, 21.12.3715) Cf. *Semana Eronides Carvalho*, D P D E, Aracaju, *Imprensa Ofi*
cial, 1939, APES.16) Cf. *Diário Oficial*, 4.4.40, 12.11.40 e 30.3.4117) *Idem*, 14.5.3118) *Folha da Manhã*, 17.9.3819) Lawrence Graham - *Civil Service Reforma in Brazil*, Universi
ty of Texas Press, 1968. p. 29/30, citado por Maria do Car
mo Campelo de Souza in ob. cit., p. 96.20) Cf. Aloísio Campos, Fernando F. Porto, Sálvio Oliveira, Ne
nhum dos depoentes destacou caráter político no Departamen
to Administrativo.21) *Diário Oficial*, 18.7.3922) Ver *Sergipe Jornal*, 24.12.39 e *O Nordeste* - 1º semestre/4123) *Sergipe Jornal*, 15.3.39.

24) Dec.-Lei 261 de 30.1.40

- 25) *Diário Oficial*, 21.12.39 e 21.12.39, Folha da Manhã, 22.12.39.
- 26) Lata 60 AN.
- 27) Conf. *Correio de Aracaju*, 16.7.40.
- 28) Telegrama de 23.2.38 - Lata 40 - AN.
- 29) Seu pai e irmãos estavam vinculados ao setor.
- 30) *Diário Oficial*, 20.8.39.
- 31) Entre os setores, foi o dos trabalhadores urbanos liderados por Costafilho que falou.
Ver *Diário Oficial*, 25.5.38.
- 32) Ofício do Diretor do Depto de Propaganda e Divulgação, João Marques Guimarães de 27.11.39, G₇ - 129, APES.
- 33) Portaria nº 19 de 16.11.39 do Diretor do Depto de P. e Divulgação, G₇ - 129 - APES.
- 34) *O Nordeste*, 20.8.38.
- 35) Of. 479 de 30.12.38, G₃ - 44 - APES.
- 36) Of. 76 de 17.1.40 e 77 de 17.1.40, 80 de 17.1.40, 79 de 17.1.40, 157 de 3.2.40, G₃ - 25, APES.
- 37) Cf. Relatório de Sálvio Oliveira de 24.2.41, fotocópia com o autor, gentilmente cedida pelo relator.
- 38) Eronides de Carvalho - Carta a Getúlio Vargas, 23.5.41, CPDOC.
- 39) Getúlio Vargas a Eronides de Carvalho, s/data, CPDOC.
Correio de Aracaju, 1.7.41.
- 40) *Correio de Aracaju*, 30.6.41.

4.2: O Controle Integrativo - Milton Azevedo (1941/42)

A indicação do capitão Milton Azevedo representava uma solução conciliatória. Vargas, não querendo contrariar de todo seu servidor Eronides de Carvalho com a nomeação imediata de seu grande adversário político, Maynard Gomes, em combinação com este criou o mandato intermediário entre os dois militares que se disputavam na arena política de Sergipe.

O novo governante era figura relativamente discreta e certamente desconhecia de grande parte da população do Estado. Natural de Aquidabã, pequena cidade de Sergipe, após cursar a Escola Militar, esteve lotado na corporação do 28º BC em Aracaju por duas vezes, uma das quais servindo como capitão ajudante a Maynard, que comandava aquela guarnição federal.¹ Após a intentona comunista em 1935, o capitão Milton Azevedo aparece como um dos nomes que não inspirava confiança ao então interventor Eronides de Carvalho, razão pela qual solicitava sua transferência de Sergipe.

Afastado de seu Estado natal desde 1947, exercia o cargo de instrutor da Polícia do Distrito Federal ², quando fora alçado ao governo de Sergipe, por indicação de Maynard da Vargas.³

Às vésperas da posse, no dia 19 de julho, ainda no Rio de Janeiro, perante o Ministro da Justiça, manifestou-se cauteloso. Depois de confessar-se surpreso com a indicação, disse não conhecer exatamente a realidade sergipana em face do seu afastamento, mas revelou pretensões de auscultar a opinião de sua terra, procurando conhecer suas necessidades. Disse entusiasta de maior amparo à juventude e esquivou-se a indicar nomes do secretariado.⁴ Embora homem da caserna, sem vivência com a administração do Estado, mostrava-se com um mínimo de consciência das regras do jogo do sistema vigente. Sua chegada a Sergipe ocorreu no dia 9 de julho e a recepção que lhe foi oferecida deve ter-lhe causado surpresa. A Associação Comercial decidiu declarar feriado, numerosas entidades de classe enviaram comissões de representação. Delegações chegaram do interior. Quando o avião estacionou, segundo os jornais, o povo invadiu o campo, não permitindo que vários representantes das associações de classe chegassem a cumprimentá-lo, conforme

a programação oficial.⁵ No percurso para o Palácio, o cortejo fora detido em alguns pontos, em face das homenagens tributadas com discursos e vivas. Depois da Av. Simeão Sobral, quando recebeu manifestação dos trabalhadores, seguiu a pé, atendendo solicitações populares.⁶ Na rua João Pessoa, guardas subiam em postes na tentativa de pedir ordem à multidão.⁷ Vivas eram dados ao novo interventor, a Vargas e a Maynard, este citado como o libertador de Sergipe.⁸ A recepção obtivera grande êxito, coordenada por conhecido adepto de Maynard, o farmacêutico, Hormindo Menezes, que seria alvo de homenagens com a presença até do próprio Milton Azevedo.⁹

Era como que a primeira resposta dos descontentes com a administração de Eronides de Carvalho. Mas se o público chegou a esperar por acenos liberalizantes deve ter-se decepcionado. Na transmissão do cargo, depois que Eronides de Carvalho reiterou seus feitos *"em prol da educação, da saúde e da economia do povo sergipano"*, prestando *"com lealdade e dedicação"* a sua ajuda à *"obra de soerguimento nacional"* do Presidente Vargas,¹⁰ chegou a vez de Milton Azevedo orar.

Em meio a sua apologia ao Exército, *"escola de cooperação, de ordem, de disciplina e de civismo"* afirmava que o *"clima moral do Estado Novo"* é bem aquele a que se habituou o seu espírito e se formou a sua consciência. E declarou-se: *"Identificado por isso mesmo, sem nenhuma dificuldade com as normas doutrinárias do Estado Nacional, criadas pela sabedoria política e pelo patriotismo do eminente chefe Dr. Getúlio Vargas"*.¹¹

Mas para o grupo de Maynard, que também tinha seu líder no sistema, essa profissão de fé no regime autoritário não deve ter-lhe desvanecido. Afinal, importavam os compromissos firmados com seu chefe e suas práticas reais. E nesse aspecto o interventor Milton Azevedo deu-lhe motivo a muito regozijo.

A escolha dos seus auxiliares ocorreu dentro dos quadros do *maynardismo*. Como ilustração, basta conhecer alguns nomes. Sálvio Oliveira, entusiasta adepto do tenentismo na década de 1920 fora para a direção do Tesouro do Estado. Car

valho Neto, um dos principais assessores de Maynard em sua gestão de 1930/35 era nomeado Consultor Jurídico do Estado. Francisco Leite Neto, genro de Carvalho Neto, inicialmente respondera pela Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, bem como pela Secretaria da Fazenda, até que esses órgãos fossem unificados em Secretaria Geral.¹² Tornava-se o auxiliar do interventor com poderes mais amplos. O engenheiro Carlos Firpo iria para a prefeitura da capital. Os membros do Departamento Administrativo do Estado eram inteiramente substituídos por notórios amigos correligionários e até parentes de Maynard, representando diversos setores da sociedade civil. Álvaro Fontes da Silva, advogado, fora seu fiel servidor na sua primeira gestão; Abílio Gomes Dantas, cunhado, fazendeiro em Rosário; Joaquim Sabino Ribeiro (industrial), que já fora membro do Conselho Consultivo no primeiro governo; José Garcez Vieira (comerciante) e genro do ex-interventor Maynard. Hormindo Menezes voltava a dirigir os serviços de Luz e Força, como na interventoria passada de Maynard, enquanto José Rolemberg Leite, irmão de Francisco Leite Neto, ia para o Departamento de Educação.

No âmbito dos municípios, depois de exonerações de praxe de prefeitos e delegados, voltavam os nomes vinculados ao *maynardismo*.¹³

Com os adpetos de Maynard no poder, partiu-se então para os levantamentos e denúncias da administração passada.

Declarando-se com o intuito de conhecer a situação anterior, a interventoria organizou "*comissões*" para apurar fatos e prestar informações de acordo com o interesse público.¹⁴

Divulgados, os relatórios davam conta de crise financeira e desordem administrativa. Apesar do crescimento elevado das arrecadações, os gastos públicos ultrapassavam as previsões e escapavam ao controle dos contabilistas. Atestava o relatório da Diretoria do Tesouro o passivo de trinta mil contos de réis, pagamentos feitos em múltiplas tesourarias, contrariando normas legais; rendas aplicadas em despesas à revelia do tesouro; falta absoluta de crédito que o Estado vinha experimentando junto a fornecedores de material, levando-o a adquirir por preços elevados.¹⁵

Mais abrangente foi o relatório apresentado pela Secretaria Geral, órgão central coordenador de todas as atividades administrativas do Estado. A partir das informações dos diversos setores, elaborou sumário de todos aspectos da vida administrativa. Na situação financeira, analisava a despesa e a dívida pública em desordem; na economia, o decréscimo da produção algodoeira, o abandono da pecuária. O relatório não faz crítica à política educacional, mas apesar de elogiar a política de saúde, considerava que a propaganda e educação sanitária havia sido descurada. O judiciário teria sido *"arrastado a sargeta da desmoralização"*, se não fora o testemunho de seus membros. A penitenciária foi-se transformando em *"depósito de criminosos"*. As repartições públicas atingiram o estado de anarquia. Os pavilhões do prédio do Hospital Colônia de Psicopatas antes do primeiro ano de existência tornaram-se seriamente abatidos e ameaçados de ruir. Segundo relatório do Engº Fernando Porto, a profundidade do alicerce variava de 50 a 10 cm e teve de ser abandonado. Repartições como a de Serviços de Água e Esgotos pagavam diretamente a operários diaristas e a comerciantes por ordem verbal do interventor, uma vez que o Tesouro geralmente não dispunha de numerário. As prefeituras do interior não observavam as prestações de contas, os balanços mensais. Os prefeitos não respeitavam as determinações do Departamento de Assistência Municipal, bem como não atendiam às reclamações e solicitações. *"O prefeito da capital esgotou em seis meses as verbas destinadas a cobrir as despesas anuais"*. No Departamento de Propaganda, a interventoria *"não satisfeita com o absurdo quadro do pessoal nomeado, criou outro que mediante ofícios do secretário particular do ex-interventor percebia também pelos cofres públicos"*. Ao todo, percebiam por este Departamento 23 (vinte três) pessoas. ¹⁶

Decididamente, a interventoria não se mostrava disposta a acobertar os desmandos da gestão passada. Até em correspondência a Vargas, as farpas indiretas aparecem, e para isso concorria a situação financeira herdada. Em ofício ao Presidente da República submetendo projeto de Decreto-lei que orçava a receita e fixava a despesa, sem poder escapar do déficit de 1.180:801\$600, numa receita prevista para cerca de vinte contos de réis, dizia que seu governo estava seriamente preocupado com

a reorganização financeira, econômica e administrativa do Estado. Além disso frisava: "*meu governo cultua a verdade administrativa*".¹⁷

Aproveitando o momento favorável, a imprensa desabafa. Desde quando a notícia da exoneração do interventor foi divulgada, os jornais passaram a ser disputados com rara avidez.¹⁸ Censurados durante longo tempo, podendo publicar apenas apologias, desforraram-se realizando como que a autópsia da administração finada. No dia imediato da exoneração, já se descrevia em cores vivas a manifestação de alegria da população na rua João Pessoa, com a perspectiva da saída de Eronides de Carvalho.¹⁹ No ensejo da transmissão da posse, enquanto o *Correio de Aracaju* publicava no cabeçalho "*Passou, felizmente, o regime de opressão*"²⁰ O *Sergipe Jornal* apresentava suas saudações ao novo governante, sem perder a oportunidade de execrar a administração que findava:

*"A tal ponto Sergipe havia descido no descrédito público, com o seu erário comprometido, a sua Justiça insultada e ferida, a sua imprensa amordaçada, os seus cidadãos sem garantias em seus direitos mais legítimos, as suas instituições desmanteladas pela incúria e pela incompetência, que o encerramento desse período malfadado é como uma parada a pique do despenhadeiro..."*²¹.

Passada a festa de posse e seus registros, os jornais continuaram evocando a gestão passada, anunciando inclusive as matérias que haviam sido censuradas. Em seguida, puderam divulgar e comentar os relatórios das comissões encarregadas de fazer o levantamento da situação anterior.

Por mais que se considerem apaixonados e exagerados esses diagnósticos críticos da interventoria chefiada por Eronides Ferreira de Carvalho, não se pode de todo negar a existência de um quadro pouco recomendável para quem professava a prática de administração criteriosa e sem preferências pessoais.

Sem prestar contas à sociedade, a interventoria foi se julgando autosuficiente e se embrenhando em práticas persona

lísticas que fazem lembrar, em linguagem weberiana, a dominação patrimonialista, pelo tratamento das funções do Estado como coisas privadas e pelo exercício da autoridade pessoal desmedida.

Com a ascensão ao poder do grupo adversário, as mazelas eram expostas amplamente. Embora no bojo dessas denúncias possa-se admitir que a crença no autoritarismo como meio mais indicado para eficácia administrativa fosse afetada, longe de se supor que o sistema autoritário houvesse chegado ao fim.

Embora pelo seu passado político se possa considerar o *maynardismo* menos insensível às reivindicações populares, urge não adiantar conclusões e observar suas práticas dentro do novo quadro da estrutura de poder nacional, que impedia vigência das liberdades democráticas.

Enquanto o capitão Milton Pereira de Azevedo se manteve à frente da interventoria, cercado de adeptos de Maynard por quase todos os lados, não se tem notícia de gestos largos dissonantes das orientações nacionais.

É verdade que sua gestão, em alguns aspectos, defira da anterior, entre os quais vale salientar o maior escrúpulo no trato com o erário público, a tentativa de proporcionar racionalidade à contabilidade financeira e o respeito ao Judiciário.

Mas suas relações com as classes, mais ou menos organizadas, não se distinguiram grandemente das tendências anteriores.

Com relação à classe dominante, por exemplo, suas práticas deixaram indícios de que caminhavam no mesmo sentido das de Eronides de Carvalho, na medida em que se apresentava susceptível às diversas manifestações de frações dominantes. E aqui com mais razões do que tivera Eronides de Carvalho. Como homem identificado com o espírito do Estado Novo, como seu antecessor, se bem que vinculado a Maynard, não trazia experiências de lutas políticas como a que esse líder tenentista vivera de 1933 a 1935. Assim, a tendência natural era acolher as reivindicações dos setores dominantes e atendê-las, evitando confrontações.

Fato que veio reforçar essa tendência foi a aproximação do Coronel Gonçalo Prado com Maynard, entre fins de 1941 e inícios de 1942.

A exoneração de Eronides de Carvalho deixou a fração açucareira sem seu grande representante no aparelho de Estado. Apesar de nos últimos anos os laços que os uniam estivessem menos presos do que até 1937, prosseguíam as relações amistosas entre o governo e os senhores do açúcar.

A ascensão de Milton Azevedo com o apoio de Maynard e a perspectiva deste substituí-lo dentro de pouco tempo apontava para um quadro de ameaça de desgaste que deveria ser evitado. Nasceu então, entre família, movimento de aproximação de Maynard com o Coronel Gonçalo Prado, fato que se concretizou, entre fins de 1941 e início de 42, sendo justificado como "*por amor a Sergipe*".²² Dias depois da reconciliação dos dois líderes dantes adversários, o próprio Milton Azevedo vai à cidade de Maroim e é recebido prazeirosamente com honras pelo ex-chefe da *União Republicana de Sergipe*.²³

A conciliação aparecia como recurso necessário às lideranças da fração açucareira, com o objetivo de manter a influência que declinava. Mas, enquanto a cultura do açúcar enfrentava dificuldades de preços, distribuição, os investimentos em outras atividades se manifestavam mais rentáveis, desestimulando seus produtores.

O regime do Estado Novo aparentemente dirimia as contradições de interesses, mas as tendências estavam estabelecidas e o máximo que se podia era remediar.

De qualquer forma, as diversas frações da classe dominante não deixaram de ser as principais beneficiadas, inclusive da própria política social do Estado Novo.

Sendo vedadas as greves ou manifestações reivindicatórias dos trabalhadores com finalidade de ampliar seus direitos, os governos locais serviam sobretudo como órgãos de controle, promovendo e disciplinando as comemorações oficiais, e ser

vindo de intermediação nas questões mais sérias entre o capital e o trabalho.²⁴

É certo que no plano individual se verificaram alguns gestos notáveis da interventoria. Por exemplo, destacado líder dos trabalhadores, preso e demitido "*por conveniência do regime*" pela interventoria Eronides Carvalho, foi reintegrado no seu emprego e recebeu os atrasados dos anos afastados.²⁵

Mas no geral, não conseguia fugir dos condicionamentos do sistema autoritário controlador e desorganizador das massas populares, ao tempo em que contribuía fielmente para melhorar a feição do regime e de seu Presidente.

Ainda na gestão de Milton Azevedo, o quarto aniversário do Estado Novo era festivamente lembrado com a integração de trabalhadores nas comemorações, alimentando a imagem paternal de Vargas.²⁶

Em meio a isso, tentava-se enaltecer a imagem da administração pública do Estado Novo.²⁷ Atos que em outras ocasiões não passariam de coisas rotineiras, entre os quais o pagamento do funcionalismo às vésperas das festas natalinas,²⁸ eram supervalorizados em sua significação pelos intelectuais do regime.

Nota-se assim, na curta gestão do capitão Milton Azevedo, que passado um período de franquias à imprensa no sentido de criticar a administração anterior, aumentou a integração no espírito do autoritarismo estadonovista.

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi recuperando o controle parcialmente perdido no período de transição e a administração adquirindo segurança. Isso passou a incomodar a alguns adeptos de Maynard, que torciam pela sua volta ao Governo o quanto antes.

Mas Vargas sem pressa foi protelando até março de 1942, quando certamente acossado por compromissos assumidos, exonerava o capitão Milton Pereira de Azevedo e proporcionava a volta de Maynard à interventoria do Estado de Sergipe.

NOTAS

- 1) *Correio de Aracaju*, 10.6.41.
- 2) *Jornal de Sergipe*, 13.10.41.
- 3) Conta-se que após uma audiência de Maynard com Vargas, este pediu que indicasse um nome para se interpor entre o governo do seu adversário e o seu. Instantes depois encontrando-se com Milton Azevedo levou-o de imediato ao Presidente e tudo ficou acertado. Cf. José Garcez Vieira, entrevista ao autor, 25.2.81.
- 4) *Correio de Aracaju*, 1.7.41.
- 5) *Sergipe Jornal*, 10.7.41.
- 6) Idem, 10.7.41.
- 7) Idem, 10.7.41.
- 8) *Correio de Aracaju*, 9.7.41.
- 9) Idem, 11.7.41.
- 10) *Correio de Aracaju*, 9.7.41.
- 11) Idem, 10.7.41.
- 12) *Diário Oficial*, 11.7.41 e 15.7.41.
- 13) *Diário Oficial*, 15.7.41.
- 14) *Diário Oficial*, 24.7.41.
- 15) *Sergipe Jornal*, 22.8.41.
- 16) *Diário Oficial*, 20.9.41 a 24.9.41.
- 17) Of. 57 de 30.9.41, G₁ - 145, APES.
- 18) *Correio de Aracaju*, 2.7.41.
- 19) Idem, 2.7.41.
- 20) Idem, 9.7.41.

21) *Sergipe Jornal*, 2.7.41.

22) *Sergipe Jornal*, 3.1.42.

23) *Idem*, 19.1.42.

24) *Sergipe Jornal*, 1.1.42.

A essa altura noticiava-se que existiam em Sergipe 24(vinte e quatro) sindicatos reconhecidos, sendo 5 (cinco) de empregados, 4 (quatro) de trabalhadores autônomos e 15 (quinze) de empregados.

"Foram fundados sob a orientação da atual gestão, cinco as sociedades profissionais e as restantes de empregadores"(sic) *Sergipe Jornal*, 1.1.42.

25) Cf. José Nunes de Silva, entrevista ao autor em 4.3.81

26) *O Nordeste*, 10.11.41.

27) *Idem*, 4.3.42.

28) *Idem*, 28.12.41.

4.3 - O Controle Corporativo - Maynard Gomes (1942/45)

Sete anos depois de sua renúncia da interventoria de Sergipe, retornava Augusto Maynard Gomes a ocupar a direção político-administrativa de seu Estado.

O tenente que assumiu o governo em 1930 saiu em 1935 como major, e em 1942 voltava como coronel. Mas a mudança não se processava apenas na patente.

Depois que, derrotado e inconformado, deixou o governo para ser entregue a seu adversário político, jamais abandonou a possibilidade de voltar a administrar o Estado. A partir de então, teve o cuidado de sempre manter-se solidário à orientação política do Presidente Vargas, acompanhando-o em todas suas variadas transformações. Associada a essa fidelidade ao chefe do poder Central, estava sua preocupação de manter-se em Sergipe, se possível, no desempenho de algum cargo elevado. Com amplo prestígio no meio urbano, especialmente junto aos setores populares de Aracaju, empenhou-se em não perder contato com essa massa, que o cultuava como ídolo político e revolucionário.

Pleiteou então, a partir de 1935, o comando do Quartel do 289 BC, sediado em Aracaju, e depois de ser sustado à última hora por pedidos insistentes do governador Eronides de Carvalho, foi enfim atendido, em outubro de 1937, com o constrangimento explícito daquele governador.¹

Apesar de sua profissão de fé na liberdade e na democracia em seus discursos e entrevistas (1930/34), as repressões de 1935/36 e o golpe de 1937 não o afastaram de Vargas. Permaneceu como soldado obediente, cumprindo fielmente missões de confiança.

A fim de evitar possibilidade de reações, no Sul da Bahia, em solidariedade a Juracy Magalhães que não aderiu ao golpe, Maynard seguiu em 12.11.37 para Ilhéus. Como uma espécie de interventor do sul da Bahia, demitiu e empossou prefeitos e delegados em municípios daquela região.²

Chegando a Aracaju em janeiro de 1938, permaneceu no comando do 289 BC até setembro de 1939, se constituindo em incômoda presença para a interventoria Eronildes de Carvalho.³ Apesar das recomendações de Vargas, estimulando a boa convivência, as relações entre os dois servidores do Estado Novo jamais foram amistosas, piorando em certas ocasiões, entre as quais, quando o interventor ameaçou proibir manifestação que era tributada a Maynard, e quando este prendeu o chefe do DPDE, o poderoso censor João Marques Guimarães.⁴

Enfim, após comprovada fidelidade ao sistema, em janeiro de 1940 era nomeado Ministro do Tribunal de Segurança Nacional, órgão maior do sistema repressivo nacional.⁵ Aí era encarregado de apresentar parecer em processo contra Luiz Carlos Prestes. Como se sabe, esse líder comunista já havia sido condenado a 16 anos e oito meses por sua participação no levante de 1935. Posteriormente, foi constituído novo processo acusando-o da morte de sua secretária, a jovem "*Elza Fernandes*". Em 7 de novembro de 1940, Maynard manifestou-se pela sua condenação, sendo acompanhado pelos seus pares. A pena de Prestes passava a ser acrescida de mais trinta anos de prisão.⁶

Não obstante tratar-se de julgamento de homicídio, a denúncia naquele momento e naquelas circunstâncias se apresentava revestida de forte teor político que afetava sua credibilidade.

O líder tenentista não deve ter ignorado esses aspectos e, apesar de em 1926 ter tentado levantar o Quartel do 289 BC para se incorporar à Coluna, agora servia de instrumento vital do ato condenatório, comprometendo irremediavelmente sua imagem junto aos simpatizantes daquele líder comunista.

Além desses precedentes, sua volta ao governo de Sergipe, negociada ou não, iria revelar forte identificação com a ideologia autoritária do Estado Novo.

Empossado em 24 de março de 1942, no Rio de Janeiro, chegava a Sergipe no dia 27, quando se daria a transferência de cargo.⁷ Homenageado com festas semelhantes às manifestações tri

butadas por ocasião da chegada de seu antecessor, os discursos se caracterizaram pela troca de elogios entre o governante que saía e o que entrava, ao lado das farpas à administração Eronides de Carvalho.

Acentuando a luta desenvolvida como que em prol da libertação de Sergipe, tentava proporcionar ao momento significado de longa caminhada, enfim vitoriosa: *"o meu espírito jamais deixou Sergipe. E, no prosseguimento incessante da luta titânica, pude afinal contemplar esse grandioso espetáculo só comparável à vossa resistência e sofrimento"*.⁸

A seguir, vinham as condenações às *"doutrinas sonoras"*, a afirmação de que *"pouco importa a forma de governo ou regime"* e o lembrete da carta do Atlântico que reconheceu o direito de viverem os povos na forma e regime que melhor se adaptam às suas necessidades e costumes. Era o preâmbulo justificativo da *"formidável obra do Presidente Vargas"*.⁹

Todos esses fatos indicam, de um lado, o grau de identificação de Maynard com o sistema autoritário; de outro, sua inserção no mesmo sistema.

No âmbito local, outras ocorrências irão indicar a diferenciação do contexto da primeira administração. No aparelho de Estado, embora o governo de Maynard mantivesse seus adeptos que vinham ocupando cargos de confiança desde a intervenção de Milton Azevedo, incorporou alguns técnicos ou burocratas que haviam participado da gestão de Eronides de Carvalho, mostrando já certa atenuação de espírito partidário. Ao lado disso, notava-se a ausência de elementos entusiastas propondo mudanças como ocorria com alguns membros da *Legião de Outubro*, mais tarde transformada em *Club 3 de outubro*.

Nessa segunda gestão, a figura que ia direcionando os rumos da administração era o jovem advogado, Francisco Leite Neto, à frente da Secretaria Geral, coordenando as políticas, adquirindo autonomia de ação e formando seu próprio grupo entre a classe dominante. Enquanto isso, Maynard, de notória boa fé, ia sendo posto de lado cedendo, sem a participação vivida na primeira gestão.

Outro fator que iria pesar na segunda interventoria Maynard seria a teia de relações familiares. O casamento de sua filha Lygia, com um Garcez em 1937, iria aproximar do governo um grupo familiar relativamente influente que antes pertencera aos quadros da *ex-União Republicana de Sergipe*.

Ao assumir o governo, Maynard deslocou seu genro José Garcez Vieira, que então integrava o Conselho Administrativo do Estado, para a Prefeitura de Aracaju.

Aí, participando da cúpula do governo, contribuía para aproximar seu grupo de influências (incluindo os Garcez e Sobral, entre outros ligados ao açúcar e à pecuária) da política situacionista.

Apesar desses condicionamentos de tendência conservadora, no primeiro ano de governo registrou-se certo empenho no sentido de pautar a administração por maior racionalidade. Em novembro de 1942, realizou-se o segundo Congresso das Municipalidades, que a exemplo do primeiro, em outubro de 1931, trouxe subsídios ao governo. Algumas sugestões apresentadas chegaram a ser realizadas. Tentou-se por exemplo, uniformizar as posturas municipais, enquanto o pessoal do Tesouro do Estado passava a exigir dos seus funcionários, (exatores) a prestação de contas mensais, em vez de após a aposentadoria, como então ocorria.¹⁰

Noutros aspectos a mudança foi mínima. Embora a interventoria Eronides de Carvalho fosse acusada de realizar *"despesas vultosas sem orçamento prévio e sem dispor de recursos financeiros indispensáveis para custeio das despesas"*, a partir de 1943 a situação parece ter-se modificado pouco. Como observava um funcionário do Tesouro em relatório, apesar do equilíbrio estabelecido entre a receita e a despesa, tratava-se de equilíbrio aparente, pois a despesa fixada geralmente era inferior às necessidades reais, daí a recorrência a créditos suplementares especiais, inclusive de 1943 a 1946.¹¹

É verdade que parte desse período foi afetado pela Guerra que, conforme já foi observado, trouxe dificuldades econômicas ao Estado, tanto pelos obstáculos ao escoamento da pro

dução, como pela elevação dos preços das mercadorias importadas, não obstante altas arrecadações em alguns anos.

Como é sabido, o Estado foi particularmente atingido pelo referido evento, inclusive com o torpedeamento de cinco em barcações na costa entre Sergipe e Bahia, no período de 15 a 17 de agosto de 1942, resultando na morte de cerca de 610 pessoas.¹²

Esses fatos concorreram ainda mais para afetar o fluxo do comércio inter-estadual, comprometendo a economia do Estado. Se bem que a elevação dos preços e da procura favorecesse a produção de tecidos, outros produtos, entre os quais o açúcar, eram bastante atingidos, pois além da dificuldade de escoamento, havia praga que danificava a lavoura.

O certo é que, não obstante a arrecadação elevar-se consideravelmente de 1942/45, a dívida pública aumentou, apesar do elenco de obras públicas ter sido relativamente modesto. Construção e conservação de escolas e estradas, apoio à agricultura e pecuária, etc.¹³ Empreendimentos maiores, como a construção de casas populares e aquisição de Usina Elétrica, eram financiados pelo Governo Central.¹⁴

Além disso, há a citar as práticas mais diretamente vinculadas aos interesses da classe dominante, indicando tendência protecionista, contemplando diversos setores.

A indústria era beneficiada através de decreto lei enviado ao Departamento Administrativo, concedendo "*favores a Cia Industrial S. Gonçalo S/A pelo prazo de cinco anos*".¹⁵ A agropecuária, pela concessão de empréstimos da Caixa de Fomento Agropecuário, pela promoção da IV Exposição de animais, estimulando especialmente o desenvolvimento de gado selecionado. E tal foi a animação do governo com a pecuária, que se empenhou até junto ao

*"Ministério da Agricultura no sentido de ser criada no Estado uma fazenda modelo, com a finalidade de fornecer, por empréstimo, reprodutores selecionados do tipo indú-Brasil, tendo aquele Ministério prometido atender a essa necessidade da pecuária sergipana".*¹⁶

Dentro das condições do momento, encontra alguma procedência a

afirmação de que a pecuária foi objeto de "*especiais atenções e cuidados*".¹⁷

Enquanto isso, era também promovido o fomento à agricultura, através de convênio com o Ministério da Agricultura, resultando em empréstimos aos agricultores.¹⁸

O setor açucareiro, por sua vez, em meio a problemas com a cigarrinha, que afetava a cultura canavieira, encontrava a interventoria prestimosa em sanar a dificuldade.¹⁹

À margem, porém, dessas práticas que de alguma forma beneficiavam parte da classe dominante, há a observar maior relacionamento entre esta e o Estado. Estando-se num regime francamente centralizador e autoritário, os principais grupos de interesses tendiam a se aproximar mais do Estado, acoplando seus negócios às políticas públicas. Isso se tornava mais facilitado pelas vinculações do próprio pessoal do aparelho de Estado com órgãos representativos da iniciativa privada. Além do prefeito, que era secretário da Associação Comercial, órgão que congregava o grosso dos empresários ligados ao comércio, à indústria a até ao açúcar, havia as vinculações do próprio secretário geral, bem inserido nos interesses da classe dominante.

Tudo indica, portanto, que as relações da interventoria com a classe dominante se processaram de forma mais plácida e amigável do que na primeira administração (1930/35).

Até com os usineiros, a aproximação de Maynard com o coronel Gonçalo Prado ocorrida entre fins de 1940 e inícios de 1941 prosseguiu com demonstrações de afabilidade de ambas as partes. Um mês depois de sua posse o interventor comparecia à Usina Pedras para inaugurar o grupo escolar e era alvo de "*expressiva manifestação*".²⁰

Cordiais foram se mantendo também as relações com o coronelismo de modo geral, seguindo assim aquela tendência que provinha de longe, de tolerância com o patronato rural, exigindo-lhe apenas maior aceitação das políticas oficiais.

Essa postura de atenção a diversos setores dominantes não permaneceu até o fim do mandato. Quando o processo de

liberalização foi-se desenvolvendo e a sociedade passou a se organizar através de siglas partidárias, a tendência da interventoria foi de demonstrar maiores preferências, privilegiando de modo particular os grupos mais vinculados ao círculo palaciano.

O relacionamento da interventoria com os trabalhadores urbanos também apresentou diferenciação do primeiro período (1930/35). De início, parece que os trabalhadores alimentaram expectativas de encontrarem, em sua gestão, o clima do passado. (1931/34).

A gestão de Eronides de Carvalho, marcada de hostilidades às lideranças populares, contribuiu para projetar mais entre os dominados a mística de Maynard *"revolucionário destemido"* e *"amigo do trabalhador"*, não obstante sua inserção no sistema autoritário.

Por ocasião de sua posse, as lideranças empenharam-se em tributar-lhe as mais calorosas homenagens. Para tal, criaram comissão central, estenderam o trabalho pelo interior do Estado, organizaram listas de adesões entre os trabalhadores com vista a cobrir as despesas de presente e de quadro artístico, homenageando o interventor que saía, o que chegava e o Presidente da República.²¹ No mesmo dia da posse, à noite, com a participação de 26 sindicatos, foram apresentadas ao novo governante saudações especiais, quando lhe foi oferecido *"rica caneta tinteiro"*.²² Dez dias depois, realiza-se nova cerimônia com a presença do Delegado do Trabalho e presidentes de sindicatos, quando Maynard, em agradecimento, diz *"esperar contar, como sempre, com a colaboração leal das massas trabalhistas"*...²³

Ante tais manifestações, a interventoria empreende algumas iniciativas no sentido de corresponder a um mínimo das expectativas dos trabalhadores. Nesse sentido, empenhou-se junto ao Ministério do Trabalho, pleiteando a construção de casas populares. Vez por outra, reforçava o pedido com nova correspondência, mas do plano de construir em torno de uma centena de casas chegaria a inaugurar se muito uma dezena. Enquanto isso, a Prefeitura de Aracaju construía em bairro popular de Aracaju

(Siqueira Campos) a Casa da Criança Operária, composta de escola, creche e parque de diversões.²⁴

Nas atividades sindicais a interventoria prestigia congresso em 1944, contribuindo para manutenção de suas organizações, como indica a doação de Cr\$ 500,00 para os serviços internos do *Centro Operário* (1945).²⁵ Dentro da estratégia de manter o controle "*legitimado*", fazia-se necessário algumas ações que revelassem atenção aos interesses dos trabalhadores.

Em 1942, autoridade da Delegacia Regional do Trabalho falava do programa do Ministro Marcondes Filho "*de legislação social trabalhista e associativa*", que compreendia reuniões quinzenais com todos os presidentes de sindicatos, envolvendo empregados, autônomos e empregadores, no sentido de colaboração entre as partes. No ensejo, o jornal *O Nordeste*, depois de ouvir da citada autoridade referências sobre a aceitação do seu trabalho no Estado, estampava em manchete: "*Há em Sergipe a mais perfeita harmonia entre o capital e o trabalho*".²⁶

Integrados na ordem corporativa, os trabalhadores controlados e desorganizados, com suas associações de classe transformadas em meros órgãos burocráticos, arrefeceram até na consciência nos seus direitos. Não foi por acaso que no último ano do Estado Novo, quando já se desenvolviam as tentativas de reorganização, entre as lacunas observadas no seio dos trabalhadores se encontravam a ignorância dos "*deveres e direitos*", bem como a carência de organizações.²⁷

Quando então a sociedade desenvolve sua luta pela liberalização do sistema, para os trabalhadores esses elementos se incluem dentro das prioridades vitais.

No processo de corrosão do regime autoritário, a Guerra (1939/45) atuou como causa bem influente. No bojo das manifestações de sentimento pátrio, o quadro ideológico justificador do Estado Novo foi se desgastando. O reaparecimento da *Liga de Defesa Nacional*, propondo o "*congrassamento de todas as forças em defesa da nacionalidade*", A *Sociedade dos Amigos da América*, a *União dos Estudantes* iam encontrando repercussão até no seio dos ministérios, desde pelo menos 1942.

Em Sergipe, esses movimentos vão se refletindo em variadas proporções. Já no ano de 1942, era criada o núcleo local da Liga de Defesa Nacional, ao lado da qual surgia também a Liga Estudantil de Defesa Nacional que tenta realizar inclusive comícios contra os inimigos do Brasil.²⁰ Enquanto isso, jornais como *O Nordeste*, órgão de Francisco de Araújo Macedo, se mostrava empenhado em combater "*o quinta coluna*".²¹ Tais movimentos, em meio a demonstrações de inflamados patriotismos, apresentavam sentido mobilizador e, na medida em que abominavam as tendências totalitárias dos países do Eixo, tocavam direta ou indiretamente nas mazelas de sua própria realidade nacional. E o que é importante, envolvendo até indivíduos situados dentro do aparelho de Estado. O manifesto dos intelectuais sergipanos de junho de 1942, endossando a declaração de princípios dos intelectuais de sul do país, motivado por "*hesitação dos espíri*
tos em face do conflito internacional", pregando as "*liberdades democráticas*" e a repulsa decidida ao fascismo, era assinado também por figuras que ocupavam destacados cargos ligados à interventoria, entre os quais Carvalho Neto e José Rolemberg Leite.³⁰

Apesar disso, as manifestações públicas, sob a forma de comícios, permaneciam proibidas. Mas quando navios foram torpedeados em costa sergipana, a multidão inflamada, depois de saquear casas de supostos colaboracionistas, invadiu a praça Fausto Cardoso e, em frente ao palácio, exigiu pronunciamento do interventor, que teve de se empenhar para conter a massa revoltada.³¹

Passados no entanto, esses movimentos emocionais, as manifestações de massa tenderam a diminuir, pelos anos de 1943 e 1944, enquanto se desenvolvia a conscientização contra o regime autoritário.

Quando, em fevereiro de 1945, cai a censura no sul do país e são anunciadas eleições gerais, o processo de mobilização da sociedade pela liberalização das instituições se apresenta com grande vigor. Intensificam-se as campanhas pela Anistia, contra o Fascismo, passeatas e manifestos se tornam frequentes, exigindo o fim da ditadura. Enquanto isso, acelerava-se

o movimento de reorganização partidária, explicitando a nova configuração das relações de forças. No realinhamento partidário, se bem que obedecendo às determinações gerais do quadro nacional, fica patente a pujança da classe dominante, organizada basicamente através de três grupos políticos.

O primeiro era liderado por Leandro Maciel. Embora encontrasse suas raízes na República Velha, como já foi visto, tem seu recomeço bastante significativo em 1934, sob a sigla do *Partido Social Democrático (PSD)*, onde já se encontravam alguns dos nomes da cúpula da futura *UDN*, tais como Pedro Diniz Gonçalves, Clóvis Rolemborg, entre outros.

Apesar de dissolvida a sigla *PSD* em 1937, com a emergência do Estado Novo, o grupo permaneceu unido, solidário e se fortalecendo. O *Correio de Aracaju*, até 1937 órgão do partido, e depois comprado por Luiz Garcia, uma das figuras principais do grupo, continuou marcando sua presença, apesar da censura rigorosa.³² Quando a interventoria Eronides de Carvalho caiu, houve apoio do pessoal do *Correio de Aracaju* ao grupo de Maynard, então no poder. Depois de algum tempo, surgiram desentendimentos e o jornal foi assumindo postura decididamente oposicionista, contribuindo para corroer os suportes ideológicos das práticas autoritárias. Contando o *Correio de Aracaju* com um corpo de intelectuais mais ou menos progressista, empenhado na luta anti-fascista e na democratização, realizando jornalismo voltado para o quadro mental dos estratos médios urbanos, o grupo liderado por Leandro Maciel conseguia assim galvanizar esse setor na campanha de liberalização e na fundação da *UDN*.

Concorreu muito também para seu fortalecimento o apoio da família dos Prado Franco, que se tornou, durante o Estado Novo, um dos clãs mais prósperos, senão o mais poderoso do Estado. Proprietários das usinas Pinheiro e Cafuz (Laranjeiras), sentindo a necessidade de diversificar seus investimentos, os Prado Franco criaram em 1939 o Banco Comércio e Indústria de Sergipe, compondo a diretoria pelos quatro irmãos (José, Walter, Augusto e Flávio). No momento de grande ascensão dos preços de tecidos, fundam em 1941, sob a proteção da interventoria, a Cia Industrial S. Gonçalo S/A, na cidade de S. Cristóvão, e ainda

no início dos anos quarenta Walter do Prado Franco consegue a direção do Sindicato da Indústria do Açúcar de Sergipe, o órgão de classe mais poderoso do Estado.

Antes porém de atingir todo esse poderio, já Leandro Maciel vinha se aproximando dos Franco, certamente através de Pedro Diniz Gonçalves, amigo comum das duas famílias. Concorreu também para o progresso do clã e sua integração no referido grupo a participação de Luiz Garcia (líder do PSD na Assembleia 1935/37) como advogado dos Franco, inclusive nas operações de criação dos novos empreendimentos.³³ Dessa forma, no momento em que o Estado Novo vai se desagregando, encontra o grupo liderado por Leandro Maciel, incorporado à campanha pela liberalização, com poder de atração de variados setores da sociedade e com forte suporte econômico. Em inícios de abril, participantes desse grupo conseguem publicar, no *Correio de Aracaju*, manifesto "*em favor da União Nacional pela Democracia*", assinado por centenas de pessoas, a maioria delas revelando, pela profissão, pertencerem às camadas populares.³⁴ E quando foi liberada a formação de novos partidos, a UDN tornou-se o primeiro partido a constituir-se com diretórios formados em todos ou quase todos os municípios, contando com o apoio substancial do patronato rural e urbano, com adesão de parte da classe média e com algumas ramificações não muito significativas nos setores populares.³⁵ Tendo, no entanto, forte suporte econômico, representado sobretudo pelos Franco, e contando com o respaldo dos agro-pecuaristas possuidores de vasta clientela eleitoral, constituía-se num dos partidos mais poderosos do Estado.

O segundo grupo político tem origem no movimento tenentista da década de 1920, em torno da figura de Maynard. Este como chefe da primeira interventoria (1930/35), participa da formação do *Partido Republicano de Sergipe*, sigla que aglutinará os maynardistas até fins de 1937, quando foi dissolvida por força da legislação estadonovista. Não obstante os reveses, o grupo formado em torno de Maynard permanece, mas vai paulatinamente se identificando em maior proporção com os interesses da classe dominante, na medida em que seus quadros sofriam mutação pela saída de alguns adeptos e a entrada de outros, inclusive

por razões familiares. Já vimos como o ingresso de José Garcez Vieira na família do interventor, levou sobretudo a partir de 1942, vários membros da ex-*União Republicana de Sergipe* para a situação, arrastando consigo seus redutos eleitorais. Até o reatamento das relações entre Maynard e o coronel Gonçalo Prado, poderoso chefe da ex-*URS*, foi facilitado pela intermediação de José Garcez Vieira.

No momento da constituição dos novos partidos, tal era a ligação dos Garcez e dos Sobral com a interventoria que vários membros dessas famílias se incorporaram à agremiação situacionista que recebeu a denominação de *Partido Social Democrático (PSD)*. Contando o *PSD* com os privilégios da máquina oficial a nível nacional e local, envolvia grande parte do pessoal ligado ao aparelho de Estado, inclusive funcionários e outras autoridades municipais, entre as quais prestigiosos coronéis.³⁶

Nos trabalhos de articulação, destacava-se a figura do Secretário Geral, Francisco Leite Neto, que, em contatos individuais ou provendo reuniões com lideranças do interior e da capital, ia-se firmando como hábil líder construindo seu próprio suporte político dentro do *PSD* com as facilidades da máquina oficial. Aplica-se também a Sergipe a observação feita por vários estudiosos de partidos políticos no Brasil de que o *PSD* se constituiu à sombra do Estado Novo, aproveitando sua máquina político-administrativa.

Nesse momento de reorganização partidária em seu trabalho de proselitismo essa máquina da interventoria contava com uma rádio, dois jornais (*Diário Oficial* e *Diário de Sergipe*), os aparelhos administrativos, incluindo os órgãos de arrecadação, e o aparato coercitivo.

Mesmo uma interventoria considerada por muitos de seus adeptos como bastante tolerante não deixa de provocar numerosas denúncias contra seus atos repressivos. Em pleno processo de liberalização, em março de 1945, cerca de quinze dias após a célebre entrevista de José Américo de Almeida ao *Correio da Manhã*, a interventoria ainda teimava em manter a censura prévia, motivando o fechamento dos dois jornais que lhe faziam oposi

ção.³⁷ Além disso, prende o virulento jornalista Paulo Costa, proprietário do *Sergipe Jornal*, em fins de agosto de 1945, e no processo de organização partidária surgem denúncias de violências no interior, no ensejo dos comícios.³⁸ Diante da visível desagregar do sistema repressivo, as autoridades policiais resistiam, recalcitrantes, às novas tendências liberais, mostrando o peso do sistema até a última hora. Por mais que tais atos aumentassem a polarização interna e espicaçassem os grupos oposicionistas, não deixavam de corresponder aos interesses dos situacionistas, dando demonstração de força, unificando-os para empreitadas futuras. É, aliás, nesse processo de liberalização que justamente mais se revela a identificação ideológica de Maynard com o sistema repressivo, falando em ações subversivas, invocando a Lei de Segurança Nacional.³⁹ ou referindo-se a ideologias estranhas e considerando que liberdade nunca faltou aos brasileiros, conforme acentuou no dia da vitória, ao final das comemorações pelo fim da guerra.⁴⁰

Foi portanto com tais tendências, e enaltecendo a figura de Eurico Dutra, um dos principais sustentáculos da represão do Estado Novo, que foi constituído o PSD.

Maynard, sempre solidário a Vargas, era apontado como o candidato do PSD a governador, no pleito marcado para 2 de dezembro. Mas os fatos se precipitaram. A notícia de sua exoneração da interventoria foi divulgada nas edições de 27 de outubro. Em 29 do mesmo mês Vargas renunciava sob pressão das Forças Armadas, e Maynard terminaria abdicando de sua candidatura. Em 5 de novembro tomava posse o presidente do Tribunal de Apelação do Estado como interventor e, posteriormente, mais dois interventores se sucederiam para que o Estado tivesse governante eleito por sufrágio popular. De qualquer forma, após a queda de Vargas, o contexto é outro. Aqui, importa observar o nível de organização das classes sociais no processo de formação partidária em fins do Estado Novo.⁴¹

O terceiro grupo representativo da classe dominante se reunia sob a sigla do *Partido Republicano*, sob a direção de Júlio Cezar Leite, aglutinando os remanescentes da ex-União Re

publicana de Sergipe, agremiação dos usineiros. Com a eclosão do golpe de 1937 e a falta de um adversário comum de forma a unificá-los, verificou-se paulatinamente uma certa tendência ao fracionamento em subgrupos, obedecendo por vezes a interesses familiares. No momento de reorganização partidária nota-se então a dispersão em que se encontravam. Parte dos usineiros aderiu à UDN, parte continuou apoiando o esquema situacionista, incorporando-se no PSD, enquanto uma terceira parcela ingressava no Partido Republicano, carecendo daquela unidade apresentada em 1934. A classe dominante se encontrava assim distribuída basicamente em torno de três siglas partidárias, o que por si já indicava a fraqueza organizacional das outras classes e camadas.

Os estratos médios, então, divididos em todos os partidos monopolizados pela classe dominante, irão encontrar dificuldades em apresentar até identidade própria.

Quanto aos trabalhadores urbanos também se encontravam grandemente carentes de unidade. O trabalho da classe dominante por meio inclusive da sociedade política surtiu grande efeito.

O *Círculo Operário* provocou a primeira grande cisão desde os idos de 1935, enquanto as subseqüentes políticas repressivas impediam movimentos de reaglutinação. Uma facção permaneceu fiel ao interventor Maynard, e assim continuou durante todo o período do Estado Novo, apesar da pequena capacidade de barganha. Em fins de 1944, um representante dessa facção, João Vieira de Aquino, começa a publicar no órgão oficioso do governo, o *Diário de Sergipe*, uma "coluna operária". Ai, apesar do tom reverencial às autoridades, inclusive ao patronato, na medida em que tentava evocar o trabalho de antigas lideranças, o desenvolvimento dos trabalhadores urbanos em relação aos "direitos e deveres" e a falta de organização, ia Vieira de Aquino contribuindo para que os primeiros passos fossem dados no sentido da sua reorganização. Embora o começo fosse bastante difícil. O próprio *Centro Operário*, principal núcleo aglutinador do movimento dos trabalhadores de Sergipe, desde 1911, passava por situação crítica. Quando o processo de liberalização ia avançando em fins de abril, alguns militantes conseguiam publicar protes

to contra a diretoria que então dominava o órgão, fazendo várias denúncias sobre a administração da entidade nos últimos dez anos, ao tempo em que cobravam o cumprimento dos seus estatutos.⁴²

Mas seus dirigentes, afeitos ao sistema burocrático corporativista do Estado Novo, prenhe de vícios, mostravam-se recalcitrantes à renovação da diretoria. A ala inovadora, por sua vez, se ressentia da falta dos companheiros mais conscientizados que deixaram de integrar seus quadros. Vários punidos, diretamente ou não, emigraram para alguns Estados, especialmente Bahia e Rio de Janeiro, outros faleceram em variadas circunstâncias. Enquanto isso, durante a última década, o clima de controle e repressão não favoreceu ao despertar de novas lideranças.⁴³ Assim, quando chegou o momento da mobilização partidária, careciam os trabalhadores de seu órgão aglutinador, de lideranças experimentadas e sobretudo de unidade. Parte ficou solidária a Maynard, apoiando o PSD, outra parte foi sendo arrastada pela pregação populista do *Partido Trabalhista Brasileiro* que seria dirigido por Francisco Araújo Macedo, congregando inclusive os "queremistas", enquanto um grupo mais ativo se articulava em torno do "*Partido Comunista Brasileiro*". Além desses, ainda havia os associados do *Círculo Operário*, que tendiam a prestar apoio aos candidatos mais conservadores.

As tentativas de desorganizar os trabalhadores urbanos surtiram efeitos eficazes. Fragmentados e enfraquecidos, havia muito o que fazer para enfrentar a competição dos grupos da classe dominante, na nova fase de liberalização.

RESUMO III

O regime autoritário, consolidado pelo golpe de 1937, parecia a alternativa viável para a fração açucareira assegurar a hegemonia da sociedade sergipana. E, realmente, de início tudo indicava que a influência perdida em 1930 seria recuperada. Ao lado da "*limpeza*" que se operava no quadro administrativo do Estado com a demissão dos não confiáveis, a interventoria distinguia seus correligionários da ex-*URS* com cargos e atenções, reforçando o prestígio dos senhores do açúcar. Mas à medida que a doutrinação se desenvolvia em torno do autoritarismo, a interventoria foi paulatinamente embevecendo-se da amplitude de seus poderes concentrando as decisões em sua autoridade pessoal. Enquanto isso, Eronides de Carvalho, libertando-se de compromissos com a fração açucareira que o lançou governador em 1934, abria-se a demandas de outras frações da classe dominante, entre as quais se destacavam os pecuaristas.

Apesar das rivalidades político-pessoais dos interventores que lhes sucederam (Milton Azevedo e Maynard Gomes), a tendência de atenção aos grupos da classe dominante prossegue sem grandes modificações.

Em contrapartida, na medida em que os governos se apresentavam com poderes ampliados e concentrados, os representantes das frações dominantes empreendiam esforços de aproximação com o Estado, a fim de que os ôrgãos administrativos contemplassem seus interesses. Extintos os canais peculiares do sistema representativo, o processo de barganha assumia formas diretas.

Por esse tempo, as tendências de diversificação dos empreendimentos das frações dominantes, que vinham se gestando na economia do Estado, são impulsionadas no bojo da conjuntura da guerra.

A valorização dos tecidos e a ascensão paulatina da pecuária coincidiam com o declínio do algodão e com as dificuldades do setor açucareiro, fatos que estimulam seus proprietários à busca de investimentos alternativos. A perda relativa de influência junto ao aparelho de Estado e a diversificação da economia abrem espaço a novos setores no quadro de correlação de forças do Estado e concorrem para entraquecer a fração açucareira que vai-se revelando impotente para evitar o avanço dos pecuaristas.

O controle estabelecido no Estado Novo foi de fato assumido pelo Estado, privilegiando os interesses fundamentais da classe dominante e penalizando as classes subalternas. Num primeiro momento (1937/41), sob a predominância da repressão, num breve interregno (1941/42) nota-se tendência a controlá-las, integrando-as no sistema autoritário através do comum projeto de conciliação das classes que abrange também a última fase, (1942/45), quando os traços corporativos aparecem com maior nitidez.

Especificamente entre os trabalhadores urbanos, é possível até que tenha havido alguma involução em sua condição social, não apenas durante a Guerra 1939/45, conforme já foi observado em estudo sobre a industrialização nacional,⁴⁴ mas desde o momento em que perderam a capacidade de reivindicar. Mesmo nas interventorias com um mínimo de disposição em atender as propostas dos subalternos, a situação muito pouco se modificou, não apenas pela orientação autoritária do sistema nacional, mas também pelas próprias condições internas sob a influência da classe dominante. Inclusive na segunda gestão de Maynard as alianças eram outras, como eram outros os interesses e o quadro ideológico predominantes.

NOTAS

- 1) Ver telegrama de Eronides de Carvalho a Getúlio Vargas, 2.10.37. *"Cumpro dever manifestar minha grande surpresa classificação Ten. Cel. Augusto Mainard Gomes, que assumiu hoje comando 28BC..."* A resposta de Getúlio Vargas diz que Maynard seguiu *"animado do propósito de afastar-se da atividade política, cooperando seu governo manutenção da ordem"...* Getúlio Vargas a Eronides de Carvalho, telegrama 4.10.37, in AN sem catalogação.
- 2) Deixando Ilhéus em 8.1.37, de volta a Sergipe, Maynard esteve em Juazeiro da Bahia resolvendo litígios. Cf. anotações em Fê de Ofício do Cel. Manoel Ferreira da Silva Neto.
- 3) Idem.
- 4) GI - 651 - A P E S
A prisão ocorreu em abril/39 e teria sido motivada por comentário feito por aquele censor na Rádio Aperipê, e que desagradou a Maynard.
- 5) Cf. Severino Uchoa - *Augusto Maynard, o Estadista e o Revolucionário*, Aracaju, Imprensa Oficial, D E I P, 1945, 2a. edição, p. 57.
- 6) Segundo Maynard, Elvira Cupelo Colonio, vulgo *"Elsa Fernandes"*, amante do secretário do partido, foi presa com este. Por ser ela de menor ouviram-na e colocaram-na em liberdade. Desconfiando Prestes que ela estivesse a serviço da polícia, recomendou a imediata eliminação. p.7.
Cel. Augusto Maynard Gomes - *Resposta ao Senador Luiz Carlos Prestes* - Discurso proferido na noite do 11.01.1947 no comício realizado na Praça Fausto Cardoso, em Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1947, p. 14.
- 7) Ver *Sergipe Jornal* 25 a 28.3.42, *Correio de Aracaju*, 28.3.42. O seu lugar no Tribunal de Segurança seria ocupado por Eronides de Carvalho que mais tarde seria beneficiado com um lucrativo cartório. Ver Bonifácio Fortes, ob. cit. p. 97.

- 8) *Sergipe Jornal*, 28.3.42
- 9) Idem. 28.3.42.
- 10) Cf. Sálvio Oliveira, Entrevista ao autor, janeiro/81
Cf. José Aloísio de Campos, entrevista ao autor, 16.12.80
- 11) *Proposta Orçamentária para 1948*, p. 67
- 12) Ver *Correio de Aracaju*, 18.8.42, *Folha da Manhã*, 24.8.42
J. Pires Wynne - *História de Sergipe 1930/72* - vol. II, RJ, Pongetti, 1973 p. 11
- 13) *Diário Oficial*, 26.3.44
- 14) Idem, 22.3.44
- 15) G1 170, of. 211 - A P E S
- 16) Uma Visão da Atualidade Administrativa em Sergipe, in *Revista de Aracaju*, Ano I, nº 1, p. 220 transcrição do *Correio da Manhã*, RJ, 15.6.43
- 17) Idem, ibidem
- 18) Of. 248 de 18.10.45 G1 - 193, A P E S
- 19) *Correio de Aracaju*, 11.9.44 e Of. 163, G1 - 416, A P E S
- 20) *Diário Oficial*, 28.4.42
- 21) *Diário Oficial*, 31.3.42 e *Sergipe Jornal* 25.3.42
- 22) *Sergipe Jornal*, 28.3.42
- 23) *Diário Oficial*, 8.4.42
- 24) *Revista de Aracaju*, Ano II, nº 2, Aju, 1944 p. 218
- 25) *Diário Oficial*, 26.4.44 e *Diário de Sergipe*, 2.5.45
- 26) *O Nordeste*, 18.5.42
- 27) *Diário de Sergipe*, 15.12.44

- 28) *O Nordeste*, 9.6.42 e 3.8.42
- 29) *O Nordeste*, Julho e Agosto/42
- 30) *Sergipe Jornal*, 26.6.42
- 31) *Folha da Manhã*, 24.8.42
Cf. José Nunes da Silva, entrevista ao autor
- 32) Cf. Luiz Garcia, entrevista ao autor em 11.3.81
Ver *Correio de Aracaju*, 1938/41
- 33) Cf. Luiz Garcia entrevista ao autor em 11.3.81
- 34) *Correio de Aracaju*, 5.4.45
- 35) Ver *Correio de Aracaju*, 19.10.45 a 16.11.45
- 36) Ver *Diário de Sergipe* e *Sergipe Jornal*, 28.3.45 (convenção de apoio a Dutra); 4.7.45 (convenção do PSD); *Sergipe Jornal* 6.4.45 (Reunião com diretores de repartição).
- 37) *Correio de Aracaju*, 13.3.45 e *Sergipe Jornal*, 24.3.45
Foram fechados o *Correio de Aracaju* e o *Sergipe Jornal*
- 38) *Correio de Aracaju*, 1.9.45 e no decorrer dos meses de agosto a outubro de 1945
- 39) *Correio de Aracaju*, 10.9.45
- 40) *Diário Oficial*, 12.5.45
- 41) *Correio de Aracaju*, 23 a 27.10.45 e 6.11.45
- 42) *Diário de Sergipe*, 28.4.45
- 43) Idem, 22.3.45
- 44) Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo*, S.P., Difel, s/d, 2a. edição p. 240.

5. CONCLUSÕES

As políticas das interventorias em Sergipe (1930/45), apesar de constituírem uma trajetória marcada de contradições, permitiram, no seu conjunto, que o movimento de democratização das classes subalternas avançasse no meio urbano.

Num primeiro momento (1930/35), uma política com raízes no movimento tenentista da década de 1920 apresentou tendências inovadoras, caracterizadas através de práticas reformistas, na medida em que estiveram voltadas para a extensão e modernização do aparelho de Estado e para a defesa de interesses parciais dos trabalhadores urbanos. Enquanto o Estado adquiria certa autonomia em face da classe dominante, especialmente da fração açucareira que perde o controle hegemônico, a sociedade civil, que vai se tornando mais dinâmica e participante, estimula esse mesmo Estado a assegurar o direito à síndicalização, bem como a liberdade de suas manifestações, inclusive o direito de greve.

É possível que no sudeste, onde o movimento dos trabalhadores estava muito mais desenvolvido, o decreto 19.770, que estabelecia a sindicalização, tenha trazido efeitos negativos¹. Mas em Estados como o de Sergipe e, quiçá, de similares no Nordeste, onde a força da classe dominante impedia o florescimento das organizações dos trabalhadores, a Revolução de 1930 concorreu para fortalecê-las. Como diz Décio Saes, "*a legitimação e a proteção de atividade sindical pelo Estado foram sobretudo importantes para os setores mais atrasados do movimento sindical, até então incapazes de impor ao patronato o reconhecimento prático do direito dos trabalhadores à associa-ção*"².

Em Sergipe, foi com o impulso e a caução do Estado que o movimento dos trabalhadores urbanos cresceu. Embora se possa detectar com clareza, nesse Estado que o impulsionava, práticas mal dissimuladas de controle, o próprio desenvolvimen

to organizat6rio dos trabalhadores tendeu a proporcionar-lhes maior consci6ncia do processo pol6tico, ao ponto de assumirem postura de rea66o aos "*protetores*" e "*controladores*".

Se, por6m, nesse primeiro momento (1930/45), a Revolu66o adquiriu car6ter democratizante, enquanto propugnada pelas classes populares, a partir de 1935 perde esse car6ter e assume tend6ncia autorit6ria e conservadora em benef6cio da classe dominante em seu conjunto.

A6 p6dem ser distinguidas duas fases: uma (1935/37) sob a predomin6ncia da fra66o a6ucareira que no entanto encontra dificuldade em reassumir a hegemonia pelas resist6ncias que encontra nos demais grupos da sociedade civil. Mesmo assim, coadjuvada pela a66o dos aparelhos repressivos estatais, vai adquirindo progressivamente controle sobre a sociedade at6 quando surge o golpe de 1937, que inicia a segunda fase. Esta, que abrange o per6odo de novembro de 1937 a 1945, tem a predomin6ncia do Estado, que continua a modernizar seus aparelhos e cauciona o compromisso estabelecido entre as diversas fra66es da classe dominante, neste momento de transi66o de decl6nio da fra66o a6ucareira e ascens6o dos pecuaristas ou, de forma mais abrangente, dos agro-pecuaristas.

Em rela66o 6s classes subalternas, trata-se de um per6odo controlador e desorganizador, quer sob a forma de repress6o, integra66o ou corporativiza66o. Mesmo a promulga66o da Consolida66o das Leis do Trabalho e do Sal6rio M6nimo perde muito do seu significado diante do impedimento das classes subalternas se apresentarem como for6a reivindicadora.

O ano de 1935 apresenta-se assim como marco divisor da Revolu66o de 1930 em duas fases bem configurantes. Uma que aumenta a participa66o da sociedade civil, que golpeia a estrutura olig6rquica, que estimula a organiza66o dos trabalhadores urbanos, que amplia o estatuto da cidadania dos setores subalternos. A outra eminentemente controladora e desorganizadora. O controle e a desorganiza66o se ampliam sob o patroc6nio do Estado coercitivo. A sociedade civil 6 desmobilizada e os mecanismos de coopta66o voltam a predominar.

Mas, em Sergipe o arranjo patrimonial oligárquico jamais voltaria a atingir a consistência da Primeira República. A própria oligarquia açucareira perdeu para sempre a hegemonia nos termos que a exercera nos anos prē 1930. Se bem que os pe-
 cuaristas que ascendiam significassem um atraso no domínio das
 forças produtivas, em termos políticos representavam um grupo
 mais diversificado, menos elitista e com maiores condições de
 se adequar às demandas do regime populista que se anunciava.
 Justamente por ser um grupo mais heterogêneo, inclusive na ori-
 gem social de seus atores, tenderá a se manifestar mais suscep-
 tivelmente às coalizões, envolvendo aí as camadas médias e os
 trabalhadores urbanos, mais valorizados por força do novo cōdi-
 go eleitoral.

Na esfera municipal, o próprio patronato rural - in-
 cluindo o coronelismo - continuará com semelhante poder de con-
 trole sobre sua clientela, mas sua autonomia diante das autori-
 dades estaduais saiu desgastada. Agora não era tanto a força
 de suas milícias particulares que contava, mas sobretudo seu
 eleitorado. A sucessão de governantes sem depender necessaria-
 mente de sua chancela, e a modernização por estes dos aparelhos
 administrativos e repressivos fortaleciam o Estado. Os traços
 patrimoniais que permaneciam incrustados nesse Estado saíram
 nitidamente desgastados, menos pelas inovações dos métodos ad-
 ministrativos dos interventores (embora isso tenha pesado) do
 que pela subtração da influência dos interesses privados da
 classe dominante na administração, especialmente em determina-
 dos momentos em que o Estado revelou acentuado nível de autono-
 mização. No fundo, foi um período de predominância do Estado
 sobre a sociedade, embora a denominação de Revolução pelo alto
 careça de propriedade. Primeiro, pela falta de conteúdo verda-
 deiramente revolucionário; segundo, pela atuação da sociedade
 civil até 1935, que respaldava e estimulava as práticas refor-
 mistas desse Estado; terceiro, porque o autoritarismo, via Es-
 tado, se constituiu num meio muito mais recorrente das classes
 dominantes para desorganizar as classes subalternas do que num
 recurso para promovê-las. É bem significativo que o maior ób-
 ce para os trabalhadores ao fim do Estado Novo era seu alto ní-
 vel de desorganização e fracionamento.

Portanto, se de um lado o movimento de 1930 modernizou e atualizou as instituições burguesas no sentido de melhor ajustá-las aos novos padrões de acumulação, de outro possibilitou a conquista parcial de direitos políticos e sociais. É verdade que a vigência dos direitos políticos foi postergada por uma década a partir do rico pretexto fornecido pela Intentona, fruto de um vanguardismo ilusório que tanto custaria aos movimentos populares. Mas com a recuperação do espaço político em fins de 1945, abriam-se novas perspectivas de superar as dificuldades com vistas à democratização da sociedade.

Em suma, entre avanços e recuos as políticas das interventorias atenderam a interesses de classe. Se até 1935 beneficiaram de alguma forma as classes subalternas do meio urbano, a partir de então favoreciam a classe dominante em geral. Ao final, o Estado saiu com suas funções públicas mais definidas e as classes subalternas com maiores condições de influência no processo político, no novo período de liberalização que se iniciava. Apesar do saldo diminuto, o movimento de 1930, em seus desdobramentos até 1935, levou as classes subalternas a questionar a estrutura de dominação e a postular um novo processo de organização política em que estivessem incluídos como atores principais. No lento e penoso processo de mudança da América Latina, a explicitação desse projeto democratizante pelos dominados representou um passo significativo para sua realização.

Notas

- 1) Ver a) Marilena Chaui - *Ideologia e Mobilização Popular*, RJ, CEDEC/Paz e Terra, 1978, p. 88.
 - b) Luiz Werneck Viana - ob. cit., pp. 141/2
 - c) Annez Andraus Troyano - *Estado e Sindicalismo*, S. Paulo, Edições Símbolo, 1978, p. 34
 - d) Maria Silvia Duarte Hadler, *Cara a Cara*, Ano I, nº 2, julho/dezembro 1978, Petrópolis/RJ - Vozes, 1978, p. 113
- 2) Décio Azevedo Marques Saes - *Classe Média e Política 1930/64*. (Xerox de cópia datilografada) p. 14

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - FONTES MANUSCRITAS

1. ARQUIVOS

- Arquivo da Associação Comercial do Estado de Sergipe, Aracaju, 1930/45.
- Arquivo Getúlio Vargas, 1930/34, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV.
- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1930/45. AN
- Arquivo Público do Estado de Sergipe, Aracaju, 1930/45. APES

II - DEPOIMENTOS AO AUTOR

- Antonio Tavares de Santana, 9.6.1977
- Fernando Porto, 23.1.1981
- Godofredo Diniz Gonçalves, 12.11.1980
- João Maynard Barreto, 4.3.1981
- João Teles de Menezes, 21.1.1978
- José Aloisio Campos, 16.12.1980
- José Garcez Vieira, 25.2.1981
- José Nunes da Silva, 15.1.1978, 11.11.1980 e 4.3.1981
- Luiz Garcia, 11.3.1981
- Manuel Cabral Machado, 15.9.1980
- Marcos Ferreira, 16.10.1980
- Osman Hora Fontes, 24.1.1978
- Sálvio Oliveira, 8.6.1974
- José Silvério Leite Fontes, 3.3.1981

III - PUBLICAÇÕES OFICIAIS E SEMI-OFICIAIS

1. ANAIS

- Assembléia Nacional Constituinte - 1933-34. Anais. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1934-37, 22.v.

2. DADOS ESTATÍSTICOS

- *Cadastro Industrial de Sergipe* - Estabelecimentos fabris registrados no Departamento Estadual de Estatística até o dia 15.8.1940, Departamento Estadual de Estatística, IBGE, Aracaju, Imprensa Oficial, 1940.
- *Cadastro Industrial de Sergipe* (Estabelecimentos fabris registrados no Departamento Estadual de Estatística em 1941, na conformidade do Decreto-Lei nº 308, de 24.XII.1940) Ano II, IBGE, Departamento Estadual de Estatística, Aracaju, Livraria Regina, 1941.
- *Censo de 1920* - Vol. V, 1a. Parte, Rio de Janeiro, Typografia Estatística, 1927.
- *Censo de 1920* - Vol. IV, Tomo I, Rio de Janeiro, Typografia Estatística, 1930.
- *Censo de 1940* - Recenseamento Geral do Brasil (19 de setembro de 1940), Série Regional, Parte XI -SERGIPE, Censo Demográfico, População e Habitação, Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- *Exportação de Sergipe (1940/41)*, Aracaju, IBGE, 1942.
- *O Estado de Sergipe em 1934*, Diretoria de Estatística, Aracaju, Artes Gráficas Escola de Artífices, 1936.
- *O Estado de Sergipe em 1935*, Departamento Estadual de Estatística, Aracaju, Publicidade e Difusão Cultural, Gráfica Editora, 1937.
- *Quadros Estatísticos de Sergipe*, IBGE, Departamento de Estatística Geral e Publicidade, Aracaju, Imprensa Oficial, 1938.

- *Sergipe Econômico e Financeiro*, IBGE, Departamento Estadual de Estatística, Aracaju, 1953.
- *Sinopse Estatística do Estado de Sergipe*, nº 4 (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V - 1939/40, organização com a colaboração do Departamento Estadual de Estatística) Rio de Janeiro, IBGE, 1942.

3. LEIS

- *Decretos Leis do Estado de Sergipe em 1931*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1932.
- *Decretos Leis do Estado de Sergipe em 1932-1933-1934*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1936.
- *Leis e Decretos do Estado de Sergipe de 1935*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1936.

4. MENSAGENS E RELATÓRIOS

- *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe*, na 2a. Sessão da 5a. Legislatura, em 7 de setembro de 1901, pelo Presidente do Estado Monsenhor Olympio Campos, Aracaju, Typ. d'O Estado de Sergipe, 1901.
- *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe* na 2a. Sessão ordinária da 6a. Legislatura, em 7 de setembro de 1903, pelo Presidente do Estado Josino Menezes, Aracaju, Typ. d'O Estado de Sergipe, Aracaju, 1903.
- *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe* pelo Presidente do Estado Manuel Prescelino de Oliveira Valadão, em 7 de setembro de 1917, ao instalar-se a 1a. Sessão Ordinária da 13a. Legislatura, Aracaju, Imprensa Oficial, 1917.
- *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa*, em 7 de setembro de 1920, ao instalar-se a 1a. Sessão ordinária da 14a. Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado, Aracaju, Im

prensa Oficial, 1920.

- *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa*, em 7 de setembro de 1927, ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 16a. Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado, Aracaju, Imprensa Oficial, 1927.
- *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa*, em 7 de setembro de 1928, ao instalar-se a 3a. Sessão ordinária da 16a. Legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas, Aracaju, Imprensa Oficial, 1928.
- *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa*, em 7 de setembro de 1929, ao instalar-se a 1a. Sessão da 17a. Legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas, Aracaju, Imprensa Oficial, 1929.
- *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa*, em 7 de setembro de 1930, ao instalar-se a 2a. Sessão ordinária da 17a. Legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas, Aracaju, Imprensa Oficial, 1930.
- *Mensagem à Assembléa Legislativa* pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, em 7 de setembro de 1935, Aracaju, Imprensa Oficial, 1935.
- *Mensagem à Assembléa Legislativa*, em 7 de setembro de 1936, pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, Aracaju, Imprensa Oficial, 1936.
- *Mensagem à Assembléa Legislativa* em 7 de setembro de 1937, pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, Aracaju, Imprensa Oficial, 1937.
- *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Valdemar Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pelo Inspetor Regional Luiz José da Costa Filho, sobre o exercício administrativo de 1937, Aracaju, Gráfica Editora, 1938.
- *Relatório* apresentado por José Rolemberg Leite, Diretor Geral do Departamento de Educação, respondendo pelo expediente do DOP, 1942.

- *Relatório* apresentado ao snr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal no Estado de Sergipe, Coronel Augusto Maynard Gomes, referente às atividades da administração sergipana, durante o ano de 1942, Aracaju, Imprensa Oficial, 1943.
- *Proposta Orçamentária para 1947* -(Relatório apresentado pelo Bel. José Aluísio de Campos, consultor técnico da secção de Estudos Econômicos e Financeiros, do Departamento da Fazenda, ao Bel. João de Araújo Monteiro, presidente da comissão de orçamento do Estado) Departamento da Fazenda - Secção de Estudos Econômicos e Financeiros, Aracaju, Imprensa Oficial, 1946.
- *Proposta Orçamentária para 1948*, Vol. III, (Relatório apresentado pela Secção de Estudos Econômicos e Financeiros ao presidente da comissão de Orçamento), Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas -Departamento da Fazenda, Secção de Estudos Econômicos e Financeiros, Aracaju, 1947 (datilografado.)
- TÁVORA, - Major Juarez - *Atualidades do Norte* - Relatório apresentado ao Sr. Chefe do Governo Provisório sobre a situação atual dos Estados do Norte, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1932.

IV - JORNAIS

- *A Cruzada*, 1935/38
- *A Mensagem*, 1939
- *A Luta*, 1934
- *A República*, 1932/34
- *A Tribuna*, 1931/33
- *A Tribuna Proletária*, 1932
- *Boletim Liberal*, Nov/30 a Jan/1931
- *Correio de Aracaju*, 1935/45
- *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, 1930/45
- *Diário de Sergipe*, Dez/44 e 1945
- *Diário da Tarde*, 1933/35 e 1937
- *Folha da Manhã*, 1938/44
- *Jornal de Notícias*, 1931
- *O Gráfico*, 1933/34

- *O Estado de Sergipe*, 1933/37
- *O Nordeste*, 1938/39 e 1941/42
- *O Proletário*, 1933/34
- *O Sigma*, 1934/35
- *O Tempo*, 1931
- *O Trabalho*, 1933
- *Sergipe Jornal*, 1930/45
- *Vida Laranjeirense*, 1930/31
- *Voz do Operário*, 1932/33
- *13 de Julho*, 1932/33

V - LIVROS E ARTIGOS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-45)* - Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1978 (Mimeografada)
- ALTHUSSER, Louis - *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- *Análise Crítica da Teoria Marxista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- BALÁN, Jorge (org) - *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*, São Paulo, Difel, 1974.
- BARATA, Agildo - *Vida de um revolucionário*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- BASBAUM - *História Sincera da República (1930-60)*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- CARDOSO, F. Henrique e Enzo Falleto - *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- CARONE, Edgard - *O Tenentismo*, São Paulo, Difel, 1975.

- *A República Nova (1930-37)*, S. Paulo, Difel, 1974.
 - *A Segunda República (1930-37)*, S. Paulo, Difel, 1973.
 - *A Terceira República (1937-45)*, S. Paulo, Difel, 1976.
 - *O Estado Novo (1937-45)*, S. Paulo, Difel, 1976
- CARVALHO NETO, Paulo - *Um Precursor do Direito Trabalhista Brasileiro*, Belo Horizonte, Edições Revista Brasileira de Estudos Políticos, UFMG, 1964.
- CHAUI, Marilena - *Cultura e Democracia - O discurso competente e outras falas*, São Paulo, Edt. Moderna, 1981
- *Ideologia e Mobilização Popular*, Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- COELHO, Edmundo Campos - *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- CUNHA, Mário Wagner Vieira da - *O Sistema Administrativo Brasileiro*, Rio de Janeiro, INEP/MEC, 1963.
- DANTAS, Beatriz Góis e DALLARI, Dalmo, *Terra dos Índios Xocó*, São Paulo/Comissão Pró-Índio, 1980.
- DANTAS, José Ibarê Costa - *O Tenentismo em Sergipe*, Petrópolis/RJ, Vozes, 1974.
- DANTAS, Orlando Vieira - *O Problema Açucareiro de Sergipe*, Aracaju, Livraria Regina Ltda. 1944.
- DEAN, Warren - *A Industrialização de São Paulo*, São Paulo, Difel, s/d.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal - Nota Sobre a História do Algodão em Sergipe, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 27, Salvador/BA, Editora Beneditina, 1978.
- DINIZ, Eli - *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-45)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DULLES, John W.F. - *Getúlio Vargas, biografia política*, Rio de Janeiro, Editora Renes, 1967.

- *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 / 35*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

FAORO, Raymundo - *Os Donos do Poder*, Porto Alegre/S.Paulo, Editora Globo/ed. USP, 1975 (2º vol.).

FAUSTO, Boris - *A Revolução de 1930*, Historiografia e História, S. Paulo, Editora Brasiliense, 1970.

- *Pequenos Ensaios de História da República (1889 1945)*, São Paulo, Caderno 10, Cebrap, Brasiliense, 1972.

- (Direção) - *História Geral da Civilização Brasileira*, O Brasil Republicano, vol. 8, S. Paulo, Difel, 1975.

- (Direção) - *História Geral da Civilização Brasileira*, O Brasil Republicano, vol. 9, S. Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1977.

FERNANDES, Florestan - *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org) - *Os Militares e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FONTES, Newton de A. e BRAVO, Maria Auxiliadora Fonseca - *O algodão em Sergipe - Apogeu e crises*, Relatório Histórico (1590-1975), Aracaju, Convênio:MA/SUDENE/CONDESE/SUDAP/EMATER-SE, 1977.

FORTES, Bonifácio - Contribuição à História Política de Sergipe (1933-58). In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 8, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1960.

FRANCO, C. do Amaral Peixoto et illi - O Contexto Político da Revolução de Trinta in *Revista Dados*, Rio de Janeiro, I.U.P.E.R.J., nº 7, Ano 1970.

FREIRE, Humberto - *O Carnaval de Outubro: A Revolução nos Estados*, Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1933.

- GOMES, Angela Maria de Castro - (Coord.) - *Regionalismo e Centralização Política - Partidos e Constituinte nos anos 30*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- GRAMSCI, Antônio - *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, 2a. edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro - *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia, 1925.
- HILTON, Stanley E. - *O Brasil e a Crise Internacional (1930/45)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização, 1977.
- LEAL, Victor Nunes - *Coronelismo, Enxada e Voto*, 2a. edição, S. Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975.
- LEVINE, Robert - "O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha" in *História Geral da Civilização Brasileira - III - Brasil Republicano*, vol. 8, Boris Fausto (Direção), S. Paulo, Difel, 1975.
- Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937" in *História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil Republicano - vol. 8*, (Boris Fausto (Direção), S. Paulo, Difel, 1975.
- *O Regime de Vargas: Os Anos Críticos, 1934-1938*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- LOVE, Joseph - "Autonomia e Interdependência: S. Paulo e a Federação Brasileira" in *História Geral da Civilização Brasileira - III - Brasil Republicano*, vol. 8 - Boris Fausto (Direção), S. Paulo, Difel, 1975.
- MALTA, Octavio - *Os Tenentes na Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1969.

- MARX, Karl e Friedrich Engels - *A Ideologia Alemã*, Lisboa, Presença, s/d.
- MARX, Karl - *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, S. Paulo, Editora Escriba, 1969.
- MENDONÇA, Damião - *Fatos e Coisas da Revolução*, Aracaju, Imprensa Oficial, 1932.
- MORAIS FILHO, Evaristo - *O Problema do Sindicato Único no Brasil, (seus fundamentos sociológicos)*, São Paulo, Edt. Alfa-Ômega, 1978.
- MOTTA, Paulo Roberto - *Movimentos Partidários no Brasil*, Rio de Janeiro, F.G. Vargas, 1971.
- NEUMANN, Franz - *Estado Democrático e Estado Autoritário*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.) - *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Instituto Nacional do Livro-MEC, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de - *Elegia para uma Re(li)gião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PANG, Eul-Soo - *Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)*, Rio de Janeiro, Edt. Civilização Brasileira, 1979.
- PEIXOTO, Alzira V. de A. - *Getúlio Vargas, meu pai*, P. Alegre, Editora Globo, 1960.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio - *Política e Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.
- POULANTZAS, Nicos - *Poder Político e Classes Sociais*, Porto, Portucalense Editora, 1971; (2. vols.).
- RODRIGUES, J. Albertino - *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, S. Paulo, Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins - *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, S. Paulo, Difel, 1966.
- ROSA, Virginio Santa - *Que foi o Tenentismo*, 2a. edição de O Sentido do Tenentismo, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.

- ROWLAND - Classe Operária e Estado Compromisso (origens estruturais da legislação trabalhista e sindical) in *Estudos Cebrap* nº 8 - São Paulo, Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1974.
- SAES, Dêcio Azevedo Marques de - *O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)*, Campinas/SP, IFCH/UNICAMP, 1973.
- *Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil*. S. Paulo (Campinas), Unicamp, Editora Brasiliense, 1976.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos - *Cidadania e Justiça*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- SILVA, Liana Maria Lafayete Aureliano da - *No Limiar da Industrialização - Estado e Acumulação de Capital, 1919-37*, Tese de doutoramento apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1976 (mimeografada).
- SIMÃO, Azis - *Sindicato e Estado*, S. Paulo, Dominus / USP, 1968.
- SKIDMORE, Thomas - *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon - *Sociedade e Política no Brasil*: S. Paulo, Difel, 1973.
- SOBRINHO, Barbosa Lima - *A Verdade sobre a Revolução de outubro, 1930*, 2a. edição, S. Paulo, Editora Alfa Ômega, 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck - *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
- SOLA, Lourdes - "O Golpe de 37, e o Estado Novo", in *Brasil em Perspectiva* - Carlos Guilherme da Mota (org.) - S. Paulo, Difel, 1968.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de - *Estado e Partidos Políticos no Brasil, (1930 a 1964)*, S. Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

- SZMRECSÁNYI, Tamás - *Agroindústria Canavieira - Avaliação do Planejamento no Brasil*, Cadernos Unicamp. 8, São Paulo, Edt. Brasiliense, 1977.
- TAVORA, Juarez - *Uma vida e muitas lutas*, 2º volume, A Caminhada no Altiplano, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974.
- TRINDADE, Hêlgio - *Integralismo*, S. Paulo, Difel, 1974.
- TROYANO, Annez Andraus - *Estado e Sindicalismo*, São Paulo, Edições Símbolo, 1978.
- UCHOA, Severino - *Augusto Maynard, o Estadista e o Revolu*c*ionário*, Aracaju, Publicação do DEIP, Imprensa Oficial, 1945.
- VEZENTINE, Carlos Alberto e DECCA, Edgar S. de - *A Revolu*ç*ão do Vencedor*. In: *Contraponto* nº 1, Rio de Janeiro, 1976.
- VIANNA, Luis Werneck - *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- VILLELA, Annibal Villanova e Wilson Suzigan - *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945)*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.
- WEBER, Max - *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, s/d.
- WEFFORT, Francisco C. - "Estado e Massas no Brasil", in *Revista Civilização Brasileira*, nº 7, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- "Política de Massa", in *Política e Revolução Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
- *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.
- WIRTH, John D. - *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas*, Rio de Janeiro, Fundação G. Vargas, 1973.
- WYNNE, J. Pires - *História de Sergipe (1930/72)*, Vol. II, Rio de Janeiro, Pongetti, 1973.